UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DANILO CHAVES NAKAMURA

Dialética às pressas

Interação entre jornalismo e pesquisa na obra de Marx e Engels

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Dialética às pressas

Interação entre jornalismo e pesquisa na obra de Marx e Engels

Dissertação de mestrado apresentada
ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan.

São Paulo

2015

Para minha família e meus amigos

Ao invés de elaborar sistemas estatais inúteis para a felicidade das pessoas, eu vou me limitar a investigar as razões de seus infortúnios. (Giammaria Ortes, citado por Marx).

A liderança não é jamais uma coisa agradável, nem uma coisa que eu ambicione. (...) o tropeiro é sempre odiado pelos asnos. (Marx para Antoinette Phillips, em 18/03/1866).

Agradecimentos

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao professor Jorge Luís Grespan pelas aulas, explicações e conversas. Pela paciência, amizade, espírito crítico e generosidade intelectual na orientação desse trabalho.

Gostaria de agradecer ao professor Paulo Arantes e à professora Lívia Cotrim, que aceitaram participar da banca examinadora. Ao professor Lincoln Secco, que junto com a Lívia, ajudou muito no andamento desse trabalho, participando da banca de qualificação. Ao Ivan Cotrim, que aceitou ser membro suplente da banca. E ao professor Francisco Alambert, que foi um dos primeiros a ler meu projeto de mestrado.

Aos professores Wilson do Nascimento Barbosa, Leda Paulani, Marisa Midori Deaecto e Lincoln Secco, pelos cursos que frequentei ao me matricular no programa de pós-graduação. À professora Valéria de Marco, que me permitiu acompanhar de ouvinte seu o curso no departamento de geografia.

Aos meus grandes amigos da história, que eu tive o privilégio de conhecer e ter um intenso convívio desde o início da graduação, eu agradeço por todos os momentos que vivemos juntos e dedico esse trabalho: Renata Cabral, Cristiano Kato, Vivian Chieregatti, Alexandre Otsuka, Cássia Laureano, Tânia Mendonça, Juliana Mantovani, Victor Vigneron, Fernando Monteiro e Rosa Negrini. Juntam-se a esses, os amigos que moraram comigo na Casa do Ulisses: Gabriel Nascimento, Dayan de Castro, Luís Branco, Alexandre Igrecias e, mais recentemente, meu primo Lucas.

Um agradecimento especial para meus amigos, que por anos insistiram na ideia de pensar coletivamente: Caio de Andrea, Olivia Carolino, Luiz Ambrozio, Rogério Perito, Joana Biava, Fernando Adura, Renata Filgueiras, Gabriel Rossini, Luciana Portilho, Emmanuel Nakamura, Rafael Nakamura e Nicolas. Agradeço também aos amigos do Coletivo *Interludium*: Cida Duran, Juan Berrocal, Miroslava Lima, José Arbex, Lúcia Pinheiro, Jean Bouchara, Doris, Eunice, Nivaldo, Jorge, Irene, Vânia, Lílian e Ike. Esses dois grupos tiveram o privilégio conviver com o professor e amigo Vito Letízia (*in memoriam*), pessoa que eu serei eternamente grato.

Aos amigos da geografia, pela amizade e camaradagem no compartilhamento de ideias: Fernanda Pinheiro, Lea Malina, José Raimundo, Renata Sampaio, Ana Clara, Felipe, Marcha, Olga Maria, Diogo Marciano, Marcela, Luisa Cruz, Elisa e Gustavo. Aos amigos do Coletivo Desvios, Bonde da História, SEHC, Cursinho da Psico e outros grupos: Marcos Longo, Nadiesda, Leonardo, Lucas Marchesin, Fernando Cruz, Diógenes, Dimas, Fernando, Leandro, Guilherme, Ariane, Thiago, Felipe, Débora, Laura, Ana Carol, Lucas Legume, Taís Araújo, Carlos, Rafaela...

Agradeço aos amigos profissionais da rede pública de ensino. À Ruth, supervisora e à Marlene, diretora, por me apoiarem no processo de obtenção da licença junto a SME. Licença que me garantiu uma breve jornada na Alemanha. Agradeço à Aninha que também ajudou nesse processo. A todos os professores e professoras, coordenadoras, funcionários e alunos. Ao professor Edmilson Saturnino, amigo com o qual aprendi a dar aula. À professora Miriam Bikelis, pela amizade e pela força dada desde o início da minha experiência como professor. E, para Fernanda Oliveira, um agradecimento especial, pela amizade, carinho, conversas intermináveis, companhia nos jogos do timão, enfim, por tudo.

Aos amigos, que sempre comentam, criticam e corrigem os textos que escrevo sobre os mais diversos assuntos. Essas pessoas participaram ativamente do processo de elaboração das ideias dessa dissertação: David Ricardo, Kátia Vinhas, Jobi, Júlia Fernandez, Alcione, Luiz Dias Quitério (primo), Tainá Nakamura (prima), Eunice Nakamura (prima) e Fernando Sarti e todos os meus amigos da história, da geografia, do grupo de estudos e do *Interludium* que citei acima.

À antiga equipe de difusão cultural da Biblioteca Mario de Andrade, em especial à Daisy Perelmutter e Suely Farah. Ao Jorge Nóvoa e à Sol Fressato, pela amizade e publicação dos meus artigos produzidos ao longo desse mestrado. Aos amigos do Seminário das Quartas: Anderson Gonçalves, Paulo Arantes, Silvinha, Tatiana Maranhão, Douglas Anfra, Christian...

À minha família – Solange, Ryoji, Fernanda, Emmanuel e Rafael – eu agradeço por tudo. Sem o carinho e o apoio incondicional que recebo de cada, esse trabalho simples-

mente não sairia. Agradeço também a todos os meus tios, tias, primos e primas de Suzano, Belo Jardim e Montevideu que, independente da distância, estão sempre juntos.

Ao departamento de história e ao CNPq pela bolsa de financiamento dessa pesquisa e da viagem para o congresso na Argentina. Agradeço também aos funcionários da pós: Nelson e Osvaldo.

RESUMO

A presente dissertação realiza uma análise dos artigos jornalísticos de Karl Marx e Friedrich Engels publicados no jornal norte-americano *New York Daily Tribune*, entre 1851 e 1862. Durante esse período, Marx trabalhou como correspondente europeu e era o responsável pelos assuntos militares e financeiros do jornal. Engels, como uma espécie de *ghost writer*, ajudou Marx na tarefa de despachar semanalmente os artigos para Nova Iorque. Dentre os diversos assuntos abordados por Marx nesses artigos, selecionamos a crise econômica de 1857-1858 e a Guerra Civil Americana de 1861-1865 como focos de nosso trabalho. A escolha desses dois temas nos permite demonstrar a interação entre os estudos de economia desenvolvidos por Marx para elaboração de sua crítica da economia política e os estudos dos acontecimentos históricos particulares. Essa interação é fundamental para pensarmos o que Marx chamou em *O Capital* de “método de pesquisa” e “método de apresentação”. Ela é fundamental também para entendermos a especificidade da apresentação ou da narrativa histórica desenvolvida por Marx nos artigos jornalísticos. Dos artigos sobre a crise destacamos como, a partir da análise detalhada do sistema financeiro, em especial do banco francês *Crédit Mobilier*, Marx aponta para a centralidade do sistema de crédito na expansão da economia capitalista e no estouro das crises. A partir dos artigos sobre a guerra civil americana, descrevemos como Marx procurou entender a guerra como um “conflito entre dois sistemas sociais” – a escravidão e o trabalho assalariado – tendo em vista a necessidade expansiva do escravismo.

Palavras-chave: Karl Marx; Friedrich Engels; New York Daily Tribune; crise econômica, guerra civil;

ABSTRACT

This dissertation makes an analysis of journalistic articles of Karl Marx and Friedrich Engels published in the American newspaper *New York Daily Tribune* between 1851 and 1862. During this period, Marx worked as European correspondent and was responsible for the newspaper's military and financial matters. Engels, as a sort of *ghostwriter*, helped Marx in the task weekly dispatch the articles to New York. Among the many matters discussed by Marx in these articles, we selected the economic crisis of 1857-1858 and the American Civil War of 1861-1865 as the central focus of our analysis. The choice of these two topics allows us to demonstrate the interaction between the economic studies developed by Marx to elaborate his critique of political economy and studies of particular historical events. This interaction is crucial to think what Marx called in *The Capital* "research method" and "presentation method". It is also fundamental to understand the specificity of the presentation or the historical narrative developed by Marx in newspaper articles. Articles about the crisis highlight how, from the detailed analysis of the financial system, especially the French *Crédit Mobilier*, Marx points to the centrality of the credit system in the expansion of the capitalist economy and the bursting of the crisis. From the articles on the American Civil War, we described as Marx tried to understand the war as a "conflict between two social systems" – the slavery and the free-labor – having in mind the expansive necessity of slavery.

Keywords: Karl Marx; Friedrich Engels, New York Daily Tribune, economic crisis, 1857-1858; American civil war

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO 1 – INTERAÇÃO ENTRE JORNALISMO E PESQUISA

A prática jornalística no percurso dos estudos de economia	19
Jornalismo para as massas	39
Sobre o New York Daily Tribune	47
Marx como correspondente transatlântico	50
Um panorama dos artigos enviados para o New York Daily Tribune	54
Indicações teóricas sobre a análise dos fatos	65

CAPÍTULO 2 – A CRISE ECONÔMICA DE 1857-1858

2. 1. O problema da crise para Marx	76
2. 2. Cobertura da crise financeira de 1857-1858	78
2.2.1. O caso francês	87
2.2.2. O que pretende o <i>Crédit Mobilier</i> ?	93
2.2.3. Socialismo imperial bonapartista	97
2.2.4. Surgimento de uma oligarquia financeira	112
2.2.5. O <i>Crédit Mobilier</i> diante da crise	116
2.2.6. A crise e os dilemas da emancipação social	124

CAPÍTULO 3 – MARX E A INACABADA REVOLUÇÃO AMERICANA

3. 1. O New York Daily Tribune e a guerra civil americana	136
3. 2. Simpatias dissimuladas da imprensa inglesa pelo Sul	140
3. 3. O conflito entre dois sistemas sociais	145
3. 4. Uma revolução inacabada	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
----------------------------	-----

ANEXO I	165
---------------	-----

BIBLIOGRAFIA	167
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Para Karl Marx, o período entre meados de 1840 e início de 1850 foi caracterizado por extensiva organização política, jornalismo inflamado e aspirações insurrecionais, permeadas por polêmicas e rivalidades pessoais e políticas. De acordo com o historiador americano Jonathan Sperber, Marx refletia, de forma mais ampla, o controverso turbilhão político da história europeia. “Uma época dominada pela revolução continental de 1848, precedida por anos de crescente confrontação e sucedido por uma fase de visões apocalípticas, que antecipavam outra revolução ainda mais violenta, drástica e de grande alcance”.¹ Na expectativa de uma crise que atingisse toda a Europa, Marx, na *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue*, projetou: “a coincidência da crise econômica e da revolução (...) torna-se cada vez mais inescapável. *Que les destins s'accomplissent!*”²

Nos anos subsequentes, Marx presenciou a dissolução da Liga dos Comunistas, que estava imersa em divergências sobre as condições de um novo levante operário. Acompanhou também a condenação de seus companheiros no julgamento dos comunistas de Colônia. Nesse contexto, segundo Sperber, as projeções de Marx sobre a crise, pelo menos até 1857, se mostraram equivocadas. De 1848 até 1857, nenhuma grande crise provocou abalos capazes de recolocar a revolução europeia na ordem do dia. O período entre 1852 e 1859, longe de se caracterizar pela retomada da revolução, foi de reação.³ Na França, o regime autoritário de Luís Napoleão Bonaparte assumiu o controle do país. Passada a tormenta, na Prússia, a velha aristocracia dos *junkers*, que constituía a armadura do Antigo Regime, retomou o poder do Estado. A Inglaterra, que dominava o mercado mundial, “financiou os custos da restauração europeia”.⁴ Em resumo, uma nova “Santa Aliança” foi concluída e sua alma era a Rússia.⁵

¹ SPERBER, J. *Karl Marx – A nineteenth century life*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2013, p. 291.

² MARX, K. *Review: March – April*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 10, 1978, p. 341.

³ Estamos utilizando a cronologia proposta por Jonathan Sperber. Para ele, entre 1852 e 1859, a Europa viveu a “era da reação”. No entanto, entre 1859 e 1871, a melancólica estagnação da “era da reação” foi sucedida por doze anos de governos reformistas, animados debates públicos e intensificação da luta política. Ver: *Karl Marx – A nineteenth century life*, op. cit., p. 326.

⁴ MARX, K. *O movimento revolucionário*. In: Nova Gazeta Renana, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 367.

⁵ MARX, K. *A nova ‘Santa Aliança’*. In: Nova Gazeta Renana, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 365.

Instalada a contrarrevolução, Marx e Engels, então, se dirigiram para Inglaterra. Engels foi para Manchester ajudar a família na administração da indústria têxtil. De lá, procurou ajudar o amigo nos trabalhos intelectuais e na resolução de problemas financeiros. Marx, que já tinha sido expulso da Alemanha, da Bélgica e da França, chegou a Londres para se instalar com a família e se dedicar ao seu livro de economia, que havia planejado há anos.⁶ Em 11 de fevereiro de 1851, Marx escreveu a Engels: “Eu estou muito satisfeito com o isolamento público e autêntico no qual nós dois, você e eu, nos encontramos. Está totalmente de acordo com nossas atitudes e princípios”.⁷ Em dois dias, Engels respondeu: “A principal tarefa é conseguir publicar nossas obras. (...). Qual é o valor das fofocas da turba de emigrados contra você, quando você pode responder com sua economia política?”⁸ Dado o contexto, Marx e Engels consideravam indispensável o aprofundamento do entendimento sobre o estado da situação econômica e política para se lançar a ação, ao contrário da posição de alguns emigrados, “alquimistas da revolução”, que achavam que bastaria “a preparação adequada de uma conspiração”.⁹

A aguardada crise finalmente estourou em 1857 e espalhou-se por todo o mundo.¹⁰ No ano anterior, Marx já considerava que o desenvolvimento dos problemas econômicos o empurraria para a ação. Em carta para Engels, ele escreveu: “(...) as coisas assumiram uma dimensão europeia como nunca foi visto antes e eu creio que não sere- mos capazes de ficar aqui muito tempo apenas assistindo”.¹¹ Marx tratou de adiantar seus escritos sobre economia. No dia 8 de dezembro de 1857, ele novamente escreveu a Engels: “Eu estou trabalhando como um louco, noite adentro, para reunir meus estudos de economia para que eu possa ao menos compreender claramente os contornos antes do *déluge*”.¹² Nessa carta, Marx aproveitou para confirmar suas previsões sobre a inevitabilidade da crise. Segundo ele, um artigo da revista britânica *The Economist* afirmava

⁶ *Karl Marx – A nineteenth century life*, op.cit. p. 292.

⁷ *Marx to Engels, 11/2/1851*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982, p. 285.

⁸ *Engels to Marx, 13/2/1851*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982, p. 289.

⁹ *Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue, n° 4*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 10, 1978, p. 318.

¹⁰ *Karl Marx – A nineteenth century life*, op.cit. p. 320.

¹¹ *Marx to Engels, 26/9/1856*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 70.

¹² *Marx to Engels, 08/12/1857*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 217.

que “nos últimos meses de 1853, em todo o ano de 1854, no outono de 1855 e nas mudanças abruptas de 1856, a Europa sempre esteve à beira de uma crise”.¹³

No entanto, já em meados de 1858, os mercados, aos poucos, foram recuperando o seu funcionamento normal. Engels, numa carta datada em 13 de agosto, afirmou que para ele era “um completo mistério, a superprodução de mercadoria ter sido drenada de maneira tão rápida”.¹⁴ A esperada revolução não aconteceu. Engels procurou apontar para o aburguesamento do proletariado inglês, um fenômeno que levaria o país líder em exploração a ter “um proletariado burguês ao lado da burguesia”.¹⁵ Marx, em resposta a Engels, avaliou a recuperação da economia mundial, vinculando a expansão atual dos mercados ao capitalismo histórico e apontando para o desenvolvimento capitalista em escala mundial.

É inegável que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez sua volta ao século XVI, um século XVI que, eu espero, soará seu sino da morte do mesmo modo que o primeiro inaugurou essa sociedade no mundo. A verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, pelo menos em linhas gerais, e da produção baseada no mercado. Já que o mundo é redondo, me parece que a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parece ter completado esse processo. A pergunta difícil de responder é a seguinte: a revolução continental é iminente e assumirá imediatamente o caráter socialista. Será que ela não será necessariamente esmagada nestes pequenos recantos do mundo, já que o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente na maior parte do mundo?¹⁶

O sinal de inauguração da sociedade burguesa, já afirmara Marx e Engels em *A ideologia alemã*, foi dado “pelo desenvolvimento das cidades europeias”, quando se formou “uma classe particular de comerciantes” no processo de separação entre a produção e o comércio. A “divisão do trabalho entre as diferentes cidades” teve como consequência imediata, “o nascimento das manufaturas, os ramos da produção que ultrapassavam o âmbito do sistema corporativo”. Com isso, continuam os autores, a manufatura absorveu, não sem violência, os camponeses, que fugiam das corporações. Depois, a produção manufatureira teve um novo impulso, “graças à expansão do comércio ocorrida com a descoberta da América e da rota marítima às Índias Orientais”. Nesse momen-

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Engels to Marx, 13/08/1858.* In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works.* Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 343.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Marx to Engels, 08/10/1858.* In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works.* Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 347.

to, os Estados Modernos, recém-surgidos, “tornaram-se o meio de se obter dinheiro que se situava mais ao alcance do fisco”.¹⁷ Mas mesmo com todo esse movimento, o mercado mundial se formou de forma fragmentada, uma vez que “a concorrência das nações entre si era interdita, na medida do possível, mediante tarifas, proibições e tratados, e, em última instância, a luta da concorrência era travada e decidida por meio de guerras”.¹⁸

Em seguida, “a concentração do comércio e da manufatura num só país, a Inglaterra, concentração que se desenvolveu incessantemente no século XVII, criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial”.¹⁹ No entanto, esse movimento também gerou uma demanda de produtos manufaturados da Inglaterra, “demanda esta que não podia mais ser satisfeita pelas forças produtivas industriais anteriores”. Essa demanda, que crescera para além dos limites das forças de produção, foi a força motriz que deu origem a grande indústria. A grande indústria modificou a concorrência e “logo forçou todo país que queria conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas por meio de medidas alfandegárias renovadas e logo em seguida a pôr a grande indústria sob tarifas protecionistas”.²⁰ Apesar disso, a grande indústria universalizou a concorrência, criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial. “Criou pela primeira vez a história mundial” e seu “pressuposto é o sistema automático”.²¹

Com essa longa experiência aberta no século XVI, o desenvolvimento da grande indústria tornou “toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares”.²² Ele gerou também “as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades”.²³ E, nesse processo de mundialização do capitalismo e unificação dos mercados, “os países nos quais está desenvolvida uma grande indústria atua sobre os países *plus ou moins* não industrializados, na medida em que estes são impulsionados pelo comércio mundial à luta universal da concorrência”.²⁴

¹⁷ MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã* – crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 52-58.

¹⁸ *Idem*, p. 58.

¹⁹ *Idem*, p. 59.

²⁰ *Idem*, p. 60.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*.

²³ *Idem*, p. 61.

²⁴ *Idem*.

Voltando para a avaliação de Marx em resposta à carta de Engels, ao longo da segunda metade do século XIX, a sociedade burguesa vivia uma segunda experiência de expansão dos mercados. Os capitalistas perceberam que tinham a sua disposição muito espaço para se expandir na Europa, seja nos países centrais, seja nos países do leste. Tinham o mundo inteiro para impor simultaneamente o comércio e os investimentos internacionais, como foi o caso da dominação inglesa na Índia através do da *East India Company*, ou ainda, da expansão dos negócios do Império bonapartista através dos investimentos do *Crédit Mobilier*. Também criaram “mercado a partir do nada”, como Engels formulou para Marx, com a descoberta de ouro na Califórnia e Austrália. E, nesse cenário, a ideia de revolução também precisava ser repensada, afinal, para Marx, a pergunta difícil de responder era: “uma revolução seria necessariamente esmagada, diante de um cenário de franca expansão do capitalismo mundial?”

Como bem lembrou o historiador inglês Eric Hobsbawm, todas as teorias da revolução eram naquele tempo “tentativas de se chegar a bons termos com a experiência de 1848”.²⁵ Marx e Engels, aos poucos, foram percebendo que com a expansão do capitalismo para áreas que antes estavam fora do processo de acumulação capitalista, modificava o cenário político e a ideia de revolução precisava ser redimensionada. O estouro da crise de 1857, que atingiu toda a Europa, somado a imobilidade dos movimentos políticos diante da maior crise vivida nos mercados capitalistas até então, certamente influenciou a análise da dupla. Eles passaram, por exemplo, a conceber a possibilidade dos processos revolucionários começarem na margem, para depois atingirem o centro, em especial a Inglaterra, que era o país decisivo para o futuro da revolução proletária. Parece-nos, que não por outro motivo, Marx e Engels passaram a acompanhar atentamente os acontecimentos nas áreas coloniais inglesas (Índia, Irlanda e China, por exemplo) ou em países como Rússia e Estados Unidos.

Feito esse breve panorama do contexto histórico no qual Marx e Engels formulavam uma teoria que a um só tempo pretendia analisar e atuar criticamente sobre a sociedade capitalista, podemos agora antecipar as hipóteses e os objetivos do presente trabalho. Como se sabe, entre 1851 e 1862, Marx e Engels, o segundo como uma espécie de *ghostwriter*, escreveram 460 artigos para o *New York Daily Tribune*, o jornal norte americano de maior circulação da época. Os assuntos abordados nesses artigos eram os mais diversos: as revoluções de 1848; a política e a diplomacia das potências

²⁵ HOBBSAWM, E. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 225.

européias; os debates partidários no parlamento inglês; o comércio e a política colonial inglesa na Índia, na China e no Afeganistão; a guerra da Crimeia; a revolução espanhola de 1854; a crise econômica de 1857; os negócios do banco francês *Crédit Mobilier* e a política expansionista do império bonapartista; a guerra civil americana etc.

No presente trabalho selecionamos dois desses assuntos para tentarmos reconstituir os argumentos de Marx no nível teórico-metodológico e no nível teórico-histórico. O primeiro assunto é a crise econômica de 1857-1858 e o segundo é a guerra civil americana iniciada em 1861 e terminada em 1865. Os artigos que abordaremos no presente trabalho foram publicados no *New York Daily Tribune*. Sobre a guerra civil americana, incluímos alguns artigos publicados no *Die Presse*. Inicialmente, levantamos dois problemas centrais: a) Qual é a relação existente entre os trabalhos jornalísticos e a pesquisa de Marx sobre a economia política? b) O que Marx e Engels tinham a dizer sobre as situações políticas concretas?

De acordo com o contexto histórico que narramos nessa introdução, a seleção dos temas parece se justificar. Para Marx e Engels a rápida recuperação econômica das nações europeias depois da crise de 1857-1858 foi possível devido a grande disponibilidade de regiões que o capitalismo ainda encontrava para sua expansão. Tal recuperação tinha uma íntima relação com o descobrimento de ouro na Califórnia e a produção industrial que iniciava um desenvolvimento considerável na América do Norte. No entanto, acreditavam Marx e Engels, essa mesma oportunidade, “dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa Ocidental, especialmente o da Inglaterra”.²⁶ Assim, o desenvolvimento capitalista em áreas fora da Europa, além de gerar um numeroso proletariado e uma concentração gigantesca de capitais, gerava uma nova condição histórica para luta dos trabalhadores.

Se na passagem sobre a expansão do mercado mundial, que citamos acima, Marx explica que o objetivo da sociedade burguesa é criar o mercado mundial. E que, a partir do desenvolvimento das contradições capitalistas, poderíamos esperar o sinal de morte dessa sociedade. No prefácio da primeira edição d’*O Capital*, Marx fala que a guerra civil antecipava o sinal de alarme para a classe operária:

É preciso não se enganar quanto a isso. Assim como, no século XVIII, a Guerra da Independência americana tocou o sinal de alarme para a classe média europeia, no século XIX a Guerra Civil norte americana

²⁶ MARX, K. ENGELS, F. *Prefácio à edição russa de 1882*. In: Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 73.

tocou-o para a classe operária europeia. Na Inglaterra, o processo de subversão tornou-se palpável. Quando alcançar certa altura, há de repercutir no continente. Ali, há de mover-se em formas mais brutais ou mais humanas, segundo o grau de desenvolvimento da própria classe operária. (...) Mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural do seu desenvolvimento (...) ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento. Mas ela pode abreviar e minorar as dores do parto.²⁷

Sendo assim, no primeiro capítulo, a partir das indicações feitas por Marx no prefácio de *Para a crítica da economia política*, buscaremos demonstrar o vínculo existente entre os estudos de economia política e as pesquisas feitas para elaboração dos artigos de jornal. Num segundo momento desse capítulo, contextualizaremos a produção jornalística de Marx, que deixava de ser enviada para os jornais de partido e passava a ser desenvolvida para uma imprensa de massas. Nosso objetivo nesse capítulo é mostrar como a exposição conceitual da crítica da economia política e as análises empíricas dos fenômenos históricos se retroalimentam, numa teoria preocupada em capturar a essência do modo de produção capitalista, sem perder de vista as particularidades históricas que aparecem na superfície da sociedade.

No segundo capítulo, reconstituiremos a argumentação de Marx sobre a crise econômica de 1857-1858. O foco desse capítulo é a análise dos textos sobre o Segundo Império Francês, de Luís Bonaparte. Historiadores como François Furet e Maurice Agulhon afirmam que Marx analisou apenas os períodos revolucionários da França (1848 e 1871), deixando de investigar o desenvolvimento acelerado do capitalismo no período do Segundo Império. Contrariando esses historiadores, mostraremos como Marx acompanhou detalhadamente o desenvolvimento francês. A partir dos textos sobre o banco *Crédit Mobilier*, entenderemos como Bonaparte conseguiu manter os compromissos entre as classes a partir dos mecanismos de expansão do sistema de crédito. Em termos teóricos, confrontaremos as formulações de Marx sobre a crise com as explicações dos sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval e com as críticas do autonomista italiano Sérgio Bologna.

No terceiro capítulo, colocaremos em diálogo as análises de Marx e Engels sobre a guerra civil americana com as análises dos historiadores Dale Tomich e Edward Baptist, que utilizam o conceito de “segunda escravidão” para explicar a expansão da escravidão no século XIX. O objetivo desse diálogo entre as interpretações não é a de refutar

²⁷ MARX, K. *Prefácio da primeira edição*. In: O Capital, livro I, vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 13.

as análises de Marx e Engels ou as de Tomich e Baptist, até porque enquanto descrição histórica há muitos pontos de confluência. Mas sim de ressaltar a singularidade da narrativa de Marx e Engels que procuravam apontar para os limites históricos dos sistemas sociais. Num segundo momento, analisaremos como Marx e Engels procuraram debater a possibilidade de emancipação social diante da guerra civil, evento que eles denominaram como “conflito entre dois sistemas sociais”.

É através da ideia de interação entre a pluralidade material da pesquisa e a reprodução da totalidade concreta que reconstituiremos as interpretações de Marx e Engels sobre a crise econômica e a guerra civil americana. Os textos sobre esses acontecimentos históricos, se nossa hipótese estiver correta, são mais do que simples panfletos. Vão além de um “positivismo crítico” ou de um “historicismo de esquerda”, cuja descrição se encerra antes de buscar as estruturas ocultas da sociedade burguesa. E pela riqueza do material recolhido e pesquisado, esses textos não rebaixam a narrativa da história em um simples exercício de ordenação dogmática dos fatos. No momento em que se aceita a riqueza dessas análises, passamos a enfrentar um problema atual para todos aqueles que não desprezam a necessidade da pesquisa empírica e nem a urgência das análises do movimento de classe para explicar e superar o momento que vivemos.

CAPÍTULO 1 – INTERAÇÃO ENTRE JORNALISMO E PESQUISA

1. 1. A prática jornalística no percurso dos estudos de economia

No prefácio de *Para a crítica da economia política* escrito em janeiro de 1859, Marx, ao apresentar algumas indicações sobre o curso de seus próprios estudos econômicos, deu um destaque especial para sua participação em diversas redações de jornais. A narrativa autobiográfica contida nesse prefácio foi retomada ainda no tempo de Marx para apresentar o autor em determinadas situações e espaços de atuação do movimento social.²⁸ De modo geral, ela estrutura as biografias lançadas sobre o autor e, de certa forma, os estudiosos sempre recorrem a ela para legitimar as teorias explicativas sobre as evoluções e as rupturas no interior da obra marxiana.²⁹ No presente trabalho, as indicações narradas no prefácio são retomadas com o intuito de demonstrar – independente de princípios sedimentados no pensamento marxista – que a prática jornalística interagiu de modo decisivo no desenvolvimento da teoria de Marx.

Mas antes de entrarmos nos detalhes da experiência jornalística de Marx, é importante lembrarmos que nesse prefácio ele não incluiu todas as experiências jornalísticas. Marx não mencionou sua colaboração para o jornal radical *Vorwärts!* em 1844. Nesse jornal, além do texto *Glosas marginais do artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’, por um prussiano*, Marx publicou a carta de sua esposa Jenny sobre a tentativa de assassinato de Friedrich Wilhelm IV. Imediatamente, o governo prussiano pressionou o governo francês a expulsar os exilados alemães do país e a fechar o jornal.³⁰ Nes-

²⁸ Com algumas mudanças, a biografia de Marx - escrita por F. Engels em 1878 - segue a autobiografia de Marx desse prefácio. Ver: ENGELS, F. *Karl Marx*. In: RIAZANOV, D. Marx: o homem, o pensador, o revolucionário. São Paulo: Global, 1984, pp. 11-20.

²⁹ Michel Löwy, por exemplo, fala em “passagem para o comunismo”, “ruptura e transição”, “o corte: teoria da revolução” acompanhando a narrativa de Marx. Ver: LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

³⁰ Nesse artigo, Marx comenta a sublevação dos tecelões da Silésia (e critica a forma como Arnold Ruge abordou o tema). De acordo com Michel Löwy, nesse texto Marx apresenta o proletariado como força ativa e consciente no processo de transformação da sociedade. In: *teoria da revolução no jovem Marx*, op. cit. p.145. Marx também publicou a carta de Jenny no *Vorwärts!*, do dia 10 de agosto de 1844. Jenny imaginou uma descrição de quem seria o candidato a assassino do rei: “Durante três dias esse homem mendigou em vão por Berlim sob constante perigo de morrer de fome – portanto foi uma tentativa social de assassinato! Se alguma coisa começar, virá dessa direção (...) as sementes de uma revolução social estão aí”. Mais a frente, escreveu Jenny sobre como o povo recebeu a notícia: “Todos os sinos tocaram, em meio aos tiros, e a multidão devota foi em rebanho até o templo dizer aleluias ao Senhor dos céus por ter salvado miraculosamente seu senhor da terra” Ver: GABRIEL, M. *Amor e capital – A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 99.

se mesmo ano, Marx também trabalhava seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos*.³¹ Ele não falou nada sobre o *Deutsche-Brüsseler-Zeitung*, jornal organizado pelo seu companheiro Adelbert von Bornstedt entre 1847 e 1848. Nesse momento, Marx estava em Bruxelas e era membro de organizações políticas que dariam origem a Liga dos Comunistas.³² Terminada as jornadas revolucionárias de 1848-1849, Marx, tentando influenciar a opinião pública em jornais fora do contexto contrarrevolucionário europeu, em 1854, mandou três contribuições para o jornal da Cidade do Cabo, *De Zuid Afrika-an*.³³ Na mesma época, Engels enviou artigos sobre a questão militar para o diário liberal londrino *The Daily News* e considerou a possibilidade de publicar no *Times*.³⁴ No entanto, nesse período, foi no jornal norte americano *New York Daily Tribune* que Marx (e Engels) passou a contribuir regularmente como correspondente internacional. Em menor número, os dois também contribuíram para o democrático jornal alemão *Neue Oder-Zeitung*, para os periódicos cartistas *The People's Paper* e *Notes to the People*, para o londrino *The Sheffield Free Press* e para o também londrino escrito em alemão *Das Volk*.³⁵

Ultrapassando o período abordado no prefácio de *Para a crítica da economia política*, ou seja, depois da experiência no jornal norte americano, Marx e Engels continuaram contribuindo para os pequenos jornais vinculados ao movimento dos trabalhadores de diversos países da Europa, ou ainda, para ampliar a influência perante a opinião pública ou por questões financeiras, sempre que necessário, também colaboraram para jornais liberais, como o vienense *Die Presse*. Após a fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), em setembro de 1864, a dupla passou a dar mais atenção para as publicações vinculadas à organização, como o londrino *The Bee-Hive* e o *The Commonwealth*, além de elaborar suas análises de conjuntura nas circulares da

³¹ Nesse trabalho, Marx apresentou alguns tópicos que serão desenvolvidos nas obras posteriores. A partir de uma análise crítica da filosofia hegeliana, Marx já buscava explicar o desenvolvimento social do homem e das leis econômicas, assim como apresentar uma leitura crítica dos economistas clássicos (Smith, Say, Ricardo e Mill). De acordo com Lukács, Marx “esboça um grandioso quadro do caráter dilacerado e contraditório do capitalismo, mostrando como, nesta formação social, o trabalho aliena o trabalhador do seu próprio trabalho, torna o homem alienado do homem, da natureza, do gênero humano”. Ver: LUKÁCS, G. *O jovem Marx*. In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 183.

³² De acordo com Engels: “O governo prussiano iniciou novamente uma série de gestões para obter a expulsão de Marx, irritado pelos artigos que ele publicava no *Deutsche Brüsseler Zeitung* e nos quais denunciava sem piedade o regime policialesco imperante na Alemanha”. Ver: *Karl Marx*, op. cit., p. 13.

³³ *Zur publizistischen Arbeit von Marx und Engels von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Appar. Berlin: Dietz Verlag, 1985.

³⁴ Ver carta de Engels para Marx em 23 de abril de 1854. Citada em *Zur publizistischen Arbeit von Marx und Engels von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Appar. Berlin: Dietz Verlag, 1985.

³⁵ Ver: HERRES, J. *Karl Marx als politischer Journalist im 19. Jahrhundert*. In: *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Berlin: Neue Folge, 2005.

Internacional (como é o caso dos textos sobre a Comuna de Paris).³⁶ No final dos anos sessenta, Engels, sempre que requisitado, escreveu para o *Volksstaat*, órgão de imprensa do Partido Socialdemocrata alemão e para o jornal inglês *Pall Mall Gazette*. Em 1870, junto com sua filha Jenny, Marx atacou – no jornal republicano francês *La Marseillaise* – a política inglesa contra os irlandeses, principalmente aos fenianos presos desde 1865. Por fim, é importante destacar que com o processo de libertação dos servos, Marx e Engels passaram a entrar em contato com os movimentos *narodniki* e mandaram artigos para a redação do *Otietchestviennii Zapiski* para debater a especificidade do desenvolvimento socioeconômico russo.

Dito isso, Marx inicia o relato autobiográfico falando sobre sua experiência no *Rheinische Zeitung*. Entre 1842-43, como redator do jornal, ele, que acabara de ver fechada qualquer possibilidade de seguir uma carreira universitária, escreveu sobre as deliberações do Parlamento renano, o roubo de lenha, o parcelamento da propriedade fundiária e a situação dos camponeses no vale do Mosela. Nas palavras de Marx: “vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais”.³⁷ Os debates sobre o livre-comércio e a proteção aduaneira, deram a ele a tarefa de estudar “questões econômicas”.³⁸ Uma controvérsia com o *Allgemeine Augsburger Zeitung* obrigou Marx a negar qualquer relação do *Rheinische Zeitung* com as correntes do socialismo e do comunismo francês, não por uma simples discordância, mas sim porque ele conhecia muito pouco dessa literatura, o que o impedia de “ousar qualquer julgamento sobre o conteúdo das correntes francesas”.³⁹

O *Rheinische Zeitung*, jornal que Marx precisou defender contra as acusações de vínculo com as correntes políticas radicais do cenário político francês, foi lançado no dia 1º de janeiro de 1842 com aproximadamente quatrocentos assinantes. Nos últimos meses de sua existência chegou a quatro mil assinaturas. A diversidade de correntes políticas envolvidas no projeto mostra como era variada a oposição na Prússia (jovens hegelianos, socialistas, nacionalistas, democratas e intelectuais de várias estirpes). Moses Hess, conhecido socialista, era corredor do diário. Os apoiadores do jornal incluíam pessoas notáveis como o banqueiro e barão da ferrovia Ludolf Camphausen, futuro primeiro-ministro prussiano, e o executivo David Justus Hansemann, futuro ministro

³⁶ Engels afirma que Marx redigiu quase todos os documentos publicados pelo Conselho Geral da Internacional, desde a mensagem inaugural de 1864 até a mensagem sobre a guerra civil da França, em 1871. *Karl Marx*, op. cit., p. 15.

³⁷ *Para a crítica da economia política*, op. cit., p. 27.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem*.

das Finanças da Prússia. Em cinco meses de trabalho, Marx se tornou chefe de redação.⁴⁰

As discussões que Marx desenvolveu de modo muito particular no *Rheinische Zeitung* revelam a historicidade dos problemas que o pensamento crítico da época enfrentava. Assim, por mais que possamos apontar para a originalidade do autor, devemos também reconhecer que a orientação da atuação de Marx estava em consonância com o desenvolvimento econômico que a Alemanha, em especial a Prússia, presenciava.⁴¹ Esse desenvolvimento provocou a ascensão da burguesia, que começava a ensaiar uma luta aberta contra o governo prussiano, e do proletariado, que também se contrapunha ao caráter autoritário do Estado prussiano e começava a ser atraído pelas ideias socialistas que vinham da França. A burguesia desejava alcançar o poder político e reclamava a criação de um Estado alemão unificado capaz de favorecer e proteger seus interesses econômicos; a abolição de todos os privilégios, uma Constituição liberal com um regime parlamentar, liberdade de reunião e de imprensa.⁴²

A maioria dos comentadores dos textos marxianos afirma que Marx, nesse período, indicava apenas uma “saída abstrata” para os problemas do furto de lenha e da situação de miséria dos camponeses de Mosela, “considerando que o melhor remédio para esses problemas econômicos e sociais era a liberdade de imprensa, a única capaz de dar a todos os problemas uma solução racional”.⁴³ No entanto, é preciso enxergar que a defesa da liberdade de imprensa num contexto histórico mais amplo para entender a radicalidade dessa proposição. Desde 1815, a censura avançava sobre os meios liberais, os

⁴⁰ Para uma reconstrução completa desse período, ver: CORNU, A. *Marx y Engels. Del idealismo al materialismo histórico*. Buenos Aires: Editorial Platina y Editorial Stilcograf, 1965.

⁴¹ Segundo Jacques Droz, “durante a primeira metade do século XIX, a luta pela unidade alemã confunde-se com a luta pela liberdade política e reveste-se de um caráter verdadeiramente idealista. (...) Os apóstolos da liberdade e da unidade são frequentemente ideólogos que, em face dos velhos poderes do absolutismo monárquico e da reação feudal, formulam as reivindicações essenciais do pensamento moderno: o direito da nação à autonomia e a vontade de ser consultada sobre os assuntos públicos. Mas constam, para atingir os seus fins, mais com a toda poderosa ideia do que com a força revolucionária da nação”. DROZ, J. *História da Alemanha*. Lisboa: Europa América, 1999, p. 29.

⁴² Nos anos de 1840, quando a coroa da Prússia foi entregue para Friedrich Wilhelm IV (1840-1861), a Alemanha passou a viver um período liberal. “Este príncipe, que no fundo era um romântico, e que acreditava na origem divina de sua coroa, mas que desejava ser amado pelo seu povo, pareceu disposto a conceder liberdades e a obter a reforma da confederação germânica.” Assim sendo, em 1840, os liberais renanos arrastados pela evolução econômica suscitada pela *Zollverein*, aceitam colaborar com as autoridades prussianas na condição de que a Prússia se transformasse num Estado constitucional e parlamentar. *Idem*, pp. 33-34.

⁴³ Para Cornu, “Marx procurava resolver os problemas de um ponto de vista abstrato, considerando que o melhor remédio para os males econômicos e sociais era a liberdade de imprensa, por ser a imprensa livre a única capaz de dar a todos os problemas uma solução racional equitativa”. Ver: *Marx y Engels. Del idealismo al materialismo histórico*, op. cit., p. 298. Michel Löwy aponta para outra debilidade do pensamento de Marx nessa época. Para ele, “Marx vê na miséria dos camponeses apenas seu aspecto passivo: a penúria, as carências, o sofrimento deles”. In: *A teoria da revolução no jovem Marx*, op. cit., p. 64.

Karlsbader Beschlüsse [Decretos Karlsbad], por exemplo, apresentavam medidas de censura à imprensa, de perseguição a intelectuais, professores e políticos liberais e controle do ensino secundário e superior. Em 1832, a mobilização política na *Hambacher Fest*⁴⁴, fez o chanceler austríaco, Metternich, reforçar a censura prevista nesses decretos, ou seja, a luta pela liberdade de imprensa era decisiva para o avanço dos setores liberais da Alemanha.

Para termos uma ideia da censura na Alemanha, podemos recorrer às palavras de grandes filósofos. No período do governo de Friedrich II, Kant confessava em carta:

Na verdade, eu penso, com a mais firme convicção e com grande satisfação, muitas coisas que nunca terei a coragem de dizer, mas jamais direi alguma coisa que não penso.⁴⁵

Em 1794, no cenário da Revolução Francesa, o autor retoma o tema da censura, dizendo que as autoridades podiam proibi-lo de “tornar conhecidos por inteiro os princípios”, mas isto é, declarava, “o que eu tenho feito até o momento”. Em relação a Hegel, Domenico Losurdo indica diversas variações entre as versões escritas e as publicadas nos textos do autor. Também destaca um trecho das *Lições de filosofia da religião*, que aparece como uma espécie de confissão de Hegel explicitando a necessidade de camuflar a discussão político-filosófico em uma forma religiosa:

Da França o Iluminismo chegou à Alemanha, e aqui nasceu um novo mundo de ideias. Seus princípios foram então interpretados mais a fundo. Todavia, esses novos conhecimentos não foram contrapostos em público ao elemento dogmático, mas, ao contrário, fez-se o possível e o impossível para conservar a aparência de reconhecimento à religião, coisa, de resto, que se faz ainda hoje.⁴⁶

Nos anos quarenta do século XIX, o governo de Friedrich Wilhelm IV abrandou a censura, no entanto, percebeu que os artigos do *Rheinische Zeitung* – que sob o comando de Marx, passara a defender as aspirações do povo explorado e privado de todo direito – precisavam ser proibidos. No dia 21 de janeiro de 1843, ele e seus ministros

⁴⁴ Em 27 de maio de 1832 cerca de 30 mil pessoas se reuniram no Castelo de Hambach, localizado na *Rheinland-Pfalz* (Renânia-Palatinado), sudoeste da Alemanha. Esse evento ficou conhecido como *Hambacher Fest* e foi uma das maiores manifestações pela unificação alemã, pela democracia e pela liberdade durante o *Vörmärz*. Ver: FULBROOK, M. *História concisa da Alemanha*; tradução Barbara Duarte. São Paulo: Edipro, 2012, p. 126.

⁴⁵ LOSURDO, D. *Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 11.

⁴⁶ *Idem*, p. 12.

decidiram fechar o periódico. Marx pediu demissão do jornal no dia 17 de março com o intuito de tentar salvar o jornal, mas de nada adiantou, pois o *Rheinische Zeitung* fechou no dia 31 de março. No dia 25 de janeiro, quando o governo já havia anunciado o fechamento do jornal,⁴⁷ Marx escreveu para Arnold Ruge avaliando um ciclo que se fechava:

Nada me surpreendeu. Você sabe desde o início qual é a minha opinião sobre as instruções da censura. Vejo apenas o avanço da consciência nessa decisão de fechar o *Rheinische Zeitung*, por isso estou renunciando (...). Estou cansado da hipocrisia, da estupidez, do brutal autoritarismo e de nosso servilismo, nossos malabarismos e fraseologias. O governo me devolveu a liberdade.⁴⁸

A indicação seguinte que Marx forneceu sobre o curso de seus estudos políticos econômicos, diz respeito aos trabalhos para o *Deutsch-Französische Jahrbücher*, entre 1843-1844. Marx e alguns companheiros foram para França e essa publicação foi encabeçada por Arnold Ruge e ele, mas contava também com Julius Fröbel, George Herwegh, Mikhail Bakunin e Heinrich Heine. No processo de preparação do periódico, eles também buscaram contatos com autores franceses e se “perguntavam se não deveriam tentar ‘convencer’ militantes” – George Sand e Flora Tristan, por exemplo,⁴⁹ – para colaborar com textos e novas ideias. Além de agregar pessoas para a publicação, Marx passou a criar uma ampla rede de correspondência entre militantes de várias partes da Europa, a ideia aqui era trocar informações sobre as diversas lutas que se desdobravam no continente, em 1846 esse esforço resultou no Comitê de Correspondências de Bruxelas e de Paris.⁵⁰

⁴⁷ Engels afirma que Marx no *Rheinische Zeitung* procurou criticar os debates da Dieta provincial renana, que discutia as reformas liberais e causava grande sensação em 1842. Segundo ele, “com dez periódicos que tivessem tido a mesma valentia que o *Rheinische Zeitung* e cujos editores se tivessem decidido a sacrificar algumas dezenas de táleres em gastos suplementares de impressão, a censura teria sido impossível na Alemanha, desde 1843”. In: *Karl Marx*, op. cit., p. 12.

⁴⁸ *Marx to Ruge, 25/01/1843*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 1, 1975, p. 397. Apesar dessas palavras, Marx, quinze anos depois, em carta para o empresário de Colônia Gustav Mevissen, afirmou que o *Rheinische Zeitung* era a “consciência do tempo” [*Zeitbewußtsein*] e, como jornal político, era o portador da “opinião pública” [*öffentlichen Meinung*]. Ver: *Karl Marx als politischer Journalist im 19. Jahrhundert*, op. cit., p. 14.

⁴⁹ *A teoria da revolução no jovem Marx*, op. cit., pp. 85 e 133.

⁵⁰ Em maio de 1846, Marx convidou Proudhon a se juntar ao comitê de correspondência. O objetivo era “relacionar os socialistas alemães com os socialistas franceses e manter os estrangeiros a par dos movimentos socialistas (...) na Alemanha, e informar aos alemães na Alemanha os progressos do socialismo na França e na Inglaterra. Desse modo, as diferenças de opinião poderiam ser esclarecidas, chegar-se-ia a uma troca de ideias e a uma crítica imparcial. Seria um passo que o movimento social daria em sua expressão literária com o objetivo de se livrar dos limites da nacionalidade. E no momento da ação, é certamente de grande interesse para cada um de nós estarmos a par do que acontece tanto no estrangeiro como

Na França, o ambiente sociopolítico era muito diferente da Alemanha, que ainda dava seus passos iniciais para superar o particularismo das regiões e o poder conservador conjugado das dinastias, da Igreja, da aristocracia e do exército. Marx pôde entrar em contato com uma cidade em plena efervescência revolucionária. Com a revolução de 1830, a burguesia francesa tinha assegurado uma vitória decisiva contra a monarquia absolutista e a aristocracia, muito embora, também tenha conseguido afastar os proletários e as classes médias do poder. No entanto, os repetidos fracassos dos levantes de operários e artesãos parisienses, que se sucederam desde 1830, não diminuiu o fervor revolucionário e, desse modo, a cidade constituía um poderoso centro de irradiação de grupos políticos e doutrinas socialistas e comunistas que eram publicadas em jornais como o *Le Populaire*, *La Réforme*, *La Démocratie pacifique* e diversas obras assinadas por teóricos e políticos que se destacavam no cenário francês e passavam a influenciar outros países europeus.⁵¹

Em fevereiro de 1844, a publicação apareceu com a extensão de um livro. Contou com poemas de Herwegh e de Heine; uma troca de cartas críticas da Alemanha entre Ruge, Marx, Feuerbach e Bakunin; ensaios de Moses Hess, Bernays e Bakunin; dois artigos de Marx e dois de Engels. Essa publicação não obteve sucesso e não teve continuidade. Apesar dos problemas de finanças para manter a publicação e das perseguições políticas do governo prussiano, esse trabalho permitiu a Marx avançar em sua crítica aos seus antigos amigos adeptos da filosofia pós-hegeliana, ao mesmo tempo em que, explicitava a miséria alemã, ou seja, a estreiteza em que se desenvolvia a economia capitalista na Alemanha, a covardia e a debilidade dos capitalistas, bem como a ferocidade política implantada pelos governantes diante das soluções não revolucionárias e de conciliação da burguesia alemã.

Marx também trocou correspondências com Ruge, Feuerbach e Bakunin com o intuito de tornar mais precisas as tendências e os objetivos da crítica. Para ele, a nova tendência que eles estavam tentando construir não deveria “antecipar dogmaticamente o

em nosso país”. Proudhon recusou o convite. In: RUBEL, M. *Crônicas de Marx*. São Paulo: Editora Ensaio, 1991, pp. 30-31.

⁵¹ Ver: DROZ, J. (org.). *História geral do socialismo*. Volume 3. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. Lukács também apontou para esse cenário favorável na França. “Marx chega à França, no final de 1843, já de posse dessas posições; ele encontrou, por um lado, numa realidade desenvolvida do ponto de vista capitalista, as organizações do proletariado em luta, e, por outro, dedicou-se ao estudo de historiadores franceses do período da Restauração, que foram os primeiros a narrar a história como história da luta de classes”. *O jovem Marx*, op. cit., p. 164.

mundo, mas encontrar o novo mundo a partir da crítica ao antigo”.⁵² Com o desenvolvimento econômico e a persistência do antigo regime, “a filosofia se tornou mundana e a prova cabal disso é que a própria consciência filosófica foi arrastada para dentro da agonia da batalha”.⁵³ A construção e consolidação do futuro não seriam uma obra deles. A tarefa imediata da tendência era realizar uma “crítica impiedosa da realidade dada; impiedosa tanto no sentido de que a crítica não pode temer os conflitos como os poderes estabelecidos”.⁵⁴

No plano do desenvolvimento teórico, segundo Marx, a revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, cuja introdução apareceu no *Deutsch-Französische Jahrbücher*, foi o primeiro trabalho que ele fez para “resolver a dúvida” que o assediava.⁵⁵ A pesquisa, de acordo com Marx, desembocou no seguinte resultado:

(...) relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política⁵⁶.

Nesse trecho, Marx anuncia como, partindo da filosofia política de Hegel, ele conseguiu localizar a anatomia da sociedade burguesa, na contradição deduzida da constituição do próprio poder dominante, isto é, do capital, ligando “o argumento *político-prático*” (crítica que é capaz de apanhar as massas e pegar as coisas pela raiz, ou seja, o próprio homem) “ao *estrutural-analítico*” (poder do capital, representado pela classe burguesa).⁵⁷

Assim como no caso do *Rheinische Zeitung*, o *Deutsch-Französische Jahrbücher* sofreu ataques do governo e fechou depois de lançar seu primeiro número. A polícia prussiana emitiu ordens de prisão para Marx, Heine, Ruge e Bernays, todos eles foram acusados de alta traição. Em 24 de outubro de 1844, um informe secreto da polícia alemã dizia: “Em Paris surgiu uma nova classe de escritores, artistas e trabalhadores alemães, eles estão decididos a provocar a derrubada pelo caminho das reformas sociais.

⁵² MARX, K. *Cartas dos anais franco-alemães (de Marx a Ruge)*. In: Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 70-71.

⁵³ *Idem*, p. 71.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Para a crítica da economia política*, op. cit., p. 24.

⁵⁶ *Idem*, p. 25.

⁵⁷ FLICKINGER, H. *Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social*. Porto Alegre: LPM, 1986, p. 40.

Lideram esse partido os representantes da doutrina hegeliana: Ruge, Marx etc.”⁵⁸ Vale destacar também o informe secreto da polícia prussiana de fevereiro de 1845 para entendermos como a posição de Marx foi se radicalizando e causando receio do poder estabelecido:

Aqui (Paris) se reúnem normalmente 30, muitas vezes 100 ou 200 comunistas alemães. Eles têm uma sala alugada. Ali pronunciam discursos nos quais se prega abertamente a morte do rei, a abolição de todos os bens, a eliminação dos ricos, etc. Todos eles parecem não ter religião. A mais horrível e inaudita loucura. (...) A polícia já deve saber que muitos alemães se reúnem lá de domingo, o que talvez não saiba é o objetivo político dessas reuniões. Escrevo isso com toda pressa, para que Marx, Hess, Herwegh, Weil e Börnstein não continuem arremessando nossos jovens para a desgraça.⁵⁹

Seguindo seu relato, Marx procurou valorizar o momento em que a parceria com Engels se consolidou. Segundo ele, Engels, em *a Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra e Esboço de uma Crítica da Economia Política* “chegou por outro caminho ao mesmo resultado” que ele⁶⁰. Em 1845, ambos decidiram elaborar uma crítica contra “o que há de ideológico na filosofia alemã”,⁶¹ ou ainda, fazer um acerto de contas “com a antiga consciência filosófica”.⁶² O resultado desse esforço em conjunto resultou em *A ideologia Alemã*, dois “grossos manuscritos *in octavo*”,⁶³ que eles abandonaram “à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo”.⁶⁴

Esses manuscritos que nunca foram editados enquanto Marx e Engels estiveram vivos (a primeira edição da parte sobre Feuerbach foi lançada em 1924 em russo e em 1926 em alemão)⁶⁵ – e ainda não foram lançados na edição crítica da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA 2) – eram entendidos como a elaboração concluída do chamado “materialismo histórico” por muitos marxistas, principalmente por aqueles responsáveis em transforma-lo em ideologia oficial do estado soviético.⁶⁶ É claro que há verdadeiros

⁵⁸ ENZENSBERGER, H. M. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999, p. 38.

⁵⁹ *Idem*, p. 47.

⁶⁰ *Para a crítica da economia política*, op. cit., p. 26.

⁶¹ *Idem*.

⁶² *Idem*.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ CARVER, T. *The German Ideology Never Took Place*. In: www.marxismocritico.com. 6 de maio 2013. (acessado em 08 de maio de 2015).

⁶⁶ Em 1888, Engels reconhecia o caráter inacabado da obra: “A seção sobre Feuerbach não está acabada. A parte que foi concluída consiste numa apresentação da concepção materialista da história que só prova

achados teóricos – crítica ao postulado idealista de “modificar a consciência”, “interpretar diferentemente o que existe”, “sem combater de maneira nenhuma o mundo realmente existente”;⁶⁷ os pressupostos que o próprio homem põe como condição de seu ser; o aumento das necessidades de modo que os indivíduos passam a manter intercâmbios entre si; o desenvolvimento das forças produtivas e a configuração de modos de vida; o tempo histórico a partir do estado da indústria, das condições de produção e das condições materiais da vida do homem; e o lugar do proletariado numa sociedade de classes; etc. – no entanto, mais do que uma doutrina histórico-filosófica concluída, hoje sabemos que seus dois grossos volumes são apenas um grande exercício de autoconsciência dos autores.⁶⁸

Nesse mesmo período, Marx afirmou que para o público, “trabalhos dispersos de então”⁶⁹ explicitavam a opinião de Engels e dele: *Manifesto do Partido Comunista*, *Discurso sobre o livre comércio*. E os pontos decisivos do trabalho científico foram indicados pela primeira vez em *Miséria da Filosofia* e *Trabalho assalariado*. Aqui é interessante notar como Marx coloca o *Manifesto do Partido Comunista* e o *Discurso sobre o livre comércio* como obras que explicitava a opinião dele e de Engels, mas, ao mesmo tempo, afirma que o trabalho científico começava a ser desenvolvido em sua polêmica com Pierre Proudhon. Sobre os panfletos políticos, é bom lembrar que Marx e Engels, sempre que necessário, afirmaram que os princípios gerais se conservavam. E que trechos com uma abordagem histórica precisavam ser revistos, inclusive o programa que ficou antiquado, “levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna e os progressos correspondentes da organização da classe operária”.⁷⁰ Agora, sobre a *Miséria da Filosofia* e *Trabalho assalariado*, Marx escreveu que pontos decisivos do

o quão incompleto ainda eram, à época, nossos conhecimentos sobre a história econômica. A própria crítica da doutrina feuerbachiana padece dessa incompletude”. Mesmo assim, editores das obras de Marx e Engels sob o comando de Adoratskij – que substituiu David Riazanov, que reconhecia o caráter inacabado do manuscrito – buscavam apresentar a Ideologia alemã como algo acabado: “em nenhuma outra obra de juventude encontramos as questões fundamentais do materialismo dialético esclarecidas de forma tão completa e exaustiva. (...) O capítulo I. Feuerbach contém a primeira exposição sistemática de sua concepção histórico-filosófica da história econômica do desenvolvimento dos homens, apresenta a união de “dialética” e “materialismo” num “todo unitário, indiviso”, expressa “a grande virada revolucionária” dos autores com a criação da verdadeira ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade”. Somente mais tarde, com a MEGA 2, é que os manuscritos passarão a ser editados com sua disposição original e com seu caráter fragmentário e inconcluso. Ver: ENDERLE, R. *Sobre a tradução*. In: MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 18.

⁶⁷ *A teoria da revolução no jovem Marx*. Op. cit. p. 175.

⁶⁸ HUBMANN, G. *Da política a filologia – a Marx-Engels Gesamtausgabe*. In *Crítica Marxista*, n° 34, 2012, p. 43.

⁶⁹ *Para a crítica da economia política*, op. cit., p. 26.

⁷⁰ MARX, K. ENGELS, F. *Prefácio à edição alemã de 1872. Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 72.

trabalho científicos foram indicados, porque contra os socialistas utópicos que pretendiam projetar uma nova sociedade mais justa, sem destruir os fundamentos da velha e sem atacar o trabalho alienado, Marx se viu obrigado a experimentar uma nova variante metodológica. “Consciente da insuficiência já experimentada de suas análises econômicas anteriores, propôs-se, então, a tematizar o processo da reprodução do capital enquanto algo pretensamente autoconstitutivo, tomando a sério, assim, a dita autonomia do capital”.⁷¹

Com o estouro da revolução em fevereiro de 1848, Marx e Engels voltaram a pensar numa nova publicação capaz de intervir na situação e dialogar com a opinião pública. Entre junho de 1848 e maio de 1849, eles passaram a publicar o *Neue Rheinische Zeitung – Organ der Demokratie*, na cidade de Colônia, região da Alemanha que era política e economicamente mais desenvolvida e onde vigorava o código napoleônico que garantia uma liberdade de imprensa mais ampla.⁷² O subtítulo “órgão da democracia” foi algo pensado por Marx e Engels. Para eles, com um discurso radical só conseguiriam “pregar comunismo em uma folha de província e alcançar uma minúscula seita em vez de um grande partido de ação”.⁷³ Ao todo foram publicados 301 números com um alcance de aproximadamente 6 mil assinantes. E com essa proposta de representar o partido democrático, rapidamente o *Neue Rheinische Zeitung* tornou-se um dos jornais mais importantes do período revolucionário.⁷⁴

Marx era o redator chefe e um dos acionistas do jornal, que contava com outros dois redatores, Friedrich Engels e Moses Hess e com a colaboração de Heinrich Bürgers

⁷¹ Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social, op. cit., pp. 88-89.

Marx ao formular uma crítica às obras econômicas e filosóficas de Proudhon apresenta a sociedade capitalista como uma totalidade. “A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é o resto do proletariado dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Dia após dia, torna-se assim mais claro (...) que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria, que nas mesmas relações onde há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão, que estas relações só produzem a riqueza burguesa, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente” MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p. 117.

⁷² Ver: COTRIM, L. *A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana*. In: MARX, K. *Nova Gazeta Renana*, apres. e trad. Lívia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

⁷³ Marx to Engels, In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 26, 1980, p. 122.

⁷⁴ Ver: MELIS, F. *Zur Geschichte der Neuen Rheinischen Zeitung und Ihrer Edition in der Marx-Engels-Gesamtausgabe*. Berlin: Argument Verlag, 2012.

e, principalmente, de Georg Weerth para trazer notícias da França e da Grã-Bretanha.⁷⁵ Como já afirmamos, tratava-se de um periódico que pretendia alcançar uma ampla difusão entre os trabalhadores, tendo por objetivo não a profusão de entusiasmo pelo partido cujos princípios professam ou confiança incondicional em sua força para embelezar com o brilho dos princípios a fraqueza efetiva, mas sim, expor para o partido democrático sua situação real. A tarefa do *Neue Rheinische Zeitung*, dizia Marx, “é esclarecer, seja a situação da qual aquele partido deve tomar consciência, sejam seus princípios, apontar suas fragilidades e equívocos”. Ainda de acordo com Marx, “o primeiro dever da imprensa é solapar todos os fundamentos da situação política existente”.⁷⁶

Podemos afirmar que a crítica do *Neue Rheinische Zeitung* se concentrou, desde o início, nas duas principais assembleias representativas alemãs que polarizavam a opinião do partido democrático: a Assembleia Nacional Constituinte Alemã, reunida em Frankfurt desde 15 de maio e a Assembleia Nacional Prussiana, reunida em Berlim desde 22 de maio.⁷⁷ Mas isso não significava que o periódico se contentava em ser uma “folha parlamentar”, pois ela jamais convocaria o povo a aderir aos senhores de Frankfurt, uma vez que são eles que devem aderir ao povo. Para o *Neue Rheinische Zeitung* “as lutas políticas são somente as formas aparentais das colisões sociais”, apontando para “a estreiteza da luta e da razão políticas e para a correlata necessidade de que a representação popular extrapole aqueles limites levando a essa esfera a perspectiva social, com isso alargando os horizontes e o efeito prático de suas ações, ao invés de restringir os do povo”.⁷⁸

⁷⁵ MELIS, F. *Georg Weerth in neuer Sicht: Großbritannien-Berichterstatte und Feuilletonist der Neuen Rheinischen Zeitung*. In: *Zur Geschichte der Neuen Rheinischen Zeitung und Ihrer Edition in der Marx-Engels-Gesamtausgabe*. Berlin: Argument Verlag, 2012.

⁷⁶ MARX, K. *O partido democrático*, NRZ, nº 2/6/1848. In: MARX, K. *Nova Gazeta Renana*, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 82.

⁷⁷ As notícias da revolução na França estimularam os levantes populares. Os liberais aproveitaram o momento para exigir mudanças na Constituição e a Unificação alemã. Na Áustria, as revoltas camponesas e operárias resultaram na queda do estadista Metternich. Na Prússia, para evitar uma guerra civil entre o povo e o exército, Friedrich Wilhelm IV dissolveu sua tropa e colocou uma guarda de civis na rua. Duas Assembleias dividiram o partido democrático. A questão da Unidade alemã encontrava muitas dificuldades para definir suas fronteiras. A Áustria era a primeira dificuldade, uma vez que o Imperador austríaco não estava disposto a desmembrar seus territórios. Posen era um segundo problema, pois era uma região de maioria polonesa. Por fim, o problema de Schleswig e Holstein, territórios que estavam em disputa com a Dinamarca. De acordo com Marx, A Assembleia Nacional Constituinte de Frankfurt não sabia como agir diante do problema da unidade nacional. E a Assembleia Nacional Prussiana foi convocada para passar “à nova Constituição a partir da Constituição existente”. Ver os artigos de Marx para o *Neue Rheinische Zeitung* em: MARX, K. *Nova Gazeta Renana*, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

⁷⁸ COTRIM, L. *A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana*. In: MARX, K. *Nova Gazeta Renana*, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 40.

Apesar de se concentrar nas assembleias alemãs, o jornal tinha pretensões bem maiores, como podemos pressupor a partir das intenções anunciadas por Marx. Vinculado ao movimento de esquerda dos democratas radicais, o jornal buscava influenciar não apenas nas lutas alemãs, mas de toda a Europa. Tinha um compromisso público e solidário com a luta dos povos europeus pela independência nacional, que naquele momento poderiam se ampliar para lutas que buscassem a emancipação política e social da classe trabalhadora. Isso fica claro quando entendemos o interesse de Marx e Engels pelas lutas de libertação da Itália, da Polônia ou da Hungria, por exemplo. As lutas, ainda que dentro da ordem democrático-burguesa, das forças progressistas dessas nações, ajudariam a derrubar os baluartes do absolutismo e do feudalismo na Europa da época, ou seja, o Império Austríaco e o Império Russo, que eram o coração da Santa Aliança, força policial orquestrada pela contrarrevolução e que vinha desde a Revolução Francesa reprimindo todas as lutas sociais no continente.

Como bem explicou Arno Mayer em sua tese sobre a dinâmica da contrarrevolução, Marx e Engels desde as revoluções de 1848-1849 se concentraram nas “causas e na cinética dos movimentos, penetrações e malogros revolucionários”.⁷⁹ E nesse sentido, podemos dizer que os artigos do *Neue Rheinische Zeitung* também acompanharam de perto as alianças artificiosas dentro da contrarrevolução, a cooperação e a coesão das forças antirrevolucionárias, em suma, o processo histórico que colocava a primazia do político no campo da reação e acompanhava os mesmos vínculos que a política da revolução social. Nas palavras de Marx, a revolução percorreu um ciclo: “Começou na Itália, em Paris assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da revolução de fevereiro, Berlim o eco da revolução de Viena”. E a contrarrevolução fez o mesmo caminho: “Na Itália, em Nápoles (...) assestou seu primeiro golpe, e, Paris – as jornadas de junho – assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da contrarrevolução de junho, em Berlim ela se consumou e se comprometeu”.⁸⁰

David Riazanov apresentou uma interpretação que, sem entrar em colisão com A. Mayer, explica os textos de Marx não do ponto de vista da contrarrevolução, mas sim de como Marx tentou encontrar condições para retomar a atividade revolucionária. Para ele, Marx e Engels, até então, não tinham nenhuma outra experiência revolucionária para se apoiar, a não ser a Revolução Francesa de 1789. Esse “modelo” guiou as

⁷⁹ MAYER, A. *Dinâmica da contrarrevolução na Europa, 1870-1956*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 49.

⁸⁰ MARX, K. *NGR*, n° 141, 12/11/1848, 2° edição. In: MARX, K. *Nova Gazeta Renana*, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 267.

expectativas de Marx. Assim, a revolução começaria “em meio à alegria geral”, a burguesia se colocaria contra a monarquia e somente depois se desenvolveria uma luta radical entre burguesia e proletariado. Com isso, poderia surgir uma organização radical, nos moldes dos jacobinos, que se constituiria como a força progressiva da revolução em permanência. Para Riazanov, “essa premissa teórica foi seu erro”, e os acontecimentos políticos fizeram-no abandoná-la. Num segundo momento, a tática explicitada no *Neue Rheinische Zeitung* foi “a guerra contra a Rússia”, pois assim como na Revolução Francesa, a ofensiva da coalizão contra o movimento revolucionário, daria um novo impulso ao movimento revolucionário. Assim sendo,

Marx e Engels, repetimos, dedicavam-se a provar que a guerra contra a Rússia daria um novo impulso à revolução e reforçaria as aspirações revolucionárias do povo alemão. Por isto, defendiam em seu periódico todos os movimentos de oposição contra o regime existente; foram os defensores mais ardentes da revolução húngara e apoiavam os poloneses que pouco antes haviam realizado uma tentativa de insurreição. Reclamavam a restauração da Polônia independente e que a Alemanha e a Áustria lhe devolvessem as províncias que lhe haviam tomado e que a Rússia fizesse a mesma coisa⁸¹.

Depois de uma série de processos do governo prussiano, o jornal foi fechado e Marx expulso de Colônia. Ele conseguiu ficar na França até a manifestação de 13 de junho de 1849, quando o governo francês também o obrigou a sair do país. Em Londres, ele relançou na forma de revista o *Neue Rheinische Zeitung – Politisch-ökonomische Revue*. Os textos foram escritos e editados em Londres, mas publicados em Hamburgo, onde as leis de censura eram bastante severas. Por conta da perseguição política e da falta de dinheiro para bancar a publicação, Marx conseguiu publicar apenas seis números da revista. De acordo com Engels, nesses textos – que mais tarde ficaram conhecidos como *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* e é desenvolvido quase junto com *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, trabalho lançado em fascículo pela revista mensal *Die Revolution*, publicada por Joseph Weydemeyer – Marx conseguiu revelar o nexo interior dos acontecimentos políticos da França, ou seja, “que a crise mundial do comércio de 1847 fora propriamente a mãe das Revoluções”.⁸²

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classe na França*, Marx parece dar razão a explicação de Riazanov que resumimos acima. A Revolução France-

⁸¹ RIAZANOV, D. *Marx-Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984, p. 82.

⁸² ENGELS, F. *Prefácio ao As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. In: MARX, K. *As lutas de classe a França*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 11.

sa de 1789, afirmava Marx reavaliando o processo político e, talvez, suas próprias expectativas, apareceu como um fantasma para a Revolução de 1848. Nos limites da revolução anterior,

todo um povo, que por meio da revolução acreditava ter obtido a força motriz necessária para avançar com maior celeridade, de repente se vê arremessado de volta a uma época extinta e, para que não paire nenhuma dúvida quanto ao retrocesso sofrido, ressurgem os velhos elementos, a velha contagem do tempo, os velhos nomes, os velhos editais que já haviam sido transferidos ao campo da erudição antiquária e os verdugos que pareciam ter-se decomposto há muito tempo⁸³.

A República burguesa, que foi até onde a Revolução de 1789 conseguira chegar, passou a representar “o despotismo irrestrito de uma classe sobre outra”.⁸⁴ A consciência desses limites fez com que Marx reavaliasse o processo nos termos que Engels mencionou, ou seja, tendo em vista a expansão do mercado mundial.⁸⁵

Pensando na forma dos artigos dessa fase da vida de Marx, o historiador Jürgen Herres lembrou um elemento importante, mas pouco debatido entre os comentadores dos artigos jornalísticos. Ele afirma que os artigos de Marx e Engels para o *Neue Rheinische Zeitung* estão longe de ser uma análise objetiva dos acontecimentos. Para ele, as análises políticas são subjetivas, mas isso não significa que são superficiais e unilaterais e sim que expressam a participação ativa deles nos acontecimentos, além de um objetivo radical e consciente. Com esse enfoque, o jornal conseguiu cobrir de forma notável os eventos revolucionários na Europa e apresentar ao público inúmeros manifestos e proclamações com alto valor de informativo.⁸⁶ Destacamos isso, porque essas observações abre a discussão sobre a forma como o jornalismo se estabeleceu na Alemanha, país onde o desenvolvimento da profissão não estava correlacionado com o ideal da objetividade. A resistência à objetividade entendida como imparcialidade ou neutralidade veio exatamente dos jornalistas, que interpretavam estas regras como censura, limitação à sua liberdade de pensamento. “Independente, para o jornalista alemão, não significava

⁸³ MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 27-28.

⁸⁴ *Idem*, p. 36.

⁸⁵ Nas palavras de Engels: “(...) a partir de 1848 e só então instalou de fato a grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente na Rússia e fez da Alemanha um país industrial de primeira grandeza – tudo isso sobre uma base capitalista que, no ano de 1848, portanto, ainda tinha muita capacidade de expansão”. *Prefácio ao As lutas de classe na França de 1848 a 1850, de Karl Marx*, op. cit., p. 16.

⁸⁶ *Karl Marx als politischer Journalist im 19. Jahrhundert*, op. cit., p. 16.

neutro ou imparcial, mas sim fiel às suas próprias convicções. Imparcialidade era interpretada negativamente como ausência de caráter”.⁸⁷

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Jürgen Herres, a jornalista Liriam Sponholz, especialista em história do jornalismo na Alemanha, afirma que as noções de objetividade como imparcialidade ou neutralidade eram discutidas na Alemanha desde o século XVII, mas a discussão se fortaleceu no século XIX, tanto como resultado da passagem da imprensa para uma fase comercial quanto como da curta experiência com a liberdade de imprensa no país. Nesse contexto, foram os editores e donos de jornais que passaram a defender a neutralidade como estratégia para ampliar seu mercado ou, simplesmente, para receber uma concessão para publicar um jornal. Ainda de acordo com a autora:

O caráter do jornalista alemão como comentador leva a uma discussão típica deste espaço sociocultural, a do publicista e do jornalista. O publicista seria o trabalhador da imprensa, cuja atuação se caracteriza pela parcialidade, enquanto o jornalista trabalha sob o princípio de imparcialidade. Enquanto o publicista divulga visões de mundo [*Weltanschauungen*], o jornalista trabalha com conhecimento sobre o mundo [*Weltwissen*] (...) o publicista corresponde à tradição alemã de imprensa, enquanto a figura do jornalista corresponde à tradição anglo-americana.⁸⁸

Essa diferenciação entre a tradição alemã e a tradição anglo-americana é interessante para pensarmos o percurso de Marx, pois, terminado o ciclo revolucionário, ele se instalou em Londres no início dos anos cinquenta e passou a colaborar, como correspondente europeu, para o jornal norte-americano *New York Daily Tribune*. Seguindo autores como David Mindich e Jean Chalaby, Liriam Sponholz afirma que diferente do jornalismo alemão, as noções de objetividade como “neutralidade, imparcialidade, *detachment* e facticidade se tornaram mandamentos do jornalismo norte-americano”.⁸⁹ Ela aponta também que, a partir da segunda metade do século XIX, o jornalismo norte-americano foi se diferenciando da tradição francesa de jornalismo de partido e passou a separar notícias de comentários e assim surgiram as noções de *reporting* e *interviewing*.⁹⁰ Isso pressupunha “uma visão de mundo racionalista, segundo a qual qualquer

⁸⁷ SPONHOLZ, L. *As ideias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha*. In: Comunicação e Política, Rio de Janeiro, 2004, p. 155.

⁸⁸ *Idem*, p. 155-156.

⁸⁹ *Idem*, p. 146-147.

⁹⁰ *Idem*, p. 147.

um pode reconhecer a verdade e formar a sua própria opinião, sem a necessidade de uma verdade pré-fornecida por partidos ou grupos de opinião”.⁹¹

No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, ao mesmo tempo em que Marx destaca os estudos sobre “os pormenores que ficam fora do ramo da ciência da Economia Política”, ele reclama que o trabalho para o *New York Daily Tribune* exigiu uma enorme dispersão dos estudos e reduziu seu tempo disponível. Em diversas cartas, Marx também se queixou das censuras impostas pelos editores do jornal, das mudanças ou inclusões de trechos sem sua autorização, ou ainda, da utilização de seus artigos como editorial do jornal sem sua assinatura. Tendo em vista essas reclamações, Walther Tuchscherer, por exemplo, defende que os trabalhos de Marx como jornalista só se explicam pela necessidade de ganhar dinheiro, pois a elaboração de artigos sobre os diversos temas da política europeia atrapalhavam o desenvolvimento da pesquisa científica.⁹² Em direção oposta, Claus Dieter Neumann, Gisela e Manfred Neuhaus defendem que os estudos de Marx sobre história, diplomacia, política e economia, para escrever os artigos para o *New York Daily Tribune*, enriqueceram a pesquisa do autor sobre a economia e a política de diversos países do mundo e, portanto, eles foram importantes para o resultado da pesquisa científica, como d’ *O Capital*.⁹³

A princípio, as cartas escritas por Marx sobre seu trabalho para o *New York Daily Tribune* mantêm o problema levantado pelos autores alemães. Elas são capazes de sustentar tanto o argumento que desvincula completamente os artigos de jornais dos estudos “científicos”, como de demonstrar uma forte interação entre a elaboração dos artigos e o desenvolvimento das pesquisas sobre economia política.

Em 15 de agosto de 1853, por exemplo, Marx escrevia reclamando para seu amigo Adolf Cluss:

Esperava poder me retirar alguns meses para elaborar minha Economia. Parece que não vou conseguir. O trabalho contínuo no periódico é cansativo. Demanda muito tempo, me distraí e, a bem da verdade, paga muito pouco. Por mais independente que pensava ser, sempre me vejo atado ao jornal e aos leitores, especialmente quando, como no

⁹¹ *Idem*, p. 148.

⁹² TUCHSCHERER, W. *Bevor Das Kapital entstand*, Berlin: Akademie Verlag, 1973, pp. 326-328. Cita-se em: RIBAS, P. *Estudio preliminar*. In: Escritos sobre España. Madrid: Editorial Trotta, 1998, p. 25.

⁹³ NEUHAUS, M.; NEUMANN, C. D. *Waren die Jahre 1854 bis 1856 verlorene Jahre für die Geschichte der marxistischen politischen Ökonomie?* In: Arbeitsblätter zur Marx-Engels-Forschung, Hefte 6. Halle-Wittenberg: Martin Luther Universität, 1979, p. 20.

meu caso, se ganha por unidade. O trabalho puramente científico é uma coisa completamente diferente.⁹⁴

Por outro lado, a relação entre o trabalho da crítica da economia política e os artigos de jornal também podem ser explicada a partir da carta de Marx para Engels data-
da em 18 de dezembro de 1857:

Eu estou trabalhando enormemente, em geral até às 4 horas da manhã. Estou engajado numa dupla tarefa: 1- Elaboração das linhas gerais da economia política (para o benefício do público é absolutamente essencial ir *au fond* do problema e para meu próprio, individualmente, eu preciso me livrar desse pesadelo). 2- A crise atual. Além dos artigos para o *New York Daily Tribune*, tenho feito notas sobre a crise, que, entretanto, me tomam tempo considerável. Penso que lá pela primavera deveríamos escrever em panfleto juntos sobre o caso, como um lembrete para o público alemão de que ainda estamos aqui como sempre e sempre os mesmos. Eu comecei três grandes livros de registros – Inglaterra, Alemanha e França. Todo o material sobre o caso da América está disponível no *Tribune* e pode ser subsequentemente recolhido.⁹⁵

Na carta de 15 de agosto de 1853, Marx afirma existir uma diferença entre a elaboração de artigos de jornal e o trabalho científico. No entanto, na carta do dia 18 de dezembro de 1857, Marx vincula sua pesquisa científica, com os artigos de jornal, e mais ainda, com sua militância política. Assim sendo, para ultrapassarmos a contraposição entre o resultado final de uma narrativa de fatos da história contemporânea e uma pesquisa paciente sobre a crítica da economia política, precisamos entrar numa discussão mais ampla. Uma discussão biográfica – para explicar a falta de recursos financeiros da família Marx e suas constantes queixas sobre a forma de remuneração imposta pelo *New York Daily Tribune* – é um caminho possível. Outro seria através do aprofundamento da discussão sobre a objetividade e o desenvolvimento do jornalismo nos Estados Unidos.

Em nossa opinião, se prosseguirmos em direção a uma discussão biográfica, nós não conseguiremos ir muito longe. Franz Mehring, por exemplo, já desenvolveu esse ponto. Ele, ao citar essa mesma carta de Walter Tuchscherer, apontou como Marx reclamava das relações de trabalho desonestas e descreve Charles Dana, editor chefe do jornal americano, como um “cruel explorador capitalista”, que roubava, alterava e até

⁹⁴ *Marx to Cluss, 15/08/1853*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 39, 1983, p. 366.

⁹⁵ *Marx to Engels 18/12/1857*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol.40, 1983, p. 224.

mesmo descartava os artigos de Marx.⁹⁶ No entanto, essas afirmações não explicam porque Marx citou sua experiência no *New York Daily Tribune* para descrever seu percurso dos estudos em direção à economia política. Ignora o fato de que Marx, desde o início de sua militância política, tinha o jornalismo como uma atividade central para influenciar a opinião pública. Descarta os momentos em que Marx preenchia seus cadernos de estudo para desenvolver sua economia em estreito diálogo com seu trabalho de jornalista. E não explica a importância da análise de dados empíricos para formulação de um método de exposição adequado para organizar as categorias em sua crítica da economia política.

Em contrapartida, se voltarmos para a discussão que abrimos acima sobre a objetividade no jornalismo, talvez nós consigamos enriquecer a discussão. As duas posições divergentes que citamos acima, parecem ignorar um problema central para entendermos o problema, ou seja, a diferença entre as origens e as concepções de jornalismo com que Marx entrou em contato. Antes de começar a trabalhar para o *New York Daily Tribune*, Marx tinha experiência na tradição jornalística alemã e com alguns jornais partidários na França e na Inglaterra. Na Alemanha, mesmo com o crescimento do mercado, as noções de imparcialidade e neutralidade não passaram a orientar a atividade dos jornalistas. Assim, os mais diversos ativistas políticos continuaram sendo *Redakteure*, que além de informar, emitiam comentários sobre os fatos. Já nos Estados Unidos, Marx teve contato com outro modelo de jornalismo, seja no sentido organizacional da empresa, seja na prática diária da atividade.

Em resumo, como apontam os historiadores da imprensa nos Estados Unidos, o “processo de urbanização vivido pela sociedade norte-americana a partir das primeiras décadas do século XIX contribuiu para a formação de classes sociais urbanas, que não se viam representadas pelos partidos políticos e seus jornais”.⁹⁷ Esse processo abriu espaço para o *penny press*, jornais que não só vendiam exemplares a preços acessíveis, como traziam temas que os jornais partidários ignoravam e que refletiam os problemas das classes populares. O *New York Daily Tribune* faz parte dessa experiência e, aos poucos, foi aderindo a uma forma de notícia que excluía a necessidade de fornecer verdades pré-concebidas por partidos. Marx, de certa forma, precisou se adequar a essa realidade, ou seja, a um tipo de jornalismo mais impessoal, mais industrial e feito para

⁹⁶ MEHRING, F. *Karl Marx, a história de sua vida*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013, p. 230.

⁹⁷ *As ideias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha*, op. cit., p. 148.

as massas com um forte componente comercial (retomaremos essa discussão sobre desenvolvimento do jornalismo norte americano no capítulo 2). Em nossa opinião é preciso considerar esses diversos fatores históricos para conseguirmos explicar qual era o significado dos trabalhos que Marx fez ao longo de sua vida para os mais diversos jornais.

A ideia de que Marx experimentava um trabalho de jornalista completamente diferente no *New York Daily Tribune* fica clara na carta em que ele enviou a Engels em 1 de agosto de 1856: “Ontem, eu novamente vi o *New York Tribune*. Não tem nada no jornal inteiro a não ser ‘rodeios eleitorais’ e será assim por meses. Nós não podemos ter esperança de enfrentar seriamente o N-Y-T até esse negócio presidencial acabar”.⁹⁸ Ou ainda, na carta de 20 de janeiro de 1857:

Nas últimas três semanas ou mais, o senhor Dana está me enviando diariamente o *Tribune* – obviamente com a única intenção de mostrar que eles não estão publicando nada do meu material. Exceto umas 40 linhas sobre a movimentação do Banco da França, nenhuma outra linha minha foi incluída. (...) Meus artigos sobre a Prússia, a Pérsia, a Áustria, todos rejeitados.⁹⁹

Marx, ao contrário de suas experiências anteriores, não opinava na linha editorial do jornal a ponto de definir qual tema era relevante, não tinha autonomia e controle absoluto sobre seus trabalhos e, claro, dentro dessa lógica precisava que seus artigos fossem aprovados e publicados para receber. Se estivermos no caminho certo, esse é um elemento central para entendermos as queixas e as expectativas de Marx em relação ao *New York Daily Tribune*.

Não obstante, como vínhamos argumentando, essa experiência de trabalho tem uma íntima relação com a elaboração de sua crítica da economia política e com a militância. Como correspondente internacional, Marx tratou dos “acontecimentos econômicos na Inglaterra e no continente”. Familiarizou-se com “detalhes práticos” que foram úteis, embora alguns “estivessem situados fora do âmbito da ciência da economia política propriamente dita”. Nos artigos sobre economia, temos, por exemplo, análises da conjuntura, dos problemas de política comercial e dos movimentos trabalhistas (inclusive grevistas) na Inglaterra. Há também relatos sobre as relações agrárias na Irlanda e na Escócia, assim como sobre a política inglesa para a Índia. “Parte de sua obra dedicada à

⁹⁸ *Marx to Engels 01/08/1856*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol.40, 1983, p. 61.

⁹⁹ *Marx to Engels, 20/01/1857*. In: Idem, p. 93.

história da economia foi enormemente enriquecida e aprofundada a partir daí”.¹⁰⁰ Como militante, ele pôde apresentar essas discussões num veículo de comunicação que tinha uma tiragem de aproximadamente 300 mil exemplares.

Seguindo a argumentação de Roman Rosdolsky sobre como os artigos de jornal estão relacionados com a crítica da economia política e com as expectativas militantes de Marx e Engels:

É relevante lembrar que a decisão de redigir os *Grundrisse* e a pressa febril com que a tarefa foi cumprida (o enorme manuscrito foi concluído em nove meses, entre julho de 1857 e março de 1858) decorreram especialmente do advento da crise econômica de 1857. Tal crise encheu de esperança o “partido dos dois homens na Inglaterra”, como Gustav Mayer, biógrafo de Engels, denominara os dois amigos. Era natural que, “antes do dilúvio” - ou seja, antes do começo da esperada revolução europeia -, Marx quisesse colocar no papel pelo menos os traços fundamentais de sua teoria. Seu prognóstico revolucionário era uma ilusão. Mas quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífero! Também foi assim nesse caso¹⁰¹.

Ou seja, o estouro da crise de 1857 além de ser um momento importante para o desenvolvimento dos trabalhos da crítica da economia política, demonstra que as duas atividades não eram separadas e irreconciliáveis. Marx era o correspondente internacional do *New York Daily Tribune* responsável pelos temas militares e econômicos, e assim sendo, a elaboração de artigos e o recolhimento de informações no processo de pesquisa o ajudavam a formular sua “economia”. Dito isso, apresentaremos a seguir algumas discussões teóricas de Marx e Engels sobre a análise de fatos concretos. O objetivo é o de demonstrar como a análise de dados empíricos era parte essencial no método de pesquisa de Marx. Essas discussões aparecem de forma fragmentada em diversas obras dos autores. Essa reconstituição das formulações teóricas também reforça nosso objetivo que é a de demonstrar que existe uma articulação entre pesquisa e trabalhos jornalísticos na obra de Marx.

1.2. Jornalismo para as massas

¹⁰⁰ ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 25.

¹⁰¹ *Idem*, p. 25.

De acordo com Jean Chalaby, em *Journalism as an anglo-american invention*,¹⁰² o jornalismo moderno é uma invenção anglo-americana do século XIX. Contrariando historiadores como Mitchell Stephens, em *A History of News*,¹⁰³ que diz que o jornalismo foi inventado nas gazetas semanais venezianas da segunda metade do século XVI, ou ainda, pesquisadores que afirmam que o jornalismo foi inventado na Europa, a partir do processo de urbanização, desenvolvimento do comércio e do estouro de grandes processos políticos no século XVIII, como Robert Darnton, J. Chalaby afirma que a profissão de jornalista e o discurso jornalístico são produtos da emergência de um campo especializado e autônomo de produção discursiva e isso aconteceu de forma plena na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Contrapondo o desenvolvimento do jornalismo anglo-americano com o francês, para Chalaby, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, diversos fatores – **político** (diferente da França, em que a repressão governamental foi grande, com leis de censura, obrigação de registro mediante o pagamento para obtenção de autorização, ou ainda, imposto de selo sobre os jornais, nos Estados Unidos e na Inglaterra ou essas leis foram inexistentes ou abrandaram antes); **econômico** (na Inglaterra e nos Estados Unidos os jornais organizaram rapidamente formas de captar receitas com vendas e publicidades) e **cultural** (escritores não impuseram os valores e as normas da literatura) – contribuíram para o desenvolvimento autônomo do jornalismo. E, neste sentido, o discurso jornalístico foi se tornando um gênero de texto e os jornalistas passaram a desenvolver suas próprias normas e valores, tais como a objetividade e a neutralidade.

Sem entrarmos na polêmica sobre a data de nascimento do jornalismo moderno, pois cada uma dessas explicações se legitima a partir do ponto de vista e do fato que pretendem elucidar, o debate é importante no sentido de apontar para o desenvolvimento crescente do jornalismo nas nações modernas. Diante das necessidades criadas por uma realidade marcada por um intenso desenvolvimento urbano e pela projeção de novos atores sociais com o advento da grande indústria e da consequente concorrência mundial das nações por mercados, os grupos que publicavam jornais passaram progressivamente a disputar cada vez mais às informações. Passaram também a se atualizar constantemente com as informações mais exatas possíveis. Tudo isso exigia uma ampla

¹⁰² CHALABY, J. *Journalism as an anglo-american invention – A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism. 1830-1920*. In: *European Journal of Communication*, vol. 11, 1996, p. 303-326.

¹⁰³ STEPHENS, M. *A History of News*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

estrutura e um enorme número de repórteres e correspondentes a fim de noticiar de forma rápida o que acontecia no país e no mundo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, desde 1810, os estados foram seguindo o sistema de Vermont em relação à participação política que, não sem conflito, passaram a conceder o direito de voto a todos os homens brancos e essa realidade gerava novas demandas. De acordo com Edwin Emery, até 1828,

as rédeas do poder federal encontravam-se geralmente nas mãos de aristocratas como Madison, Monroe e John Quincy Adams. Não obstante, foi naquela época que as pressões a favor da soberania popular começaram a ser exercidas, e a imprensa deveria desempenhar um papel importante nesse drama.¹⁰⁴

Ainda segundo E. Emery, “da imprensa se esperava cada vez mais o fornecimento de informações, inspiração, impulso e educação”.¹⁰⁵ Assim, a impressão de jornais, livros e revistas aumentaram rapidamente. Em 1810, havia 775 oficinas tipográficas, em 1825 esse número já havia triplicado. Entre 1820 e 1830, a edição de livros aumentou em dez por cento e “a venda desses produtos aumentou de mais de um milhão de dólares na década de 1820, quando as edições totalizaram em cerca de dois e meio milhões de dólares”.¹⁰⁶

O período também foi marcado pelo advento das indústrias nos Estados Unidos e, como se sabe, o advento do sistema fabril é acompanhado pelo alargamento das populações urbanas. Da mesma forma que o desenvolvimento da grande indústria possibilitava a proliferação de novos produtos e modificava as relações de trabalho, distribuição e consumo, esse desenvolvimento também tornava o jornal acessível para um público cada vez mais amplo. Diante das mudanças sociais ocorridas no século XIX, podemos afirmar que ocorreu uma confluência de fatores que dinamizaram o trabalho editorial: ampliação do público leitor, melhorias no sistema de comunicação, alargamento da participação política dos cidadãos e progresso na produção.

Soma-se a esse desenvolvimento político e econômico dos Estados Unidos aquilo que Eric Hobsbawm chamou de “maior migração de povos na história”. De acordo com os números levantados pelo historiador, entre 1846 e 1875, “uma quantidade bem superior a 9 milhões de pessoas deixou a Europa e a grande maioria seguiu para os Es-

¹⁰⁴ EMERY, E. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Lidaador, 1965, p. 211.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 211.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 212.

tados Unidos. Isso equivalia a mais de quatro vezes a população de Londres em 1851”.¹⁰⁷ Movimento populacional em consonância com o desenvolvimento econômico, ainda de acordo com Hobsbawm,

pede mudanças substanciais junto aos povos e, por outro lado, facilita tais movimentos tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como, evidentemente, permite ao mundo manter uma população bem maior.¹⁰⁸

Do ponto de vista da comunicação, como vínhamos descrevendo nos parágrafos acima, uma nova concepção de jornalismo surgiu nesse contexto histórico. “O aparecimento do jornal de um *penny* e a promoção do ‘homem comum’ estavam intimamente ligados”.¹⁰⁹ E, nesse sentido, jornais para a classe trabalhadora começaram a surgir. Num primeiro momento, com notícias sensacionalistas como as do jornal *New York Sun*, de Benjamin H. Day, mas rapidamente algumas dezenas de editores passaram a oferecer informações mais elaboradas sobre a vida política dessa classe que passara a ser reconhecida no plano da comunicação. Diga-se de passagem, sem retroceder para o antigo “jornal de partido”, que buscava divulgar filosofias e doutrinas políticas, mas que devido ao seu conteúdo partidário era incapaz de atrair anunciantes, aumentar a tiragem e proporcionar uma distribuição barata e capaz de atrair leitores para além de um círculo reduzido de indivíduos interessados em teoria. De acordo com Edwin Emery:

Quando, porém, o jornal passou a não apelar para nenhuma facção política, a imprensa e o público inclinaram-se a viver separados. Os jornais dissentiam um do outro sobre problemas mais amplos. Mas o leitor que outrora assentia às sutilezas doutrinárias de seu jornal partidário, passava agora a discordar de muitas posições assumidas pela imprensa mais objetiva, pelo simples fato de que nenhum jornal podia satisfazer os gostos de todos os leitores. Assim, quanto mais objetiva se tornava a imprensa, mais os seus leitores estavam em condições de criticá-la. O jornal não é mais o aliado íntimo como o era nos tempos partidários.¹¹⁰

Para o autor, o novo público tinha mais interesse pelas notícias do que por teorias. E nesse sentido, os jornais populares foram aderindo àquilo que levantamos no início, ou seja, as noções de neutralidade e objetividade. Não obstante, acompanhamos

¹⁰⁷ HOBBSAWM, E. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2001, p. 271.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 272.

¹⁰⁹ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 235.

¹¹⁰ *Idem*, p. 237.

essa narrativa de Edwin Emery sem deixar de levar em consideração posições conflitantes. Michel Schudson, por exemplo, afirma que os jornais no século XIX – mesmo inseridos em uma realidade de crescimento urbano e industrial, que era acompanhada por um aumento substancial do público leitor – estavam “mais interessados em alcançar os pés do que conquistar as mentes dos cidadãos para mobilizá-los nas ruas”,¹¹¹ ou seja, eles ainda mantinham as características de um jornal de partido.

Esse contraponto é relevante porque em nosso entendimento parece ser necessário atentarmos para dois movimentos. Os jornais que nasceram após a independência dos Estados Unidos podiam estar dentro de um contexto que superava o jornal de partido, mas como o jornalismo norte-americano nasceu numa sociedade colonial com uma série de contradições sociais, políticas e econômicas, os jornais tendiam a se posicionar e tentar influenciar os debates públicos da época. Durante a guerra civil americana, por exemplo, era claro que o londrino *Times* apoiava os confederados do Sul. O *Times* era um diário empresarial, de perfil popular, mas era seguido por muitos jornais pequenos dos estados escravistas que ainda seguiam o modelo *party press*. No Norte, a maioria dos jornais era de massa (o *Herald*, o *Tribune*, o *Sun* e o *Times*) e já seguia o modelo empresarial, então eles não podiam mais ser classificados como jornal de partido, mesmo que se digladiassem por posições divergentes sobre a figura de Lincoln, a escravidão ou a Secessão.

Então apontar para persistência dos jornais de partido não nos exime de pensar que ele estava pouco a pouco sendo superado, principalmente quando nosso enfoque é a produção, o número de tiragem, a distribuição e o consumo desse produto. Para melhor contextualização dessa discussão, podemos dizer que os jornais de partido tiveram uma grande influência nas revoluções modernas, os mais bem sucedidos tinham uma tiragem de 10 a 12 mil exemplares diários, embora sua influência fosse multiplicada pelas leituras em voz alta nos cafés, praças públicas ou clubes. A produção era arriscada, pois eles buscavam influir no andamento das revoluções e, nesse sentido, não passava na cabeça de um editor investir em inovações tecnológicas para ampliar a rapidez, a quantidade e a

¹¹¹ De acordo com o autor, os interesses políticos eram evidentes a ponto de que os grandes editores aguardavam com expectativas as nomeações, quando seu partido ganhava a Casa Branca. Abraham Lincoln, por exemplo, nomeou jornalistas como embaixadores e cônsules em diversos países. Cf.: SCHUDSON, M. *News and democratic society*. In: *Why Democracies Need an Unlovable Press*. Cambridge: Polity, 2008.

eficiência de seu jornal. Por essa razão, o preço de cada exemplar era muito alto e uma assinatura custava várias semanas do trabalho de um trabalhador comum.¹¹²

Podemos dizer também que esses jornais de partido tiveram grande importância no processo de independência dos Estados Unidos. Como se sabe, os motivos da chamada “Revolução Americana” foram variados e complexos. A ingerência da política britânica, a inaptidão de um governo e os excessos do sistema mercantil são alguns dos motivos. Os colonos também protestavam contra as restrições impostas ao desenvolvimento do comércio e da indústria na América e reclamavam da obstrução das fronteiras. A recusa da metrópole em conceder autonomia para os assuntos domésticos é outro ponto de atrito comentado pelos historiadores. Os mercadores ressentiam as restrições, mas, por outro lado, sabiam plenamente que a marinha britânica garantia a eles segurança para navegar por altos mares. Diante dessa realidade, existiam grupos políticos que achavam a guerra desnecessária e, assim sendo, criaram jornais pró-Londres como o *The Royal Gazette*, *The New York Gazette*, *Weekly Mercury* e outros. Os mais descontentes passaram a defender a luta pela independência em jornais como o *Pennsylvania Gazette* (de Benjamin Franklin), o *Pennsylvania Chronicle*, *Boston Gazette* e muitos outros.¹¹³

Um exemplo marcante da política colonial britânica que envolveu os jornais na luta foi a Lei do Selo de 1765, essa lei impunha pesadas taxas sobre o papel de imprensa. Contra essa lei, diversas publicações apareceram sem o selo exigido para que fossem legalmente publicadas.

Um dia antes de entrar o imposto em vigor, o *Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser* apareceu com faixas negras nas colunas marginais, o símbolo tradicional do luto jornalístico, mas dessa vez na forma de pedra tumular. O *Boston Gazette* e o *Maryland Gazette* foram impressos naquele dia com caveiras e ossos cruzados, como emblemas da morte de uma imprensa livre.¹¹⁴

Ou seja, os jornais passaram a explicitar o descontentamento em relação à política metropolitana, que depois da Guerra dos Sete Anos,¹¹⁵ passou a aumentar os tributos a serem pagos pelos colonos para reequilibrar as contas.

¹¹² Ver: DARNTON, R.; ROCHE, D. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹¹³ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 101.

¹¹⁴ *Idem*, p. 104.

¹¹⁵ Um dos motivos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi o interesse da França em controlar o comércio marítimo da Índia e da América do Norte. Além de disputas territoriais na América, na Ásia e na

Para além de uma luta pela separação política, podemos pensar a guerra a partir do conflito de classes. Samuel Adams, por exemplo, era um típico líder do movimento independentista. Ele era porta-voz dos *whigs* americanos e reclamava por maior participação no governo, queria que as colônias tivessem representação direta no Parlamento. Mas consciente dessa impossibilidade insistia que fosse dada autonomia às colônias sob o governo de um rei comum para a metrópole e a colônia.¹¹⁶ De acordo com Edwin Emery, Samuel Adams – representante da classe capitalista em expansão nos Estados Unidos – foi o maior agitador e propagandista da revolução. Ele reunia-se no *Caucus Club*, organização que patrocinava o jornal *Independent Advertiser*. Mais tarde, Adams também colaborou para o *Boston Gazette and Country Journal*. Do outro lado da disputa, havia o partido *Tory* que buscava manter a estrutura básica da sociedade colonial. James Rivington era uma das principais lideranças desse partido e aos poucos viu seu partido perdendo as batalhas e os jornais *tories* fechando, como foram os casos do *Chronicle*, *Evening Post* e *News-Letter*.¹¹⁷

Após a independência, nos primeiros anos da nova nação americana, os jornais políticos de tipo partidário continuaram desenvolvendo um importante papel. No Norte, tínhamos os chamados *Federalist Papers*, jornais que defendiam a Federação e a Constituição. Alexander Hamilton, por exemplo, editava o jornal *New York Evening Post*. A oposição antifederalista tinha entre seus líderes Thomas Jefferson, que publicamente defendia a liberdade de imprensa – “se me fora dado escolher entre um governo sem imprensa e uma imprensa sem governo, eu não hesitaria um momento em preferir a última alternativa”¹¹⁸ – mas no governo, ele e seus correligionários perseguiram a imprensa federalista. Em outros momentos, Jefferson dizia que apesar de sua convicção pela liberdade de imprensa, ele “advogava uma perseguição ‘a dedo’ de infratores notórios e maliciosos, em vez do esmagamento em massa da imprensa oposicionista, como fizeram os federalistas com a infame lei de sedição”.¹¹⁹

África. A França foi derrotada pelo exército da Inglaterra e das 13 colônias. No entanto essa guerra resultou em maior presença das tropas britânicas na América e maior controle político. A metrópole queria impor aumento de impostos para que os colonos também arcassem com os custos da guerra. Além disso, a Inglaterra também buscou controlar a ocupação de terras pelos colonos na região do Apalaches e do Mississippi. Ver: KARNAL, L. *O processo de independência*. In: História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

¹¹⁶ ADAMS, Samuel. *Resolutions of the House of Representatives of Massachusetts*, 29 de Outubro de 1765. In: <http://press-pubs.uchicago.edu/> (acesso em 01 de maio de 2015).

¹¹⁷ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit., pp. 108-111.

¹¹⁸ *Idem*, p. 183.

¹¹⁹ *Idem*, p. 185.

A imprensa americana sobreviveu à luta política, “aos excessos de 1790 e às perigosas repressões das Leis para Estrangeiros e Sedição”.¹²⁰ O jornalismo partidário continuou. Em 1800, para termos uma ideia, havia seis diários na cidade de Filadélfia e cinco em Nova Iorque.¹²¹ Mas partir do século XIX, os Estados Unidos experimentou uma rápida entrada no processo de industrialização e crescimento urbano. E isso forçava os jornais americanos a mudarem. Os jornais londrinos passaram a ocupar o mercado americano com tiragens em larga escala. A corrida por notícias no Congresso passou a ser mais intensa. Os diários das cidades portuárias alugavam barcos para ir até a Europa e fazer resumos das notícias internacionais.¹²² Em 1830, por exemplo, *A R. Hoe and Company* desenvolveu uma impressora capaz de produzir quatro mil impressões duplas por hora.¹²³ E isso permitiu o aparecimento do jornal de um *penny*, o que modificará radicalmente a ideia de fornecer notícias para a população.

Entre 1833 e 1837, os editores de uma nova imprensa de um centavo provaram que um jornal de baixo preço, editado para as massas, era possível, e que a circulação e o volume dos anúncios poderiam torná-lo independente em pouco tempo. Esses jornais, feitos para o homem comum, não estavam ligados aos interesses de uma comunidade, como a imprensa mercantil, nem dependiam do apoio financeiro de um partido político. Daí não se segue necessariamente que fossem melhores na parte informativa e de opinião, mas de qualquer maneira abriram caminho a um novo tipo de jornalismo.¹²⁴

Para além do aumento quantitativo da circulação de jornais que esses fatos históricos ajudam a entender, outra questão importante nesse debate sobre a imprensa é perceber que com o desenvolvimento das sociedades modernas, a notícia passou a ser um elemento central na “educação” da população a ponto do jornalismo tornar-se uma atividade autônoma. Autônoma no sentido que Jean Chalaby formula, ou seja, uma atividade capaz de criar suas próprias regras e valores e, aos poucos, passar a formular seus princípios elementares: a) *Informação*: fornecer informações completas e isentas para os cidadãos. b) *Investigação*: investigar os espaços de concentração de poder, por exemplo, os governos. c) *Análise*: fornecer estruturas coerentes de interpretação para ajudar os cidadãos a entender um mundo complexo. d) *Empatia social*: informar sobre outras partes do mundo, para que as pessoas possam criar empatia com os oprimidos de outras

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ EMERY, E. *Introdução à comunicação de massa*. São Paulo: Editora Atlas, 1974, p., 62

¹²² *Idem*.

¹²³ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit., p. 226.

¹²⁴ *Introdução à comunicação de massa*, op. cit., pp. 62-63.

regiões e países. e) *Fórum público*: proporcionar um fórum de diálogo entre as pessoas e servir como veículo comum das perspectivas e dos interesses da sociedade. f) *Mobilização*: defensor de programas e perspectivas políticas, com o intuito de mobilizar as pessoas a agirem e defender determinados programas.¹²⁵

O *New York Daily Tribune*, jornal em que Marx e Engels colaboraram de 1851 a 1862 foi um dos pioneiros nesse tipo de jornalismo. Com todos esses valores sendo formulados e incorporados à atividade jornalística, o *Tribune* pretendia conquistar o grande público, analisar e debater ideias, mas sem seguir o modelo de jornal de partido, que geralmente defendia soluções únicas para os problemas e estava dogmaticamente vinculado a uma filosofia e a um determinado grupo social e político. Suas características eram outras. Nas palavras de E. Emery: “Era um jornal tão veemente quanto os panfletários, mas, de modo geral, concorria para esclarecer a opinião pública, mostrando diversos ângulos das ocorrências diárias”.¹²⁶

1.3. Sobre o *New York Daily Tribune*

O *New York Daily Tribune* foi fundado em 1841 por Horace Greeley (1811-1872), um dos editores mais influentes da história do jornalismo americano. Horace Greeley ou “*Uncle Horace*” é considerado por seus biógrafos um típico *self-made man* americano. Com 15 anos era um simples aprendiz de tipógrafo, aos 23 anos fundou o periódico *New Yorker*, ao mesmo tempo em que colaborava para o *Daily Whig* e aos 33 anos publicou o primeiro número do *New York Daily Tribune*, que rapidamente se tornaria o jornal mais influente do país.

A aposta na atividade jornalística era mais ampla do que um simples negócio. Edwin L. Godkin, um grande jornalista do fim do século XIX, afirmou: “O *Tribune* provocava em particular minha profunda admiração. A influência desse jornal foi merecidamente grande. Greeley sacrificava tudo – anunciantes, assinantes e tudo mais – ao que ele considerava princípio”.¹²⁷ E assim sendo, os contemporâneos de H. Greeley podiam identificar o *New York Daily Tribune* como um jornal “antiescravista”, “anti-

¹²⁵ *Journalism as an anglo-american invention – A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism. 1830-1920*, op. cit., pp. 324-326.

¹²⁶ *Introdução à comunicação de massa*, op. cit., p. 65.

¹²⁷ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit., p. 247.

guerra”, “antirrum”, “antitabaco”, “antissedução”, “antibordéis” e “antijogos”.¹²⁸ Quando H. Greeley, por exemplo, se aproximou do Partido Republicano, seus editoriais passaram a defender de forma clara a união, a terra livre e a abolição do trabalho escravo. De acordo com Edwin Emery:

Em 1850, o *Tribune* era o líder incontestado dos importantes diários que se opunham à escravidão. Greeley se sentia tão apaixonado pelo assunto que desejava romper os juramentos de uma vida inteira com os *whigs* para ajudar a organizar um novo partido inicialmente destinado a deter a extensão da escravidão a novos territórios e estados. Lincoln, naquele tempo ainda um político obscuro, lia o *Tribune* regularmente e era admirador do “Tio Horácio”. Greeley assistiu à convenção do novo Partido Republicano em Chicago, em 1860, como delegado especial de Oregon que acabava de ser admitido como estado da união. Parece haver pouca dúvida de ter exercido influência na indicação de Lincoln.¹²⁹

De um modo geral, os biógrafos de H. Greeley afirmam que ele sempre esteve próximo das personalidades políticas dos Estados Unidos e sempre procurou participar dos diversos debates sociais de sua época: escravidão, tarifas protecionistas, desenvolvimento do mercado interno, leis trabalhistas, direitos das mulheres entre outros. No início de 1862, o presidente Abraham Lincoln disse para um correspondente do *New York Daily Tribune*: “Eu não acho que eu tenho o direito de reclamar. ‘*Uncle Horace*’ concorda comigo com bastante frequência. Eu acho que ele está conosco pelo menos quatro dos sete dias da semana”.¹³⁰

Em termos de distribuição, o *New York Daily Tribune* alcançou uma grande tiragem rapidamente. Em abril de 1854, chegou a imprimir 270.000 exemplares. Somava-se a essa alta tiragem, suas outras edições, como o *Semi-Weekly Tribune* com 11.400 exemplares, o *Weekly Tribune*, com 104.000 exemplares e o *California Tribune* com 3.500 exemplares. Com esses números, o grupo superava em vendas o famoso *Times*, de Londres. E esse sucesso de vendas alcançava o continente europeu. Em 16 de maio de 1854, comparando o *New York Daily Tribune* com o *Times*, o político inglês John Bright, membro da Câmara dos Comuns, disse:

¹²⁸ LEDBETTER, J. *Introduction*. In: *Dispatches for the New York Tribune – Selected journalism of Karl Marx*. London: Penguin Books, 2007, p. xvii.

¹²⁹ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit., p. 298.

¹³⁰ TRIETSCH, J. *The Printer and the Prince - a Study of the Influence of Horace Greeley Upon Abraham Lincoln as Candidate and President*. New York: Exposition Press, 1955, p. 202.

Aqui está o *New York Tribune*, uma publicação que sem Suplemento é do tamanho do *Times*, e é vendida por um *penny* para os trabalhadores todas as manhãs em Nova Iorque. Ele é tão bom quanto o *Times*. Eu não digo que todos os artigos são escritos com a mesma capacidade, mas a maioria. Há barcos particulares saindo para atender todas as demandas a partir da Inglaterra. Tem despachos telegráficos de todas as partes da União; emprega correspondentes nas principais cidades da Europa; e eu tenho uma lista de todas as pessoas empregadas na equipe do jornal, e a Casa ficará surpresa ao ouvir que este jornal, que é vendido por um penny para os artesãos de Nova Iorque, emprega uma equipe de 300 pessoas.¹³¹

Segundo E. Edwin, esses números revelam uma mudança na distribuição. Antes, os jornais eram comprados à base de assinatura. Os trabalhadores tinham muita dificuldade em adiantar grandes quantias para manter uma assinatura. “Os jornais populares alcançavam esses leitores à base de venda de rua, sob o assim chamado “sistema londrino”. Os vendedores compravam os jornais do editor à base de cem exemplares por 67 centavos, para revendê-los a um centavo cada um”.¹³²

E como disse o político inglês John Bright, na corrida pela rapidez da transmissão e pela “exclusividade” das notícias, o *New York Daily Tribune* chegou a contar com uma grande equipe. De forma mais exata, em 1855 o jornal contava com uma equipe de 220 empregados, 130 deles eram fixos, 20 eram correspondentes nacionais e 18 eram correspondentes internacionais.¹³³ Entre os mais conhecidos correspondentes e colaboradores, podemos citar: Charles Dana, que foi seu assistente mais próximo desde o início da empreitada; Henry J. Raymond, que pouco depois fundaria o *New York Times*; Margaret Fuller, uma figura literária importante da época; Henry James, George Ripley e Carl Schurz, que ficaram conhecidos na literatura e no jornalismo; e, dentre outros colaboradores, Karl Marx, que foi um dos correspondentes internacionais entre 1852 e 1861.¹³⁴

Por fim, é importante mencionar que com o aumento da concorrência, todos os jornais foram forçados a desenvolver um extenso serviço de recolha de informações. Além das agências de notícias existentes na época, a *Associated Press*, e a *Reuters*, fundadas respectivamente em 1846 e 1851, os jornais buscavam atualizar suas informações através do trabalho dos seus correspondentes. E para que a notícia chegasse ao leitor

¹³¹ *Zur publizistischen Arbeit von Marx und Engels von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1985, p. 634.

¹³² *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 237.

¹³³ *Zur publizistischen Arbeit von Marx und Engels von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1985, p. 634.

¹³⁴ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 252.

mais rápido que pelos concorrentes, o *New York Daily Tribune* tinha edições diárias nos sete dias da semana no período da manhã. Depois das 14h, as notícias eram atualizadas e entregues como *Evening Edition* (Edição da noite). Em eventos excepcionais como a guerra da Crimeia, uma segunda edição noturna poderia ser publicada como *Extra Edition*.¹³⁵

1.4. Marx como correspondente transatlântico

Em agosto de 1851, Karl Marx recebeu o convite do redator Charles Dana para trabalhar para o *New York Daily Tribune*. Charles Dana era um dos principais colaboradores de H. Greeley e um entusiasta das ideias socialistas que circulavam pela Europa. Durante as revoluções de 1848, esteve na Alemanha como correspondente do jornal e numa visita a redação do *Neue Rheinische Zeitung* conheceu Marx. Em 15 de julho de 1850, ele relembrou as palavras de Marx nesse primeiro encontro:

Eu não esqueci o que você disse em Colônia sobre o fim revolucionário que você esperava para si mesmo, mas eu sempre profetizei algo diferente para o mais *avancés* dos meus amigos. *Siegen ist immer besser als besiegt werden*.¹³⁶ – *Voilà mon opinion*. – Mas eu realmente não posso antecipar imediatamente nenhuma explosão do grande vulcão. Em primeiro lugar, talvez, uma boa dose de agitação tenha o seu lugar, mas, em seguida, o caos, de onde sairá o novo mundo.¹³⁷

Marx aceitou o convite de Charles Dana, assim que recebeu a notícia. Em primeiro lugar, porque ele precisava de alguma fonte de renda. De 1850 a 1856, Marx e sua família viveram os piores momentos de suas vidas no exílio em Londres. Em segundo lugar, porque ele conhecia o periódico através de informações de seus amigos Adolf Cluss e Joseph Weydemeyer e, obviamente, também porque Marx sabia das dificuldades de publicar qualquer coisa através dos periódicos europeus depois dos acontecimentos de 1848. J. Weydemeyer, por exemplo, considerava que entre todos os periódicos nova-iorquinos, o *Tribune* era o mais honrado e, assim sendo, aconselhava Marx a

¹³⁵ *Zur publizistischen Arbeit von Marx und Engels von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1985, p. 634.

¹³⁶ “Ganhar é sempre melhor do que ser derrotado”.

¹³⁷ Carta de 15 de julho de 1850 de Charles Dana a Marx, MEGA III/3, p. 591. In: *Estudio preliminar*, op. cit. p. 26, nota 20.

continuar enviando seus artigos, pois outros periódicos não assumiriam a publicação dos textos de Marx.¹³⁸

Em 8 de agosto desse mesmo ano, Marx escreveu para Engels:

O *New York Tribune* convidou Freiligrath e eu para trabalhar como colaboradores remunerados. Trata-se do jornal mais divulgado na América do Norte. Caso você possa, mande-me um artigo em inglês sobre as condições da Alemanha até sexta-feira (15 de agosto), assim eu teria um excelente começo.¹³⁹

Engels precisava ajudar o amigo, pois Marx não dominava a língua inglesa. Desse modo, Engels escreveu não apenas um, mas uma série de artigos sobre a Alemanha, que atualmente conhecemos com o título *Revolução e contrarrevolução na Alemanha em 1848*. Em meados de 1852, Marx começou a escrever ele mesmo os artigos, mas Engels ou Wilhelm Pieper, outro amigo e colaborador que vivia próximo de Marx, precisavam traduzi-los. Somente em janeiro de 1853, Marx começou a escrever seus artigos diretamente em inglês, todavia até setembro os textos precisavam passar por uma revisão de Pieper. Sempre que preciso, Engels assumiu a tarefa de ajudar o amigo com os despachos de artigos para Nova Iorque.

De acordo com Manfred e Gisela Neuhaus, estudiosos que trabalham na organização das obras completas de Marx e Engels, *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA),¹⁴⁰ Marx e Engels despacharam para a América 460 artigos. Destes, 319 foram escritos por Marx, 126 por Engels e 15 pelos dois juntos (ver anexo). Em um artigo sobre o andamento das pesquisas da MEGA, Rolf Hecker, presidente da associação de apoio à edição, afirmou que os autores despacharam 465 artigos (destes, 206 foram utilizados como editorial do jornal).¹⁴¹ Os números são divergentes mesmo entre os organizadores da MEGA, mas de qualquer forma é algo mais próximo do que os números apresentados por estudiosos como David McLellan e Jonathan Sperber que falam em 487 artigos ou Michael Krätke que conta 490 artigos.

Através de um minucioso trabalho filológico, uma equipe de estudiosos está certificando a autoria dos artigos e definindo se o artigo foi escrito originalmente por Marx,

¹³⁸ Carta de 10 de março de 1852 de Joseph Weydemeyer a Marx. MEGA III/5, pp. 291-292. In: *Estudio preliminar*, op. cit. p. 26.

¹³⁹ *Marx to Engels*, 08/08/1852. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982, p. 408.

¹⁴⁰ Os artigos de Marx e Engels para o *New York Daily Tribune* estão organizados em cinco volumes da MEGA (I/11 até I/14 e I/18).

¹⁴¹ HECKER, R. *Marx mit der MEGA neu lesen*. In: *Die Tageszeitung*, 05 de maio de 2008.

Engels ou algum outro companheiro ou conhecido da dupla. Sobre assuntos militares no México e Estados Unidos, por exemplo, existe a suspeita de que alguns artigos seriam do General Winfield Scott.¹⁴² As constantes utilizações de trabalhos de correspondentes como editoriais do *New York Daily Tribune* sem assinatura – prática comum do editor Charles Dana – dificultam o trabalho dos organizadores da edição crítica desses artigos.¹⁴³ Em resumo, podemos dizer que a importância de todo esse trabalho está na possibilidade de reconstrução da contribuição de Marx e Engels e na abertura de novas fontes para interpretarmos os autores. Como bem afirmou o diretor executivo da MEGA, Gerald Hubmann:

De modo algum, porém, a postura filológica traz apenas um traço destrutivo para a obra de Marx; ela pode também ser totalmente reconstitutiva. Nesse sentido, análises detalhadas de autoria puderam identificar 21 novos trabalhos de Marx e Engels para o recém-editado tomo 14 da primeira seção, que contém os trabalhos jornalísticos de Marx e Engels do ano de 1855 – trata-se de quase duzentos artigos de jornal, geralmente para o *New York Daily Tribune*. Por outro lado, foram considerados falsos trabalhos jornalísticos publicados em outras edições com o nome de Marx ou Engels. Isso quer dizer, então: a filologia editorial confere à própria obra sempre novos contornos.¹⁴⁴

Do ponto de vista da atividade profissional, Marx era o correspondente europeu responsável pela cobertura de assuntos “militares” e “financeiros”. De acordo com Michel Krätke, podemos classificar Marx como um jornalista econômico [*Wirtschaftsjournalist*], uma vez que um terço dos seus artigos é claramente dedicado às questões econômicas, como por exemplo, o *Crédit Mobilier* francês ou a história do comércio na China. Embora essas contribuições muitas vezes não tivessem uma regularidade em termos de profundidade e sistematicidade, o fato é que Marx escreveu sobre os principais países europeus, incluindo as colônias dos impérios da época, sem deixar de prestar atenção para as economias que começavam a se destacar como os Estados Unidos. Ele

¹⁴² Winfield Scott, também conhecido como *Grand Old Man*, serviu o exército americano por um longo período. Esteve na guerra de 1812 contra a Inglaterra, na guerra contra o México entre 1846 e 1848 e na guerra civil americana de 1861 a 1865. No aparato do volume 11 da MEGA III afirma-se que existe a possibilidade de alguns artigos assinados por Engels serem do general Winfield Scott. Artigos como *Po e Reno*, *Savoia*, *Nice e Reno* foram considerados “produtos de um general secreto” nos círculos militares de Berlim e Viena. Borkheim, amigo de Marx e Engels, escreveu uma carta para Marx impressionado com os conhecimentos militares de Engels, “o general”. General acabou virando o apelido de Engels. Ver: *Einführung*. In: MEGA III, Band 11, Apparat. Berlin: Akademie Verlag, 2005, p. 693.

¹⁴³ NEUHAUS, M. *Transatlantische Korrespondenzen von Marx e Engels*. Berlin: Sitzungsberichte der Leibniz-Sozietät, 2001, p. 144.

¹⁴⁴ HUBMANN, G. *Da política a filologia – a Marx-Engels Gesamtausgabe*. In *Crítica Marxista*, n° 34, 2012, p. 44.

também abordou os acontecimentos mais importantes dos centros comerciais e industriais, as movimentações no mercado financeiro internacional, as novas tecnologias e instituições financeiras e, por fim, as finanças públicas das grandes potências.¹⁴⁵

Em suma, mesmo como jornalista, Marx não deixou a economia política de lado. Ele era considerado um dos principais jornalistas de economia de seu tempo e ganhou uma excelente reputação como especialista em questões financeiras e monetárias. Suas opiniões sobre como as potências europeias atuavam em relação à política monetária e fiscal tinham influência. Isso foi mesmo reconhecido e foi o pequeno triunfo de Marx sobre o senso comum burguês.¹⁴⁶

De acordo com a situação política, através das cartas, podemos perceber que Marx ora se empolgava, ora reclamava muito dos trabalhos para o *New York Daily Tribune*. A questão da remuneração certamente é o que mais o incomodava. Esses trabalhos não rendiam o que Marx precisava para suprir as necessidades de sua família. Marx recebia duas libras esterlinas por artigo enviado. Em 1856 chegou a receber 200 libras esterlinas, uma renda de classe média alta para época.¹⁴⁷ No entanto, esse trabalho não era tão lucrativo como os valores sugerem. Para receber o pagamento, Marx precisava mandar uma fatura para Charles Dana através de um banco de Londres que iria enviá-la para um banco correspondente em Nova Iorque. Este procuraria os responsáveis do *New York Daily Tribune*, que mandaria o pagamento fazendo o mesmo percurso até que Marx pudesse tirar o dinheiro em Londres com altas taxas deduzidas.¹⁴⁸

A situação piorou com a crise de 1857, que atingiu a Europa e os Estados Unidos e, em consequência, os jornais norte-americanos. Marx foi o único correspondente europeu que não foi demitido na ocasião, mas suas participações diminuíram de dois artigos por semana para um.¹⁴⁹ No dia 1º de fevereiro de 1859, Marx comentou com J. Weydemeyer:

¹⁴⁵ KRÄTKE, M. *Marx als Wirtschaftsjournalist*. In: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge, 2005, p. 48.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ *Karl Marx – A nineteenth century life*, op. cit., p. 298.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 299.

¹⁴⁹ Apesar de Marx ter mergulhado em sérias dificuldades financeiras, Marx via com otimismo a crise econômica. Em 31 de outubro de 1857, escreveu para Engels: “Há uma certa ironia do destino no fato de eu estar envolvido nessa maldita crise”. Mas apesar de estar pessoalmente numa situação financeira muito ruim, Marx afirmava para Engels (13 de novembro de 1857): “Desde 1849, nunca estive tão confortável como durante esta convulsão”. Para ele era agradável assistir “os capitalistas que vociferavam contra ‘droit au travail’ estarem, agora, em todos os lugares, exigindo ‘apoio público’ de seus governos e advogando o ‘droit au profit’ à custa do dinheiro público” Ver: *Marx to Engels 8/12/1857*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 214.

As coisas não foram boas para mim nesses dois últimos anos; por um lado, o bom e velho *Tribune* fez da crise um pretexto para reduzir minha renda pela metade, contudo, nos tempos de prosperidade, eles nunca deram um centavo a mais; por outro lado, meu trabalho de economia tem demandado muito tempo e me compeliu a aceitar as baixas ofertas de Londres e Viena. Mas eu tenho que seguir meus objetivos e não permitir que a sociedade burguesa me transforme numa máquina de fazer dinheiro.¹⁵⁰

No início de 1861, o *Tribune* mandou uma carta para Marx avisando que já havia antecipado o pagamento de dezenove artigos e que Marx não enviasse mais nada durante seis semanas. Podemos entender essa carta, não como uma represália a Marx, mas como um reflexo do fato que os jornais americanos no período estavam quase que exclusivamente concentrados nos acontecimentos locais. Abraham Lincoln tinha acabado de ser eleito presidente, e os estados do Sul iniciaram a secessão da União. Em 1862, o jornal volta a cortar pela metade os pagamentos de Marx.

Por fim, em março o *Tribune* dispensou os trabalhos de Marx como correspondente internacional. Em carta para Ferdinand Lassalle, Marx escreveu: “O *Tribune*, jornal em que eu tinha retomado meus trabalhos – embora com o pagamento reduzido em 1/3 do que eu recebia – finalmente se livrou de todos os seus correspondentes estrangeiros. Eu me encontro num vácuo completo”.¹⁵¹

1.5. Um panorama dos artigos enviados para o *New York Daily Tribune*

No início dos trabalhos para o jornal, agosto de 1851 a dezembro de 1852,¹⁵² Engels mandou uma série de textos sobre a revolução alemã de 1848. Ao todo, ele enviou 19 artigos para o jornal sobre o processo revolucionário, todos esses artigos saíram com a assinatura de Marx. Nesse período, Marx e Engels estavam concentrados em analisar a reação europeia. Vale lembrar que nesse mesmo período, Marx escreveu para outros periódicos *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* e *O processo dos comunistas de Colônia*. Assim sendo, os trabalhos de Engels complementam esse diagnóstico sobre a contrarrevolução europeia que tomou contornos claros, principalmente, depois das derrotas de junho de 1848 na França.

¹⁵⁰ Marx to Weydemeyer, 1/02/1859. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 374.

¹⁵¹ Marx to Lassalle, 28/04/1862. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1985, p. 355.

¹⁵² Zur publizistischen Tätigkeit von Marx und Engels von Juli 1851 bis Dezember 1852. In: MEGA I, Band 11, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1985.

Em meados de 1852, Marx começou a escrever sobre a política interna britânica. Ele escreveu artigos como: *The Elections – Tories and Whigs* e *Results of the Elections* (Marx). No meio de outubro, ele escreveu *Pauperism and Free Trade – The Approaching Commercial Crisis* (Marx). Nesses artigos, Marx discutiu a ameaça de uma crise de superprodução na Grã-Bretanha e a possibilidade dessa crise se espalhar pela Europa. No final de 1852, Marx enviou artigos sobre as relações internacionais entre países europeus e a luta pela unificação nacional dos países europeus. Em *Kossuth, Mazzini and Louis Napoleon*, por exemplo, Marx detalhou o envolvimento de Napoleão III no processo de Unificação Italiana e de Independência da Hungria.

Nos artigos de janeiro a dezembro de 1853,¹⁵³ Marx e Engels procuraram analisar os acontecimentos políticos nos principais países da Europa. Eles viam esse movimento sob o prisma da contrarrevolução, uma vez que não havia nenhum sinal de renascimento do movimento revolucionário. A Grã-Bretanha, na virada de 1852/1853, acabara de eleger um governo de coalizão entre *tories*, *whigs* e alguns liberais radicais. Apesar de alguns momentos de estagnação, Marx e Engels apontaram para uma retomada geral da economia capitalista nos diversos países da Europa. E na primavera de 1853, há uma deterioração das relações diplomáticas, devido à intensificação da luta entre Grã-Bretanha, França e Rússia pelo domínio do Oriente Médio e controle de áreas do decadente Império turco.

Outras questões que mereceram apreciação de Marx e Engels no período foram:

- O desenvolvimento econômico nos países do Ocidente, em especial a Inglaterra, país que eles se dedicaram a pensar as questões bancárias. Podemos destacar os seguintes artigos: *Capital Punishment-Mr. Cobden's Pamphlet-Regulations of The Bank of England* (Marx) e *Defense-Finances-Decrease of the Aristocracy Politics* (Marx). *Panic on the London Stock Exchange-Strike* (Marx e Engels).
- A política colonial e as lutas de libertação nacional dos povos oprimidos: *Revolution in China and in Europe* (Marx). *The Indian Question – Irish Tenant Right* (Marx).

¹⁵³. Zur publizistischen Tätigkeit von Marx und Engels und ihren Mitkämpfern im Jahre 1853. In: MEGA I, Band 12, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1984.

- As relações internacionais, em especial o início das hostilidades entre Rússia e Turquia: *The Turkish Question* (Engels). Lord Palmerston (Marx). *The Turkish Manifesto-France's Economic Position* (Marx).

De janeiro de 1854 a dezembro de 1855,¹⁵⁴ Marx e Engels escreveram, em especial, sobre dois grandes temas: a guerra da Crimeia (1853-1856) e a revolução espanhola de 1854. Sobre o primeiro tema, eles buscaram entender a formação da aliança entre França, Inglaterra e Turquia contra a Rússia. Embora os países Ocidentais afirmassem que a guerra era pelos “interesses nacionais” ou pela defesa da “liberdade” e da “civilização” contra o “despotismo” russo, o que eles realmente almejavam era o domínio da região dos Bálcãs e o estreito de Bósforo localizado no Mar Negro. Marx e Engels buscavam demonstrar que a burguesia aristocrática inglesa e o bonapartismo francês, embora tivessem a intenção de tomar Sevastopol e destruir a marinha russa, estavam longe de querer o fim do czarismo, pois este garantia a repressão dos movimentos populares da região oriental. Vários artigos dão especial atenção a luta pela independência da Grécia frente o Império Otomano. Para reconstruir as fases da Guerra da Crimeia, vale destacar: *The War Question in Europe* (Marx e Engels), *The Turkish War* (Engels), *The War – Debate in Parliament* (Marx), *The Greek Insurrection* (Marx) e *Traditional English policy* (Marx).

Sobre a revolução espanhola de 1854, Marx discutiu a insurreição militar em Madri sob a direção do general Espartero. Para Marx, na Espanha não existia nenhum poder que poderia ser chamado de Estado Moderno e a dinâmica interna da revolução apontava para a luta pela autonomia das províncias e encontrava suas bases na luta de “reconquista” contra os mouros. Em artigos mais generalizantes sobre o evento, Marx explicitou a esperança de que o conflito pudesse se espalhar por todo continente europeu e gerar revoluções como as de 1848. Mas sobre esse tema destaca-se a série de nove artigos de Marx intitulado *Revolutionary Spain*. Esses artigos se diferenciam dos demais, pois Marx apresenta muito mais do que uma discussão sobre acontecimentos pontuais, ele oferece um panorama básico da história da Espanha para que o leitor possa entender a profundidade dos acontecimentos de 1854.

¹⁵⁴ *Zur publizistischen Tätigkeit von Marx und Engels und ihren Mitkämpfern von Januar bis Dezember 1854*. In: MEGA I, Band 13, Apparat. Berlin: Dietz Verlag, 1985. E *Einführung*. In: MEGA I, Band 14, Apparat. Berlin: Akademie Verlag, 2001.

Em 1856, a guerra da Criméia e o Tratado de Paz de Paris ainda eram temas dos artigos de Marx e Engels. No entanto, o tema que a dupla mais escreveu foi sobre o desenvolvimento de uma crise econômica que se espalhou por quase toda Europa (detalharemos as análises de Marx e Engels sobre essa crise no capítulo 2). Na série de três artigos *The French Crédit Mobilier*, Marx analisou também o papel do crédito no processo de expansão do capitalismo na França. Em 1857 e 1858 a crise econômica continuou sendo o assunto que mais ocupou os dois, seja na elaboração de artigos para o *New York Daily Tribune*, seja para o desenvolvimento de sua crítica da economia política. Em artigos como *The Economic crisis in Europe*, *The Monetary crisis in Europe*, *State of Europe - Finance state of France* e *The Financial Crisis in Europe*, Marx descreveu como a crise atingiu as principais economias europeias e novamente projetou o estouro de revoluções de dimensões maiores que a de 1848.¹⁵⁵

Além da grande crise econômica de 1857-1858, nesse período, Marx e Engels procuraram analisar os seguintes temas:

- A burguesia aristocrática da Inglaterra, o bonapartismo francês, o czarismo russo e os governos reacionários da Áustria e da Prússia como os cinco poderes que mantinham a política reacionária em curso. Sobre a análise desses governos, ver: *The State of British Commerce* (Marx), *Bonapartes's Present Position* (Marx) e *Political Situation in Europe* (Marx).
- Nos artigos *The Prospects of the Anglo-Persian War* (Marx), *English Atrocities in China* (Marx) e *The Revolt in India* (Marx), por exemplo, Marx descreveu a “segunda Guerra do Ópio” orquestrada pela Inglaterra contra a China, os levantes populares dos indianos contra as regras britânicas na Índia. Também expôs os métodos da política colonial britânica que adquiria territórios por meio do confisco direto, da violência flagrante ou por meio de fraudes e subornos.

A partir de 1858, os países europeus demonstram uma rápida recuperação de suas economias. Marx e Engels estavam certos de que a crise aberta em 1857 havia sido a mais grave até então, portanto, passaram tentar entender como se deu a recuperação

¹⁵⁵ Ainda não foram publicados os volumes I/15, I/16 e I/17 da MEGA. Quando forem lançados, poderemos tirar algumas dúvidas sobre a autoria dos artigos enviados para o *New York Daily Tribune*. No entanto, todos os artigos sobre o tema já foram publicados na edição alemã *Marx-Engels Werke* (MEW) e na edição americana *Marx-Engels Collected Works* (MECW).

econômica. Em artigos como *The Financial Crisis in Europe* (Marx) e *British Trade and Finance* (Marx), Marx explicou, por exemplo, a recuperação da Grã-Bretanha a partir da mudança das exportações da Europa continental para as colônias. Além disso, voltou a destacar o processo de colonização da Califórnia e da Austrália, além da abertura dos mercados na China e no Japão como fatores determinantes para saída da crise de todo o continente.

Em 1859 e 1860, suas atenções se voltaram para outros assuntos, podemos destacar:

- No artigo *The War Prospect in Europe*, Marx revelou sua expectativa. Para ele, a pequena e média burguesia, a *intelligentsia* progressista, os camponeses e a pequena classe trabalhadora italiana unida no que ele chamou de “partido nacional” poderia iniciar uma grande insurreição. E somente por esse caminho a unificação nacional encontraria bases democráticas.
- Em uma série de artigos Marx e Engels analisaram as manobras da França e da Áustria para impedir a unificação italiana. Também procuraram entender como esse processo de unificação interferia no processo de unificação da Alemanha. Em maio de 1859, Marx traduziu e publicou *Mazzini's Manifesto*, panfleto em que o revolucionário Italiano expõe as manobras demagógicas de Napoleão III.
- Em *The Question of the Abolition of serfdom in Russia* (Marx), *The Emancipation Question* (Marx) e *Europe in 1858* (Engels), Marx e Engels apontaram para a situação social na Rússia. Para eles, o movimento popular contra a servidão adquiria dimensões revolucionárias, pois colocava em risco o poder autocrático do czarismo. Ambos acreditavam que a revolução na Rússia seria um importante acontecimento para deflagrar a revolução no Ocidente.

A partir de 1861, Marx e Engels passaram analisar a guerra civil americana (1861-1865). No entanto, sobre o conflito, Marx escreveu somente até março de 1862 para o *Tribune*, pois o jornal dispensou seus serviços. Depois disso, Marx e Engels continuaram analisando alguns aspectos políticos e militares do conflito escrevendo para o jornal vienense *Die Presse*. De forma resumida, podemos dizer que em direção contrária a imprensa britânica que se posicionava a favor dos confederados do Sul e do partido escravista, Marx e Engels posicionaram-se a favor do partido da União. Dos artigos

publicados no *New York Daily Tribune*, podemos destacar: *The American Question in England* (Marx), *The British Cotton Trade* (Marx), *British Commerce* (Marx) *The intervention in Mexico* (Marx), *The London Times on the Orleans Princes in America* (Marx), *The News and Its Effect in London* (Marx), *Progress of Feeling in England* (Marx) e *English Public Opinion* (Marx). No capítulo 3 analisaremos esses artigos para demonstrar como Marx e Engels enxergaram o conflito entre o Sul e o Norte. Também tentaremos reconstruir os argumentos deles com o intuito de apontar para as expectativas de emancipação que o conflito americano abriu para a classe trabalhadora.

Além dos artigos para as edições diárias do *New York Daily Tribune*, Marx e Engels também colaboraram com verbetes para a *New American Encyclopedia*, um dicionário de conhecimentos gerais, que estava sendo preparado por especialistas americanos e europeus e tinha como editores Charles Dana e George Ripley. Ela foi publicada em dezesseis volumes, em Nova Iorque, entre 1858 e 1863. Engels chegou a sugerir que Marx dissesse a Dana que poderia escrever a enciclopédia inteira, sendo que na verdade Engels, Wilhelm Wolff e Pieper ajudariam.¹⁵⁶ Nas palavras de Engels: “Se eu estivesse no seu lugar, eu me ofereceria para fazer sozinho a enciclopédia inteira. Nós poderíamos controlar bem tudo isso. (...) Podemos facilmente fornecer essa quantidade de erudição ‘pura’, em troca do ouro californiano”.¹⁵⁷ Longe de escreverem a enciclopédia inteira, Marx e Engels colaboraram nesse projeto apenas com verbetes até a letra C de forma mais intensa. Nas letras seguintes apenas elaboraram os verbetes *Fortification* e *Infantry*.

A partir desse amplo panorama de assuntos abordados por Marx, Michel Krätke destacou cinco focos nos trabalhos de Marx como jornalista econômico. *O primeiro*: A crise. Na maioria dos seus artigos, Marx abordou o fenômeno da crise, em especial, crises monetárias e financeiras na Europa, mas também na América do Norte e na Índia. *O segundo*: Dinheiro e finanças. Regularmente, Marx escreveu sobre orçamento estatal e debate sobre o orçamento, principalmente da Inglaterra. Entram aqui as análises que Marx fez sobre as leis bancárias e as inovações financeiras do período. *O terceiro*: O mercado mundial. Entre 1800 e 1830 o comércio mundial, sob o controle da Inglaterra, cresceu 30 por cento. Entre 1840 e 1870 o esse volume quintuplicou a partir da industrialização de outros países (Bélgica, Alemanha, França e outros). Ele, por exemplo, co-

¹⁵⁶ Ver: *Amor e Capital – A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*, op. cit., pp. 352-353.

¹⁵⁷ *Engels to Marx*, 22/04/1857. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 122.

mentou e criticou o acordo comercial Cobden-Chevalier entre Grã-Bretanha e França. *O quarto*: As colônias. A política colonial, a formação, a extensão e a gestão das colônias pelas grandes potências europeias. O Império britânico tinha um lugar de destaque, mas Marx também prestou atenção nas ambições do Império francês, por exemplo, na expedição mexicana. Marx enviou 36 artigos sobre a Índia para o *Tribune* (11 dos quais escritos por Engels). Sobre o comércio britânico com a China, incluindo a Guerra do Ópio, Marx atacou agudamente o comércio forçado e desigual. Por fim, *o quinto*: A condição da classe trabalhadora em diferentes países. Marx descreveu as condições de trabalho, os acidentes nas fábricas, os salários, os inúmeros métodos de roubo diário do salário, a situação dos pobres nas grandes cidades inglesas, a emigração forçada para as colônias. Apresentou comentários sobre as estatísticas dos inspetores de fábrica. Em uma série de artigos comentou a luta pela libertação dos servos na Rússia e apresentou detalhes sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos.¹⁵⁸

Esses cinco grandes temas ou focos foram muito bem destacados por Michael Krätke, no entanto, não devemos separar esses temas de forma muito rígida, pois eles se inter-relacionam dentro de uma preocupação central nos estudos de Marx e Engels na época, o mercado mundial. Como formulou Sergio Bologna, as guerras da Pérsia, Índia e China contra o domínio britânico estão relacionadas à crise no continente europeu. Para ele, o sistema monetário constituía o bloqueio das relações capitalistas entre América, Ásia e a Europa; isto não representava somente a aparência superficial das relações de produção subjacentes, mas também o fator básico de unidade do sistema. De acordo com Bologna:

Longe de ser um fetiche, o sistema monetário foi um fator concreto e rígido. Era a unidade dos países integrados com níveis muito diferentes de desenvolvimento capitalista, e assim a sensibilidade do sistema para as ondas de choque da crise era muito grande. As taxas de expansão do sistema monetário foram mais rápidas do que as taxas de crescimento do sistema fabril. Como resultado, o ritmo do capitalismo foi acelerado. O sistema monetário foi o mercado mundial em sua materialidade concreta. Sem o sistema monetário seria impensável a insurreição chinesa ter uma repercussão tão imediata nas fábricas inglesas. Visto na perspectiva da revolução a partir de cima, o sistema monetário é o vetor, o meio de comunicação do internacionalismo proletário.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Marx als Wirtschaftsjournalist, op. cit., pp. 55-56.

¹⁵⁹ BOLOGNA, S. *Geld und Krise*. – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune. In: Beilage zur Wildcat, n° 85, 2009, p. 28.

Nesse sentido, o conjunto de artigos sobre a crise financeira e sobre as empresas coloniais não pode aparecer como temas aleatórios tratados por Marx, pois são complementares. Como disse Bologna, “imperialismo é um falso nome sob o qual o conceito de mercado mundial está escondido”.¹⁶⁰ Entender a abordagem de Marx nesses termos é importante também para compreendermos por que Marx deu pouca atenção para a organização da classe trabalhadora nos artigos sobre a crise e porque ele deu pouco espaço em seus artigos sobre tentativa do revolucionário italiano Felipe Orsini matar Napoleão III no atentado de 14 de janeiro de 1858.¹⁶¹ Para Marx, o tempo dos grupos conspiratórios tinha acabado. O poder dos regimes e o poder do capital não seriam derubados por uma simples indignação popular. Em outras palavras, a classe trabalhadora precisava de uma organização, de um partido capaz de agir contra os mecanismos efetivos do mercado mundial (voltaremos a esse tema no capítulo 3).

Analizando as questões políticas da época, David Riazanov também procurou apresentar uma interpretação que interliga os temas abordados a partir do prognóstico proposto por Marx. Ele procurou demonstrar que embora nenhuma revolução social tenha acontecido depois da guerra da Crimeia (1853-1856) e da crise econômica (1857-1858), as leituras de Marx e Engels foram acertadas no sentido de demonstrar como esses eventos foram capazes de desestabilizar os poderes conservadores da Europa e recolocar a classe trabalhadora em movimento no sentido de construir organizações que expressassem seus interesses.

Na América, a abolição da escravidão se tornou um problema que colocaria em choque as forças sociais do país. Na Rússia, a derrota na guerra da Crimeia forçou o novo czar a aprovar uma série de reformas políticas e colocou o fim da servidão na ordem do dia. A Inglaterra não conseguia controlar os problemas nas colônias, principalmente, as insurreições na Índia. A Áustria só conseguia sufocar os húngaros com a ajuda da Rússia. A Itália continuava dividida e com a maior parte do seu território do Norte sob o controle da Áustria. Napoleão III lançava a ideia de libertação da Itália do jugo austríaco e, de forma secreta, celebrava acordos com Cavour, ministro do rei da Sardenha. Além disso, o imperador francês buscou impor sua influência no processo de unifi-

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ Em 5 de fevereiro, Marx escreveu o artigo *The Attempt upon the life of Bonaparte*. Marx procurou nesse artigo resgatar a história de como Bonaparte subiu ao poder e como no período de prosperidade, ele conseguiu manter as classes sociais sob seu domínio. Com a crise econômica, esse domínio, acreditava Marx, era colocado em cheque. Marx no início do artigo pergunta: Essa explosão era para matar um indivíduo ou um estado de coisas? Ver: MARX, K. *The Attempt upon the life of Bonaparte*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, pp. 453-458.

cação alemã liderado pela Prússia. Na Alemanha, os partidos voltavam a fortalecer a ideia de unificação.

Mais do que nunca, Marx passou a focar suas atenções nas manobras político-diplomáticas das potências europeias. Napoleão III, por meio de publicações e panfletos, fazia propaganda de seu liberalismo. Dizia apoiar a causa italiana e conseguia atrair exilados húngaros e poloneses para prestar serviço no exército ítalo-francês. Do outro lado do conflito, Marx também demonstrava como a Áustria agia demonstrando defender os interesses da Alemanha. Para proteger o Reno alemão, a Áustria dizia que precisava dominar o Pó, no Norte da Itália. Diante desses interesses do Império francês e austríaco, o movimento nacional alemão ficava dividido. Os movimentos inclinados a Prússia declaravam que a Áustria deveria se desenvolver por conta própria. Outros defendiam uma república alemã que compreendesse as regiões alemãs da Áustria. Marx e Engels, afirmou Riazanov,

demonstravam que a Alemanha não precisava da Itália (região do Pó) para defender o Reno e que podia consentir, sem riscos, que a Áustria restituísse à Itália unificada todas as províncias italianas. Sustentavam que tomar partido da Áustria em interesse da Alemanha não era outra coisa senão um compromisso com o despotismo austríaco.¹⁶²

Diante desse jogo de alianças políticas, Marx e Engels criticavam com igual violência o “despotismo militar”¹⁶³ de França, Áustria e Prússia, que dominavam a Europa desde 1848. Engels demonstrava que os revolucionários não deveriam favorecer nenhum desses poderes e, assim sendo, Itália e Alemanha deveria se unificar por forças próprias. O cenário que vislumbravam nesse jogo de forças era uma revolução contra a reação,

no curso da qual os partidos burgueses que não soubessem atrair as classes inferiores cederiam lugar a partidos cada vez mais radicais e preparariam, deste modo, o terreno para o triunfo do partido mais extremista e revolucionário, o partido do proletariado.¹⁶⁴

Depois da guerra da Crimeia e da crise econômica, Marx e Engels – além de apontarem para essa guerra entre os impérios contrarrevolucionários – voltaram a acom-

¹⁶² Marx-Engels – e a história do movimento operário, op. cit., p. 99.

¹⁶³ ENGELS, F. *Europe in 1858*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 16, 1980, p. 120.

¹⁶⁴ *Idem*, pp. 99-100.

panhar mais de perto os movimentos da classe trabalhadora espalhada pelo mundo. Ao longo da crise isso quase não aparece nos artigos de Marx. Nos países fora da Europa Ocidental, eles passaram a ver com cuidado a movimentação dos trabalhadores na Rússia e nos Estados Unidos.

Na Rússia, por exemplo, o czar Aleksandr II passou a instituir reformas políticas e sociais, mas encontrou a oposição da burocracia e da nobreza russa, principalmente em relação à libertação dos servos. Para Marx, isso seria “o segundo ponto de viragem da história da Rússia, e, finalmente colocaria a civilização no lugar da farsa introduzida por Pedro o Grande”.¹⁶⁵ Mas ao mesmo tempo em que isso gerava movimentos revolucionários como o *Zemlia e Volia* [Terra e Liberdade], gerava também a repressão em regiões fronteiriças da Rússia, como na Polônia, fato que, mais tarde, foi uma pauta em comum para as organizações dos trabalhadores de diversos países que buscavam a unificação em um movimento internacionalista. Da luta pela libertação dos servos em diante, foi constante o debate de Marx e Engels com os *narodniki* russos (Piotr Tkatchov, Nicolai Mikhailovski, Danielson [Nicolai-On], Piotr Lavrov e Vera Zasulich).

Nos países ocidentais, o contexto político também mudou desde a guerra da Crimeia e a crise econômica. O movimento cartista estava enfraquecido,¹⁶⁶ mesmo com os esforços de Ernest Jones em tentar mantê-lo a partir das publicações em que Marx colaborava como o *The People's Paper*. No entanto, de acordo com Riazanov, na Inglaterra existiam, por um lado, operários qualificados com poder de barganha frente aos patrões, como os da indústria têxtil. Por outro lado, os operários de outros ramos, como da indústria da construção civil, que passaram a se movimentar por melhores condições de trabalho. Com os efeitos da crise, ocorreram muitas demissões e os patrões passaram a abaixar os salários ou aumentar a jornada de trabalho. Os trabalhadores responderam, em 1859, com uma greve de massa, uma das maiores de Londres. Tal greve deu origem a assembleias e comícios no Hyde Park, lugar que já tinha sido utilizado como ponto de encontro dos trabalhadores em anos anteriores.¹⁶⁷ As organizações dos *trade-unions* passaram a funcionar como uma espécie de conselho, “transformou-se igualmente numa organização política que se esforçou por atuar em todos os acontecimentos que interes-

¹⁶⁵ MARX, K. *The Emancipation Question II*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 16, 1980, p. 147.

¹⁶⁶ DROZ, Jacques. *O socialismo inglês de 1848 a 1875*. In: *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, p. 742.

¹⁶⁷ Ver: MARX, K. *Anti-church Moviment. Demonstration in Hyde Park*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 14, 1980, pp. 302-307.

savam aos operários”.¹⁶⁸ Na França, a crise repercutiu também sobre os operários da construção civil, que passaram a crescer em número, principalmente depois do início das reformas de Paris, chefiadas pelo Barão Haussmann. “Foram eles que, desde os peões até os operários mais altamente qualificados, construíram os principais quadros do novo movimento operário que se desenvolveu a partir de 1860”.¹⁶⁹

Resumindo, o desenvolvimento capitalista e a formação do mercado mundial passaram a ser o foco central das preocupações de Marx e Engels. Assim sendo, os artigos para o *New York Daily Tribune*, mais do que revelar um jornalista “forçado” a escrever sobre temas aleatórios, revelam um jornalista econômico que buscava entender os elementos unificadores do período histórico, sem deixar de entender as particularidades de um modo de produção que se estendia por todo o globo. Politicamente, como bem formulou Eric Hobsbawm, todas as teorias de revolução do período buscavam chegar à experiência de 1848. Mas depois das derrotas dos movimentos revolucionários de 1848, do fortalecimento das forças contrarrevolucionárias e do desenvolvimento do capitalismo, as grandes correntes do socialismo utópico foram deixando de existir ou de ter grande influência. O sansimonismo se transformou no projeto de expansão do crédito para aventureiros capitalistas. Os republicanos radicais ficaram restritos a luta pela libertação nacional ou pelas reformas sociais. A esquerda tradicional conspiratória continuava pensando que para uma revolução social acontecer bastava reproduzir os acontecimentos da Revolução de 1789.¹⁷⁰ Marx sabia que precisava ir além dessas teorias da revolução.

No capítulo 2 analisaremos de forma detalhada os artigos de Marx sobre o banco *Crédit Mobilier* e sobre a crise econômica de 1857-1858, com o objetivo de dialogar com essas teses de Michael Krätke, Sergio Bologna, David Riazanov e Eric Hobsbawm e demonstrar como, para Marx, uma análise de conjunto era essencial para descrever a situação social, política e econômica da época e para pensar formas de organizações anticapitalistas capazes de enfrentar o poder do capital. Mais do que uma teoria da revolução acabada, perceberemos que Marx começava a entender a revolução nos termos em que formulou numa entrevista para o *Chicago Tribune*: “O socialismo será resultado do

¹⁶⁸ *Marx-Engels – e a história do movimento operário*, op. cit., p. 118.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 119.

¹⁷⁰ Ver: *A Era do Capital*, op. cit., pp. 223-225.

movimento. Mas isto será uma questão de tempo, de educação e do desenvolvimento de novas formas de sociedade”.¹⁷¹

1.6. Indicações teóricas sobre a análise dos fatos

Ao longo de seus trabalhos, Marx – seja como exercício de autoesclarecimento, seja para clarificar seu método para o público leitor em passagens específicas de suas obras – desenvolveu algumas explicações teóricas que corroboram a posição de que as análises sobre fatos concretos representam um momento importante no método de exposição dos “trabalhos científicos”. A seguir repertoriaremos algumas dessas explicações a fim de demonstrar a coerência de nossa explicação, que procura evidenciar o vínculo existente entre os artigos de jornal e a pesquisa para a formulação da crítica da economia política. De acordo com nossa interpretação, esse vínculo nos permite construir uma visão unitária entre pesquisa, trabalho e militância.

Em *A ideologia alemã*, Marx estabelece uma “declaração de intenções” sobre a concepção materialista da história. De acordo com Reichelt, nesse texto, a “história passada é reconstruída a partir de seus resultados, interpretada como história das forças produtivas”. Os conceitos “desenvolvimento” [*Entwicklung*] e “dedução” [*Ableitung*], vinculado aos jovens hegelianos – cedem lugar à “apresentação” [*Darstellung*] do processo global de desenvolvimento da humanidade, cujo desenrolar passa a ser determinado principalmente pelos instrumentos de produção.¹⁷² “Um procedimento que não seria possível em sua totalidade, caso não viesse acompanhado de um estudo metódico da realidade empírica”.¹⁷³

No entanto, neste texto, isso aparece como uma “intenção de trabalho”, um “programa de pesquisa” de cunho geral que precisa ser comprovado metodicamente na

¹⁷¹ MARX, K. *Interview – Mit dem Grundleger des modernen Sozialismus – besonderes Korrespondenz der Tribune*. In: MARX, K. ENGELS, F. Werke, Band. 34. Dietz Verlag, 1966, p. 510. Citado por Eric Hobsbawm em *A Era do Capital*, op. cit., p. 223.

¹⁷² Diz Marx: “A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão ligados a um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase social (...), que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas” *A ideologia alemã*, op. cit. p. 34.

¹⁷³ REICHELT, H. *Sobre a teoria do estado nos primeiros escritos de Marx e Engels*. In: A teoria do Estado, materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990, pp. 48-50.

apresentação conceitual de situações concretas. E, assim sendo, afirma Marx, a filosofia autônoma

perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, *um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens*. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a *ordenação do material histórico*, para indicar a sucessão de seus estratos singulares.¹⁷⁴

Em 1857, Marx passou a organizar os resultados das suas pesquisas sobre economia política, recorrendo explicitamente ao conceito hegeliano de dialética enquanto método de apresentação. Nos *Grundrisse*, Marx, quando discute o método da economia política, afirma que parece correto começar a análise de um dado país pela “sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.”.¹⁷⁵ Em outras palavras, “parece correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo”¹⁷⁶ percorrendo o caminho que foi tomado historicamente pela Economia em sua gênese. Mas, “tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial”.¹⁷⁷ Esse seria “o método cientificamente correto” descoberto por Hegel, que Marx define assim:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam a reprodução do concreto por meio do pensamento.¹⁷⁸

Nessa passagem, Marx demonstra que “ir do abstrato ao concreto” é o único método científico adequado para “apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um con-

¹⁷⁴ *A ideologia alemã*, op. cit. p. 95.

¹⁷⁵ MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54.

¹⁷⁶ *Idem*.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ *Idem*.

creto pensado”.¹⁷⁹ Nas palavras de Rosdolsky, “o pensamento só pode compreender plenamente o concreto ‘em um processo de síntese’, ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente ‘pelo real e concreto’, pelas próprias ‘condições reais’ – por exemplo, a população ou o mercado mundial –, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade”.¹⁸⁰ Assim sendo, é errôneo num trabalho científico considerar as categorias econômicas na ordem em que elas foram historicamente determinadas, pois “a ordem em que se sucedem está determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente inversa da que parece ser sua ordem natural ou da que corresponde no curso do desenvolvimento histórico”.¹⁸¹

O processo de abstração descrito acima é um método científico¹⁸² de representação categorial capaz de desempenhar uma análise dos processos e das leis de desenvolvimento do capital. Abstrai-se, portanto, para poder expor o objeto em sua pureza, livre de todas as circunstâncias secundárias e perturbadoras. Para explicar o “capital em geral”, o “capital como tal”, por exemplo, como *differentia specifica*, como elemento geral diante dos diferentes capitais, Marx precisa abstrair a realidade da pluralidade de capitais, explicar a concorrência como uma “relação do capital consigo mesmo como outro capital, ou seja, o comportamento real do capital na condição de capital”,¹⁸³ demonstrar como “o dinheiro ‘ultrapassa sua simples determinação como dinheiro’ e se converte em capital” como “o consumo do trabalho humano engendra mais-valia e finalmente, como a produção dessa mais-valia permite a reprodução do capital e a própria relação capita-

¹⁷⁹ “É preciso ficar claro, em primeiro lugar, que sua retomada da dialética na crítica do capitalismo e da Economia Política não decorre de uma mera adesão a este método, como se ele devesse valer por si mesmo, independente do objeto a que se aplique. Esta indiferença entre método e objeto, forma e conteúdo, seria em si mesma totalmente não-dialética. Ao contrário, é porque seu objeto se constitui de modo contraditório que Marx percebe ter de investigá-lo dialeticamente. Por isso, ele afirma, numa famosa proposição: “(...) toda ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem ‘imediatamente’. Ou seja, em coisas que aparecem de forma distinta do que são essencialmente distingue-se dois níveis de realidade – o da essência e o de suas manifestações. Melhor ainda, ambos níveis coincidem, mas não “imediatamente”, e sim por mediações, através das quais a essência aparece com uma aparência diferente”. GRESPAN, J. *A dialética do avesso*. In: Crítica Marxista, São Carlos, n. 14, p. 2002, p. 22.

¹⁸⁰ *Gênese e estrutura de O capital*, op. cit., p. 39.

¹⁸¹ *Idem*, p. 40.

¹⁸² Novamente de acordo com Grespan, “A ‘ciência’ a que Marx se refere, desta maneira, é a dialética, única forma pela qual é possível conceber a contradição real e, daí, as mediações pelas quais se manifesta sob formas distintas”. Ver: *A dialética do avesso*, op. cit., p. 22.

¹⁸³ *Gênese e estrutura de O capital*, op. cit., p. 50.

lista”.¹⁸⁴ Ou seja, no processo de abstração para formação dos conceitos não podemos deixar de perceber o nexo existente entre categorias teóricas e realidade empírica.¹⁸⁵

É tendo em vista esse método científico, que Marx poderá dizer que as categorias econômicas mais simples – valor de troca, por exemplo – pressupõem determinações mais “complexas” – como a população – e são mais “abstratas” porque pressupõem relações “concretas” mais desenvolvidas e, não por outra razão, o autor poderá dizer que elas são consideradas o “ponto de partida” que conduz a reprodução do concreto efetivo no plano do pensamento. É esse método que anos depois justificará o começo da apresentação d’ *O capital* através da análise da mercadoria, pois essa se apresenta como a “aparência imediata” da riqueza na sociedade civil burguesa, pressupondo, ao mesmo tempo, tanto a lógica “progressiva” de explicação dessa sociedade em sua totalidade concreta, como a reconstrução lógica “regressiva” das condições históricas do surgimento desse sistema de produção.¹⁸⁶

Em *O Capital*, Marx explicou seu método como uma unidade radical e consequente entre pesquisa [*Forschung*] e apresentação [*Darstellung*], um esforço do conceito para penetrar na estrutura oculta do modo de produção capitalista. Esses momentos – método de pesquisa [*Forschungsweise*] e método de apresentação [*Darstellungsweise*] – foram discutidos por Marx no posfácio da segunda edição d’ *O Capital*: “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.¹⁸⁷

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ Eike Henning procurou demonstrar o nexo que Marx estabelece entre categorias teóricas e realidade empírica. Para ele: “o problema metódico da compreensão materialista da história repousa inicialmente no nível da formação dos conceitos e, a seguir, na retroligação empírica dessas categorias, isto é, na tradução do instrumento conceitual, abstrato, em representações da realidade empírica. O problema metódico da ‘pesquisa lógica dos nexos internos’ de um processo histórico determina preliminarmente, a partir da própria formação das categorias, os enunciados do conteúdo, ou seja, determina o modo como a realidade empírica é ‘subvalorizada’ com relação a abstração categorial. Com isso destaca-se inicialmente o nível da representação categorial, tida como essencial; vem a seguir o nível do capital em particular e dos conflitos de classe: (...) na teoria se pressupõe que as leis de produção capitalista se desenvolvem de modo puro. Quando na realidade existe apenas uma aproximação; no entanto, esta aproximação é tanto maior, quanto mais adiantado estiver o estado da produção capitalista e quanto menor for o grau de impureza e de envolvimento com restos de situações econômicas primitivas”. HENNING, E. *Notas introdutórias à leitura dos “escritos políticos” de Marx e Engels – problemas inerentes a uma representação materialista da história*. In: A teoria do Estado – materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1990, p. 71.

¹⁸⁶ Ver: MÜLLER, M. L. *Exposição e método dialético em O’ Capital*. In: Boletim SEAF. Belo Horizonte, n. 2, 1982. E também: GRESPAN, J. *A dialética do avesso*. In: Crítica Marxista, São Carlos, n. 14, p. 2002.

¹⁸⁷ MARX, K. *O’ Capital*, vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 20.

Trata-se de um procedimento científico de pesquisa, de análise e interpretação dos resultados e de sua exposição adequada. Marcos Müller, em *Exposição e método dialético em 'O Capital'*, afirma que Marx recorre à dialética enquanto método de exposição, ou seja, ele expõe

construtivamente o 'desenvolvimento conceitual do capital' enquanto 'capital em geral', o 'capital enquanto tal, isto é, o capital social total' a partir de sua forma elementar, a mercadoria, e das determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais. Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor.¹⁸⁸

Como o método de exposição dialética é distinto do movimento efetivo da sociedade capitalista, ele “supõe a apropriação analítica prévia do material econômico pesquisado, a investigação das ‘suas formas de desenvolvimento’ e da ‘sua conexão interna’, para então reconstruir discursivamente a lógica objetiva do material”.¹⁸⁹

Dito isso, é preciso notar que a exposição da crítica da economia política n’ *O Capital* contém um diagnóstico histórico da sociedade capitalista que se situa como “a ultima fase opositiva do processo social de produção”.¹⁹⁰ Ainda de acordo com M. Müller,

porque ela leva às últimas consequências a separação entre o trabalho e as suas condições objetivas de realização, o antagonismo de classes, como pressuposto e instrumento histórico do desenvolvimento da produtividade do trabalho social, isto é, da plena socialização do trabalho e da completa dominação da natureza.¹⁹¹

Esta separação entre trabalhador e os meios de produção consolida a dissolução dos laços orgânicos do indivíduo trabalhador com a comunidade na qual ele se inseria como membro e proprietário e instaura a sua individualidade nua, despojada dos meios para sua subsistência.

A emergência do trabalho assalariado, ou seja, do trabalhador juridicamente livre e não mais proprietário e a transformação da sua capacidade de trabalho em mercadoria decorrem do desenvolvimento da *assim chamada acumulação originária*, proces-

¹⁸⁸ *Exposição e método dialético em O' Capital*, op. cit., p. 21.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 22.

¹⁹⁰ MARX, K. *O' Capital*, vol. I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

¹⁹¹ *Exposição e método dialético em O' Capital*, op. cit., p. 33.

so histórico que modificou a forma de sujeição dos trabalhadores através da “transformação da exploração feudal em capitalista”.¹⁹² O que faz época na história dessa acumulação são as revoluções que serviram de alavanca à classe capitalista em formação:

(...) todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica.¹⁹³

Nesse trecho, Marx explicita que sua pesquisa teve um olhar diferenciado para a situação na Inglaterra, país onde o processo de dissolução das bases de exploração feudal e a ascensão dos capitalistas industriais se deram “em sua forma clássica”. Ele não deixa de apontar que a história desse processo assume formas *diferentes* nos *diferentes* países e pode assumir uma sequência *diversa* em épocas históricas *diferentes*.

Destacar isso é importante porque em 1877, o *narodnik* Nicolau Mikhailovski entrou na polêmica entre Marx e Jukovski sobre o processo de acumulação na Rússia. De forma resumida, o autor acusava Marx de ter formulado uma visão histórico-filosófica “otimista” no capítulo *A assim chamada acumulação originária* d’ *O Capital*. Nessa visão, o violento processo de criação da “miséria”, “humilhação” e “opressão impostas às massas” no processo de desenvolvimento do capital, logo seria substituído pela “organização”, “escolarização” e “unificação” das massas e a “casca capitalista”, por não suportar a força dessa “socialização”, sofreria “a expropriação da riqueza pelas massas. Pensando na situação russa, afirma Mikhailovski¹⁹⁴:

(...) Mas a nossa situação é muito diferente. Todas aquelas ‘mutilações de organismos de mulheres e crianças’ ainda estão por aparecer em nosso caminho. Contudo, do ponto de vista da teoria histórica de Marx, nós não deveríamos protestar contra elas, pois isto seria o equivalente a agir contra os nossos próprios interesses; e mais, deveríamos saudá-las com alegria como degraus necessários, ainda que árduos, na subida em direção ao templo da felicidade.¹⁹⁵

¹⁹² *O’ Capital*, vol. I, tomo II, op. cit., p. 263.

¹⁹³ *Idem*, p. 263.

¹⁹⁴ MIHAILOVSKI, N. *O dilema do marxismo russo*. In: Dilemas do socialismo – A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 162.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 163.

Marx em sua resposta afirma que o capítulo sobre a acumulação originária pretende somente traçar o caminho por onde, na *Europa Ocidental*, a economia capitalista surgiu das entranhas da economia feudal.¹⁹⁶ Ele expõe o processo de separação dos produtores de seus meios de produção e no fim do capítulo, resume uma *tendência* histórica, ou seja, essa separação cria também os elementos de uma nova ordem socioeconômica, ao dar impulso às forças produtivas do trabalho social e ao desenvolvimento integral de cada produtor; a propriedade capitalista, já repousando de fato sobre um modo de produção coletivo, só pode transformar-se em propriedade social. Desse processo, afirma Marx, não se pode criar um *passe-partout*, “uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica”.¹⁹⁷

Através da pesquisa histórica, Marx, longe de apresentar uma teoria histórico-filosófica, demonstrou que o processo histórico é capaz de gerar configurações históricas bastante distintas de acordo com as circunstâncias empíricas encontradas em cada momento histórico. No debate com o russo, ele faz alusão ao destino dos plebeus da antiga Roma. Esses eram originariamente camponeses livres que cultivavam suas próprias parcelas de terra. “No curso da história eles foram expropriados”. “O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também de grandes capitais monetários”. “Os proletários romanos transformaram-se não em trabalhadores assalariados, mas em um *mob* ocioso, mais abjeto que os *poor white* do Sul dos Estados Unidos, e junto a eles não se desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista”. Logo, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. De acordo com seu método de pesquisa, conclui Marx: “Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno”.¹⁹⁸

É importante também destacarmos um longo trecho livro III d’ *O Capital* no qual Marx explicita seu método e demonstra a importância da pesquisa empírica e da compreensão dos fenômenos históricos específicos:

¹⁹⁶ MARX, K. À redação de ‘*Otietchestviennii Zapiski*’. In: Dilemas do socialismo – A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 166.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 168.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 168.

A forma econômica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso é que se baseia toda a estrutura da entidade comunitária autônoma, oriunda das próprias relações de produção e, com isso, ao mesmo tempo sua estrutura política peculiar. É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e, portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. *Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e gradações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas.*¹⁹⁹

Nesta passagem, Marx explica novamente a relação entre método de pesquisa e método de apresentação, através do qual se processa a relação entre teoria e realidade empírica. E nesse sentido, podemos dizer que ele elenca certas dimensões que podemos tomar como ilustração da riqueza dos artigos para os jornais. Seguindo a interpretação de Eike Hennig sobre a afirmação acima, Marx esboça os temas contidos em seus escritos políticos, os quais devem ser vistos em sua totalidade como análise de particularidades das “condições principais” do capitalismo. “Esses escritos têm de ser precisamente isso, pois, caso contrário, não conseguiria manter a sua pretensão política, ficando reduzidos, por exemplo, ao papel de simples elemento de autoagitação da classe trabalhadora”.²⁰⁰ Em outras palavras,

o que motiva os escritos políticos é a necessidade de conseguir uma coleção de conhecimentos analíticos sobre as diferenças que existem entre as duas principais classes, a dos capitalistas e a do proletariado, sobre as formas concretas nas quais aparecem as classes intermediárias, sobre a atividade, as formas e a constituição da maquinaria do Estado, da economia, etc.²⁰¹

Friedrich Engels também apresentou algumas indicações metodológicas que esclarecem o vínculo existente entre jornalismo e pesquisa nas obras de Marx. Para Engels, no período do *Neue Rheinische Zeitung*, Marx foi negligente em relação às mu-

¹⁹⁹ MARX, K. *O' Capital*, vol. III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 252.

²⁰⁰ *Notas introdutórias à leitura dos escritos políticos de Marx e Engels*, op. cit., p. 74.

²⁰¹ *Idem*.

danças simultâneas da situação econômica e isso poderia constituir uma fonte de erros. Mas no primeiro semestre de 1850, Marx pôde retomar seus estudos de economia e aos poucos foi obtendo clareza sobre os fatos, sobre a crise mundial do comércio de 1847, que fora

propriamente a mãe das Revoluções de Fevereiro e Março e que a prosperidade industrial, que gradativamente voltara a se instalar em meados de 1848 e que, em 1849 e 1850, atingira seu pleno florescimento, constituiu a força revitalizadora que inspirou novo ânimo à reação europeia.²⁰²

Ainda segundo Engels, Marx e ele conseguiram escapar das ilusões no último caderno da *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue*, em que passaram a afirmar que “uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise”.²⁰³ E também em O 18 brumário de Luís Bonaparte, obra em que Marx voltou a processar a história da França de fevereiro de 1848 até o golpe de estado.

Engels escreveu algumas cartas em que discute questões metodológicas e cita O 18 brumário de Luís Bonaparte como “um exemplo excelente” para o entendimento da teoria do materialismo histórico. Em 21 de setembro de 1890, ele escreve para Joseph Bloch:

De acordo com a concepção materialista da história, em última análise, o elemento determinante na história é a produção e a reprodução da vida real. Fora disso, nem Marx, nem eu dissemos nada. Portanto, se alguém afirma de forma distorcida que o elemento econômico é o único determinante, transforma nossa proposição em algo abstrato, uma frase sem sentido.

Mais à frente:

Existe uma interação de todos esses elementos (formas jurídicas, teorias políticas e filosóficas, visões religiosas etc.) que, em meio a um exército interminável de acidentes (isto é, de coisas e acontecimentos, cuja interconexão interna é tão remota, ou mesmo, impossível de provar que nós podemos considerá-lo como não existente ou como insignificante), o movimento econômico, finalmente, afirma-se como necessário. Caso contrário, a aplicação da teoria para qualquer período

²⁰² Prefácio ao *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, op. cit., p. 11.

²⁰³ *Idem*.

da história seria mais fácil do que a solução de uma simples equação de primeiro grau.²⁰⁴

Em carta para Conrad Schmidt, de 27 de outubro de 1890, ele procura explicar a interação entre economia e política na concepção materialista da história e afirma que é preciso

olhar para O 18 brumário, em que Marx dedica especial atenção ao papel das lutas políticas e dos eventos, dentro da dependência geral das condições econômicas. Também é preciso olhar para a para os capítulos sobre a jornada de trabalho d' O Capital, em que a legislação, que é um ato político tem um papel decisivo. Ou para a história da burguesia (capítulo XXIV). Ou ainda pensar: Por que lutamos pela ditadura do proletariado se a política é economicamente impotente? Força (que é o poder do Estado) também é uma potência econômica.²⁰⁵

Enfim, podemos perceber a partir dessas indicações teórico metodológicas de Marx e Engels, como um trabalho crítico, que pretende explicitar a natureza da produção de processos sociais, passando pela análise de fenômenos concretos da totalidade social, deve visar à demonstração da unidade da pluralidade material e a reprodução da totalidade concreta que aparece de modo unilateral nos resultados das ciências particulares.²⁰⁶ A totalidade histórica não é uma multiplicidade de fatos sociais objetivos que podem ser aleatoriamente narrados, ou “uma coleção de fatos mortos”, como para os empiristas abstratos.²⁰⁷ Também não é uma teoria que submete tudo a um economicismo incapaz de sair da superficialidade do objeto. Ao contrário, o materialismo é aquele que indaga quais fatos são capazes de reproduzir os conteúdos da articulação necessária de

²⁰⁴ Engels to Bloch 21/09/1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol.49, 2001, p. 33.

²⁰⁵ Engels to Schmidt 27/10/1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 49, 2001, p. 57.

²⁰⁶ G. Lukács trabalhou bem esse ponto da dialética marxista ao explicar a ideia de *totalidade*. Diz o autor: “a categoria da totalidade não reduz, portanto, seus elementos a uma uniformidade indiferenciada, a uma identidade; a manifestação de sua independência, de sua autonomia – autonomia que eles possuem na ordem de produção capitalista – só se revela como pura aparência na medida em que eles chegam a uma inter-relação dialética e dinâmica e passam a ser compreendidos como aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico. ‘Chegamos a conclusão, diz Marx, ‘que produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas que juntos constituem membros de uma totalidade, diferença no seio de uma unidade (...) Uma forma determinada da produção determinada, portanto, as formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, bem como determinadas relações desses diferentes momentos entre si (...). Há uma ação recíproca entre esses diferentes momentos; é assim em todo conjunto orgânico’”. Ver: LUKACS, G. *O que é marxismo ortodoxo?* In: História e consciência de classe, estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 83-84.

²⁰⁷ *A ideologia alemã*, op. cit. pp. 94-95.

interesses manifestos e latentes no interior de processos econômico, político, social e cultural.

CAPÍTULO 2 – A CRISE ECONÔMICA DE 1857-1858

2.1. O problema da crise para Marx

Em janeiro de 1855, Marx escreveu uma série de quatro artigos sobre o problema da crise econômica para o periódico *Neuer Oder Zeitung*: 1 - *Geschäfts Krisis* [Crise comercial], 2 - *Die Zunahme des englischen Handels und englischen Industrie in den Zeitraum von 1849 bis 1850* [O crescimento do comércio e da indústria britânica entre 1849-1850], 3 e 4 – *Zur Handels Krise* [Sobre a crise comercial]. Nesses artigos, Marx analisou a reforma bancária de 1844 na Inglaterra e procurou apontar para os sintomas de uma recessão mundial. Entre o final de 1854 e o início de 1855, Marx também preparou um manuscrito sobre o problema da crise intitulado *Geldwesen, Kreditwesen, Krise* [Sistema do dinheiro, sistema do crédito e crise]. Esses textos são exemplos de como Marx esperava com ansiedade a crise que atingiu a economias capitalistas nos anos de 1857-1858.²⁰⁸

Como já dissemos no capítulo 1, Marx trabalhou dia e noite desde meados de 1856 para poder apresentar alguns resultados de sua crítica da economia política antes do “dilúvio”, ou seja, a tempo de participar do movimento social com uma interpretação adequada da crise. Por cartas, Marx pedia obsessivamente para Engels notícias e relatórios sobre como o círculo empresarial de Manchester estava sentindo os primeiros sinais da crise. Nos anos da crise, propriamente dito, Marx além de escrever mais de duas dezenas de artigos específicos sobre a crise para o *New York Daily Tribune*, preparou uma série de manuscritos e notas que hoje conhecemos como *Grundrisse*. De acordo com nossa leitura, há uma continuidade temática em todos esses escritos, em suma, a forma dinheiro e a crise. E são esses temas que fornecem a chave de interpretação dos artigos escritos para o *New York Daily Tribune*.

²⁰⁸ Rosdolsky fez uma reconstituição dos estudos de Marx para preparação d' *O Capital*. De acordo com ele, a ideia de Marx em escrever uma crítica da economia política é bem anterior ao ano de 1856. Antes Marx escreveu *Kritik der Politik und Nationalökonomie, 1844-1846*, no qual se conservaram apenas fragmentos e foi publicado com o título de *Manuscritos econômico-filosóficos*. Em 1851, tentou publicar no jornal de Weydemeyer uma série de artigos sob o título de *Neueste Offenbarungen des Sozialismus oder "Idée générale de la révolution au XIX siècle par P. J. Proudhon. Kritik von Karl Marx*. E também preparou um texto com um título de *Das vollendete Geldsystem* [O sistema monetário perfeito]. Em agosto de 1852, ofereceu para o editor Brockhaus um tratado sobre a moderna literatura econômica inglesa, *Die moderne nationalökonomische Literatur in England von 1830-1852*. No entanto, em 1856, vários indícios demonstravam que uma crise econômica estouraria cedo ou tarde. Essa crise animou Marx a acelerar seus estudos e entre julho de 1857 e março de 1858, ele escreve os *Grundrisse*. Ver: *Gênese e estrutura de O Capital*. Op. Cit., pp. 21-26.

As revoluções de 1848 abriram caminho para uma nova rodada de acumulação capitalista, em que o mercado mundial passou a aparecer como uma entidade homogênea e as forças produtivas entraram num novo patamar de desenvolvimento. Foi “o triunfo global do capitalismo, de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato e vender no mais caro”.²⁰⁹ A era do progresso que permitiu ao continente europeu alcançar novas áreas através da rápida expansão das ferrovias e dos meios de comunicação e dos sistemas bancários que se interligavam.²¹⁰

Marx e Engels eram testemunhas dessas transformações e perceberam as limitações de suas análises anteriores para dar conta dos problemas que a expansão do capitalismo gerou. Em *As lutas de classe na França e O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, eles ainda enxergavam a burguesia industrial como uma “oposição oficial” contraposta a outra fração da classe burguesa, a alta burguesia financeira. Essa burguesia ligada às finanças era chamada de “aristocracia financeira”, aproveitadores, uma “espécie de lumpemproletariado da parte superior da sociedade burguesa” e era vista como símbolo do Antigo Regime. Eles criticavam Louis Blanc, Pierre Proudhon e outros socialistas utópicos, mas, de uma certa forma, minimizavam as utopias bancárias dos socialistas (crédito gratuito, banco popular e outras instituições que acabariam com a desigualdade da sociedade), pois por detrás de todas essas utopias aparecia a demanda real dos trabalhadores, ou seja, “o direito ao trabalho” corporificada pela organização dos *ateliers nationaux*, instituição que simbolizava os levantes de junho.

Nos artigos sobre a crise de 1857-1858 para o *New York Daily Tribune*, Marx e Engels avançaram em relação às análises feitas logo após as derrotas de 1848-1849. Os estudos sobre a sociedade capitalista, a partir do desenvolvimento da forma dinheiro e da crise, permitiram a Marx ver a prosperidade capitalista entre 1849 e 1856 com base na articulação essencial entre o capitalismo industrial e o financeiro. Modificou-se o sentido da oposição entre as frações de classe burguesa. A expansão do sistema de crédito, principalmente a partir do banco francês *Crédit Mobilier*, demonstrou como as utopias socialistas de Pierre Proudhon e Saint Simon foram absorvidas como práticas capitalista. Por isso era essencial ajustar as contas com os “falsos irmãos” do movimento operário socialista.²¹¹ E, ainda que Marx nomeasse a crise como “crise monetária” ou

²⁰⁹ *A era do capital 1848-1875*. Op. Cit., p. 19.

²¹⁰ *Europe, 1850-1914: progress, participation and apprehension*, op. cit., p. 3.

²¹¹ *Gênese e estrutura de O Capital*. Op. Cit., p. 26.

“crise comercial”, ele conseguiu demonstrar que as desproporções que apareceram no momento da crise (entre liquidez monetária e riqueza real, entre o setor produtor dos meios de produção e o setor produtor dos meios de consumo, entre o trabalho necessário e o trabalho excedente) eram articuladas ao processo de expansão do capitalismo, ou seja, a lógica de acumulação do capital.

Enfim, ao contrário de certas interpretações, inclusive entre os marxistas, que procuram explicar as crises a partir de uma suposta perda da proporcionalidade funcional entre os setores do capital, que veem as crises como uma incapacidade do capital (e dos seus agentes, os capitalistas) “planejar” políticas anticíclicas e que dividem a classe capitalista entre “progressistas” e “especuladores parasitários”, Marx demonstrou já nos artigos jornalísticos que a crise econômica é um processo que está na lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e, desse modo, a crise põe a nu a contradição fundamental entre capital e trabalho. De outro modo não é possível entender porque Marx apostava nas crises como momento privilegiado para a (re) organização da classe trabalhadora tendo em vista a emancipação social.

2.2. A cobertura jornalística da crise financeira de 1857-1858

A crise de 1857-1858 foi uma crise global do capitalismo, a qual envolveu as principais economias capitalistas daquele tempo (Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha). Marx e Engels esperavam uma nova crise desde o fim dos acontecimentos políticos de 1848. Em 26 de setembro de 1856, antes do estouro da crise, Marx já antecipava para Engels: “Eu creio que até o inverno de 1857 irromperá uma grande crise monetária. (...) Desta vez, as coisas assumiram uma dimensão europeia como nunca foi visto antes e eu creio que não seremos capazes de ficar aqui muito tempo apenas assistindo”.²¹² Marx esperava que essa crise econômica se desdobrasse em crises revolucionárias maiores que as de 1848.

No artigo *The Economic Crisis in Europe*, para o *New York Daily Tribune*, publicado na mesma data que a carta, em 26 de setembro de 1856, Marx explicou o que distinguiria a crise que se anunciava das precedentes. De acordo com Marx, as crises anteriores - 1817, 1825, 1836, 1846-47 - atingiram diversos ramos da indústria e do

²¹² *Marx to Engels, 26/09/1856*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 70.

comércio, mas, todas elas ocorreram devido a uma determinada “obsessão especulativa” (cereais, ferrovias, mineração, bancária, fiação de algodão). Ao contrário, em 1856, afirmou Marx, a crise que se iniciava tem como causa central a “trapaça filosófica que compõe aquilo que é chamado *Crédit Mobilier*”,²¹³ ou seja, o representante de uma obsessão especulativa que não especula numa dada linha, mas especula de forma a universalizar e centralizar todas as linhas.

Em 3 de outubro de 1856, Marx escreveu *The Monetary Crisis in Europe*, texto no qual ele procurou comparar a situação presente com os acontecimentos de 1848. Ele nos lembra de que a crise comercial geral que ocorreu na Europa no outono de 1847 foi acompanhada por um pânico no mercado financeiro de Londres. “Há agora um movimento análogo ao pânico de 1847 nos mercados monetários europeus”.²¹⁴ No entanto, continua Marx: “A analogia, entretanto, não é completa. Ao invés de se mover do oeste para o leste – de Londres via Paris para Berlim e Viena tal como ocorreu com o pânico de 1847, o atual está se movendo do leste para o oeste, com a Alemanha sendo seu ponto de partida, e dali estendendo-se a Paris, e por último atingindo Londres. Então o pânico assumiu um aspecto local a partir da lentidão de seu progresso, agora ele aparece imediatamente em seu caráter universal, a partir da rapidez de sua extensão, quando ele durou uma semana ou mais, agora ele já dura três semanas”.²¹⁵

Em *The cause of the monetary crisis in Europe*, Marx procurou descrever a história e as causas do pânico econômico. A crise monetária teria começado na Alemanha, por volta de setembro de 1856. No mês seguinte, os meios pelos quais o pânico foi controlado, afirma Marx, “foram a alta da taxa de juros pelos diferentes governos, bancos privados e pelas sociedades anônimas; alguns deles aumentando a sua taxa para 6%, outros para 9%”.²¹⁶ Esse pânico monetário repercutiu na França que precisou, por exemplo, pagar em espécie algumas dívidas que venciam. Imediatamente, França e Inglaterra também aumentaram os juros para controlar a fuga de metais preciosos dos seus bancos. No entanto, dizia Marx, “o Banco da Inglaterra estava incapaz de controlar o

²¹³ MARX, K. *The economic crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 109.

²¹⁴ MARX, K. *The monetary crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 113.

²¹⁵ *Idem*.

²¹⁶ MARX, K. *The causes of the monetary crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 117.

afluxo de metal para a França, assim como o Banco da França de reduzir o pânico de Paris, ou a drenagem de espécie para outras partes do continente”.²¹⁷

Aqui cabe um diálogo com o texto dos *Grundrisse*, texto escrito imediatamente após a crise, para explicarmos o que era central nessa crise monetária. Marx, nos *Grundrisse*, explica o papel do dinheiro lastreado em ouro e prata. “Nas comunidades originárias”, afirma ele, “esse comércio com ouro e prata, assim como a totalidade da troca, eram assessorios, relacionados ao supérfluo”.²¹⁸ “No comércio desenvolvido, entretanto, é posto como um momento que está essencialmente ligado à produção”.²¹⁹ “O dinheiro aparece não mais como troca de excedente, mas como saldo do excedente no processo global da troca internacional de mercadorias. Agora, é moeda tão somente como *moeda mundial*”.²²⁰ “Porém, enquanto tal, é essencialmente indiferente à sua determinação formal como meio de circulação, enquanto sua matéria é tudo. Como forma, o ouro e a prata, nessa determinação, permanecem como a mercadoria de acessibilidade geral, a mercadoria enquanto tal”.²²¹

Nesse trecho, Marx está teorizando sobre o dinheiro como meio de pagamento e moeda mundial. Como meio de pagamento, “o dinheiro se apresenta como forma evanescente, medida meramente ideal, imaginária, das magnitudes de valor intercambiadas. Sua intervenção física se reduz a cobrir saldos relativamente insignificantes”. “O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal” “acompanha o desenvolvimento de uma circulação mais elevada, mediada, fechada em si e já colocada sob o controle social; uma circulação na qual se suprime a importância que o dinheiro possui na circulação metálica simples, por exemplo, no entesouramento”.²²² Como moeda mundial, ele não adquire nenhuma nova determinação, ou seja, o dinheiro funciona no mercado mundial ““como a materialização da riqueza, quando não se trata nem de compras nem de pagamentos, mas sim de transferência de riqueza de um país a outro, ali onde essa transferência não pode se efetuar sob a forma de mercadorias, por causa da situação do mercado ou do próprio objetivo que se pretende alcançar (por exemplo, em caso de subsídios, empréstimos de guerra ou reativação de pagamentos bancários)””.²²³

²¹⁷ *Idem*, p. 118.

²¹⁸ MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 170.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ *Idem*.

²²² *Gênese e estrutura de O Capital*. Op. Cit., p. 141.

²²³ *Idem*.

Numa crise econômica, a contradição aparece. “O dinheiro deve representar o valor como tal; mas, na realidade, não é mais do que uma quantidade idêntica de valor variável”.²²⁴ Em outras palavras, com a desvalorização da riqueza material, ouro e prata também alteram de valor e essa alteração “se torna decisiva para o dinheiro como tesouro, pois, com a alta ou a baixa do valor do ouro e da prata, cresce ou diminui a magnitude do valor do ouro ou da prata entesourados”.²²⁵ Essa alteração afeta também o dinheiro como meio de pagamento, “pois o que deve ser pago é a quantidade de ouro ou de prata que, na data da celebração do contrato, representava um certo valor, ou seja, um certo tempo de trabalho. No entanto, as magnitudes de valor do ouro e da prata se alteram, assim como as de todas as demais mercadorias, em função do tempo exigido para sua produção. ‘Seu valor aumenta ou diminui conforme aumente ou diminua esse tempo’”.²²⁶

No artigo *The cause of the monetary crisis in Europe*, são essas contradições expostas no *Grundrisse* que Marx estava percebendo com o espraio da crise pela Europa. Ele cita como a Áustria estava canalizando o afluxo de moedas da Alemanha e França e aumentando em cinco meses sua reserva de £ 20 milhões para £ 43 milhões. Ele também afirmou que a crise monetária se torna mais aguda porque a drenagem do metal precioso está entrelaçada com uma depreciação do ouro comparado a prata. E como isso está ligado aos £ 105 milhões de ouro que foram lançados no mercado financeiro mundial pela produção da Califórnia e Austrália entre 1848 e 1855. Desse valor, explica Marx, £ 52 milhões foram “requisitados para o crescimento do comércio moderno, como moeda corrente, reservas bancárias, metal precioso para pagamento de saldo ou correção de câmbio entre diferentes países, ou como artigos de luxo”.²²⁷ Os outros £ 53 milhões substituíram a prata em uso na América e na França. Mas ele afirma que apesar de todas essas influências especiais, “uma atividade maior em funcionamento que explica a drenagem da prata, que é o comércio para a China e a Índia, que, de forma bastante curiosa, também constituiu a principal característica na crise de 1847”.²²⁸

Para Marx, esse vínculo entre o comércio europeu e asiático é essencial para entendermos a crise de 1847 e a crise de 1857-1858.²²⁹ Em 1842, a procura por produtos

²²⁴ *Idem.*

²²⁵ *Idem.*

²²⁶ *Idem.*

²²⁷ *The causes of the monetary crisis in Europe*. Op. Cit., p. 120.

²²⁸ *Idem*, p. 122.

²²⁹ O ouro e prata desempenham papel importante na criação do mercado mundial, escreve Marx nos *Grundrisse*. “Assim, a circulação da prata americana do oeste para o leste; por um lado, o vínculo metáli-

industriais ingleses era enorme. Em 1843, os industriais aproveitaram a Guerra do Ópio e a abertura do mercado chinês para expandir os negócios da indústria algodoeira. “Temos 300 milhões de pessoas para vestir” dizia um industrial de Manchester. “Com a mesma paixão com que aumentava a produção construía-se ferrovias”. Os industriais ingleses subscreviam ações, pegavam empréstimos e recorriam a todo tipo de crédito para ampliar os negócios. Na Índia aconteceu o mesmo, expandiram o mercado em todas as direções. De acordo com Engels em excerto no livro III d’ *O Capital*, “todos os valores internos na Bolsa estavam tão altos como jamais estiveram”. Então, “por que deixar passar a bela oportunidade, por que não velejar a todo o pano?” “Porque não mandar para os mercados estrangeiros, sequiosos de manufatura inglesa, todas as mercadorias que pudessem fabricar?” “E por que o próprio fabricante não embolsaria o duplo lucro, obtido com a venda do fio e do tecido no Extremo Oriente e com a venda, na Inglaterra, da carga de retorno recebida em troca?”.²³⁰ Em 1846, por conta da má colheita, eclodiu o colapso. A Inglaterra e a Irlanda precisavam de enormes suprimentos de cereais e batatas.

Mas os países fornecedores não podiam ser pagos apenas em ínfimas proporções com produtos industriais ingleses; era necessário pagar com metais preciosos; ouro no valor de pelo menos 9 milhões foi para o exterior. Desse ouro, não menos de 7 ½ milhões saiu do tesouro em espécie do Banco da Inglaterra, cuja liberdade de movimento no mercado monetário ficou por isso sensivelmente restringida; os demais bancos, cujas reservas estavam depositadas no Banco da Inglaterra, sendo, na realidade, idênticas às reservas deste banco, tinham igualmente de reduzir suas disponibilidades monetárias; a corrente dos pagamentos, que fluía rápida e facilmente, começou a estancar, primeiro aqui e ali, e depois de maneira geral.²³¹

Diante disso os bancos começaram a aumentar os juros de desconto das letras de cambio. A paralisação dos pagamentos levou à falência de uma série de casas. O próprio Banco da Inglaterra estava em perigo de falir em razão das limitações que lhe foram impostas pela lei bancária de 1844 (mas o governo rapidamente suspendeu a lei). “Agora este podia, sem restrição, pôr em circulação sua reserva de notas; uma vez que o cré-

co entre América e Europa e, por outro lado, com a Ásia desde o início da época moderna”. Ver: *Grun-
drisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política*. Op. Cit., p. 170.

²³⁰ *O Capital*, livro III, vol. I. Op. Cit., pp. 307-308

²³¹ *Idem*, p. 308.

dito dessas notas era de fato garantido pelo crédito da nação, e, portanto, estava inabalado, sobreveio imediatamente o alívio decisivo da escassez do dinheiro”.²³²

Dez anos depois, os mercados indiano e chinês voltavam a ficar saturados por mercadorias inglesas. Mas para Marx, essa crise poderia ser ainda mais grave porque a Inglaterra precisava conter a guerra na China e uma série de revoltas na Índia. Em *The monetary crisis in Europe. – From the history of money circulation*, Marx explicou como as reservas metálicas da Inglaterra afluíam para Ásia. Ele escreve que desde o século XVII, “a Ásia, especialmente China e Índia, é o destino principal da prata, tesouro com que a América espanhola inundou a Europa”.²³³ Em termos resumidos, ele diz que do século XVII até 1830 o afluxo de prata da Europa para Ásia foi crescente. De 1830 até 1848 o ritmo diminuiu. E de 1848 a 1856, momento antes da crise, a Ásia estava derramando de volta a prata que recebeu por décadas da Europa. No entanto, com o ouro da Austrália e Califórnia entrando em circulação, a Companhia das Índias, que desde 1825 estava recebendo ouro, resolveu aceitar somente prata. Para Marx esse era o principal motivo do aumento do valor da prata em relação ao ouro. E a questão colonial era central para explicar a crise monetária.

A julgar por essas mudanças no comércio indiano e o caráter da revolução chinesa, não se pode esperar que a fuga de prata para a Ásia chegará a uma conclusão rápida. Assim sendo, não resta dúvida de que esta revolução chinesa está destinada a exercer maior influência na Europa do que todas as guerras russas, manifestos italianos e sociedades secretas daquele continente.²³⁴

Marx procurou analisar em detalhes o sistema monetário internacional. O início da crise monetária - que começou na Alemanha e atingiu a Inglaterra e a França, nas expectativas dele - levaria as economias europeias à ruína, assim como a crise de 1847, que levou as principais economias ao colapso e gerou os movimentos revolucionários de 1848. A novidade é que com os acontecimentos políticos nas colônias inglesas, dessa vez a principal economia do mundo não sairia ilesa. De acordo com Sérgio Bologna, Marx demonstra como o sistema monetário e a formação do mercado mundial gerava uma “revolução vinda de cima”, ou seja, o desenvolvimento do capital criava condições

²³² *Idem.*

²³³ MARX, K. *The Monetary crisis in Europe. – From the history of money circulation*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 125.

²³⁴ *Idem*, p. 129.

para uma revolução mundial que os partidos políticos e as sociedades secretas eram incapazes de promover.²³⁵

Aqui vale a pena reforçar a forma como entendemos a questão na crise na obra de Marx e buscamos enfatizar nos tópicos anteriores. A questão monetária, em última instância, não revelava uma escassez de moeda como meio de pagamento ou como meio de circulação no mercado, mas sim “a desproporção entre o capital disponível e a vastidão dos empreendimentos industriais, comerciais e especulativos então à mão”.²³⁶ Assim sendo, a questão monetária revelava a natureza expansiva do modo de produção capitalista, revelava a forma como o dinheiro a crédito surge da “natureza interna” do modo de produção capitalista, que procura sempre superar as barreiras imanes da produção, transformando-se rapidamente na principal alavanca de uma superprodução. Isso aconteceu em 1848 e voltava a acontecer em 1857.

Assim como a discussão sobre o sistema monetário e o desenvolvimento da moeda mundial, o sistema de crédito também surge como desdobramento do dinheiro como meio de pagamento. “A circulação simples de mercadoria produz relações ‘que determinam uma separação cronológica entre a venda e a realização de seu preço’. Assim ‘origina-se uma relação de credor e devedor entre os proprietários de mercadoria’”.²³⁷ Nessa passagem que Rosdolsky destaca dos *Grundrisse*, Marx demonstra como o sistema de crédito se liga ao desenvolvimento do comércio de dinheiro, o qual, na produção capitalista, acompanha naturalmente o desenvolvimento do comércio de mercadorias. No livro III d’ *O Capital*, Marx destacará esse processo mostrando como tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se um negócio especial para alguns comerciantes. Surgem daí também os negócios bancários, que “consistem em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro que confrontam os capitalistas industriais e comerciais”.²³⁸

Mas, além disso, Rosdolsky destaca que para Marx, o crédito está contido no conceito de capital. O capital, explica o autor, só cria mais-valia no processo produtivo e precisa que isso aconteça uma “continuidade ininterrupta”.²³⁹ Como cada fase da produção precisa passar pela esfera da circulação, o que interrompe constantemente a con-

²³⁵ *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. In: Beilage zur Wildcat, n° 85, 2009, p. 26.

²³⁶ *The causes of the monetary crisis in Europe*. Op. Cit., p. 117.

²³⁷ *Gênese e estrutura de O Capital*. Op. Cit., p. 323.

²³⁸ *O Capital*, livro III, vol. I. Op. Cit., p. 303.

²³⁹ MARX, K. Apud. *Gênese e estrutura de O Capital*. Op. Cit., p. 328

tinuidade da produção, o crédito aparece como uma forma para essa contradição ser eliminada. Ou seja, o crédito busca abreviar o tempo de circulação - que é uma barreira à criação e realização do valor - se possível reduzindo-o a zero, realizando uma “circulação sem tempo de circulação”.²⁴⁰ Por fim, o crédito, para superar todas as barreiras, também precisa ultrapassar a barreira na esfera do intercâmbio, uma vez que o capital produz sem levar em conta as limitações das dimensões do consumo em uma sociedade capitalista. “Os ingleses, por exemplo, são forçados a emprestar a nações estrangeiras para convertê-las em seus clientes”.²⁴¹

No entanto, todo o sistema de crédito, ao alargar e superar os obstáculos à circulação e ao intercâmbio de mercadorias para realização do valor, “eleva à sua forma mais geral, criando períodos de superprodução”. “A evolução do crédito ‘acelera (...) as fases específicas da circulação ou da metamorfose mercantil; além disso, ao acelerar o processo de reprodução em geral, (...) o crédito propicia a especulação, pois permite manter separados por mais tempo os atos de compra e venda’”.²⁴²

Esse era a outra característica do capitalismo que a crise de 1857-1858 também evidenciava. Na Inglaterra através de instituições como a *Paul, Strahn & Bates, Tipperary Bank of Sadleir, Cole Davidson & Gordon* e *Royal British Bank*. Na França através do *Crédit Mobilier*, que na opinião de Marx era a maneira mais refinada (uma curiosa mistura de Socialismo Imperial e especulação sansimoniana) da atividade especulativa que passou a dominar as economias europeias. Essas instituições preparam uma situação que poderia levar a economia capitalista ao “colapso”. Pois, cada mercado tornou-se “excessivamente importador”²⁴³ e cada fração das classes proprietárias tem “sido arrasada para o redemoinho da especulação, da qual nenhum país europeu tem escapado, e que a demanda dos governos sobre os contribuintes já foi levada ao extremo”.²⁴⁴

Em Hamburgo, por exemplo, a crise estava levando várias empresas comerciais à falência e isso acabava contagiando as economias dos países vizinhos, Suécia e Noruega, que eram extremamente dependentes de Hamburgo. E diante de um mercado mundial cada vez mais dependente, a crise também atingia o café brasileiro. Em *The crisis in Europe*, afirmou Marx:

²⁴⁰ *Idem.*

²⁴¹ *Idem*, p. 329.

²⁴² *Idem.*

²⁴³ *Idem.*

²⁴⁴ *Idem.*

Na Suécia e, notadamente, na Dinamarca, a crise aumentou bastante em violência. O retorno do mal, depois que ele parecia ter passado, se explica pelos prazos de vencimentos aos quais as grandes demandas de Hamburgo, Estocolmo e Copenhague estão submetidos. Durante dezembro, por exemplo, 9 milhões de títulos sacados pelas firmas de café do Rio de Janeiro contra Hamburgo venceram e foram todos protestados, e esta massa de protestos criou um novo pânico. Em janeiro, os títulos do frete de açúcar da Bahia e Pernambuco provavelmente terão a mesma sorte e causarão semelhante retorno da crise.²⁴⁵

Assim como na discussão sobre o sistema monetário em que Marx afirmou que as mudanças gestadas pelo capital estavam destinadas a favorecer a revolução mais que as guerras russas, os manifestos italianos e as sociedades secretas, sobre o sistema de crédito desenvolvido pelo *Crédit Mobilier*, Marx disse que uma revolução social estava sendo gestada, não pelos movimentos políticos como em 1848, mas pelos dispositivos públicos dos *Crédits Mobiliers*²⁴⁶ das classes dominantes, que atuando como instrumentos de créditos, atuavam também na transformação da propriedade capitalista.

De forma resumida, podemos dizer que nos primeiros artigos sobre a crise, final de 1856 e início de 1857, Marx se centrou nos assuntos vinculados ao *Crédit Mobilier* e o regime Bonapartista ou sobre o Banco da Inglaterra, o governo de Palmerston e a política colonial. Neles, Marx sublinhou o caráter centralizado do comando capitalista analisando quase que de forma exclusiva as duas das principais economias da Europa, França e Inglaterra. Com o desenvolvimento da crise, ele passou a apontar para a instabilidade política nas diversas nações, que desencadeava uma concorrência feroz entre as diversas burguesias nacionais. Passou a considerar como a crise atingiria a Itália que lutava por sua unificação nacional, a Espanha que acabara de viver passar por acontecimentos revolucionários, a Dinamarca que tinha problemas territoriais para resolver com a Alemanha que também buscava uma unificação nacional, etc. Novamente seguindo a interpretação de Sérgio Bologna, a análise de Marx chega no “crash industrial” depois de uma longa jornada pela via do “pânico monetário”.²⁴⁷

Do dinheiro ao capital, ou se quiser, a partir do dinheiro como meio de circulação ao dinheiro como capital, do dinheiro como agente de rotação para o dinheiro como propriedade do trabalho alheio. Tendo che-

²⁴⁵ MARX, K. *The crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 412.

²⁴⁶ Segundo J. Sperber, o banco francês influenciou a criação de diversos bancos: o *Darmstädter Bank* na Alemanha, o *Enskilda Bank* na Suécia e a *Società Generale di Credito Mobiliare* na Itália. Ver: *Europe, 1850-1914: progress, participation and apprehension*, op. cit., p. 18.

²⁴⁷ *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. Op. Cit., p. 52.

gado a esse ponto, após ter identificado o fio da meada e conseguido amarrá-lo, Marx em certo sentido para.²⁴⁸

As perguntas que nos colocamos diante dessa constatação são: por que Marx parou nesse ponto? Por que enquanto analisava a crise, ele não desenvolveu análises sobre o desenvolvimento dos movimentos autônomos da classe trabalhadora? A seguir, reconstruiremos a interpretação de Marx sobre a crise de 1857-1858, tendo como foco os textos sobre a França com o intuito de entender porque Marx desenvolveu suas análises apenas apontando para o que Sergio Bologna chama de “revolução vinda de cima” (mudanças geradas pelo avanço do capital).

2.2.1 O caso francês

Em 9 de outubro de 1852, num discurso público, Luís Napoleão Bonaparte anunciava que pretendia, “pela primeira vez na história nacional, fazer da economia uma prioridade absoluta”²⁴⁹. De acordo com o historiador Éric Anceau, Bonaparte, fortemente influenciado pelo pensamento saint-simoniano, pretendia assegurar a felicidade das massas e pacificar a relação entre as classes através da prosperidade econômica. Como o liberalismo não era um dogma para o imperador, ele conseguiu, sem repetir o intervencionismo do Antigo Regime ou do Terror, animar a economia francesa assegurando seu domínio em setores estratégicos como os telégrafos, e conferindo um impulso para a expansão de outros setores decisivos para o desenvolvimento nacional, como o sistema bancário e a construção de ferrovias.²⁵⁰

Nesse momento, Luís Napoleão Bonaparte buscava fortalecer os interesses da nação francesa diante de uma forte expansão da economia capitalista verificada entre os anos de 1848 e 1875. Em *A era do capital*, o historiador Eric Hobsbawm repertoria esse movimento de expansão do capitalismo que, na visão dele, foi possível porque conjugava três fatores fundamentais: a) expansão do comércio mundial, que passava a vender qualquer coisa negociável, “mesmo as que sofriam resistência do país comprador, como o ópio da Índia britânica exportada para a China”;²⁵¹ b) aumento dos investimentos in-

²⁴⁸ *Idem*.

²⁴⁹ ANCEAU, Éric. *La France de 1848 à 1870 - Entre ordre et mouvement*. Paris: Librairie Générale Française, 2002, p. 128.

²⁵⁰ *Idem*, p. 129.

²⁵¹ *A era do capital, 1848-1875*, op. cit., p. 60.

ternacionais, que na França decuplicaram entre 1850 e 1880;²⁵² c) e descoberta de ouro na Califórnia, Austrália e outros lugares, que multiplicou os meios de pagamento disponíveis para economia mundial.²⁵³

No entanto, esses três elementos fundamentais - expansão do mercado, investimentos internacionais e multiplicação dos meios de pagamentos - eram parte do que poderíamos chamar de conjuntura econômica mundial. Internamente, o imperador Napoleão III precisava garantir uma condição para que a França pudesse participar dessa conjuntura favorável. O golpe de estado foi o primeiro passo. Em seguida foram necessárias algumas modificações no estatuto do Banco da França e a conversão da dívida pública para estimular os investimentos e criar recursos para o financiamento. Para criar bases mais sólidas para o desenvolvimento da economia nacional, o imperador percebeu que as ferrovias precisavam ser expandidas para facilitar os intercâmbios, estimular as industriais de carvão, ferro e da construção mecânica. E, em consequência desse desenvolvimento geral, a agricultura precisava melhorar sua produtividade, algo que também seria possível através de grandes estímulos financeiros.

Sete anos após a proclamação do Império, Napoleão III escreveu uma carta para seu ministro de Estado, Achille Marcus Fould, enumerando os passos para a pretendida modernização do país:

(...) se é verdade que é necessário multiplicar os meios de troca para fazer o comércio florescer; que sem indústria, o comércio fica estagnado e mantém os preços altos e impede o progresso do consumo; que sem uma próspera indústria que se desenvolve na capital, a agricultura permanece em sua infância. Então, tudo se conecta com o desenvolvimento da prosperidade pública. (...) No que diz respeito à agricultura, ela deve participar dos benefícios das instituições de crédito; (...) desenvolver todos os anos uma quantidade considerável de trabalho de drenagem, irrigação e limpeza de terreno. Para incentivar a produção industrial, é necessário financiar [a indústria] e, excepcionalmente, a uma taxa moderada, o capital que vai ajudar a melhorar seu equipamento. É preciso um grande trabalho para facilitar o abastecimento de todo o país, para facilitar o transporte de matérias-primas para a agricultura e para a indústria; nesse sentido, o Ministro de Obras Públicas deverá ampliar estradas, canais e caminhos de ferro, que visam o transporte de carvão e fertilizantes atendendo as demandas e as necessidades da produção da forma mais rápida possível.²⁵⁴

²⁵² *Idem.*

²⁵³ *Idem.*

²⁵⁴ MILZA, Pierre. *Napoléon III*. Paris: Perrin, 2006, pp. 467-68.

Para colocar em prática seu plano econômico, o governo de Napoleão III precisava de recursos financeiros. A criação de impostos ou o aumento da carga tributária não estavam nos planos do imperador. A primeira saída seria uma medida impopular e a segunda desencorajaria a burguesia industrial a investir.²⁵⁵ Assim, Bonaparte inaugurou uma política de grandes empréstimos que, apesar do aumento de gastos e da dívida pública, se mostrou muito eficiente.²⁵⁶ Também se cercou de economistas (Michel Chevalier), de homens de negócios (Isaac e Émile Péreire), de banqueiros (Achille Fould) e de industriais (Eugène Schneider). Esses homens representavam o grande negócio e seriam grandes aliados do Estado francês no projeto de transformar a economia numa “prioridade absoluta”. Mas, diga-se de passagem, a realização desse projeto encontrava opiniões conflitantes. De um lado, Isaac e Émile Péreire, Michel Chevalier, Georges-Eugène Haussmann e Charles de Morny, por exemplo, podiam ser identificados como o “partido” que defendia investimentos pesados nos setores produtivos. De outro, James Rothschild, Achille Fould, Pierre Jules Barouche ou Eugène Rouher defendiam uma ortodoxia financeira e apontavam para o fantasma da bancarrota.²⁵⁷

Para assegurar um fluxo permanente de investimentos, Bonaparte aproximou-se mais do primeiro grupo e apoiou empreendimentos como o *Crédit Mobilier*, banco fundado em 1852, pelos irmãos Péreire. Essa instituição foi criada com a missão de investir nos setores dinâmicos, na França e no exterior, e também de facilitar a fusão e a obtenção de empréstimos públicos e privados. Essa inovação financeira tornou possível captar poupanças em larga escala e financiar o desenvolvimento industrial, particularmente, as redes ferroviárias. Permitiu também o aumento de investimentos em obras públicas, na exploração de minas de carvão e, dentre outras coisas, nas investidas militares do Império bonapartista, como foi o caso da Guerra da Crimeia de 1853 a 1856.

Aqui vale um pequeno parêntese, pois é importante destacar a Guerra da Crimeia. Para além da oportunidade econômica, podemos dizer que Napoleão conseguiu com esse conflito quebrar a aliança das grandes potências contra a França, em vigor desde 1815. Provocando uma intervenção russa nas províncias dos Bálcãs, Napoleão conseguiu, junto do governo britânico, criar uma coalizão de oposição à expansão russa em direção ao sul. Nesse jogo político, conseguiu manter a Áustria e a Prússia neutras. Mais tarde, com a quebra da antiga Santa Aliança, ele conseguiu ampliar sua influência polí-

²⁵⁵ *Idem.*

²⁵⁶ *Idem*, p. 130.

²⁵⁷ *Idem*, p. 132.

tica invadindo - junto com governantes da região de Piemonte - domínios austríacos no norte da Itália. Esse projeto de expansão territorial do império, de tornar a França o país dominante da Europa, só foi interrompido com a Guerra Franco-Prussiana, conflito em que Napoleão III saiu derrotado pelas forças de Otto Bismarck.

Trabalhando para o *New York Daily Tribune*, Karl Marx escreveu diversos artigos sobre o Império Bonapartista. No entanto, para certa historiografia francesa, as análises de Marx não dão conta desse período histórico posterior ao golpe de estado de Luís Bonaparte. O historiador Maurice Agulhon, por exemplo, afirma que Marx, depois de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, exceto no caso da Comuna, não prosseguiu “suas observações sobre a França”²⁵⁸ e, portanto, não registrou a “efervescência dos negócios do capitalismo francês”²⁵⁹. Para ele, Marx teria observado apenas as afinidades do bonapartismo com uma “parcela da burguesia”,²⁶⁰ com os camponeses e com o lumpem-proletariado, deixando de lado o essencial das relações econômicas construídas ao longo do Império. Nas palavras do próprio Maurice Agulhon:

Na concepção de Marx, o bonapartismo, representante desses dois grupos sociais heterogêneos – camponeses parceiros e parasitas de todo tipo – permaneceu alheio às duas classes fundamentais, a burguesia capitalista e o proletariado. O diagnóstico foi decerto prejudicado pela comoção gerada pelas violências de dezembro e pela falta de distanciamento histórico. Caso tivesse prosseguido em suas observações sobre a França, (o que não fez, exceto no caso da Comuna, e de uma perspectiva inteiramente diversa), Marx certamente notaria que a efervescência dos negócios continha mais do que especulações parasitárias e uma súcia de “luvas amarelas”; surgira a segunda geração do capitalismo francês.²⁶¹

Numa direção ainda mais crítica, François Furet diz que Marx “tomou os anos mais brilhantes da burguesia francesa, durante o século XIX, como os anos de sua decadência, e o Estado imperial como sua comitiva”.²⁶² Ou seja, cedo ou tarde, esperava Marx, a França reabriria um novo período de revoluções e o proletariado apareceria como sujeito coletivo capaz de realizar a emancipação social. Para o historiador, Marx padecia de uma “impaciência política”²⁶³ para analisar as revoluções francesas a partir

²⁵⁸ AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 227.

²⁵⁹ *Idem*.

²⁶⁰ *Idem*, p. 228.

²⁶¹ *Idem*.

²⁶² FURET, François. *Marx y la Revolución francesa*. México: Fondo de cultura económica, 1992, p. 88.

²⁶³ *Idem*.

de “uma dialética entre Estado e sociedade civil e que giram num mesmo paradoxo”.²⁶⁴ De forma mais clara, Furet afirma que Marx, ao insistir nessa dialética entre Estado e sociedade civil, reduziu as revoluções burguesas à vitória da burguesia no Estado. Com esse tipo de redução, conclui Furet, Marx sacrificou as provas patentes da história econômica e social do Segundo Império, “subordinando essas provas às hipóteses implícitas de seu diagnóstico político prévio”²⁶⁵. Um erro que Marx não repetiria ao analisar a história da Inglaterra, conseguindo assim chegar ao coração da sociedade civil.²⁶⁶ De acordo com Furet:

Não é difícil a reconstrução do mecanismo da ilusão histórica em Marx. É sempre a mesma coisa: para salvar a letra da doutrina, se contradiz o espírito e se deduz a evolução econômica e social da história política. Posto que a Comuna ocorreu, é preciso que o Segundo Império, que a precedeu, seja um Estado de Baixo Império, nas mãos de vigaristas e parasitas, última manifestação do que havia sido uma burguesia conquistadora. Esse tipo de raciocínio é interessante porque conduz Marx, neste acaso, a um contrassentido radical, uma vez que o regime de Napoleão III foi não só de especulação financeira, mas também de expansão industrial e comercial do capitalismo francês. (...) Mas a fim de permanecer fiel à sua visão do devir histórico, Marx teve que sacrificar as provas patentes da história econômica e social do Segundo Império, subordinando-as por hipóteses implícitas de seu diagnóstico político.²⁶⁷

No entanto, se analisarmos os artigos de Marx enviados para o *New York Daily Tribune* (e outros jornais) veremos que o Segundo Império foi um dos principais objetos de análise de Marx. Contrariando Agulhon e Furet, podemos afirmar que Marx acompanhou atentamente as transformações sociais, políticas e econômicas durante os dezotois anos de reinado de Napoleão III. Depois dos textos clássicos sobre a revolução de 1848 e o golpe de estado de Luís Napoleão, Marx escreveu artigos sobre a repressão e a luta pela anistia dos militantes que foram condenados à prisão e ao exílio na África,²⁶⁸ também escreveu sobre a aliança entre França e Inglaterra durante a guerra da Crimeia,²⁶⁹ a participação e os interesses da França no conflito com a Rússia,²⁷⁰ a novidade da

²⁶⁴ *Idem*, p. 95.

²⁶⁵ *Idem*, p. 89.

²⁶⁶ *Idem*, p. 71.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ Ver por exemplo: MARX, Karl. *The France of Bonaparte The Little*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 14, 1980, pp. 615-620.

²⁶⁹ Ver por exemplo: MARX, Karl. *On the History of the French Alliance*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 14, 1980, pp. 69-72.

²⁷⁰ Ver por exemplo: MARX, Karl. *Napoleon's War Plans*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 14, 1980, pp. 69-72.

indústria financeira com o surgimento do *Crédit Mobilier*,²⁷¹ a crise econômica de 1856-1857,²⁷² as mudanças nas leis bancárias²⁷³ e nas políticas sociais,²⁷⁴ a diplomacia do império nas negociações para autodeterminação dos reinos da Moldávia e Valáquia (futuro reino da Romênia),²⁷⁵ as negociações com o papado e o Reino do Piemonte no processo de unificação italiana,²⁷⁶ a virada liberal da economia francesa a partir dos anos 60 do século XIX etc. Em resumo, num sentido inverso às críticas de François Furet e Maurice Agulhon, há uma quantidade enorme de artigos em que Marx elaborou uma interpretação sobre o Império de Napoleão III e, portanto, não existe um hiato de 1848 a 1871 nos estudos de Marx sobre o país, tão pouco um sacrifício de provas da história econômica e social do período em nome de uma teoria formulada de antemão.

Nos tópicos abaixo, reconstituiremos os principais argumentos de Marx divulgados nos artigos do *New York Daily Tribune* sobre o Império Napoleônico diante da crise financeira de 1857-1858. Nosso intuito é demonstrar não só como ele estava ciente da prosperidade econômica francesa e das novidades financeiras da economia do Segundo Império, mas também entendermos como Marx pode deixar claro seu conceito de crise econômica na sociedade capitalista desenvolvida. Nesse sentido, retomaremos uma série de três artigos sobre o *Crédit Mobilier*, elaborada em 1856, pois ali Marx descreve o apogeu da indústria financeira construída, dentre outros, pelos irmãos Isaac e Émile Péreire, assim como aponta para as contradições do desenvolvimento econômico alavancado pelas finanças. De acordo com o próprio Marx, há dois grandes motivos para uma investigação sobre *Crédit Mobilier*:

1. Avaliar as possibilidades de desenvolvimento econômico do Império francês.
2. Compreender os sintomas de uma convulsão geral que se manifesta nos países europeus.²⁷⁷

²⁷¹ Ver por exemplo: MARX, Karl. *The French Crédit Mobilier I*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, pp. 8-13.

²⁷² Ver por exemplo: MARX, Karl. *The Economic Crisis in France*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, pp. 130-135.

²⁷³ Ver por exemplo: MARX, Karl. *The New French Bank Act*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1980, pp. 289-292.

²⁷⁴ Ver por exemplo: MARX, Karl. *Project for the Regulation of the Price of the Bread in France*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 16, 1980, pp. 110-114.

²⁷⁵ Ver por exemplo: MARX, Karl. *Peace or War*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 16, 1980, pp. 256-257.

²⁷⁶ Ver por exemplo: MARX, Karl. *The Treaty of Villafranca* In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 16, 1980, pp. 416-420.

²⁷⁷ MARX, Karl. *The French Crédit Mobilier I*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 12.

Num segundo momento, demonstraremos que para além da descrição econômica, das estocadas contra “Napoleão *le Petit*” e das ironias em relação “socialismo imperial” francês, Marx procurou apontar para um horizonte político emancipador diante da crise econômica aberta em 1857.

2.2.2. O que pretende o *Crédit Mobilier*?

No dia 20 de novembro de 1852, o *Moniteur universel*, jornal oficial do governo francês, publicou o decreto que autorizava a fundação do *Crédit Mobilier*. Esse decreto, composto de sete artigos, foi assinado por Luís Napoleão e apresentava as obrigações gerais do banco, tais como o envio de extratos semestrais para os ministros do interior, da agricultura e do comércio, para o prefeito do departamento de Seine, para a polícia, para casa de comércio e para a secretaria do tribunal do comércio de Paris. Ou ainda, a proibição do banco subscrever empréstimos nos fundos públicos estrangeiros sem a autorização do governo²⁷⁸. Marx comenta essa publicação, mas se concentra principalmente no estatuto do banco e em alguns relatórios apresentados pelos acionistas.

De acordo com o preâmbulo do estatuto: “O estabelecimento da sociedade tem como objetivo promover o desenvolvimento da indústria e das obras públicas; operar por meio da consolidação de um fundo mútuo, convertendo os títulos de diversas empresas num fundo comum, pois, dessa forma, os fundadores executam um trabalho útil e, conseqüentemente, se unem para lançar as bases de uma sociedade anônima, sobre a designação de *Société Générale du Crédit Mobilier*”²⁷⁹. Essa sociedade nascia nesse momento com um capital de 60 milhões de francos divididos em 120 mil ações de 500 francos cada, situação que tornava esses papéis acessíveis não só para o grupo, mas também para a pequena burguesia²⁸⁰.

Para Marx, esta introdução já explicitava as pretensões do banco, pois, afirmar que a sociedade tem como objetivo promover o desenvolvimento da indústria e das obras públicas, também significa afirmar “que o desenvolvimento da indústria e das o-

²⁷⁸ Ver também: AYCARD, M. *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867*. Paris: Librairie internationale, 1867, pp. 2-3. Autor analisa o banco da sua fundação até seu declínio. Também reproduz uma série de documentos do banco.

²⁷⁹ *The French Crédit Mobilier I*, op. cit. p. 11.

²⁸⁰ Ver também: *Napoléon III*. op. cit., p. 479.

bras públicas passa a depender dos favores do *Crédit Mobilier* e de Luís Bonaparte”.²⁸¹ Em seguida, Marx destaca do estatuto, as atividades do banco, que variavam em três grandes frentes:

1. Dar suporte para a grande indústria;
2. Criar títulos emitidos pela sociedade para substituir ou fundir com os títulos de diferentes empresas;
3. Realizar operações comuns do sistema bancário, conduzindo sobre os fundos públicos, as contas comerciais.

A primeira frente de atuação, que assegura para a sociedade o patrocínio da indústria, está detalhada no artigo V do estatuto, que diz: “Subscrever ou adquirir fundos públicos, ações ou obrigações nas diferentes empresas indústrias ou de crédito constituídas como sociedade anônima, em especial as indústrias já estabelecidas ou prestes a se estabelecer na área de ferrovias, canais, minas e outras obras públicas. Encarregar de todos os empréstimos, para transferir e realizá-los, bem como todas as empresas de obras públicas”.²⁸² Em outras palavras, o *Crédit Mobilier* tinha como função primordial ser um banco de investimentos que ajudasse as sociedades industriais a constituírem um capital coletivo de investidores. E ao exercer a posição de *holding*, o banco adquiriu grande importância em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico da França (ferrovias, exploração de carvão, navegação marítima, iluminação e transporte público).

A segunda categoria de operação está relacionada com a substituição dos títulos do “*Crédit Mobilier*” pelos títulos de todas as outras empresas e abarca o seguinte: “emitir em quantidades iguais, para os montantes contratados para a assinatura de empréstimos e de aquisição de títulos industriais, as obrigações próprias da sociedade”.²⁸³ Os artigos VII e VIII indicam os limites e a natureza das obrigações que a sociedade pode emitir: “são permitidos alcançar um montante equivalente a dez vezes o valor do capital. Seu valor total sempre deve ser representado por títulos públicos, ações e obrigações nas mãos da sociedade. Eles não podem ser pagos com menos de 45 dias de aviso prévio. O montante total dos valores recebidos em conta-corrente e em obrigações criadas com

²⁸¹ *The French Crédit Mobilier I*, op. cit. p. 11.

²⁸² *Idem*, p. 11.

²⁸³ *Idem*, p. 11.

prazo menor que um ano não podem exceder o dobro do capital realizado”.²⁸⁴ A propósito dessas limitações, nos outros artigos sobre o *Crédit Mobilier*, Marx mencionará as tentativas de o banco ultrapassar os limites de emissão de títulos, o que permitiria os Péreires a aumentar os empréstimos e fazer do banco a instituição monopolista do Estado bonapartista. Mas Napoleão Bonaparte, pressionado por outros grupos, os Rothschilds, por exemplo, impediu o banco de emitir mais papéis, barrando a expansão desenfreada da instituição.

Por fim, a terceira frente abarca as operações necessárias em consequência da troca dos valores comerciais. A sociedade recebe *money at call* [dinheiro em chamada].²⁸⁵ Tem autorização “de vender ou dar como pagamento de empréstimos de todos os tipos de fundos, papéis, ações por ela detidos, e trocá-los por outros valores”. Empréstima em “fundos públicos, depósitos de ações e obrigações, e abre contas correntes em seus diferentes valores”. Oferece às sociedades anônimas “todos os serviços comuns prestados por banqueiros privados, recebe todos os pagamentos por conta das sociedades, paga através de dividendos, juros, etc.” Mantém o depósito de todos os títulos dessas empresas, mas nas operações relativas ao comércio de valores comerciais, contas, warrants²⁸⁶, etc., “é expressamente entendido que a sociedade não deve fazer vendas clandestinas, nem compras por causa do prêmio”.²⁸⁷

Marx aponta para as pretensões do *Crédit Mobilier* não só analisando o estatuto, mas também verificando suas realizações práticas. No ano em que escreveu esse artigo, o banco já estava funcionando há quase quatro anos e passava a concentrar as iniciativas da maior parte das realizações econômicas do Império. Em 1855, o banco teve um lucro de 26 milhões de francos, num capital de 60 milhões, ou seja, uma taxa de lucro de 43%. E apresentava números crescentes de negócios pelo mundo (por exemplo, fez empréstimos para a *Austrian Association for the Railways of the States, Western and Central Railways of Switzerland*, participou da obra de canalização do rio Ebro de Saragoça para o Mediterrâneo, da fusão das velhas companhias de gás de Paris, no financiamento da iluminação de diversas cidades e na criação de indústrias em toda a Europa).²⁸⁸

²⁸⁴ *Idem*, p. 12.

²⁸⁵ *Money at call* é um empréstimo de curto prazo, que não tem um plano de reembolso definido, mas deve ser pago integral e imediatamente sob demanda. Empréstimos de “dinheiro em chamadas” de dar aos bancos uma forma de ganhar juros, mantendo liquidez.

²⁸⁶ *Warrants* são títulos que dão ao seu portador o direito, mas não a obrigação, de comprar ações ordinárias de uma empresa a preço fixo dentro de certo período.

²⁸⁷ *Idem*, p. 12.

²⁸⁸ *Idem*, p. 10.

No entanto, aqui Marx não menciona em detalhes os primeiros negócios os irmãos Péreire. De acordo com Maurice Agulhon, já em agosto de 1848, Isaac e Émile participaram do financiamento da linha Paris-Lyon. Em 5 de janeiro de 1852, o governo concedeu essa linha a um consórcio financeiro do qual faziam parte Rothschild, os Péreire e outros. “Foi então lançado publicamente um novo título mobiliário, a obrigação de 300 francos, título barato de renda fixa, destinado a captar imensas poupanças das camadas médias da sociedade e a ser a pedra angular do financiamento de grandes redes das décadas subsequentes”²⁸⁹. Em 19 de fevereiro de 1852, os irmãos ajudam os Rothschild levarem a concessão da *Compagnie du Nord*²⁹⁰ por 99 anos, mediante compromissos de ampliação da rede. Em setembro do mesmo ano, os irmãos passaram a fazer seus negócios separados de James Rothschild e essa ruptura, afirma Agulhon, foi um passo decisivo para o desenvolvimento do *Crédit Mobilier*.

Voltando ao artigo, para Marx, o *Crédit Mobilier*, através do sistema de crédito, se transformava no “proprietário da grande indústria” e no “déspota do crédito comercial”,²⁹¹ uma vez que os investimentos na produção capitalista passam a depender das formas “desenvolvidas” de expansão do valor: o capital a juros, o dinheiro de crédito e o capital fictício. E apesar de ver com desconfiança o sistema financeiro de investimento criado no governo de Bonaparte, Marx afirmava que a fundação do *Crédit Mobilier* “marca uma nova época na vida econômica das nações modernas”,²⁹² uma vez que rompia as barreiras do desenvolvimento econômico de épocas passadas e tenda ser o modo em que todas as nações passarão a competir no mercado mundial.²⁹³

²⁸⁹ 1848, *o aprendizado da República*. Op. Cit., pp. 211-212.

²⁹⁰ *La Compagnie des chemins de fer du Nord* foi criada em 1845 por James Rothschild. Somente com a ajuda dos irmãos Péreire é que os Rothschild conseguem concluir a negociação com o governo para obter a concessão de explorar e investir livremente nessa rede. Ela recebeu o nome de caminho de ferro do norte porque ligava Paris à fronteira com a Bélgica.

²⁹¹ *The French Crédit Mobilier I*, op. cit. p. 11

²⁹² *Idem*, p. 11.

²⁹³ De acordo com J. Bouvier: “O *Crédit Mobilier* era um banco mandatário do desenvolvimento ferroviário e metalúrgico, e também um estabelecimento financeiro capacitado a tratar das operações junto aos governos; visava, sobretudo, a manter estáveis na Bolsa os valores de seu grupo, ou então a propiciar sua alta. E, novamente seguindo Maurice Agulhon: “A originalidade da nova empresa vinha principalmente dos processos de captação de capital que utilizava: a fim de aumentar os próprios recursos, fazia empréstimos ao público lançando títulos de curto prazo ou reembolsáveis a prazo mais longo. A ideia dos Péreire era reinvestir essas altas somas na indústria, em empréstimos estatais e em especulação na Bolsa; o verdadeiro objetivo, no entanto, era monopolizar de certa forma os grandes empreendimentos industriais. Sonhavam deter o controle das grandes empresas ferroviárias e metalúrgicas, absorver seus títulos e transformar os títulos e ações do *Crédit Mobilier* numa espécie de ‘valor de todos’ que representasse as dívidas de todas as grandes empresas conglomeradas sob sua égide por ramo de atividade”. Cf.: 1848, *o aprendizado da República*. Op. Cit., p. 213. E. Hobsbawm afirma que o *Crédit Mobilier* foi um protótipo de negócio que se espalhou por toda a Europa. Os *crédits mobiliers* rivalizavam com os Rothschilds, que não gostaram da ideia, mas tiveram que seguir, pelo menos até o momento em que os Rothschilds vence-

2.2.3. Socialismo imperial bonapartista

No segundo artigo da série intitulada *Crédit Mobilier*, Marx retoma suas análises sobre o golpe de Luís Napoleão Bonaparte. Para ele, o imperador deu o golpe de estado com duas pretensões diametralmente opostas: por um lado, o golpe tinha a missão de salvar a burguesia e a “ordem material” da anarquia “vermelha”. Por outro, salvar a classe trabalhadora da classe média concentrada na Assembleia Nacional.²⁹⁴ E, somavam-se a esses dois compromissos, as dívidas que Bonaparte tinha com a *Société Dix Décembre*, que ele cumpriu enriquecendo seus membros. Assim sendo, Bonaparte precisou agir como ladrão e benfeitor de todas as classes. “Ele não podia beneficiar uma classe sem prejudicar a outra. E também não podia satisfazer suas necessidades e a de seus seguidores sem roubar ambas”.²⁹⁵

Antes de entrarmos diretamente nos temas desenvolvidos por Marx nesse artigo para o *New York Daily Tribune*, faz-se necessário retomarmos os períodos do processo político que levou ao *coup d'état* de Luís Bonaparte e levantamos as principais teses elaboradas por Marx no que diz respeito aos interesses das classes sociais e o processo de autonomização do Estado nos textos escritos imediatamente após os acontecimentos de 1848. Isso nos permitirá entender numa perspectiva histórica o papel do banco *Crédit Mobilier*, assim como o que Marx quis dizer quando ironicamente chamou o II Império de “socialismo imperial bonapartista”, um regime capaz de garantir os interesses diametralmente opostos no interior da sociedade francesa.

De acordo com Marx, a Revolução de Julho de 1830, na França, conduziu Luís Felipe de Orléans e uma facção da burguesia ao poder, “a assim chamada aristocracia financeira”.²⁹⁶ A burguesia industrial tornou-se parte da oposição oficial, ou seja, ela estava minimamente representada na Câmara, mas não assumiu postos importantes no governo. A pequena burguesia e a classe camponesa foram totalmente excluídas do poder político. Sempre em dificuldades financeiras, a monarquia de julho era extremamente “dependente da alta burguesia, e essa dependência tornou-se fonte inesgotável de um

ram a batalha contra os Péreire. Segundo o historiador, “em períodos de grande expansão econômica, alguns operadores se aventuram um pouco longe demais, atravessando a tênue fronteira que separa o otimismo nos negócios da fraude”. Cf.: *A era do capital, 1848-1875*, op. cit., p. 299.

²⁹⁴ MARX, Karl. *The French Crédit Mobilier II*, In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

²⁹⁵ *Idem*, p. 15.

²⁹⁶ MARX, Karl. *A derrota de junho de 1848*. In: *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37.

aperto financeiro crescente”.²⁹⁷ Isto significa que a cada ano, o Estado contraía dívidas junto aos banqueiros e esse endividamento do Estado era objeto de especulação e fonte de enriquecimento da aristocracia financeira que governava e legislava por meio das câmaras.²⁹⁸

Durante a Monarquia de Julho, de acordo com Marx, a aristocracia financeira ditou as leis, conduziu a administração do Estado, controlou a opinião pública por meio da imprensa e explorou todas as iniciativas de investimentos, fazendo com que seus membros ganhassem grandes rendimentos com a participação acionária das novas ferrovias que eram construídas enquanto o ônus era empurrado para o Estado. Ao passo que, as facções não dominantes da burguesia francesa reclamavam: “*À bas les grands voleurs! À bas les assassins*”. “*La dynastie Rothschild, les juifs rois de l’époque*”.²⁹⁹ Em 1º de setembro de 1846, Engels, num artigo para o jornal cartista *The Northern Star*, lembrou que o descontentamento já era explicitado também pela classe trabalhadora, que por meio de um panfleto intitulado *Rothschild I-er, roi des juifs*, atacava diretamente a burguesia financeira e o regime político de Luís Felipe.³⁰⁰

De acordo com Engels, nunca havia existido, desde a revolução, uma negligência tão grande do poder para com a opinião pública. Três quintos dos deputados, pelo menos, estavam ligados a *haute-bourgeoisie*, ou seja, vinculados aos grandes industriais, aos especuladores das empresas ferroviárias, aos jogadores da bolsa de valores e outros. “Os ministros não eram os Senhores Guizot e Duchâtel, mas os Senhores Rothschild, Fould e muitos outros banqueiros de Paris, possuidores de grandes fortunas que

²⁹⁷ *Idem*, p. 38.

²⁹⁸ Aqui é importante entender como a monarquia francesa se tornou dependente da burguesia. No século XVIII, a estrutura social da França era aristocrática, sendo a terra praticamente a única riqueza. Desde o século XVI, o rei foi despojando os senhores do seu poder político e submetendo os nobres à sua autoridade. No entanto, esses continuavam sendo privilegiados e onerando os cofres do reinado. Com o renascimento do comércio e o início da industrialização, surge uma nova forma de riqueza, a mobiliária, e uma nova classe, a burguesia. “No século XVIII, o comércio, a indústria e as finanças assumiam um lugar cada vez mais importante na economia nacional; a burguesia era quem socorria o Tesouro real nos momentos prementes; nas suas fileiras era recrutada a maioria dos funcionários e profissionais liberais (...). A estrutura legal do país ainda lhes reservava o primeiro lugar, mas na verdade o poder econômico, a capacidade, as perspectivas de futuro passavam às mãos da burguesia”. LEFEBVRE, Georges. *1789 – O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 32. No período da crise, “os empréstimos do rei, do clero, das províncias deram origem a uma categoria particular de financistas que vivem quase todos em Paris e que, muito sensíveis às flutuações do crédito público, desempenharão um papel importante na crise de 1789”. *Idem*, p. 64.

²⁹⁹ Ver: ENGELS, F. *Government and opposition in France*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 6, 1976, pp. 61-63. [Abaixo os grandes ladrões! Abaixo os assassinos] [A dinastia Rothschild, os judeus, reis da nossa época].

³⁰⁰ De acordo com Engels, o panfleto fez muito sucesso chegando a doze edições. E J. Rothschild foi obrigado a publicar duas defesas contra esse ataque. Ver: *Idem*, pp. 61-63.

fazem deles os representantes eminentes do restante da burguesia”.³⁰¹ Diante dessa negligência, a oposição crescia, principalmente, em Paris, onde o dinheiro dos *lords* tinha pouca influência sobre o eleitorado. A maior parte da classe média pertencia ao partido de Adolphe Thiers; “que queria acabar com a exclusividade dos Rothschild e Cia, recuperar uma posição honrosa e independente para a França em suas relações externas e, talvez, fazer uma pequena reforma eleitoral”.³⁰² Já a maioria de não votantes - comerciantes, lojistas e outros - era mais radical e demandava uma reforma eleitoral que garantisse a eles o voto. Eram partidários do *Le National* ou *La Réforme*,³⁰³ que os reunia no partido democrático, “abrangendo a grande maioria da classe trabalhadora, que se encontra dividida em diferentes seções, sendo a mais numerosa, pelo menos em Paris, a formada por comunistas”.³⁰⁴

Vale lembrar que entre o final de 1847 e início de 1848, Engels fez uma série de viagens para Londres, Bruxelas e Paris para fazer uma “profissão de fé” das ideias que ele e Marx estavam formulando na Liga Comunista.³⁰⁵ Em 25 de janeiro de 1847, Engels enviou uma carta para Marx avisando que havia conseguido entrar em contato com Ferdinand Flocon e Louis Blanc e estava tentando contato com Étienne Cabet. Em conversas com F. Flocon, Engels cita as divergências entre a linha política do *La Réforme* e o *Le National*. Cita também a preocupação deste em relação a uma revolução que não leve a situação dos camponeses em consideração. Flocon antecipava para Engels uma questão que Marx retomará para explicar a posição dos camponeses diante dos acontecimentos políticos desencadeados em 1848: “Você tende ao despotismo, você mata a revolução na França, nós temos onze milhões de pequenos camponeses que são ao mesmo tempo os proprietários mais fanáticos”.³⁰⁶

O descontentamento contra a aristocracia financeira era generalizado e os ânimos se acirraram para uma verdadeira revolta. Contribuíram para isso dois aconteci-

³⁰¹ *Idem*, p. 61

³⁰² *Idem*, p. 62.

³⁰³ De acordo com Jean Bruhat, o *National* expressava os ideais republicanos. Consideravam que o essencial estava na conquista do sufrágio universal, graças ao qual as reformas feitas poderão levar à melhoria das classes operárias: desenvolvimento da instrução primária, transformação do fisco por imposto progressivo, liberdade de associação, suspensão do cadastro operário. Para o autor, o *Réforme* não ia muito mais longe. Democratas como Ledru-Rollin, por exemplo, estavam ligados ao princípio da propriedade como “fundamento de toda a moralidade”, e denunciavam as concentrações e os novos feudalismos na perda em que colocavam em perigo a pequena propriedade. In: DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa, 1972, p. 536.

³⁰⁴ *Government and opposition in France*. Op. Cit., p. 62.

³⁰⁵ HUNT, Tristram. *Comunista de casaca – a vida revolucionária de Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010, p. 166.

³⁰⁶ *Engels to Marx, 25/10/1847*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982, pp. 133-140.

mentos econômicos mundiais: *a doença da batata inglesa e as quebras de safra* de 1845 e 1846, que intensificaram a revolta do povo pelos *gêneros* primários de subsistência. “A carestia de 1847 provocou conflitos sangrentos, tanto na França quanto no resto do continente. Em contraste com as orgias depuradoras da aristocracia financeira”³⁰⁷ E a *crise geral do comércio e da indústria* na Inglaterra que estourou em 1847 “na bancarrota dos grandes comerciantes de mercadorias colonialistas de Londres, seguida de imediato pela falência dos bancos provinciais e pelo fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses”.³⁰⁸ Essa conjunção de fatos tornou a tirania da aristocracia financeira ainda mais insuportável e a oposição passou a promover campanhas festivas a favor da reforma eleitoral, “visando conquistar para ela a maioria nas câmaras e derrubar o ministério da bolsa”.³⁰⁹

Aqui é interessante citar a recente pesquisa dos alemães Helge Berger e Mark Spoerer sobre essas duas crises anteriores às revoluções de 1848, pois eles confirmam essa posição de Marx a partir de uma análise detalhada apoiada numa ampla pesquisa empírica e quantitativa. Esses dois pesquisadores afirmam que os trabalhos que buscam explicar as revoluções a partir das ondas de ideias radicais, criação de instituições sociais e problemas socioeconômicos de longo prazo não dão conta do momento, da simultaneidade e da distribuição regional dos levantes de 1848. Através de métodos quantitativos, eles procuraram demonstrar como existe uma correspondência geográfica entre crise econômica e atividade revolucionária. Eles acompanharam o preço dos grãos em 27 países europeus entre 1820 e 1850 para demonstrar como a maioria dos países viveu um grave choque de preços entre 1845 e 1848. Assim sendo, foi a miséria econômica, resultado da crise agrícola de 1845-1847 e da subsequente crise industrial de 1846-1848, mais do que as “ideias radicais” que fizeram com que a chamada primavera dos povos acontecesse. Para não caírem num economicismo, Berger e Spoerer consideram que os regimes repressivos influem na violência dos acontecimentos e que as ideologias davam consistência às críticas e credibilidade aos atores sociais, mas em última instância “nenhuma explicação das revoluções europeias de 1848 deve negligenciar os fatores econômicos de curto prazo”.³¹⁰

³⁰⁷ *A derrota de junho de 1848*. Op. Cit., p. 41.

³⁰⁸ *Idem*, p. 42.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ BERGER, H. SPOERER, M. *Economic crises and the European Revolutions of 1848*. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 61, No. 2, Junho de 2001, p. 320.

No final de fevereiro de 1848, agora para o jornal *Deutsche-Brüsseler Zeitung*, Engels descreveu o movimento popular que tomou as ruas de Paris e buscou apontar para as perspectivas de mudança que a revolução poderia desencadear em toda a Europa. Descontentes com o “desemprego generalizado”, afirma Engels, “Paris inteira estava nas ruas” exigindo “Fora Guizot, vida longa para a reforma!” e “Fora Odilon Barrot!”³¹¹ O povo seguiu em direção a casa desses dois dirigentes da monarquia e foram brutalmente reprimidos pela Guarda Municipal. Mas no dia seguinte, o centro de Paris estava quase todo bloqueado por barricadas e nem a Guarda Nacional, nem a Guarda Municipal conseguiam conter a população. “Mais uma prova de como são infrutíferos os planos de defesa contra a revolta popular em uma grande cidade”.³¹² Toda essa movimentação forçou o rei Luís Felipe “a abandonar Guizot e formar um novo ministério”,³¹³ mas “o povo, os trabalhadores, todos aqueles que levantaram as barricadas, que lutaram contra a Guarda Municipal e que desafiaram as balas, as baionetas e a cavalaria, não desejavam lutar para terem M. Molé e M. Billault. Então eles continuaram a luta”.³¹⁴

Como apêndice desse artigo, Engels noticiou a vitória do povo francês e a proclamação da República. Ele lembrou que três membros do governo provisório eram do partido democrático, eles organizavam-se a partir do jornal *La Réforme*. O quarto membro era um trabalhador (Albert). Os outros, Lamartine e Dupont de L’Eure, eram homens do *Le National*. Para Engels essa vitória colocava o proletariado francês na vanguarda do movimento Europeu. E nesse sentido, ele comemorava e indicava de forma esperançosa um possível desdobramento para o movimento:

Toda honra aos trabalhadores de Paris! Eles deram para o mundo um impulso que será sentido em todos os países. A vitória da República na França significa a vitória da democracia em toda a Europa. Nossa era, a era da democracia, é de ruptura. As chamas das Tulherias e do Palácio Real são o alvorecer do proletariado. Em todos os lugares o domínio da burguesia vai desabar ou ser desmontado. A Alemanha, nos esperamos, seguirá esse rumo. Agora ou nunca ela se levantará de sua miséria. Se os alemães tiverem energia, orgulho e coragem, dentro de meses, nós também seremos capazes de gritar: ‘Vida longa para a República Alemã’”.³¹⁵

³¹¹ ENGELS, F. *Revolution in Paris*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 6, 1976, pp. 556-557.

³¹² *Idem*, p. 557.

³¹³ *Idem*.

³¹⁴ *Idem*, p. 558.

³¹⁵ *Idem*, p. 558.

O espraioamento do movimento que Engels esperava na verdade já era um processo em andamento. Em 1847, o governo suíço iniciou uma guerra contra sete regiões católicas que negavam submeter-se à nova Constituição. Após quase um mês de luta o governo liberal venceu e manteve as regiões unificadas. Em janeiro de 1848, a população de Palermo chegou a proclamar um governo provisório e o rei Fernando II momentaneamente perdeu o controle de diversos territórios. Com a proposta de uma nova Constituição, o líder do movimento de unificação *Giovine Italia*, Giuseppe Mazzini, pediu para que o movimento recuasse, pois a possibilidade de unificação italiana estava prestes a acontecer. E um cenário instável aparecia em outras regiões, na Prússia, Guilherme IV convocou uma Dieta Provincial em Berlim e lá percebeu que a dieta estava dominada pelos liberais, que demandavam uma nova constituição. Nos estados alemães, os radicais se articulavam em Offenburg e os liberais em Heppenheim entre setembro e outubro de 1847. Em Budapeste, os húngaros organizavam uma Dieta que se posicionava contra o Império austríaco. E tudo isso tomou uma dimensão de insurreição continental quando a monarquia francesa foi derrubada e a república foi proclamada no final de fevereiro.

E diante desses acontecimentos, Marx e Engels tiveram uma atuação decisiva. Jonathan Sperber afirma que o tempo em Bruxelas foi para Marx “anos de aprendizado”. Período em que Marx “se preparou em termos organizativos, intelectuais e políticos para seu papel na turbulenta política das Revoluções de 1848-49”.³¹⁶ Do ponto de vista organizativo, ele, juntos de seus companheiros, transferiu a autoridade da Liga dos Comunistas de Londres para Bruxelas para ficarem mais próximos dos acontecimentos de Paris. Como vice-presidente da *Association démocratique de Bruxelles*, Marx procurou escrever para o jornal da organização, promover cursos de economia política para os sindicatos e fortalecer a Liga dos Comunistas.³¹⁷ Depois, Marx vai para França, mas

³¹⁶ Karl Marx – *A nineteenth century life*. Op. Cit., p. 153.

³¹⁷ Essas atividades trouxeram consequências. Em 25 de março de 1848, ele escreve para o editor do *The Northern Star* para relatar como a agitação social da Bélgica iniciara e, em consequência, M. Wolff e Karl Marx, passaram a ser perseguidos pelo governo belga. O governo procurou explorar o sentimento nacionalista e espalhou notícias de que “a agitação pela República era coisa dos alemães – homens que não tem nada a perder, que foram expulsos de três ou quatro países, devido sua torpeza, e que buscam se lançar de cabeça na pretensa República Belga”. Ver: ENGELS, F. *To the Editor of The Northern Star*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 6, 1976, p. 560. No dia 2 de março foi expedido um documento assinado pelo rei Leopoldo I expulsando Marx e sua família do país. Como relata Marx em correspondência para o *La Réforme*: “No presente momento, o governo Belga está se alinhando inteiramente com a polícia da Santa Aliança. (...) Recebi, em 3 de março, as cinco horas da tarde, uma ordem para deixar o reino da Bélgica em vinte e quatro horas” Ver: MARX, K. *To the Editor of La Réforme*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 6, 1976, p. 565. Diante das ameaças, Marx retorna para Paris, com direito a convite de Ferdinand Flocon,

logo se desloca para Colônia, ao receber notícias de que a revolução estourara na Alemanha³¹⁸. Lá, ele procurou entrar em contato com o movimento comunista que passara a existir em Colônia e criou o *Neue Rheinische Zeitung- Organ der Demokratie*, junto ao movimento democrático da cidade.

Podemos dizer que o *Neue Rheinische Zeitung* ofereceu reportagens sobre o desenvolvimento das revoluções na Europa, descrições da política parlamentar que se desenrolava diariamente, mas sobre a França especificamente, publicou poucos artigos capazes de explicar o desenvolvimento da revolução. Em 26 de junho de 1848, apareceu no suplemento especial, uma carta lamentando que os jornais franceses não estavam chegando pelo correio, assim, “as únicas fontes à nossa disposição nestas circunstâncias são os relatos confusos e contraditórios das folhas belgas e nosso próprio conhecimento de Paris”.³¹⁹ Somente em 29 de junho de 1848 saiu um artigo de Marx mais extenso sobre os acontecimentos de junho. Uma análise mais completa dos eventos franceses foi pensada por Marx *a posteriori*, nos textos da *Neue Rheinische Zeitung – Politisch-ökonomische Revue*, publicados entre fevereiro e março de 1850. E também nos textos encomendados por Joseph Weydemeyer para serem publicados em maio de 1852, na revista *Die Revolution: Eine Zeitschrift in Zwanglosen Heften* com o título de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Articulando esses textos publicados *a posteriori*, podemos dizer que para Marx, o primeiro período da revolução na França, logo após os acontecimentos sincrônicos que abalaram quase toda a Europa Ocidental, foi o “período de fevereiro” ou “prólogo da revolução”, que vai de 24 de fevereiro de 1848 ou a deposição de Luís Filipe até 04 de maio de 1848 ou o dia da reunião da Assembleia Constituinte. Nesse governo provisório, todas as forças políticas, que haviam sido preparadas e definidas pela revolução, a saber, “a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-república, o operariado socialdemocrata”,³²⁰ ocuparam provisoriamente o seu lugar no governo provisório. Nessa confluência de forças sociais, enquanto o proletariado

editor do *La Réforme* e membro do novo governo provisório francês: “A tirania o expulsou, agora a França livre abre suas portas para você e para todos que estão lutando pela causa sagrada, a causa fraternal de todos os povos”. Ver também: *Ferdinand Flocon to Marx. 1/03/1848*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 6, 1976, p. 649.

³¹⁸ Marx, Engels e outros socialistas e comunistas alemães começaram a tramar a volta para a Alemanha. Os membros do Clube dos Trabalhadores Alemães, - grupo criado por Marx após discordância com o operário Herwegh sobre a forma com os comunistas atuariam na Alemanha -, com ajuda do governo francês, começaram a deixar Paris no mês de abril.

³¹⁹ MARX, K. *Notícias de Paris*. In: Nova Gazeta Renana: artigos de Karl Marx. Apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 123.

³²⁰ MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 32.

proclamava a *República Social* e “se comprazia na contemplação da ampla perspectiva que se lhe descortinara e se entregava a discussões bem-intencionadas sobre os problemas sociais, os velhos poderes da sociedade se reagruparam, reuniram-se, ponderaram e receberam o apoio inesperado da massa da nação, os quais se lançaram todos de uma só vez à arena política após a queda das barreiras da Monarquia de Julho”³²¹

Em junho, Marx recebeu notícias da ditadura militar de Cavaignac, republicano moderado, que havia sido governador da Argélia e que, desde o dia 24 de junho de 1848, aparecia como chefe do executivo. Em 29 de junho de 1848, Marx escreveu o artigo *A Revolução de Junho*, em que narra como a burguesia buscou anular a participação dos trabalhadores na Assembleia Nacional. Ao tentar reconquistar a influência revolucionária os trabalhadores tiveram como respostas decretos que proibiam ajuntamentos populares, repressão aos *ateliers nationaux*, prisão dos principais líderes socialistas até o massacre brutal entre os dias 22 e 26 de junho. Em artigo de 14 de novembro de 1848, *Cavaignac e a revolução de junho*, Marx reforça o caráter contrarrevolucionário que a revolução de 1848 tomou:

“É preciso voltar de tempos em tempos a seus momentos e seus atores principais, pois a *Revolução de Junho* é o *centro* em torno do qual giram a revolução e a contrarrevolução europeias. O distanciamento da Revolução de Junho marcou, com dissemos ao tempo em que se realizava, o zênite da contrarrevolução, que devia percorrer a Europa. O retorno à Revolução de Junho é o verdadeiro início da revolução europeia. Portanto, de volta a *Cavaignac*, ao *inventor do estado de sítio*”.³²²

Esse é o segundo período, o período da *Constituição, da fundação da república burguesa*, afirmava Marx.. Entre 04 de maio de 1848 e o final de maio de 1849, ele destaca outros acontecimentos importantes além da derrota do proletariado nas jornadas de junho - que teve um saldo de 3 mil insurgentes mortos e mais de 15 mil deportados sem julgamento - e a ditadura republicana em que Cavaignac exerceu uma espécie de poder ditatorial. Ele comentou também o momento contrarrevolucionário em que se elaborava a Constituição que proclamava direitos aos *citoyens* francês ao mesmo tempo em que os restringia em nome da “segurança pública”; a proclamação do estado de sítio, dispositivo de “salvamentos momentâneos da sociedade por solicitação dessa ou daquela facção

³²¹ *Idem*, p. 33.

³²² MARX, K. *Cavaignac e a revolução de junho*. In: Nova Gazeta Renana: artigos de Karl Marx. Apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010, p. 271.

da burguesia”³²³ e, por fim, a eleição de Luís Bonaparte pelo voto “universal” masculino.

Por fim, o terceiro período que vai de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, esse período perfaz o tempo de vida da *República Constitucional* ou *Parlamentar*. Para Marx, a superficialidade das intrigas parlamentares - algo que passou a marcar cada vez com mais clareza a atuação dos políticos que apareciam em cena - mascarava a luta de classes. Marx explica esse mascaramento apontando para os fatos e conflitos que aconteciam por detrás das intrigas entre os monarquistas (legitimistas e orleanistas). Nos bastidores, existiam na verdade dois grandes interesses que cindiam a burguesia, os interesses dos grandes proprietários fundiários de um lado e os interesses das altas finanças do outro, ao mesmo tempo em que esses grupos se uniam para formar uma reação coesa quando o que estava em jogo era a ordem pública a fim de se evitar um novo levante popular.³²⁴

Para enfrentar o *Partido da Ordem*, a burguesia coligada, agia o *Partido Social Democrata*, resultante da junção de pequenos burgueses, trabalhadores e alguns sectários socialistas³²⁵ e cujas reivindicações não buscavam a supressão da contradição capital e o trabalho assalariado, “mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia”.³²⁶ Nesse conflito, tivemos primeiramente a ditadura parlamentar do *Partido da Ordem*, que completou seu domínio abolindo o sufrágio universal. No entanto, aos poucos, esse partido foi perdendo a maioria no parlamento e o controle do exército e se decompondo em suas partes integrantes (parlamento burguês, imprensa burguesa e massa burguesa). Luís Bonaparte, em movimento contrário, vai consolidando uma posição para a usurpação do poder. Seu objetivo era ampliar seu período no poder. Para tanto, ele procurou se colocar acima das disputas da Assembleia Legislativa e não se deteve as formalidades legais para garantir a vitória. E nesse sentido, em 02 de dezembro de 1851, aniversário da vitória de Napoleão I em Austerlitz, Luís Bonaparte se colocará como o defensor do sufrágio universal, tornando-se o príncipe presidente, o sagrado Imperador Napoleão III.

Em dezembro de 1852, Napoleão III tinha uma base eleitoral gigantesca formada pelos camponeses, uma base social de apoio ancorada na *Société du dix Décembre*, além de uma conjuntura em que o conflito entre capital e trabalho apresentava-lhe a possibi-

³²³ *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, Op. Cit., p. 47.

³²⁴ *Idem*, p. 61.

³²⁵ *Idem*, p. 63.

³²⁶ *Idem*.

lidade de realizar sua pretensão, ou seja, ampliar seu tempo no poder. Para tanto, de um lado, ele presenciava uma burguesia que se torturava contra os fantasmas de mais uma guerra frondista dos monarquistas, *jacqueries* ou conspirações comunistas e esbraveja contra a república parlamentar: “*Antes um fim com terror do que um terror sem fim!*”³²⁷. Do outro, um proletariado que havia sido privado dos seus líderes - em 15 de maio de 1849, Auguste Blanqui e outros vanguardistas foram presos após invadirem o parlamento exigindo dos deputados aprovação de medidas populares – e não lutaria ao lado dos *montagnards*, republicanos moderados, que nos anos anteriores apoiaram a repressão contra os trabalhadores.

Para explicar a movimentação das classes sociais, Marx procurou também desnudar os interesses de classe que apareceram na superfície a partir da movimentação social (burguesia financeira, burguesia industrial, campesinato, pequena burguesia, proletariado e lumpemproletariado)³²⁸ e apontar para a luta de classes que acontecia nos bastidores da história parlamentar clássica, “a história sem acontecimentos”. Assim, a burguesia financeira, que antes era monarquista, torna-se bonapartista. Seguindo a revista *The Economist*, que afirmava que “em todas as bolsas de valores da Europa, o presidente passou a ser reconhecido como a sentinela da ordem”,³²⁹ Marx afirma que não só os representantes das grandes instituições de crédito e os grandes especuladores de títulos públicos, mas todo um grupo que sabe que “todo o moderno negócio com o dinheiro e toda a economia bancária estão intimamente entretecidos com o crédito público”.³³⁰ A burguesia industrial, que também necessita de ordem para que os negócios prosperassem, não demonstrou nenhum tipo de reação quando o poder militar migrou das “mãos do seu próprio Parlamento para as de um pretendente aventureiro”.³³¹

Nos andares de baixo, os camponeses parcelares - a classe mais numerosa da sociedade francesa, composta de famílias que garantiam sua subsistência e não se projetavam para além de sua parcela de terra – formaram a base eleitoral de Napoleão III, uma vez que eles transferiram para o Napoleão III a figura de Napoleão I, que acabou com a servidão e os transformou em proprietários de terra livres. O lumpemproletariado, “uma massa indefinida e desestruturada”³³² formada por indivíduos que queriam enriquecer a

³²⁷ *Idem*, p. 128.

³²⁸ Ver: SECCO, Lincoln. *O teatro da política - O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: Revista Mouro, n° 8, dez. 2013, pp. 11-27.

³²⁹ *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. Cit., p. 121.

³³⁰ *Idem*, p. 121.

³³¹ *Idem*, p. 122.

³³² *Idem*, p. 91

qualquer custo e por outros que possuíam fortunas adquiridas de forma duvidosa, formou a base da *Société du dix Décembre*. Sociedade beneficente “na medida em que todos os seus membros, a exemplo de Bonaparte, sentiam a necessidade de beneficiar-se à custa da nação trabalhadora”.³³³ Para Marx, assim como os *ateliers nationaux* representavam os trabalhadores e a *gardes mobiles* representavam os burgueses republicanos, a *Société du dix Décembre* foi a força partidária para Bonaparte.

Por fim, a classe trabalhadora, que depois das jornadas de fevereiro passava a se organizar nos *ateliers nationaux*, instituto público de apoio ao trabalhador, ou misturados com pequenos burgueses e burgueses nos partidos republicanos, e que via na República uma ampla perspectiva para discutir e resolver os problemas sociais, aos poucos, assistiu suas exigências serem tratadas como “baboseiras utópicas” e viu um estado de sítio ser decretado contra seus interesses e ações, que passaram a ser entendidos por todas as outras classes como “anarquia” em contraposição a “ordem” que a burguesia ansiava a qualquer custo.

Nesse processo, Marx afirma que os trabalhadores “ao se deixarem conduzir pelos democratas frente a um acontecimento como esse e ao esquecerem o seu interesse revolucionário por força de uma sensação momentânea de bem-estar, eles renunciaram à honra de ser um poder conquistador, submeteram-se à sua sina, comprovaram que a derrota de junho de 1848 os havia incapacitado para a luta por muitos anos e que o processo histórico, num primeiro momento, necessariamente voltaria a desenrolar-se por cima das suas cabeças”.³³⁴

Para terminar essa retomada das análises de Marx sobre a revolução francesa de 1848 que iniciamos acima, cabe apontar que *O de 18 de brumário de Luís Bonaparte*, pode ser entendido como uma análise da evolução da Revolução para o domínio autoritário de Luís Napoleão. E nesse sentido, essa narrativa de Marx aponta para um processo histórico de centralização do poder, de autonomização do estado face à sociedade civil e um avanço das instituições e dos mecanismos de repressão estatal. E essa forma que o Estado toma se dá diante da pressão das relações econômicas de produção que vem acompanhada de um poder extraeconômico, imediatamente político, do antagonismo de classes. Não sem razão, desde a queda da Monarquia de Julho, é reintroduzido na

³³³ *Idem.*

³³⁴ *Idem*, p. 86.

sociedade burguesa o *estado de exceção*³³⁵, dispositivo jurídico em que o chefe de estado suspende as leis e as garantias jurídicas dos cidadãos.

De acordo com Marx, a Revolução Francesa de 1789 cumpriu “a tarefa de quebrar todos os poderes autônomos nos níveis local, territorial, citadino e provincial, visando criar a unidade nacional burguesa”. Em seguida, Napoleão aperfeiçoou essa máquina de estado centralizada que a monarquia absoluta havia começado, ou seja, fortaleceu o poder executivo com uma gigantesca organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal multifacetada com um exército de funcionários somado a um exército regular, “que envolve o organismo da sociedade francesa como uma membrana e entope todos os seus poros”.³³⁶ A monarquia legítima e a Monarquia de Julho apenas acrescentaram uma nova divisão do trabalho, na medida em que a sociedade burguesa se desenvolvia e criava novos grupos de interesse, ou seja, “novo material para a administração estatal”.³³⁷ Assim sendo,

Todo e qualquer interesse comum foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, *geral*, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade governamental, desde a ponte, o prédio escolar e o patrimônio comunal de um povoado até as ferrovias, o patrimônio nacional e a universidade nacional da França.³³⁸

Esse panorama apresentado por Marx aponta para uma análise de conjunto dos efeitos da revolução de 1789. De acordo com Schulze, o estado não modificou radicalmente, exceto num sentido: “a Revolução e a ditadura napoleônica tinham dado origem a este Estado ao qual o absolutismo aspirara embora nunca tivesse conseguido instaurar-

³³⁵ O filósofo italiano Giorgio Agamben faz um breve histórico do estado de exceção como paradigma de governo na França. Ele retoma a origem do estado de sítio na França, durante a revolução de 1789 e repertoria os usos desse dispositivo jurídico até 1961, quando De Gaulle recorreu ao art. 16 da constituição. Artigo que se mantém na constituição atual e que autoriza o presidente tomar as medidas necessárias “quando as instituições da República, a independência da nação, a integridade de seu território ou a execução de seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de modo grave e imediato e o funcionamento regular dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido”. De acordo com o autor, depois de alguns meses da revolução de 1848, um decreto da Assembleia Constituinte colocava Paris em estado de sítio sob a chefia do general Cavaignac. Na nova constituição de 4 de novembro de 1848, introduziu-se um artigo que estabelecia as condições, as formas e os efeitos do estado de sítio. Diferente da tradição alemã que confia ao chefe do Estado o poder de suspender a lei, na França esse poder só pode caber ao próprio poder que as produz, isto é, ao Parlamento. Mais tarde, “Napoleão III recorreu com frequência a essa lei e, uma vez instalado no poder, na constituição de janeiro de 1852, confiou ao chefe do Estado o poder exclusivo de decretar o estado de sítio”. Ver: AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 25.

³³⁶ *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. Cit., p. 140.

³³⁷ *Idem*, p. 140.

³³⁸ *Idem*, p. 141

lo”.³³⁹ Ou seja, historicamente, o Estado absolutista já começara a enfraquecer a aristocracia, a limitar os parlamentos das províncias e a estender por todo o país uma rede administrativa cada vez mais densa. A Revolução marca a aceleração desse processo, “os funcionários e juristas burgueses, que já detinham os principais postos administrativos da monarquia, ocupavam agora os postos dos seus antigos chefes nobres”.³⁴⁰ Depois aboliram as isenções e direitos particulares das províncias, unificaram os pesos e medidas tal como tinham unificado as relações jurídicas.³⁴¹ No Império Napoleônico essa organização aparece como “um sistema hierárquico perfeitamente racional, pirâmide geométrica do poder calculado com precisão matemática e racional da Era das Luzes”.³⁴² Ou seja, um ministro à frente da administração conseguia dirigir de Paris os prefeitos e subprefeitos. Esses “transmitem ordens supremas do Estado até os lugares mais recônditos, de onde trazem em sentido inverso as informações destinadas à administração central”.³⁴³

Enfim, durante o período em que o processo revolucionário ainda estava em curso, Marx percebeu que o movimento de autonomização do Estado é tal que a classe dominante pode abdicar de toda e qualquer vontade própria e se submeter ao poder da autoridade, deixando para o Poder Executivo todas as forças de destruição, pois na sua luta contra a revolução, “viu-se obrigada a reforçar os meios e a centralização do poder do governo para implantar as medidas repressivas”³⁴⁴. Terminado o período revolucionário, ele continua analisando o modo de funcionamento do estado bonapartista, mas numa chave explicativa mais ampla. Se até aqui Marx conseguiu demonstrar o desenvolvimento da autonomia do Estado frente às classes sociais, principalmente no que se refere ao aparato repressivo, nos textos para o *New York Daily Tribune*, ele conseguiu demonstrar como essa autonomia frente às classes sociais não pode ser entendida como uma separação entre “política” e “economia”, pois os empreendimentos de governo, as assim chamadas políticas sociais, passavam a depender do desenvolvimento da produção capitalista. Ou seja, Marx se viu diante de uma forma de estado mais desenvolvida, o estado do capital social.

No texto *Crédit Mobilier II*, Marx retoma as análises de classe que havia feito sobre o processo histórico de 1848 na França. A ideia de que a luta foi “conciliada de tal

³³⁹ SCHULZE, Hagen. *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa, Editora Presença, 1997, p. 97.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ *Idem*.

³⁴² *Idem*, p. 98.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. Cit., p. 140.

modo que todas as classes se encontram de joelhos diante da culatra do fuzil, igualmente impotentes e caladas”,³⁴⁵ é reelaborada. Ou seja, a luta de classes reconciliada não será entendida apenas como uma sujeição das classes perante a força repressiva do Estado. O *socialismo imperial*,³⁴⁶ forma irônica como Marx chama o II Império, é um regime que precisava manter a ordem material para a burguesia desenvolver seus negócios, mas que ao mesmo tempo concedia direitos aos trabalhadores da cidade e enriquece os membros da *Société Dix Décembre* envolvendo-os nos grandes empreendimentos financiados pelos modernos mecanismos do capital financeiro.

Como essas contraditórias pretensões de Bonaparte poderiam ser resolvidas? Como conciliar as contradições inerentes ao modo de funcionamento do capitalismo num regime político que nasceu justamente do choque entre as classes? Para Marx, o primeiro passo que Bonaparte precisava era converter toda a riqueza industrial francesa numa obrigação pessoal. E como o imperador atuou para resolver essa agradável questão econômica? Controlando o crédito e apoiando-se nas ideias de Saint Simon,³⁴⁷ ou seja, no sonho de que todo antagonismo de classe desapareceria com a criação de uma riqueza universal.³⁴⁸ Saint Simon por ironia da história se tornou o “anjo da guarda da Bolsa de Paris”, o “profeta do calote” e o “Messias do suborno e da corrupção”. O *Crédit Mobilier* foi a instituição que realizou esse desenvolvimento histórico, pois garantiu a estabilidade do crédito e deu suporte para o desenvolvimento econômico do Império francês, ao mesmo tempo em que Bonaparte realizava seu programa de social de *extinction du paupérisme*.³⁴⁹

³⁴⁵ *Idem*.

³⁴⁶ Em março de 1852, o socialista Pierre Proudhon percebeu que essa política sofria resistência dos setores mais conservadores da sociedade francesa: “Luís Bonaparte parou em seus projetos socialistas (...) os banqueiros evitam, a burguesia está do lado de Cavaignac, [os jornais] *La Patrie*, *Le Constitutionnel* protestam contra o barulho caluniador do socialismo governamental e, para parar o presidente, prejudicam sua política”. *Napoléon III*. Op. Cit., p. 488.

³⁴⁷ “O pensamento de Saint Simon funda-se na ideia de que a evolução natural do mundo social tende a suprimir sem violência o privilégio dos ociosos: o desenvolvimento dos bancos e a organização do crédito provocam, efetivamente, uma baixa constante da taxa de juros; em breve já não será possível a um capitalista viver sem fazer nada. Todavia, por vezes, dão-se conta da necessidade de apelar para o Estado para realizar o progresso social. ‘É necessário’, dizem eles, ‘transportar para o Estado, tornando associação dos trabalhadores, o direito de herança, hoje encerrado na família’”. Ver: DENIS, Henry. *O socialismo tecnológico*. In: História do pensamento econômico. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 386.

³⁴⁸ *Idem*.

³⁴⁹ Para Pierre Milza, se por um lado, é verdade que a aplicação das ideias saint-simonianas resultou no enriquecimento de uma minoria de privilegiados e consolidou o domínio da burguesia, por outro, é errado ver no plano de “extinção do pauperismo” apenas uma política populista ou um programa de criar um suporte de massas para o poder. Para o historiador, Napoleão III segue as ideias de um liberalismo esclarecido: “não há progresso e prosperidade sem estabilidade política, não há estabilidade sem um mínimo de consenso social e não há consenso social se uma parte dos frutos do crescimento não for redistribuída em benefício das classes trabalhadoras”. Assim, por mais que ele tenha falhado no seu compromisso de

E o que tudo isso significa exatamente? O que significa dizer que o *Crédit Mobilier* realizou o desenvolvimento histórico? E o que significa dizer que o mesmo banco que garantiu a estabilidade do crédito para o desenvolvimento industrial, garantiu também a possibilidade de Bonaparte promover uma série de políticas sociais? Significa demonstrar que o *Crédit Mobilier* e a criação de sociedades de ações permitiram a expansão da produção industrial, a qual não seria possível em nível de capitais individuais ou particulares. Ou seja, a nova etapa do capitalismo passava a exigir a *concentração* do capital nas mãos de capitalistas individuais. E a *centralização* do capital, que se dá com o desenvolvimento do sistema de crédito que leva por “fios invisíveis” recursos monetários, “dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais”.³⁵⁰

Como já afirmamos, o golpe de Estado passou a ser uma condição para a retomada do crescimento econômico na França. Os negócios passaram a prosperar a partir das reformas bancárias e de investimentos pesados na indústria de base (ferro e carvão, por exemplo), nas redes de transporte e comunicação, na urbanização de Paris e outras cidades, na agricultura e outras áreas. Foi a aposta nessas reformas e investimentos que consolidaram os negócios dos irmãos Péreire junto ao governo de Bonaparte. E para além do desenvolvimento econômico, o golpe de estado significou também o início de uma série de políticas sociais organizadas pelo Estado. O Imperador acreditava que não era possível um governo estável sem o consenso social e que parte do crescimento econômico deveria ser distribuída entre as classes trabalhadoras. E assim sendo, durante seu governo foram criadas leis favoráveis às classes populares (concessão fiscal sobre o vinho, imposto sobre a renda, criação de asilos para trabalhadores, criação de orfanatos, construção de casas populares, distribuição de sopas, crédito para os trabalhadores fi-

melhorar a condição de vida dos trabalhadores, para Milza, a França possuía uma legislação social muito mais avançada que o restante da Europa. Ver: *Napoléon III*. Op. Cit., p. 488.

³⁵⁰ É importante lembrar que Marx diferencia acumulação e concentração de capital de centralização. Segundo Marx, “todo capital individual é uma concentração maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas”. Já a centralização diz respeito a atração de capital por capital, ou seja, está relacionada a concorrência, ao movimento em que os capitais maiores derrotam portanto os menores. De acordo com ele, “à medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização” Em outras palavras, “a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações”. Ver: *O Capital*, Vol. I, tomo II. Op. Cit., p. 197 (Os Economistas).

nanciarem ferramentas de trabalho, controle do preço do pão por meio de uma caixa de compensação etc.).³⁵¹

No entanto, Marx demonstrou como essa situação não podia ser entendida como algo permanente. Para ele, a conciliação de classes pretendida por Luís Bonaparte estava assentada num período de prosperidade econômica que, vale lembrar, na época se verificava em quase toda a Europa, mas o desenvolvimento das contradições capitalista levaria os países para uma crise econômica sem precedentes. Para reforçar esse diagnóstico, Marx, ainda nesse segundo artigo, analisa também entrevistas e reportagens sobre o *Crédit Mobilier*. Ele procurou apontar que, por mais que Isaac Péreire, um dos fundadores do banco, e Jean Gilbert Victor Fialin, Ministro do Interior, afirmassem que o sistema de crédito na França era “algo sólido e estável”, que “diminuía os riscos de investimentos”, a economia francesa inevitavelmente sofreria um abalo na medida em que uma crise atingisse os Estados Unidos e a Inglaterra. Por detrás das frases fluidas dos irmãos Péreire, dos homens de governo de Bonaparte e de programas imponentes de desenvolvimento, Marx diz que o desenvolvimento sustentado pelo *Crédit Mobilier* é “um simples esquema de arrastar toda a indústria da França para o turbilhão da bolsa de valores”³⁵².

2.2.4. Surgimento de uma oligarquia financeira

O acidente financeiro que uma hora ou outra estouraria na França, relata Marx, é anunciado de diversas maneiras. No dia 31 de maio de 1856, por exemplo, o Conde Montalembert escreveu contra o projeto de lei de Bonaparte que pretendia aumentar o preço da postagem de todo jornal impresso, livros e afins: “O que substitui a vida política na França? (...) A vida política foi substituída pela especulação, pela sede de lucros, pela paixão por apostas. Por todos os lados, até mesmo nas pequenas cidades e aldeias os homens são levados pela obsessão de rapidamente fazer fortunas, sem problema, sem trabalho e sem honra”.³⁵³

Essa descrição do Conde Montalembert era o resultado prático dos investimentos “sem riscos” dos irmãos Péreire. A propaganda dos Péreire que afirmava que “a

³⁵¹ *Napoléon III*. Op. Cit., pp. 464-499.

³⁵² *The French Crédit Mobilier II*. Op. Cit., p. 18.

³⁵³ MARX, Karl. *The French Crédit Mobilier III*, In: In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

multiplicação de ações e a diminuição de riscos abarcando uma variedade de empresas, e retirando no menor tempo possível”, era apenas a forma saint-simoniana de afirmar que “a agiotagem é a base do desenvolvimento industrial, ou melhor, toda indústria é um mero pretexto para a agiotagem”.³⁵⁴ “Diminuição de riscos” significa também que os mecanismos financeiros que visavam “potencializar os capitais individuais”, associar os capitais, na verdade, operavam no sentido de concentrar capitais, transformar os proprietários em sócios especuladores e diminuir a responsabilidade da burguesia na mesma medida em que sua riqueza aumentava.

Mas além de continuar denunciando a forma como os empreendimentos do *Crédit Mobilier* colocavam em risco toda a sociedade francesa, Marx nesse terceiro artigo apresentou uma novidade em relação aos artigos anteriores, ou seja, ele, a partir da descrição de uma sociedade que passou a conviver com a especulação, aponta para o surgimento de uma figura que se destacava dentro da burguesia, os gestores. Dito de outra forma, o desenvolvimento baseado no capital fictício passava a transformar os proprietários em sócios especuladores, e isso garantia a esses “proprietários” ou “gestores” um direito permanente de receberem fluxos de rendas que vem da divisão dos resultados de uma riqueza em relação à qual não importa a eles saber quem a produziu e como ela foi produzida.

De acordo com Marx:

Surgiu uma espécie de reis industriais, cujo poder é inversamente proporcional a sua responsabilidade, uma vez que eles são apenas responsáveis pela valorização das ações. (...) formam um corpo mais ou menos permanente, enquanto uma massa de acionistas passa por um processo de constante decomposição e renovação e, pela própria disposição de influência e riqueza da sociedade, subornam seus membros mais rebeldes. Sob este Conselho de Administração oligárquico é colocado um corpo burocrático de gestores, (...) e, abaixo deles, (...) uma massa de meros trabalhadores assalariados, que cresce diariamente, cuja dependência e desamparo aumentam em relação ao capital que cria empregos, mas que se tornou mais perigoso numa relação direta com a diminuição do número de representantes.³⁵⁵

Mas nesse artigo, Marx apenas sugere algo que ele desenvolveu de forma mais completa capítulo *Juro e Ganho Empresarial*, da seção V, do livro III d’*O Capital*. Para Marx o “lucro empresarial” será a remuneração que recompensa a atividade do capitalista produtivo. E “juros” é a parte da mais-valia que a mera propriedade do capital pro-

³⁵⁴ *Idem*, p. 20.

³⁵⁵ *Idem*, p. 21-22.

porciona para o capitalista financeiro (mesmo o proprietário ficando de fora do processo de reprodução). O juro é uma relação entre dois capitalistas e não entre capitalista e trabalhador. Mas, por outro lado, o juro dá à outra parte do lucro a forma qualitativa de ganho empresarial, e ainda de salário de superintendência, ou seja,

As funções particulares que o capitalista como tal tem de exercer e que lhe cabem em contraste e em antítese com os trabalhadores são apresentadas como meras funções de trabalho. Ele cria mais-valia não porque trabalha como capitalista, mas porque, abstraída sua qualidade de capitalista, ele também trabalha. Essa parte da mais-valia já não é pois mais-valia, mas seu contrário, equivalente de trabalho efetuado. Uma vez que o caráter alienado do capital, sua antítese com o trabalho, é deslocado para além do processo real de exploração, a saber, para o capital portador de juros, o próprio processo de exploração aparece como mero processo de trabalho, em que o capitalista funcionante apenas efetua outro trabalho que o do trabalhador. De modo que o trabalho de explorar e o trabalho explorado são, ambos trabalho, idênticos. O trabalho de explorar é tanto trabalho quanto o trabalho que é explorado. Ao juro cabe a forma social do capital, mas expressa numa forma neutra e indiferente; ao ganho empresarial cabe a função econômica do capital, mas abstraída do caráter determinado, capitalista, dessa função.³⁵⁶

Na cabeça dos capitalistas se formará a ideia de que seu lucro empresarial é uma simples remuneração de trabalho ou de supervisão. Ou seja, a exploração e distribuição de mais-valia invertem-se, na mentalidade capitalista, em motivos do surgimento e justificativas subjetivas do próprio lucro. E, na medida o trabalho de superintendência e direção aparece como trabalho especial, ele não precisa ser exercido pelo capitalista. “Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte de sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o “salário” dos demais músicos”³⁵⁷, e nesse sentido, pode-se por em seu lugar um corpo burocrático de gestores que serão remunerados à medida que ele se encarrega da organização da exploração do trabalho na produção.

Além da discussão sobre o juro e o ganho empresarial e o surgimento de “oligarcas” (ou simples proprietários de capital) e de “gestores” (ou dirigente e administrador de capital de outros), Marx apontou nesse artigo para a amplitude social que uma crise financeira poderia ter num cenário em que a especulação alcançou os diversos se-

³⁵⁶ *O Capital*, Vol. III, Tomo I. São Op. Cit., p. 285-286. (Os Economistas).

³⁵⁷ *Idem*, p. 289.

tores da sociedade. Para ele, uma crise exporia a desmedida³⁵⁸ entre o capital fixo e o *floating capital* [capital circulante]³⁵⁹ dos negócios que cresciam no II Império. O *Crédit Mobilier*, por exemplo, tinha um capital fixado em 60 milhões de francos. O estatuto da instituição permite-lhe receber depósitos em sua conta-corrente de 120 milhões francos. Assim, a sociedade tem a sua disposição 180 milhões de francos, um valor muito pequeno para seus ousados investimentos na indústria francesa. Por esta razão, o estatuto autoriza também o *Crédit Mobilier* a emitir debêntures³⁶⁰ no valor de dez vezes o seu capital inicial, isto é, 600 milhões de francos.

Nesse trecho, Marx indica como o juro e a circulação do capital portador de juros podem trilhar caminhos “autônomos” e “independentes”. Pois, embora subordinados ao mundo da produção de valor e mais-valia, os empréstimos poderiam fugir do controle e produzir cada vez mais dinheiro em forma de crédito (a proliferação de títulos). E é esse movimento que confere o caráter fictício a todos os mercados de crédito. O desdobramento desse processo é o que gera euforia nos negócios e fantasias do crescimento composto eterno e da acumulação ilimitada, que os irmãos Peréire na França e outros banqueiros espalhados pela Europa propagandeavam de forma imprudente. Mas para além desse movimento de superfície, Marx - por meio de um estudo das dinâmicas subjacentes que produzem as formas de fetiche e sustentam as intervenções fetichistas nas leis de movimento do capital – alertou que a acumulação baseada no capital fictício impulsionou a explosão monetária e comercial de 1857-1858.

Em resumo, o *Crédit Mobilier* atuava nos mercados com uma soma dez vezes maior do que seu próprio capital. Se por um lado, pensava Marx, o sistema de crédito empreendido pelo banco era a principal alavanca dos negócios do Império bonapartista e essa atividade acelerava o desenvolvimento material das forças produtivas e colocava a França num lugar competitivo no mercado mundial, por outro, o crédito acelerava as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução

³⁵⁸ Utilizamos a categoria “desmedida” [*Maßlos*] porque ela é decisiva para Marx. Ela está na base de todas as definições de crise apresentadas em *O Capital*: “desde a diferença entre compras e vendas, na esfera da circulação simples de mercadorias, passando pela discrepância entre dinheiro como meio de circulação e como meio de pagamento (Livro I), pela possibilidade de interrupção do circuito do capital singular, pela desproporção entre os departamentos da produção capitalista (Livro II), até a queda da taxa de lucro concomitante ao aumento da taxa de mais-valia, à sobreprodução de capital e, por fim, à oposição entre taxa de lucro e taxa de juro (Livro III). Em todos estes casos, de maneiras distintas, mas encadeadas, configura-se uma desmedida”. Ver: *A desmedida do capital*. Op. Cit., p. 14.

³⁵⁹ Trata-se dos títulos da dívida e de propriedade negociados nas bolsas de valores.

³⁶⁰ Debênture é um título de dívida, de médio e longo prazo, que confere a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Quem investe em debêntures se torna credor dessas companhias.

do modo de produção capitalista³⁶¹, dado que essa dupla característica do sistema de crédito, Marx apontava a partir para a relação entre o capital fixo do *Crédit Mobilier* e o capital fictício que era ampliado por meio do desenvolvimento de inovações financeiras, formava bolhas financeiras que cedo ou tarde revelariam a vulnerabilidade e a fragilidade, não só da economia francesa, mas da economia mundial.

Diante desses problemas econômicos, Luís Napoleão conseguirá ser mais solvente que o *Crédit Mobilier*? Ou seja, o imperador conseguirá honrar as dívidas financeiras que o banco deixará com o estouro dessa bolha financeira? E caso o imperador desacelerasse o desenvolvimento baseado na expansão do sistema de crédito, como ele poderia manter o compromisso com as classes sociais? Essas eram as questões de Marx, que nessa altura do processo de mundialização do capital, esperava uma nova onda revolucionária, em dimensões maiores e mais violentas que 1848.

2.2.5. O *Crédit Mobilier* diante da crise

Depois da série de três artigos que mencionamos acima, Marx escreveu mais dois artigos específicos sobre o *Crédit Mobilier* francês, um escrito em 12 de maio de 1857 intitulado *Crédit Mobilier* e outro de 8 de setembro de 1857 com o título de *The French Crédit Mobilier*. Esses dois textos buscam analisar a instituição dos irmãos Péreire em meio à crise financeira que atingiu as economias dos principais países da Europa entre 1857 e 1858.

Nesses dois artigos, Marx procurou explicar a decadência da instituição *Crédit Mobilier*, cujos lucros ainda continuavam “maravilhando os olhos do público”³⁶². Marx insistia que os resultados do banco não deveriam ser comparados com os resultados de outros ramos da atividade econômica, mas com os resultados do próprio banco. Analisando os resultados anuais, perceber-se-ia que os lucros estavam decrescendo. Se em 1855, ano do apogeu do banco, os lucros chegaram a 40%, em 1856 não passaram de 23%. Nos anos iniciais, o preço das ações do *Crédit Mobilier* oscilava na faixa de 1.700 francos. Em 1855, alcançou o valor de 1.900 francos. Diante da crise, em 1857, caiu

³⁶¹ Sobre essa dúplici característica imanente ao sistema de crédito Marx afirmará: “As características dúplices imanentes ao sistema de crédito: por um lado, desenvolver a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; por outro lado, porém, constituir a forma de passagem para um novo modo de produção – essa duplicidade é que dá aos principais arautos do crédito, de Law a Isaac Péreire, seu agradável caráter híbrido de embusteiro e profeta”. In: *O Capital* Vol. III. Tomo I. Op. cit., p. 335.

³⁶² *Idem*, p. 270.

para 850 francos. Para Marx, os lucros extraordinários, a elevação incomum dos preços das ações não significava a prosperidade da instituição, mas sua condição de vida. E, portanto, o declínio dos lucros e a queda dos preços significavam uma queda fatal dos negócios dos irmãos Péreire.

Em 1855, ano que Marx afirmou ser o ano de apogeu da instituição, o *Crédit Mobilier* apresentou resultados tão expressivos, que seus administradores formularam um novo programa para a instituição. De acordo com o programa publicado no relatório daquele ano, o banco pretendia:

- O evento memorável que acaba de acontecer diante dos nossos olhos (Tratado de Paris), que liga as nações mais poderosas da Europa, abre para os povos uma era completamente nova.
- Livres de preocupações e despesas improdutivas de guerra, as nações modernas dispõem de recursos para o desenvolvimento, que os governos e os povos irão transformar suas atividades.
- No exterior, trazer o Oriente para se relacionar mais de perto com nossa civilização e restaurar sua antiga prosperidade.
- Maneiras mais rápida e menos dispendiosa para fornecer para as pessoas produtos dos dois hemisférios.
- O desenvolvimento em grande escala de possessões, garantido pela coragem e bravura do nosso exército em solo africano.
- Apropriação de novos continentes para satisfazer nossas necessidades, através do desenvolvimento de nossa marinha.
- No interior, a agricultura fecundada por uma aliança mais estreita com o comércio e a indústria.
- A multiplicação de capitais por associações.
- O benefício do crédito concedido pelo sábio e feliz princípio da mutualidade para todas as profissões, classes de empreendedores industriais menos favorecidas pela fortuna.
- Estes são os grandes objetivos que podem assegurar a produção atual de forma segura, é o objetivo que deve atender, sem distinção de nacionalidade, é o trabalho que nós precursores iremos ter.³⁶³

³⁶³ *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867*. Op. Cit., pp.178-179.

Em conformidade com esse documento, podemos perceber como o *Crédit Mobilier*, para além dos resultados expressivos, visava aproveitar o momento histórico do Tratado de Paris - acordo assinado em 1856 que colocava um fim na Guerra da Crimeia, que opôs o Império Russo contra Império Otomano, a França, a Inglaterra e o Reino da Sardenha – para expandir seus negócios. Intencionava também ampliar seus negócios nos empreendimentos coloniais da França no continente africano com a *Société Algérienne* e com a *Compagnie Maritime et aux Paquebots Transatlantiques*. Assim como buscava investir ainda na expansão dos negócios agrícolas e industriais do Império francês.

Como já dissemos, Marx - nos primeiros artigos sobre o banco - apontou para esse movimento ascendente que marcava “uma nova época na vida econômica das nações modernas”. No entanto, ele não deixou de apontar como essa novidade financeira, ao mesmo tempo em que fazia a economia francesa crescer, ampliava a possibilidade de graves crises econômicas, uma vez que o crescimento ampliava a disparidade entre os valores investidos na economia real e os valores que eram negociados na bolsa de valores, criando “bolhas” do mercado financeiro. Nesses dois artigos subsequentes, escritos no período da crise, ele procurou reforçar como a ambição dos administradores não poderia ser realizada diante da estagnação que rapidamente atingiu todo o continente europeu. De forma certa, ele antecipou que os resultados decrescentes do banco eram sintomas de sua derrocada final.

A depreciação dos preços das ações, dizia Marx, estava conectada com as circunstâncias, no entanto, seus efeitos não deveriam ser confundidos como causas³⁶⁴. Em outras palavras, as fraudes e a falência dos grandes diretores e executivos do *Crédit Mobilier* que passaram a acontecer em 1856 não deveriam ser entendidas como atos que levaram o banco para a crise, pois seriam efeitos, atitudes desesperadas de quem precisava administrar uma crise profunda da instituição. Marx menciona o caso do “respeitável” diretor Mr. A. Thurneyssen cuja falência foi declarada em razão de uma dívida de 15 milhões de francos contraída pelo seu sobrinho Mr. Charles Thurneyssen que fugiu da França em maio de 1857³⁶⁵. Contudo, escreveu Marx: “A opinião pública está mais propensa a ficar chocada com a queda súbita de um indivíduo do que traçar o lento de-

³⁶⁴ MARX, K. *The French Crédit Mobilier*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 358.

³⁶⁵ *Idem*.

clínio de uma instituição. O Pânico captura as massas somente quando o perigo assume uma forma grosseira e palpável”³⁶⁶.

Comparando os artigos do *New York Daily Tribune* com a obra *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867*, publicada em 1867 pelo banqueiro parisiense Aycard³⁶⁷, percebemos que essa visão de Marx de uma certa forma encontrava vários pontos de ligação com uma análise que também estava sendo formulada na época. De acordo com o Aycard, o banco não conseguiu manter os altos resultados financeiros de 1855, ano em que “o *Crédit Mobilier* tinha alcançado seu pico de prosperidade”³⁶⁸. De 1857 a 1867, o banco viveu seus resultados declinarem rapidamente e as perspectivas que os administradores esperavam foram “desaparecendo uma após a outra”³⁶⁹. Nas palavras de Aycard: “(...) quando eles suportarem olhar para frente, encontrarão apenas pontos devastados, ruínas, trilhas sombrias de devastação do grande capital. Desse capital, instrumento de trabalho e paz, criaram as armas da especulação e da guerra”³⁷⁰. Mas, entendendo-se bem, para o banqueiro, o *Crédit Mobilier* não morreu devido à guerra ou a eventos exteriores ao seu modo de funcionamento, mas sim “dos excessos que marcaram sua juventude, dos vícios secretos de sua constituição, do vírus especulador”³⁷¹.

Dentre as causas que levaram o *Crédit Mobilier* ao declínio, Aycard destaca a pretensão do banco monopolizar os grandes empreendimentos industriais. Cita assim, a criação de sucursais vassalas da instituição de Paris em Viena, Madri, Florença e Constantinopla, a tentativa de controlar os negócios marítimos com a criação de companhias marítimas transatlânticas e o projeto de ditar as regras dos negócios imobiliários e, por fim, o “sonho de ser o banco de empréstimo para a França, a Espanha, a Itália, a Turquia, o México e outros estados nacionais”³⁷². Uma crítica parecida com as de Marx que dizia que essa pretensão de monopólio, de ser o “proprietário da grande indústria”, cedo ou tarde, significaria jogar toda a economia diante dos riscos e flutuações da bolsa de valores.

³⁶⁶ *Idem.*

³⁶⁷ Aycard remonta a história do banco até sua falência em outubro de 1867. Ele descreve como depois da crise que atingiu toda a Europa, os administradores foram incapazes de recuperar o *Crédit Mobilier*. Digase de passagem, ele narra como antes da falência, a instituição teve influência da criação de outras instituições que continuarão financiando os empreendimentos do II Império francês, o *Crédit Lyonnais* e a *Société Générale*.

³⁶⁸ *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867*, Op. Cit., p. 230

³⁶⁹ *Idem.*

³⁷⁰ *Idem.*

³⁷¹ *Idem*, p. 231.

³⁷² *Idem*, p. 233.

Podemos dizer que, assim como Marx, Aycard aponta para a gravidade da crise de 1857-1858, como negócios ao estilo do *Crédit Mobilier* causavam instabilidade nos negócios e como às crises eram resultados do próprio funcionamento dessas instituições. Ele também constrói seus argumentos a partir dos relatórios do banco, das declarações dos dirigentes e das leis que eram divulgadas no *Moniteur universel*. Sobre a crise, disse o banqueiro: “a crise se espalhou pela América, Europa e Índia, na Índia especialmente no auge da revolta dos cipayos. Londres, Liverpool, Manchester, Glasgow, Birmingham, todas as cidades comerciais do Reino Unido foram atingidas pela crise. O crédito da velha Inglaterra parecia, por um momento, estar quase todo afundado”³⁷³. Nos últimos capítulos, ele descreve como o banco buscou continuar seus empreendimentos até o ano de 1867, no entanto, sem alcançar os rendimentos que conseguira outrora.

Em outros os artigos para o *New York Daily Tribune*, Marx também procurou descrever como Napoleão III, para evitar que os efeitos da crise aumentassem, agiu no sentido de impedir que o *Crédit Mobilier* pudesse emitir novos títulos e ações. Em 9 de março de 1856, foi publicado o seguinte no *Moniteur universel*:

A previsão de paz levanta inúmeros projetos empresariais. Novas empresas são formadas todos os dias e enviam pedidos para a administração. É dever de o governo resistir a fenômenos exagerados que possam arrastar negócios já firmados e trazer prejuízos ao crédito. O Imperador decidiu que qualquer que seja o resultado das negociações pendentes, o governo vai permanecer na reserva que se impõe e nenhuma empresa será autorizada neste ano a emitir novos títulos.³⁷⁴

Além disso, enquanto os banqueiros - que já controlavam os principais veículos da mídia francesa com o intuito de blindar qualquer crítica - criavam o *syndicat des banquiers* para se protegerem de um eventual agravamento da crise e buscavam driblar as restrições impostas pela lei modificando seus estatutos jurídicos (o *Crédit Mobilier*, por exemplo, transformou-se em *sociétés en commandite*, que ficavam isentas de qualquer tipo de aprovação e de quase todo controle estatal), o governo de Napoleão III continuava afirmando que estava prevenindo que a crise se agravasse na França e tentava jogar a responsabilidade para outras nações. Em 30 de setembro de 1856, escrevia o *Constitutionnel de Paris*:

³⁷³ *Idem*, p. 239.

³⁷⁴ *Idem*, p. 198

O Governo tem se empenhado para moderar o espírito de empreendimento mesmo após a conclusão da paz pelo adiantamento de várias concessões e em proibir a introdução de novos esquemas na Bolsa. Infelizmente isto nada mais pode, não pode prevenir todos os excessos. Agora, de onde eles procederam? Se uma parte foi gerada no mercado francês, certamente foi a menor parte. Nossas companhias de estradas de ferro, partindo de um espírito de concorrência, foram talvez, muito apressadas na emissão de bônus, cujos lucros eram destinados a extensão de ramais. Mas isso não teria criado embaraço, a não ser para a massa de empreendimentos estrangeiros repentinamente surgidos. A Alemanha, acima de tudo, que não teve nenhuma parte na guerra, atirou-se indiferentemente nos esquemas de todas as espécies. Não possuindo ela própria recursos suficientes, apelou aos nossos, e como o mercado oficial estava para ela fechado, nossos especuladores o abriram à *Coulisse*. A França, portanto, se tornou o centro dos projetos cosmopolitas que podiam enriquecer os países estrangeiros às custas dos interesses nacionais. O capital se tornou, em consequência, caro em nosso mercado, e nossas ações encontrando poucos compradores sofreram essa depreciação que, na presença de tantos elementos de riqueza e prosperidade, surpreende o público.³⁷⁵

Para além dos discursos políticos que jogavam a responsabilidade para outras economias, o empenho do governo para “moderar o espírito de empreendimento” apresentou diversas formas de intervenção, não ficando reduzido a uma simples proibição de o *Crédit Mobilier* lançar novos títulos na bolsa. No texto *The cause of the monetary crisis in Europe*, que já citamos no início desse capítulo, Marx afirma que a alta de juros foi a forma como o governo, os bancos privados e as sociedades anônimas dominaram temporariamente o pânico e controlaram o fluxo de metal precioso, pois de acordo com ele, “a drenagem de metal precioso é um prenúncio de desastres comerciais”³⁷⁶ e está ligada a depreciação do ouro em comparação com a prata. Nas palavras de Marx:

A atual crise na Europa é complicada pelo fato de que uma drenagem do metal precioso – o comum prenúncio de desastres comerciais – está entrelaçada com uma depreciação do ouro quando comparado com a prata. Independentemente das outras atividades comerciais e industriais, esta depreciação não poderia, contudo, induzir aqueles países, onde existe um duplo padrão de valor e onde ambos, ouro e prata, devem ser recebidos em pagamento de acordo com as proporções prescritas pela lei, mas provou ser falso pelos fatos econômicos, exportar sua prata para aqueles mercados onde o ouro é o padrão de valor, e onde o preço oficial da prata não se afasta do seu preço de mercado. Sendo esta a posição relativa da Inglaterra e da França, a prata deve naturalmente fluir da França para a Inglaterra, e o ouro da Inglaterra para a França, até que a prata como moeda corrente do último seja substituída pelo ouro.

³⁷⁵ MARX, K. *The Monetary Crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 114.

³⁷⁶ *Idem*.

Assim sendo, os meios pelos quais o pânico foi “temporariamente dominado”³⁷⁷ pelo governo e instituições financeiras foi aumentando da taxa de juros de 6% para 9%. Consequentemente, “o fluxo de metal precioso foi controlado”, “a importação de produtos estrangeiros paralisada” e “o capital estrangeiro atraído pelos juros elevados”.³⁷⁸ Napoleão III também pressionou o *Corps Législatif* - os representantes do Banco da França, os grandes financistas, os ministros e o Conselho de Estado - a aprovar uma nova lei bancária. De acordo com Marx em *O novo decreto do banco francês*, artigo publicado em 20 de junho de 1857, o imperador “enviou uma intimação demonstrando que o governo estava determinado, e que eles deviam se decidir entre aprovar o projeto ou serem afastados de suas sinecuras nas eleições seguintes”. Marx ironicamente perguntava: “Quais devem ser as características de uma lei que exigiu tanta habilidade para ser aprovada por uma instituição como este *Corps Législatif*”³⁷⁹

Marx responde essa pergunta explicando como os privilégios do Banco foram prolongados por mais um período de trinta anos:

Ele é autorizado a abaixar a denominação de suas notas para 50 francos, e a importância desta cláusula é completamente entendida quando consideramos que a introdução, em 1848, de 200 e 100 francos permitiram ao Banco substituir cerca de 30 milhões de ouro e prata pelo seu próprio papel-moeda. (...). O privilégio de estabelecer filiais bancárias nas províncias nas quais ainda não existiam é atribuído ao Banco da França, não como uma concessão do governo ao Banco, mas, ao contrário, como uma concessão do Banco ao governo. A permissão para cobrar seus clientes mais que o juro legal de 6% não é dificultada por nenhuma contra-obrigação a não ser aquela de acrescentar os lucros assim obtidos ao seu capital e não aos seus dividendos anuais. A redução do juro sobre as conta-correntes junto ao Tesouro, de 4% para 3%, está mais que compensada pelo colapso da cláusula da lei de 1840, que obrigava o Banco a não cobrar nenhum juro de contas abaixo de 80 milhões, uma vez que a média destas contas era de 82 milhões. E, por último, mas não menos importante, as 91.250 ações criadas recentemente, com o valor nominal de 1.000 francos, são exclusivamente atribuídas aos portadores das 91.250 ações realmente existentes; e as ações do Banco sendo agora vendidas na Bolsa ao preço de 4.500 francos, estas novas ações devem ser entregues aos velhos acionistas ao preço de 1.100 francos.³⁸⁰

³⁷⁷ *Idem.*

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ MARX, K. *The New French Bank Act*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 289.

³⁸⁰ *Idem*, p. 291.

Marx fala em prolongamento dos privilégios do Banco da França, porque esses privilégios haviam sido instituídos entre os anos de 1847 e 1850. No dia 10 de junho de 1847, o banco foi autorizado a emitir notas de duzentos francos; a nota de menor valor até aquele momento havia sido a de quinhentos francos. No dia 15 de março de 1848, o banco foi autorizado a interromper seus pagamentos em espécie. Nesse mesmo decreto foi declarado que as notas emitidas pelo banco seriam moedas legais e eximiu o banco da obrigação de trocá-las por dinheiro vivo. E em 27 de abril de 1848, um decreto ordenou a fusão dos bancos provinciais com o Banco da França. Em 22 de dezembro de 1849, aumentou-se o limite máximo de emissão de notas bancárias pelo banco (de 452 milhões de francos para 525 milhões de francos). E, por fim, no dia 6 de agosto de 1850 a lei reintroduziu a permutabilidade das notas por dinheiro.³⁸¹

Em 1850, Marx percebeu que as leis bancárias eram uma adequação do Banco da França ao período de recuperação econômica que se iniciava. As indústrias parisienses passavam a funcionar com capacidade plena, as fábricas de algodão de Rouen e Mühlhausen funcionavam bem. Exportações de mercadorias para a Espanha e o México cresceram consideravelmente. Ouro da Califórnia garantiu um aumento de capitais na França e o surgimento de sociedades, cujas ações de baixa cotação alcançaram a participação da pequena burguesia e dos trabalhadores. De acordo com Marx: “As taxas de importação para a França somaram, nos primeiros nove meses de 1848, 63 milhões de francos; em 1849, 95 milhões de francos; e, em 1850, 93 milhões de francos”.³⁸² E diante da prosperidade geral, “na qual as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem de modo tão exuberante quanto possível no âmbito das relações burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução”.³⁸³ Ou seja, uma revolução só seria possível “na esteira de uma nova crise”.³⁸⁴

Assim sendo, diante de uma crise econômica em curso dez anos depois da crise de 1848, Marx procurou apontar como a nova lei bancária expunha a situação desesperada do tesouro público bonapartista, ao mesmo tempo em que abalava a confiança pública na administração do Banco da França, uma vez que os novos decretos não estavam sendo aprovados numa conjuntura de prosperidade geral. Uma demonstração clara para ele era a queda do preço das ações do *Crédit Mobilier* (que no início de junho custava 1.300 francos e no mês de julho caiu para 850 francos) e do Banco da França (que no

³⁸¹ *As lutas de classe na França*, op. cit. pp. 146-147.

³⁸² *Idem*, p. 146.

³⁸³ *Idem*, p. 148.

³⁸⁴ *Idem*, p. 149.

início de junho estava cotada em 4.000 francos e no mês de julho chegou a 2.900 francos).

Para Marx, esse cenário econômico colocava o *Crédit Mobilier* e o governo de Napoleão III numa encruzilhada. Diante da desproporção entre os investimentos e o capital real, a instituição precisava que novos planos fossem executados e alargados, pois qualquer estagnação ou retrocesso seria um sintoma de decadência fatal. E o governo de Napoleão III, restringindo as ações do banco, perdia sua alma, uma vez que foi a ousadia do *Crédit Mobilier* que financiou seu plano de fazer da economia nacional uma prioridade absoluta. Mas caso cedesse para as pressões dos irmãos Péreire colocaria “em perigo seu poder ao colocar em risco o respeitável Banco da França”.³⁸⁵

2.2.6. A crise e os dilemas da emancipação social

Em *The monetary crisis in Europe*, artigo de 03 de outubro de 1856, Marx disse que o fim da guerra da Criméia apenas encobria a percepção do horizonte social. Embora as classes superiores falassem em paz e prosperidade econômica, elas começavam a perceber que a revolução da propriedade na sociedade capitalista - que elas desencadearam para acabar com a revolução social e oprimir as massas - passou a ser o motor da especulação financeira. Diante desse pânico das classes superiores, Marx escreveu:

Em 1848 os movimentos que mais imediatamente levaram à revolução eram meramente de caráter político, tais como os banquetes de Reforma na França, a guerra Sonderbund na Suíça, os debates da dieta Unificada em Berlim, os casamentos espanhóis, as disputas Schleswig-Holstein etc., e quando seus soldados, os trabalhadores de Paris, proclamaram o caráter social da Revolução de 1848, seus generais foram tomados de surpresa como o resto do mundo. Agora, ao contrário, a revolução social é amplamente entendida, mesmo antes de ser proclamada a revolução política; e uma revolução social realizada pela trama subterrânea não das sociedades secretas entre as classes trabalhadoras, mas pelos dispositivos públicos dos *Crédits Mobiliers* das classes dominantes.³⁸⁶

Nesse trecho, Marx aponta para algo que explicará de uma forma mais ampla em *O Capital*. O capital tende a progredir para sua autodissolução através do movimento

³⁸⁵ *The French Crédit Mobilier*. Op. Cit., p.359.

³⁸⁶ MARX, K. *The Monetary crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 114.

contínuo de socialização da propriedade capitalista. De uma forma esquemática, ele afirmou que a formação das sociedades por ações significava:

- a) A enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados. “Tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais”.³⁸⁷
- b) A abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista, uma vez que as sociedades por ações, que pressupõem uma concentração social de meios de produção e força de trabalho, recebem a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados).³⁸⁸
- c) A transformação do capitalista funcionante em mero dirigente de capital alheio e dos proprietários em meros proprietários demonstra que nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. E esse “resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista é o ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores”.³⁸⁹

Ele continua a explicação afirmando que a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção “se apresenta como simples passagem para uma nova forma de produção”.³⁹⁰ No entanto, mais do que um pretenso programa de transição, o que temos aqui é uma explicação do papel do crédito na economia capitalista. Em certas esferas, afirmou Marx, o crédito provoca a ingerência do Estado. E isso produz uma nova aristocracia financeira, “uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada”.³⁹¹

O resultado imediato é que o crédito oferece ao capitalista individual, ou a quem passa por capitalista um poder absoluto de dispor do capital, e da propriedade de outrem e, por meio disso, um poder de dispor do trabalho alheio.³⁹² Ou seja, a disposição sobre o capital social que garante direito sobre o trabalho social, transforma-se no grande veí-

³⁸⁷ *O Capital* Vol. III. Tomo I. Op. cit., p. 332.

³⁸⁸ *Idem.*

³⁸⁹ *Idem.*

³⁹⁰ *Idem*, p. 333.

³⁹¹ *Idem.*

³⁹² *Idem.*

culo de acumulação primitiva, na alavanca da superprodução e da especulação e, por fim, na expropriação generalizada da sociedade civil. Nas palavras de Marx:

Concepções que numa fase menos desenvolvida da produção capitalista ainda tinham sentido tornam-se aqui totalmente sem sentido. O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros.³⁹³

Assim sendo, para além da latente abolição da propriedade do capital, Marx aponta para exploração do trabalho alheio, para expropriação do trabalho e da propriedade social. Em resumo, Marx demonstra como o sistema de crédito, ao acelerar o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, acelerava também as erupções violentas de contradições e crises, isto é, o sistema de crédito no modo de produção capitalista passava a se revelar como um “sistema puro e colossal de jogo e fraude”,³⁹⁴ uma vez que incentivava a especulação.

Na citação que destacamos no início desse tópico temos uma discussão em dois níveis diferentes de abstração sobre a revolução social. Marx relembra os movimentos revolucionários de 1848 e menciona o desenvolvimento das sociedades por ações a partir da expansão do crédito como uma forma imanente do modo de produção capitalista. Em outras palavras, Marx procurou explicar que os movimentos revolucionários de 1848 tinham um caráter meramente político (luta pela república, sufrágio universal, educação e justiça gratuita, limitação do direito de herança etc.). No entanto, com a entrada em cena do proletariado, o processo se tornou ascendente - *revolução em permanência* - uma vez que a classe mais abaixo da sociedade não cessaria até que alcançasse sua plena liberdade, ou seja, a revolução adquiriria um caráter social, pois a liberdade dos proletários dependia (e ainda depende) da supressão do modo de produção que o opri-

³⁹³ *Idem*, p. 334

³⁹⁴ *Idem*.

me. Num segundo momento, como já explicamos, Marx desenvolveu a ideia de que as sociedades por ações adquirem a forma de capital social e o capital aparece como ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução, ligadas à propriedade do capital, em simples funções dos produtores associados.

Essa discussão nos remete ao debate desenvolvido por Pierre Dardot e Christian Laval. Esses dois sociólogos franceses lançaram recentemente um livro bastante original sobre a obra de Marx, *Marx, prénom: Karl*. Para além de uma explicação de texto, eles apresentam uma leitura interessada da obra de Marx com o intuito de responder aos problemas contemporâneos. De forma resumida, para Dardot e Laval, Marx articula duas perspectivas de análise completamente diferentes em seus textos. A primeira seria a “lógica do capital como sistema acabado”³⁹⁵. Uma perspectiva que aponta para um esforço científico de explicação. Que demonstra o movimento através do qual o capital se desenvolve “como uma totalidade” e subordina todos os elementos da sociedade. Nessa perspectiva, o “jogo das leis imanentes da produção capitalista” conduz o “sistema orgânico” do capitalismo a dar origem a um novo modo de produção³⁹⁶. Como o capital se desenvolvendo como totalidade, ele subordina tudo, inclusive as classes, que se tornam meras portadoras de um processo autônomo de valorização. De acordo com autores, Marx, na lógica do capital, pensa a luta de classes como:

Marx integrou a luta de classes no desenvolvimento da produção capitalista, mas como um processo regido pelas leis gerais desse desenvolvimento. Em outras palavras, o que se pode designar como o “a priori histórico” de Marx é que a luta de classes contribui para o desenvolvimento do capitalismo e o empurra para sua própria transcendência. Assim, a luta dos trabalhadores ingleses para impor uma lei que limite na jornada de trabalho nas fábricas, torna-se, para Marx, como veremos, num dos fatores de aceleração da grande indústria e, portanto, um dos principais fatores de acentuação da contradição fundamental do desenvolvimento capitalista.³⁹⁷

Assim, a luta de classes não interrompe ou bloqueia o desenvolvimento capitalista, ao contrário, ela acelera suas contradições internas. E levando essa lógica até as últimas consequências, chegamos à discussão que fizemos sobre a sociedade por ações, ou seja, que o desenvolvimento do capitalismo caminha para uma transformação ima-

³⁹⁵ DARDOT, P. LAVAL, C. *Marx, prénom: Karl*. Paris: Gallimard, 2012, p. 11.

³⁹⁶ *Idem*.

³⁹⁷ *Idem*, p 563.

mente do capitalismo. Mas isso significa que o capitalismo passará automaticamente para uma sociedade dos produtores livremente associados ou ao comunismo? Essa não parece ser a resposta de Dardot e Laval. Por isso, eles destacam uma segunda perspectiva na obra Marx, a “lógica estratégica de enfrentamento”³⁹⁸. Nessa perspectiva, Marx através da análise de situações concretas, teria descoberto uma lógica que se desenrolaria no interior da luta de classes, sem se vincular à luta econômica que seria própria da lógica totalizadora do capital. A lógica estratégica seria “uma lógica da transformação do ator pela ação de transformação que exerce sobre o dado condicionante, uma lógica de produção de sujeito por sua própria ação”.³⁹⁹ Apoiando-se na noção de “atividade” da *Ideologia Alemã*, Dardot e Laval aproximam Marx de Michel Foucault. E nesse sentido, as atividades práticas dos homens - dentre elas a luta de classe – constituiriam subjetividades irredutíveis à lógica do capital. Segundo os autores:

“A emancipação absoluta não é uma emancipação, ela não é uma miragem essencialista de uma fruição impossível de existir como totalidade. A emancipação não é uma “redução”, mas uma “produção”: longe de reduzir as relações alienadas do homem ao homem, ela é o oposto, pois a produção de novas relações sociais se dá no confronto e os sujeitos se produzem nesses confrontos”.⁴⁰⁰

Em resumo, para Dardot e Laval, a emancipação não pode ser procurada na lógica do capital, pois essa reduz o homem nas relações alienadas do capitalismo. Com essa redução, desenvolvimento das forças produtivas, apesar de indicarem um ponto de passagem para um novo modo de produção, apenas produz uma “miragem”, uma “sociedade imaginada” que Marx chamou de “comunismo”. A emancipação se dá na luta, em que os sujeitos se formam e criam subjetividades livres da opressão capitalista.

Para além da relação com entre Michel Foucault e Marx, a tese de Dardot e Laval aproxima-se da “historiografia da autonomia da classe operária” ou se preferirem, do “marxismo heterodoxo” que focou suas análises na autoformação da classe operária ao longo da história. O inglês Edward P. Thompson, por exemplo, enfatizava que a formação da classe operária é “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora de-

³⁹⁸ *Idem*, p. 11.

³⁹⁹ *Idem*, p. 209.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 692.

terminada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.⁴⁰¹ Essa noção aparece na obra de Dardot e Laval, pois os sujeitos se formam na luta, nas suas relações cotidianas, nas suas organizações etc. Assim, para eles e para o historiador inglês, nas análises históricas de Marx, as classes não são coisas, “mas sim relações dinâmicas que nascem do conflito social”.⁴⁰²

Essa análise de Dardot e Laval é interessante, mas não resolve os dilemas da emancipação a partir do ponto de vista dos chamados escritos políticos (ou históricos) de Marx. Pierre Dardot e Christian Laval, por exemplo, se restringem a dois textos de Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classe na França*. Eles deixam de lado, por exemplo, os mais de dez anos de contribuição de Marx para o *New York Daily Tribune*. Eles deixam de investigar o período em que as análises da história concreta estavam sendo elaboradas em paralelo com a crítica da economia política. Como já dissemos, logo após os acontecimentos de 1848, Marx percebeu que a crise do comércio de 1847 foi a verdadeira mãe da revolução de fevereiro e março e que a prosperidade industrial que floresceu em 1849 e 1850 foi o que reafirmou a reação europeia. Em 1851, ele já planejava um ajuste de contas com os socialistas que criaram utopias financeiras. Não é por acaso que nos *Grundrisse* Marx começa o texto com um ataque a Darimon, seguidor de Proudhon que pregava a criação de bancos populares. A partir disso, Marx percebeu a centralidade do sistema monetário e da formação do mercado mundial no processo de expansão do capitalismo. Em que “lógica” ficariam os artigos de Marx sobre o *Crédit Moblier*? E sobre a crise econômica de 1857-1858?

Sergio Bologna, autonomista italiano, mais do que separar dois Marx diferentes, como Dardot e Laval, procurou discutir os textos sobre a crise econômica de 1857-1858 e indicar as limitações da análise de Marx, que nos escritos sobre a crise deu muita ênfase nos mecanismos do sistema de crédito e na expansão do mercado mundial, mas prestou pouca atenção nos movimentos e nas organizações da classe trabalhadora. Para o autor, Marx descreveu detalhadamente o percurso do pânico monetário até o *crash* industrial, mas suas análises param exatamente nesse ponto. Diante disso, ele pergunta: por que não há um artigo em que Marx tenha analisado de forma detalhada as greves nos diversos ramos da indústria? Por que Marx não escreveu sobre as organizações polí-

⁴⁰¹ THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária, I A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2004, p. 9.

⁴⁰² Marx, *prénom: Karl*. Op. cit., p. 219.

ticas no período da crise? Por que a ênfase no processo de expansão do capitalismo e não no movimento autônomo da classe trabalhadora para falar em revolução?⁴⁰³

Para sustentar sua crítica, Sergio Bologna levantou uma série de dados a partir da historiografia para tentar descrever o mundo do trabalho e a classe trabalhadora da época. Para ele, mesmo com argumentos explicativos inocentes e rasos, a historiografia quantitativa nos ajuda a entender o período. Os trabalhos de Bertrand Gille, David Landes, Jürgen Kuczynski, Jean Marczewski, François Crouzet e Levy Leboyer, de forma resumida, demonstram que o período de 1848 até 1870 foi um momento de transição do capitalismo francês em que se verificou um crescimento forte nas indústrias de base e no setor de construção. A indústria de carvão, por exemplo, se desenvolveu rapidamente na região de Lorraine e do norte do país (Pas-de-Calais), a rede ferroviária teve um aumento considerável, saltando de 3083 km em 1850 para 5611 km em 1855. A indústria têxtil, entre 1852-1861, aumentou a produção de fusos de tecidos de 4,5 milhões para 5,5 milhões (percentualmente abaixo da Grã-Bretanha que aumentou de 18 milhões para 31 milhões; dos Estados Unidos, que aumentou de 5 milhões para 11 milhões e da Alemanha que aumentou de 900 mil para 2,2 milhões).

Entre esses historiadores, de acordo com Sergio Bologna, existe certo consenso de que o II Império foi um momento importante para a economia francesa, que fortaleceu a indústria primária, criou um sistema bancário eficiente, fortaleceu a agricultura e modernizou os centros urbanos. Dentro desse contexto, o setor imobiliário foi o grande impulsionador de um *take off* [decolagem] francês na época do II Império. George Eugène Haussmann, prefeito do Sena, chefou um grande projeto militar-urbanístico que substituiu o emaranhado de pequenas ruas e becos dos distritos do centro - tão propício para as antigas barricadas e táticas de guerrilha urbana - por grandes bulevares. No entanto, essas pesquisas demonstram que - exceto o setor da construção civil - o crescimento foi estável e sem altas taxas de crescimento. A média do crescimento anual ao longo do reinado de Napoleão III foi de 2,87%⁴⁰⁴.

Jürgen Kuczynski também fez um levantamento da progressão salarial da época. Numa escala de 0 a 100, o historiador fixou a data de 1900 com 100. Assim, de 1833 a 1839, o salário real ficou com o índice de 64. No ciclo 1840-1851, o índice era de 59. Entre 1852 a 1858, 55. E de 1859 a 1862, o índice subiu para 66. Esses dados demonstram que nos anos da revolução, o nível salarial caiu em relação ao período da Monar-

⁴⁰³ Ver: *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. Op. Cit., pp. 52-53

⁴⁰⁴ *Idem*, pp. 11-17.

quia de Julho. E que de 1852 a 1858, anos de maior crescimento da economia francesa, os salários alcançaram o pior nível⁴⁰⁵. Segundo Édouard Dolléans, em *Histoire du mouvement ouvrier*, de acordo com os anuários estatísticos da cidade de Paris, de 1853 a 1863, a despesa média dos trabalhadores com alimentação, aquecimento e iluminação cresceu de 931 francos para 1052 francos. Nos relatórios dos delegados para Exposição de Londres, em 1862, um tipógrafo observa que desde 1850, o preço dos alugueis subiu 50 %, enquanto seu salário aumentou entre 9 e 10 %. Ou seja, também por causa do crescimento econômico, os trabalhadores conviviam com uma constante elevação dos preços⁴⁰⁶.

Além do aumento do custo de vida, afirma Sergio Bologna, os trabalhadores nesse período sofriam uma forte repressão dos patrões e do Estado. Os patrões impunham pesadas perdas aos trabalhadores com o sistema de multas nas fábricas, diga-se de passagem, numa realidade em que 35% da força de trabalho eram de mulheres e crianças. E o Estado, além de reprimir as associações dos trabalhadores e os sindicatos de ofício, controlou a mobilidade dos trabalhadores com a instituição de um passe de trabalho, os *livrets*, documento obrigatório para todo trabalhador que quisesse se transferir de um lugar para outro. Esse controle piorava quando o salário dos trabalhadores era pago com a moeda de cobre [*monnaie de billon*], que circulou de 1850 a 1860 livremente, pois diversos ramos do comércio se negavam a receber essa moeda, que se desgastava rapidamente e era facilmente falsificada. Assim, os trabalhadores trocavam essa moeda em pequenas comunidades de troca e além de serem forçados a se fixarem em determinadas vilas e cidades, viam seus salários perderem ainda mais seu poder de compra⁴⁰⁷.

Essa situação não foi acompanhada de um crescimento das greves. Novamente segundo dados levantados por Édouard Dolléans, o número de greves foi maior no período de crescimento econômico e decresceu no período da crise. De acordo com os números levantados pelo historiador, em 1853 foram contadas 109 greves, 68 em 1854, 168 em 1855, 73 em 1856, 55 em 1857 e 53 em 1858. De acordo com o autor, essas greves foram motivadas por questões salariais, mas também pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria das condições precárias de higiene das fábricas, pela tentativa de

⁴⁰⁵ *Idem*, pp. 16-17.

⁴⁰⁶ DOLLÉANS, Édouard. *Histoire du mouvement ouvrier*, tome I: 1830-1871. Paris: Librairie Armand Colin, 1948, p. 206.

⁴⁰⁷ *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. Op. Cit., p. 17.

reconstruir as sociedades de ajuda mútua, ou ainda, contra a demissão de trabalhadores, como foi o caso da greve dos mineiros de Vicoigne.⁴⁰⁸

Para Sergio Bologna, a falta de uma discussão sobre a dinâmica da classe trabalhadora enfraqueceu a teoria de Marx. Para ele, essa ausência se deu devido a distância que Marx e Engels, o “partido de dois homens”, tomaram do movimento real depois dos acontecimentos de 1848. Uma situação que envolve polêmicas com militantes, problemas familiares e que só foi modificada anos depois com a Primeira Internacional. Caso tivesse feito essa discussão, afirma o autor, Marx poderia ter desenvolvido uma explicação de como, dentro da perspectiva do mercado mundial, a resistência da classe trabalhadora à exploração do trabalho se espalha por todo o globo. E a fim de bloquear essa resistência, o capital é obrigado a quebrar a unidade do mercado mundial e estabelecer fronteiras, na quais certas convenções monetárias são válidas somente naquele espaço. Ou ainda, se tivesse acompanhado a dinâmica da classe trabalhadora, teria visto a Comuna de Paris (1871) como um “assalto aos céus”, como algo “novo”, uma potência que parou nas portas do Banco da França.⁴⁰⁹

Os argumentos e questionamentos de Sergio Bologna fazem sentido, mas com algumas ressalvas. Primeiro que os números levantados por ele apenas reforçam como os efeitos da economia recaem sobre a luta dos trabalhadores. Por exemplo: Por que o número de greves era maior no período de prosperidade econômica? Ele deveria pensar, é maior nesse período, porque há menos desemprego, a mais poder de barganha. Em períodos de crise aumenta o desemprego (e o exército industrial de reserva), caso os trabalhadores estejam descontentes, o patrão tem mais possibilidades de demiti-los. Sem essa análise, ele cria apenas paradoxos. Em segundo lugar, é fato que Marx abriu pouco espaço para uma discussão sobre as características e a movimentação da classe trabalhadora no período. No entanto, não podemos dizer que essa discussão inexistiu, pois em alguns artigos Marx procurou apontar para a movimentação dos camponeses e dos trabalhadores urbanos. Também não deixou de denunciar a repressão organizada pelo Estado. No texto, *The economic crisis in France*, artigo de novembro de 1857, por exemplo, ele afirmou que com a estagnação do comércio e da indústria, seria provável que os camponeses não conseguissem arcar com suas dívidas diante dos credores, pois

⁴⁰⁸ *Histoire du mouvement ouvrier*. Op. Cit., p. 204.

⁴⁰⁹ *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. Op. Cit., p. 53.

seus compromissos dependiam “não da quantidade, mas do preço de seu produto” ⁴¹⁰. Isso poderia colocá-los em contraposição ao regime bonapartista. Em *The economic crisis in France*, artigo de fevereiro de 1858, Marx descreve como diante das greves nos diversos ramos da indústria, do descontentamento dos comerciantes varejistas e dos problemas de habitação, o governo de Napoleão III aumentava a repressão sobre a população:

Se para todas as causas anteriores de descontentamento nós somarmos a falta de alojamentos e suprimentos em Paris, a pressão sobre o comércio varejista, as greves em diversos ramos da indústria parisiense, entenderemos porque, de repente, a liberdade de imprensa foi suprimida e brotam nas paredes dos edifícios cartazes insurrecionais. Em uma carta privada que recebemos de Paris de um correspondente de confiança, temos a notícia que de 1º a 12 de Outubro ocorreram nada menos que novecentas prisões. Algumas detenções são dignas de nota, uma vez que oferecem uma marca impressionante da intranquilidade e da ansiedade do Governo. Em um caso, um homem que ‘faz negócios na Bolsa’, como é chamado, foi preso por ter dito que ‘ele não viu na guerra da Crimeia nada além de mortos e muito dinheiro desperdiçado’; outro, um comerciante, por insinuar que ‘o negócio está tão doente quanto o Governo’; um terceiro, porque foi encontrada com ele uma canção sobre David d’Angers e os estudantes; o quarto, um funcionário público, por ter publicado um folder sobre a crise financeira; um alfaiate, por questionar a prisão de um amigo; o último, um operário que conversava com um compatriota, mas um policial de alta patente interpretou que o operário fazia observações hostis ao Governo. ⁴¹¹

O que podemos afirmar, principalmente depois de considerarmos os dados empíricos citados por Sergio Bologna, é que a expectativa de Marx em relação a crise não se confirmou. Ao longo da crise, Marx insistia que com o desaparecimento da prosperidade material, todo o pretexto para a continuidade do Segundo Império desapareceria. E isso tendia a “mergulhar o povo francês naquele estado de espírito no qual estão acostumados a embarcar em novas aventuras políticas”. ⁴¹² O fato é que a crise atingiu a economia francesa a partir do pânico monetário, gerou um declínio do comércio e da indústria, mas não paralisou as atividades a ponto de provocar grandes levantes da classe trabalhadora. Em 4 de dezembro de 1857, Marx escreveu sobre essa resistência da economia francesa diante da crise e, mais do que isso, pareceu ter mais dúvidas do que certe-

⁴¹⁰ MARX, K. *The economic crisis in France*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 463.

⁴¹¹ MARX, K. *The economic crisis in France*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 135.

⁴¹² *The economic crisis in France*. Op. Cit., p. 463.

zas: “(...) a relativa resistência com que a França até agora se opôs ao contágio, desconcertou os economistas políticos como um enigma mais difícil de ser resolvido do que a própria crise geral” ⁴¹³.

Na segunda metade do ano de 1858, Marx e Engels procuraram entender porque os esperados levantes não aconteceram diante da maior crise econômica verificada até então. Engels procurou apontar para o aburguesamento do proletariado inglês, um fenômeno que levaria o país líder em exploração a ter “um proletariado burguês ao lado da burguesia”. ⁴¹⁴ Marx respondeu para Engels, distanciando-se, mais uma vez, de uma discussão sobre um movimento autônomo do proletariado:

É inegável que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez sua volta ao século XVI, um século XVI que, eu espero, soará seu sino da morte do mesmo modo que o primeiro inaugurou essa sociedade no mundo. A verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, pelo menos em linhas gerais, e da produção baseada no mercado. Já que o mundo é redondo, me parece que a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parece ter completado esse processo. A pergunta difícil de responder é a seguinte: a revolução continental é iminente e assumirá imediatamente o caráter socialista. Será que ela não será necessariamente esmagada nestes pequenos recantos do mundo, já que o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente na maior parte do mundo? ⁴¹⁵

No entanto, embora nenhuma revolução tenha ocorrido, uma série de conflitos surgirá. Em sua grande maioria em razão do processo de expansão capitalista apresentado por Marx na citação acima. No leste da Europa, devido à luta pela emancipação dos servos. Na Europa central devido aos conflitos armados entre as potências contrarrevolucionárias que estavam atuando no processo de Unificação da Alemanha e da Itália. E na América, a luta pela abolição da escravidão que aparecerá no contexto da guerra civil. Veremos o caso americano no terceiro capítulo.

Em nossa opinião, embora as formulações de Pierre Dardot e Christian Laval sejam interessantes para pensarmos a dimensão da subjetividade na luta anticapitalista, eles desviam dos problemas centrais que Marx estava tentando explicar ao longo de sua vida. Deixam de explicar que as análises históricas tinham como objetivo explicar o

⁴¹³ MARX, K. *The financial crisis in Europe*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986, p. 404.

⁴¹⁴ *Engels to Marx, 7/10/1858*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 344.

⁴¹⁵ *Marx to Engels, 08/10/1858*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983, p. 347.

processo de expansão do capitalismo e fornecer para classe trabalhadora informações consistentes sobre as contradições que apareciam na superfície da sociedade. Sergio Bologna parece extrapolar as intenções da teoria marxiana. Marx nunca se propôs a fazer uma narrativa da inventividade e criatividade da classe trabalhadora. Isso aparece como resultado, como fica claro nos textos da Comuna de Paris, em que Marx constatou que os trabalhadores encontraram na Comuna a forma da ditadura do proletariado. No período da crise, Marx pretendia somente apresentar sua crítica da economia política, antes do dilúvio, para contribuir com uma explicação convincente sobre o problema da crise. Explicação que Marx – por ter atuado ativamente nas revoluções de 1848 – constatou que o movimento precisava.

Em resumo, sabendo dos limites de sua teoria, Marx, seja com sua crítica da economia política, seja com suas análises políticas, conseguiu demonstrar como a política no interior da luta de classes é um campo experimental, cabendo a teoria apenas apontar os lugares onde o poder tende a se estabelecer e é vulnerável.⁴¹⁶

⁴¹⁶ ARNDT, Andreas. *Karl Marx – Versuch über den Zusammenhang seiner Theorie*. Bochum: Germinal-Verlag, 1985, p. 266.

CAPÍTULO 3 – MARX E A INACABADA REVOLUÇÃO AMERICANA

3.1. O *New York Daily Tribune* e a guerra civil americana

Para uma reconstrução completa das análises de Marx e Engels sobre a guerra civil americana, faz-se necessário considerarmos os artigos despachados para o *New York Daily* e o *Die Presse*, as cartas trocadas entre Marx, Engels e uma série de emigrados alemães que viviam nos Estados Unidos desde 1848 e os textos produzidos posteriormente nas circulares da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Nesse trabalho, analisaremos apenas os artigos de jornais produzidos até o final de 1862 e algumas cartas trocadas no período. Ou seja, nossa análise alcança apenas o início da guerra civil americana.

Como já afirmamos, Marx escreveu para o jornal norte americano somente até abril de 1862, depois foi dispensado como todos os outros correspondentes internacionais já haviam sido. Outras análises de Marx se encontram no *Die Presse*, jornal liberal de Viena, com que Marx e Engels colaboraram de maio de 1861 até dezembro de 1862. Antes de aceitar a oferta do *Die Presse*, Marx exigiu que o jornal tomasse uma posição crítica em relação ao governo de Anton von Schmerling, ministro do interior do Império Austríaco, no reinado de Joseph I. O *Die Presse* tinha aproximadamente 30 mil assinantes. Assim, por um determinado tempo, Marx e Engels fizeram circular suas interpretações sobre a guerra civil americana em dois grandes jornais, um na América e outro na Europa.⁴¹⁷

Antes de falarmos propriamente dos artigos de Marx e Engels, é importante pontuarmos como o *New York Daily Tribune* enquanto instituição se posicionou ao longo do conflito. Em meados de 1862, Charles Dana, o principal colaborador de Greeley, havia rompido com o chefe por divergências sobre a guerra. Marx foi dispensado logo depois. Para ele, sua dispensa era “um golpe sujo de Greeley e McElrath”.⁴¹⁸ É difícil sabermos o que Marx quis dizer com “golpe sujo”, pois enquanto ele estava empregado, seus artigos sobre a guerra foram utilizados, sendo muitas vezes impressos na “primeira página do jornal” e com “grande destaque”.⁴¹⁹ O fato é que durante a guerra, a imprensa refletiu a força que adquirira nos vinte anos anteriores e, diante de um evento gigantes-

⁴¹⁷ *Einführung*. In: MEGA III, Band 11, Apparat. Berlin: Akademie Verlag, 2005, p. 710.

⁴¹⁸ *Marx to Engels*, 6/05/1862. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1985, p. 362.

⁴¹⁹ *Marx to Engels*, 30/10/1861. In: Idem, p. 323.

co, as divergências existentes entre os editores, os jornalistas, os políticos e todos que buscavam influir no curso da guerra apareceram. A guerra também trouxe mudanças em relação à técnica e a produção de notícias. Com a dependência do telégrafo, as redações, para economizar taxas, buscavam a concisão. Assim, as reportagens evitavam emitir opiniões e cortavam os “excessos literários”.⁴²⁰ É nesse contexto de conflito mais amplo que o trabalho de Marx se tornou desnecessário para o jornal.

Horace Greeley procurou manter suas posições contra a guerra, contra a escravidão e pela União. Em 20 de agosto de 1862, ele lançou um editorial com o título *The prayer of twenty million* e direcionado para Abraham Lincoln. Tratava-se de um apelo à nação sobre o problema da escravidão.⁴²¹ Três dias depois, Lincoln enviou uma carta para Greeley e também mandou publicá-la no *National Intelligencer*. Essa carta mostra como era ambígua posição do presidente no que diz respeito ao problema da escravidão, mas muito firme em relação à União:

Meu principal objetivo nesta guerra é salvar a União e não salvar ou destruir a escravidão. Se eu pudesse salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o faria; e se eu a pudesse salvar libertando todos os escravos, eu o faria também. E se eu o pudesse fazer libertando alguns e deixando outros, ainda assim eu o faria.⁴²²

Quando um mês mais tarde, Lincoln anunciou de forma preliminar a abolição da escravidão – lei que entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 1863 – muitos leitores do *New York Daily Tribune* acreditavam que *Uncle Horace* era o verdadeiro responsável pela lei. Não existe nenhuma evidencia de que o editor tenha participado da elaboração da lei que aboliu a escravidão nos Estados Unidos.⁴²³ O fato é que havia muita pressão social – seja de políticos e pessoas influentes como Greeley, seja das relações diplomáticas entre as nações⁴²⁴ – e, desse modo, Lincoln não podia fugir de uma questão que estruturava a vida social na União.

⁴²⁰ Em 16 de abril de 1865, o *New York Times* resumiu assim uma notícia: WASHINGTON, sábado, 12 de abril – 12 horas – Andrew Johnson foi empossado hoje no cargo de presidente dos Estados Unidos pelo juiz do Supremo Chase. Ver: *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 334.

⁴²¹ GREELEY, H. *The prayer of twenty million*. In: <http://history.jburroughs.org>.

⁴²² *Lincoln to Greeley*, 23/08/1862. *Idem*.

⁴²³ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 307.

⁴²⁴ Na Grã Bretanha, o comércio de escravos foi abolido em 1807 e a escravidão em si em 1833. Os ingleses buscaram mobilizar diversos legisladores e diplomatas com o intuito de proibir o comércio de escravos e pressionar as outras nações. A Marinha Real britânica passou a patrulhar os oceanos para conter o tráfico negreiro, que no século XIX aumentou enormemente nos Estados Unidos, no Império do Brasil e na colônia espanhola de Cuba. O Bloqueio Continental de 1808 induziu a Grã-Bretanha a prender embarcações norte-americanas que trocavam mercadorias com a França e isso resultou na Guerra Anglo-

Apesar de algumas divergências, Greeley apoiava Lincoln. De acordo com Edwin Emery, dos dezessete diários de Nova Iorque cinco apoiavam o governo (o *Tribune*, o *Times*, o *Evening Post*, o *Sun* e o *Commercial Advertiser*).⁴²⁵ Greeley, por exemplo, não hesitou em apoiar o pedido do presidente para recrutar mais soldados. O *Tribune* foi apedrejado por parte da população depois desse anúncio.⁴²⁶ Mas Greeley era uma pessoa controversa; em outros momentos, ele criticou o governo por não conseguir achar meios de realizar a paz. O próprio editor tentou conversar com facções pacíficas do Sul com o intuito de negociar a paz e o fim da guerra. Novamente recebeu críticas por querer resolver assuntos políticos de forma pessoal.⁴²⁷

Em termos de concorrência, o editor do *New York Daily Tribune* viu o *New York Times*, do seu ex-empregado Henry J. Raymond, adquirir grande influência. Tratava-se de um jornal mais moderado, que buscava elaborar notícias de forma mais imparcial sobre o conflito, mesmo sendo contra a Secessão. Raymond, assim como Greeley, participava ativamente das discussões políticas do Partido Republicano. Dos jornais de grande circulação, o *Herald* era o jornal que mais incomodava o governo, pois suas posições pendiam para o Sul. Além de ter alcançado uma tiragem de quase 100 mil cópias nos Estados Unidos, era o jornal americano de maior circulação na Europa.⁴²⁸

Em paralelo às notícias da “grande imprensa”, existiam jornais que militavam pela abolição da escravidão. O mais conhecido desses jornais era o *The Liberator*, jornal fundado por William Garrison, junto a *American Anti-Slavery Society* em 1831. Garrison defendia a abolição imediata da escravidão. Durante a guerra civil, escreveu um artigo intitulado *The war – Its cause and cure*. Nesse texto, Garrison afirmou que o Sul

Americana de 1812. A retórica antiescravista dos britânicos era entendida pelos americanos como uma ingerência imperialista por parte dos britânicos. Esse cenário gerou uma redução da política americana, pois internamente, desde a compra da Louisiana havia se desenvolvido um sentimento antiescravista no Norte. Mais tarde, toda nova aquisição de territórios teve que obedecer à divisão Norte x Sul (Mississippi e Indiana, Alabama e Illinois). A radicalização de posições anti e pró-escravismo levou as elites a criarem um compromisso para impedir o racha da União. Isso teve repercussão inclusive na política, pois os democratas e os *whigs* americanos evitavam ao máximo tomar posições duras contra a escravidão. O bipartidarismo também nasce desse amplo contexto. Do ponto de vista diplomático e político, teremos uma “internacional abolicionista” liderada pela Grã-Bretanha e uma “internacional escravista” liberada pelos grandes comerciantes escravistas, pelos grandes latifundiários e pela elite política do Sul dos Estados Unidos, do Brasil e de Cuba. Ver: MARQUESE, R. PARRON, T. *A internacional escravista: a política da segunda escravidão*. In: Topoi, vol.12, n. 23, 2011, pp. 100-102.

⁴²⁵ *Idem*, p. 308.

⁴²⁶ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 307.

⁴²⁷ *Idem*.

⁴²⁸ De acordo com números levantados por Emery, no período da guerra o *New York Times* tinha uma circulação de 75 mil exemplares. O *Herald* chegou a 100 mil. A edição semanal do *New York Daily Tribune* imprimia 200 mil. E o semanário de história *New York Ledger* tinha quase o dobro de assinaturas na época. Ver: *Idem*, p. 314.

era o grande culpado pela guerra e que a principal questão a ser resolvida era a escravidão. “Se ela não for abolida, como poderemos escapar de suas consequências?” Ao contrário aqueles que achavam que era possível negociar a paz e manter a escravidão nos territórios escravistas, para ele essa resolução apenas indicava “explosões vulcânicas ainda mais temíveis”.⁴²⁹

Como presidente, Abraham Lincoln procurou manter a liberdade de imprensa no início do conflito, pois ele mesmo fazia uso dos meios de comunicação. Inicialmente, antes de ser eleito, ele tinha transformado o *Springfield Journal*, de Illinois, no portavoz de seu partido. O *National Intelligencer* também serviu para esse propósito. Mas depois de eleito, ele preferiu dar entrevistas públicas para os repórteres e deixar que a agência de notícia *Associated Press*, de Nova Iorque, espalhasse as notícias para editores de várias tendências políticas. Toda essa estrutura fez com que a guerra civil fosse amplamente noticiada. Segundo Emery:

Nenhuma guerra jamais tinha sido noticiada de modo tão completo e livre. Os jornais de Nova Iorque comumente dedicavam pelo menos um terço de seu espaço às notícias da guerra. Mas mais cedo ou mais tarde, a imprensa tinha de entrar em acordo com as autoridades militares no interesse da segurança pública.⁴³⁰

Para Emery, a tecnologia e o espaço político conquistado pela imprensa eram elementos que bloqueavam uma política de censura mais pesada. No entanto, os militares passaram a restringir a liberdade de imprensa, pois precisavam restringir o fluxo de informações para os inimigos. É importante lembrar que estamos falando de um conflito que no final teve um saldo de mais de 630 mil mortos. Em determinado momento do conflito, para conseguir de fato manter o controle da situação militar, impedir a fragmentação do território e criar, na medida do possível, uma unidade legislativa e administrativa entre os estados, o governo, em consonância com as forças militares, passou a agir de forma mais enérgica, prendendo desertores, suspendendo o *habeas corpus*, punindo inimigos sem julgamento, violando correspondências e fechando jornais opositores.⁴³¹

⁴²⁹ GARRISON, W. L. *The war – Its cause and cure*. In: teachingamericanhistory.org. (acessado em maio de 2015).

⁴³⁰ *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 316.

⁴³¹ Ver: FERNANDES, L. E; MORAIS, M. V. *A “casa dividida” e a Guerra de Secessão*. In: *História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 134.

Do lado dos confederados, as notícias chegavam pela *Press Association*. Cerca de 40 jornais faziam parte da associação. Nenhum jornal chegou a ter o tamanho dos jornais do Norte, mas eles tiveram um peso decisivo na distribuição de notícias para os estados do Sul. “Os despachos eram feitos pelo telégrafo militar por taxas reduzidas. (...) Os jornais que raras vezes tinham tido acesso ao acervo regular das notícias telegráficas, passaram a manter os leitores em dia com a guerra. Reportagens curtas, mas completas, suplantavam os relatos confusos e desconexos de antes da guerra”.⁴³²

Numa guerra que não envolvia somente militares, mas toda a população civil, a informação ou a manipulação da opinião pública era decisiva para as decisões militares de ambos os lados. A opinião pública refletida, por sua vez, atuou diversas vezes para pressionar os líderes políticos e chefes militares. A imprensa serviu também para fazer propaganda do governo ou das facções e para conseguir apoio em determinadas campanhas, como o recrutamento de soldados. Como disse Emery: “Se a imprensa algumas vezes chamou a atenção das frentes de combate e de líderes, por sua vez políticos e generais usaram também a imprensa para obter apoio para os seus planos”.⁴³³

De forma resumida, esse era o contexto histórico no qual estava inserido o *New York Daily Tribune*. Do ponto de vista político, o jornal continuou se posicionando sobre as principais questões do país e institucionalmente esteve próximo dos políticos republicanos. Embora no período da guerra ainda tivesse uma alta circulação, aos poucos, o jornal foi sendo ultrapassado por uma nova geração de editores, Charles Dana, do *New York Sun*, Edwin Godwin, da revista *Nation* e do jornal *New York Evening Post* e outros. Esses iniciaram uma nova fase do jornalismo, personificada na figura de Joseph Pulitzer alguns anos mais tarde.⁴³⁴ Enfim, com a morte de Horace Greeley (1872), o *Tribune* tornou-se menos importante e passou a ser defensor da ala conservadora do Partido Republicano.

3.2. Simpatias dissimuladas da imprensa inglesa pelo Sul

A nação americana nasceu dividida. Os estados do Norte, depois da independência, buscavam realizar um desenvolvimento econômico baseado nas indústrias e no trabalho assalariado. O Sul manteve sua estrutura agrária baseada no sistema de *plantation*

⁴³² *História da imprensa nos Estados Unidos*, op. cit. p. 332.

⁴³³ *Idem*, p. 333.

⁴³⁴ *Introdução à comunicação de massa*, op. cit., p. 68.

e no trabalho escravo. Um sistema de exploração do trabalho plenamente inserido no mercado mundial. Apesar das diferenças, enquanto nação, Norte e Sul se relacionavam economicamente, sustentavam conjuntamente o ideário do destino manifesto e da superioridade do homem branco em relação aos indígenas e aos negros do país e buscavam manter a unidade territorial do país através de ajustes formais. Apenas uma questão era capaz de colocar essa “unidade de dois sistemas” em risco, a expansão territorial que para o sistema escravista era uma questão vital.

No dia 18 de setembro de 1861, Karl Marx despachou de Londres para Nova Iorque o artigo *The american question in England*. Nesse artigo para o *New York Daily Tribune*, ao denunciar as simpatias dissimuladas da imprensa inglesa pelos sulistas, Marx explicou o que estava em jogo na ofensiva dos escravistas do Sul. Para a imprensa londrina, a guerra americana “não era pela abolição dos escravos”.⁴³⁵ A revista *The Economist* afirmava: “é imprudente e falso pretender que o conflito entre o Norte e o Sul seja uma querela pela liberdade dos negros, de uma parte, e pela escravidão, de outra”.⁴³⁶ A *Saturday Review* declarava que o Norte “não proclama a abolição nem nunca pretendeu lutar contra a escravidão”.⁴³⁷ O jornal *The Examiner* escrevia: “Se nós estivessemos equivocados sobre o real significado desse sublime movimento, quem seriam os responsáveis senão os próprios federalistas?”⁴³⁸

Antes de contestar essas posições, Marx reconhece que a guerra não iniciou como uma luta pela escravidão. Para ele, o governo dos Estados Unidos fez de tudo para se afastar dessa questão. Somente depois de muita vacilação e paciência, o governo resolveu responder aos primeiros golpes do Sul, mas “não para romper com a escravidão, senão para preservar a União”.⁴³⁹ Já o Sul, começou a guerra proclamando que a “instituição particular” era o único e principal motivo da rebelião. Ou seja, o Sul “confessava que estava lutando pela liberdade de reduzir outros homens a escravidão”.⁴⁴⁰ Liberdade que o Sul via ameaçada com a vitória do Partido Republicano e com a eleição de Lincoln a presidência.

Marx lembra que, mesmo com o Sul mostrando que a escravidão era uma questão central no conflito, organizando congressos em que Carolina do Sul, Alabama, Flo-

⁴³⁵ MARX, K. *The American question in England*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, p. 7.

⁴³⁶ *Idem*.

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ *Idem*.

⁴³⁹ *Idem*, p. 8.

⁴⁴⁰ *Idem*.

rida, Geórgia, Luisiana e Mississippi aprovavam uma nova Constituição, a Confederação elegeu Jefferson Davis como presidente. E mesmo outros estados (Texas, Virginia, Arkansas, Carolina do Norte e Tennessee) aderindo ao movimento separatista, a revista *Saturday Review* continuava afirmando “que o escravismo tem pouco a ver com a secessão”.⁴⁴¹ No entanto, o arsenal de argumentos dos periódicos antinortista era extremamente reduzido. Os periódicos entravam constantemente em contradição, dizia Marx, pois ao mesmo tempo em que negavam que a escravidão tivesse a ver com a guerra, noticiavam que o Norte estava disposto a negociar com o Sul a manutenção da escravidão. Exclamava a *The Economist*, por exemplo:

Somente ontem, quando o movimento de secessão começava a adquirir uma forma séria diante do anúncio da eleição do Mr. Lincoln, o Norte ofereceu ao Sul, caso eles aceitassem permanecer na União, todas as seguranças para que suas odiosas instituições continuassem funcionando de forma inviolável. Não proclamou somente isso, que renunciava tocar no assunto, mas propôs um compromisso junto ao Congresso, todo baseado na concessão de que a escravidão deveria ser mantida.⁴⁴²

A *The Economist* e os outros periódicos, de acordo com Marx, fingiam crer que o Norte propôs um compromisso de manter os territórios escravistas na União e o Sul simplesmente negou o acordo. A imprensa londrina, que dissimuladamente apoiava o Sul, procurava negar a centralidade da escravidão, para dizer que a guerra tinha como questão central as tarifas aduaneiras. Nessa chave de explicação, o *The Examiner* noticiou: “Os americanos do Norte são os únicos que levam a sério suas tarifas aduaneiras, que os protegem egoistamente. (...) Os estados do Sul estão fartos de serem despojados do fruto do trabalho dos seus escravos pelas tarifas protecionistas do Norte”.⁴⁴³

Nesse exercício de cinismo da imprensa de Londres, os periódicos deixavam de explicar que mesmo as questões aduaneiras tinham relação com a escravidão, pois as políticas protecionistas eram importantes para o Norte que buscava se industrializar e, portanto, precisava proteger seus produtos da concorrência inglesa. Essas políticas prejudicavam os interesses dos grandes plantadores de algodão, que tendiam ao livre-cambismo para aumentar as exportações. Assim sendo, de acordo com a explicação de

⁴⁴¹ *Idem.*

⁴⁴² *Idem*, pp. 8-9.

⁴⁴³ *Idem*, p. 14.

Robin Blackburn, Marx rejeita que o conflito possa ser explicado a partir da política econômica do Norte ou do Sul⁴⁴⁴.

Mas mesmo com explicações contraditórias e superficiais, Marx encontrou uma passagem em que a imprensa londrina involuntariamente atingiu o “coração do problema”.⁴⁴⁵

Mrs. Stowe acha que o partido escravista decidiu terminar com a União quando percebeu que não poderia mais utiliza-la para seus fins. Admite-se então que até o momento o partido escravista utilizou a União para seus fins; seria bom que a Mrs. Stowe indicasse claramente quando o Norte começou a levantar-se contra o escravismo.⁴⁴⁶

Nessa passagem em que o jornal *The Examiner* cita Harriet Beecher Stowe – escritora que participou ativamente da luta pela emancipação dos escravos e adquiriu fama com a novela *Uncle Tom's Cabin* – encontramos o coração do problema, explicou Marx, porque a escritora aponta para a causa do conflito. Os estados do Sul procuraram ser fieis à União na medida em que conseguiram expandir o território escravista. Marx elenca uma série de fatos que indicam como os estados do Sul expandiram a área de trabalho escravo nos Estados Unidos desde o processo de independência: o *Missouri Compromise*, de 1820; o *Kansas-Nebraska Bill*, de 1854; *Ostend Manifesto*, também de 1854; e a decisão judicial no caso do escravo Dred Scott, de 1857.

Como se sabe, as cadeiras no Congresso Federal norte americano eram definidas a partir de uma divisão proporcional em relação ao número de habitantes dos estados. Quanto mais habitantes um estado tinha, mais representantes esses habitantes poderiam eleger dentro do estado. Em 1820, o Sul escravista, que dominava a política federal, passava a ter menos representantes que o Norte no Congresso Federal. Para equilibrar os números, os sulistas passaram a exigir que o Missouri se tornasse um estado escravista. O *Missouri Compromise* citado por Marx foi um acordo em que se criou um estado escravista e um estado livre, Missouri e Maine respectivamente. E fixou-se o limite do escravismo em 30°30' de latitude norte.⁴⁴⁷ O *Kansas-Nebraska Bill* foi mais uma negociação para decidir se no Kansas o trabalho escravo seria ou não permitido. Com esse acordo, adotou-se a doutrina da soberania popular em que cada estado decidiria sobre a

⁴⁴⁴ BLACKBURN, R. *Marx and Lincoln: An Unfinished Revolution*. London: Verso, 2011, p. 7.

⁴⁴⁵ *The American question in England*, op. cit., p. 9

⁴⁴⁶ *Idem*.

⁴⁴⁷ Ver: FERNANDES, L. E; MORAIS, M. V. *Inventando a nova nação*. In: História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013, p. 110.

introdução ou não do trabalho escravo. A decisão gerou uma guerra no estado do Kansas que durou até que a guerra civil atingisse todo o país.⁴⁴⁸ Com *Ostend Manifesto*, o governo americano pretendia comprar Cuba da Espanha.⁴⁴⁹ E por fim, Dred Scott, o caso de um escravo que tentou concretizar sua liberdade de forma legal. Por vários anos, ele viveu junto com seu dono em territórios onde a escravidão era ilegal (acima da linha 30°30'). Com a morte do seu dono, ele foi vendido para um nova-iorquino. Dred Scott entrou na justiça para requerer sua liberdade, mas a Suprema Corte anulou todas as doutrinas e compromissos que limitavam geograficamente a escravidão.⁴⁵⁰

Em conversa entre parlamentares a relação entre a viabilidade do sistema escravista e a necessidade de novos territórios aparecia claramente. Marx menciona uma conversa do dia 19 de dezembro de 1859. Na ocasião, o representante do Mississippi, M. Singelton, perguntou para o representante de Iowa, M Curtis: “O que aconteceria se o Partido Republicano não admitisse mais que o Sul obtivesse novos territórios para ampliação do escravismo enquanto a União existisse?”⁴⁵¹ O colega respondeu de forma direta: “A União se dissolveria”.⁴⁵² Em resumo, os políticos do Sul sabiam que para manter a escravidão funcionando, eles precisavam manter a hegemonia política. Aliás, todos que viviam nos Estados Unidos sabiam dessa necessidade, mas a imprensa londrina escondia essa discussão, pois defendia os interesses da Inglaterra que se beneficiava da produção de algodão das fazendas escravistas.

Com o Norte conquistando o poder, os estados do Sul dificilmente conseguiriam legalizar a escravidão em novos territórios e com isso o Norte conquistaria maioria no Congresso e tornaria a escravidão inviável no médio e longo prazo. Para Marx, a formação do Partido Republicano e a quantidade de votos que Frémont obteve nas eleições de 1856 (perdeu para o democrata Buchanan por poucos votos) foram as primeiras provas de que “o Norte havia acumulado forças para corrigir essas aberrações históricas dos

⁴⁴⁸ A “*casa dividida*” e a *Guerra de Secessão*, op. cit., p. 130.

⁴⁴⁹ De acordo com os historiadores Rafael Marquese e Tamis Parron que procuraram analisar essa disputa a partir de uma aliança entre escravistas dos Estados Unidos, Cuba e Brasil, uma “Internacional escravista” em contraposição a aliança abolicionista liderada pela Grã-Bretanha: “Na década de 1850, em especial após 1854, a anexação de Cuba se tornou matéria seccional, concebida nos estados do Sul como meio de contrabalançar o crescente poder antiescravista nos Estados do Norte. Fosse por via flibusteira ou por compra, anexar Cuba significaria aumentar o peso do Sul na União ou então lançar as bases para a montagem de um império escravista autônomo na zona circum-caribenha”. Ver: MARQUESE, R. PARRON, T. *A Internacional pró-escravista – a política da escravidão nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, 1820-1860*. São Paulo: Hermes e Clio, FEA, 2011, p. 15.

⁴⁵⁰ MARX, K. ENGELS, F. *La guerra civil em los Estados Unidos*. México, D.F: Roca, 1973, p. 23.

⁴⁵¹ *Idem*, p. 13.

⁴⁵² *Idem*.

Estados Unidos”.⁴⁵³ Para além desses fenômenos políticos, questões de ordem estatística e econômica se manifestavam em favor do Norte, ou seja, a população crescia enormemente entre nos estados do Norte e isso garantia vantagens eleitorais para os políticos da região. Dito isso, a vitória de Abraham Lincoln em 1861 tornou a Guerra de Secessão inevitável.

3.3. O conflito entre dois sistemas sociais

Nos artigos *The north american civil war* e *The civil war in the United States* – ambos escritos no dia 20 de outubro de 1861 e publicados nos dias 25 de outubro e 7 de novembro de 1861, no *Die Presse* – Marx e Engels deixaram mais clara a explicação sobre as causas da guerra civil americana. No primeiro artigo, Marx fez isso demonstrando um amplo conhecimento da história dos Estados Unidos e da dinâmica da escravidão do século XIX. No segundo, Marx, em conjunto com Engels, explica as contradições que moviam a escravidão e procura apontar para os limites históricos desse sistema social.

Marx começa o artigo rechaçando novamente os argumentos de que o conflito teria como causa as tarifas protecionistas do Norte. Ele lembra que a questão das tarifas aduaneiras é uma discussão que teve início no começo do século XIX. Em 1828, a Carolina do Sul organizou uma primeira ofensiva de secessão e o pretexto eram as tarifas protecionistas, que estavam dando condições para o desenvolvimento industrial do Norte. Essas tarifas foram anuladas em 1832 e, de acordo com Marx, até 1861 prevaleceu o sistema de livre comércio. As tarifas protecionistas não poderiam ser o motivo da guerra, pois elas só foram aprovadas no Congresso em maio de 1861, ou seja, depois que seis estados do Sul já haviam formado a Confederação (4 de fevereiro de 1861). O conflito começou antes e seu início não teve como causa as tarifas aduaneiras, mas sim a expansão territorial do sistema escravista. Isso entendido, “o bombardeio de Fort Sumter foi o sinal de abertura das hostilidades” e “a eleição de Lincoln à presidência foi o sinal para a secessão”.⁴⁵⁴

Historicamente, narra Marx, “o último Congresso continental de 1787 e o primeiro Congresso constitucional de 1789-1790 haviam restringido a escravidão a noroes-

⁴⁵³ *The American question in England*, op. cit., p. 10.

⁴⁵⁴ MARX, K. *The North American Civil War*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, p. 35.

te de Ohio no território da República”.⁴⁵⁵ O *Missouri Compromise* (1820) fez avançar “em muitos graus de latitude a zona escravista”.⁴⁵⁶ A fronteira foi novamente expandida com o *Kansas-Nebraska Bill*, acordo proposto pelo democrata do Norte, Stephen Douglas. “Aboliu-se assim, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, toda limitação geográfica e legal para a extensão da escravidão”.⁴⁵⁷ “O Novo México, um território cinco vezes maior que o Estado de Nova Iorque, foi transformado em país da escravidão”.⁴⁵⁸ Depois do julgamento do caso de Dred Scott, “os escravos podiam ser forçados por seus donos a trabalhar em todos os territórios e foi permitida a introdução do trabalho escravo em qualquer território livre”.⁴⁵⁹ No governo de James Buchanan (1857-1861), “endureceram as leis de extradição de escravos fugidos e isso foi também aplicado no Norte”.⁴⁶⁰

Na política externa anterior à guerra, “os Estados Unidos se pôs a serviço dos escravistas”.⁴⁶¹ O *Ostend Manifesto* “proclamava a aquisição de Cuba, seja por meio de pagamentos, seja pela força das armas”.⁴⁶² Sob o governo de Buchanan, “o norte do México foi distribuído entre os especuladores de terra americanos, que esperavam com impaciência o sinal para invadir Chihuahua, Coahuila e Sonora”.⁴⁶³ Diante desses novos territórios, a União apoiava secretamente a “reabertura do comércio de escravos”.⁴⁶⁴ A escravidão ampliava-se por todo o território. Fato que Stephen Douglas declarou em 20 de agosto de 1859 em entrevista para o *New York Daily Tribune*: “No ano passado importamos mais negros da África do que nunca no curso de um ano, incluindo a época em que o comércio de escravos era legal. O número total de escravos importados no ano passado totaliza quinze mil”.⁴⁶⁵

Foi diante dessa conjuntura em que “a União se converteu em escrava de trezentos mil escravistas que dominavam o Sul”,⁴⁶⁶ que se desenvolveu uma reação do Norte. Depois do *Kansas-Nebraska Bill*, que eliminava todos os limites para expansão da escravidão, formaram-se grupos armados para lutar no Kansas. Dessa organização nasceu

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 35.

⁴⁵⁶ *Idem*.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 36.

⁴⁵⁸ *Idem*.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 37.

⁴⁶⁰ *Idem*.

⁴⁶¹ *Idem*.

⁴⁶² *Idem*.

⁴⁶³ *Idem*.

⁴⁶⁴ *Idem*.

⁴⁶⁵ *Idem*, pp. 37-38.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 38.

o Partido Republicano. Este conseguiu números expressivos com o candidato Frémont nas eleições de 1856. Na segunda Convenção nacional do partido, os republicanos melhoraram o programa e fixaram objetivos: “Não se deve ceder nem mais uma polegada de terras para os escravistas; É preciso acabar com a política flibusteira no exterior; Deve-se condenar a reabertura do comércio de escravos; e por fim, ditar as leis sobre a liberdade de terra, a fim de promover a livre colonização”.⁴⁶⁷

O ponto decisivo e vital desse programa republicano era o de não ceder mais territórios para o escravismo. O Sul dependia da ampliação de territórios por questões políticas, como já afirmamos, mas também para conseguir expandir as plantações de algodão, tabaco, açúcar etc. Essa atividade só era rentável com a ampliação do aporte de escravos e com a colonização de terras férteis. Para Marx isso era evidente e podia ser constatado a partir da estagnação da produção algodoeira na Carolina do Sul, que após anos da utilização dos métodos da *plantation* estava com o solo esgotado. A Carolina do Sul, assim como Maryland e Virginia, havia se transformado em um estado de cria de escravos [*slave-raising state*]. Assim os escravistas desses estados ampliavam a população escrava para vender para os fazendeiros do extremo Sul, “alcançando cifras de quatro milhões de dólares por ano”.⁴⁶⁸

Diante disso, Marx acreditava que confinando e limitando o escravismo, o Norte rapidamente enfraqueceria o Sul. Para ele, os escravistas não passavam de trezentos mil, era uma oligarquia⁴⁶⁹ que – caso fosse limitada à expansão territorial – em breve teria que enfrentar os milhões de *poor whites*, uma massa de pobres brancos que aumentava em virtude da concentração de terras. Nas palavras de Marx:

Um estrito confinamento da escravidão no seu antigo domínio deveria, pois – pelas leis econômicas do escravismo –, conduzir à sua extinção progressiva; depois – do ponto de vista político –, arruinar a hegemonia exercida pelos estados escravistas do Sul no Senado, e, por fim, expor para a oligarquia escravista que, no interior dos seus estados, existe um perigo cada vez mais ameaçador, os *poor whites*.⁴⁷⁰

O historiador e ativista Willian E. B. Du Bois apresenta uma caracterização desses *poor whites* mencionados por Marx no seu livro *Black Reconstruction in America*. A partir de relatos da época, podemos imaginar que a grande maioria dos *poor whites* ti-

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 39.

⁴⁶⁸ *Idem*.

⁴⁶⁹ De acordo com Robin Blackburn o censo de 1860 apontava 395.000 proprietários de escravos. Ver: *Marx and Lincoln: An Unfinished Revolution*, op. cit., p. 12.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 41.

nham famílias grandes, eram pessoas pobres e analfabetas. Viviam em pequenos pedaços de terras e plantavam para subsistência. Mas sobre uma imensa massa de pobres surgiu uma espécie de classe média, ou seja, acima das pessoas que viviam de subsistência em pequenos pedaços de terra arrendada ou própria desenvolveu-se uma classe de pequenos comerciantes. “Esses comerciantes negociavam com escravos e negros livres e muitas vezes se tornavam grandes comerciantes”.⁴⁷¹ Du Bois afirma que no movimento real essa questão era mais complicada do que a descrição de Marx. Revoltas de *poor whites* aconteceram, mas elas foram incapazes de superar o antagonismo com os escravos. Geralmente os líderes naturais dessas revoltas eram os pequenos agricultores, os comerciantes ou o mecânico mais qualificado. Devido a seus vínculos com os grandes fazendeiros, eles repeliam os negros do movimento. O resultado do descontentamento e das revoltas dos *poor whites* foi uma migração intensiva para o oeste ou para os Estados do Norte.⁴⁷² De acordo com Du Bois, os *poor whites* “tinham muito medo do negro, escravo ou livre, como concorrente no mercado de trabalho”.⁴⁷³

Para pensarmos quem eram esses oligarcas mencionados por Marx, os textos de Du Bois também nos ajudam. Segundo ele, o sul dos Estados Unidos, em 1860, era predominante agrário e com uma alta concentração de terras e de capital. Sete por cento da população do Sul possuía aproximadamente três milhões de escravos (dos 3.953.696 escravos). Os cinco milhões de brancos que não possuíam escravos tinham seus interesses unidos de alguma forma com os proprietários de escravos. Havia supervisores, transportadores e comerciantes de escravos. Havia também locatários de trabalhadores brancos ou negros, comerciantes, profissionais liberais, que formavam uma pequena burguesia “que poderia ascender à classe dos proprietários ou ficar mais abaixo”.⁴⁷⁴ O domínio da propriedade também indicava o domínio da política. Os estados do Sul exigiam que os governadores fossem proprietários de terra. Cargos como o de juiz federal, senador e outros cargos do legislativo também eram ocupados pelos proprietários. Para participar das eleições, o eleitor também precisava ser um proprietário na maioria dos estados. Na Carolina do Norte, por exemplo, o cidadão precisava ter 50 acres de terra

⁴⁷¹ DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America*. New York: Oxford, 2007, p. 21.

⁴⁷² Segundo Du Bois, em 1860, a migração foi enorme. Na Virginia, 399.700 pessoas. No Tennessee, 344.765. Na Carolina do Norte, 272.606. E na Carolina do Sul, 256.868. *Idem*, p. 22.

⁴⁷³ *Idem*, p. 22.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 25.

para votar na eleição para o Senado. Em 1828, em Wilmington, dos 250 votantes, apenas 48 tinham qualificação para votar.⁴⁷⁵

Do ponto de vista econômico, o poder dessa oligarquia não era ilimitado, mas era grande. Na teoria, os fazendeiros tinham muitas maneiras de fazer seus lucros aumentarem. Um fazendeiro poderia vender sua plantação a preços elevados. Ele poderia aumentar sua produção utilizando os métodos da agricultura intensiva ou intensificando o trabalho dos escravos. Ou ainda, ele poderia encontrar meios de reduzir os custos do transporte. Mas na prática, eles estavam à mercê das oscilações do mercado e das demandas que vinham principalmente da Inglaterra. Para Du Bois, essa era uma das fraquezas da oligarquia. Incapazes de aplicarem seus lucros em investimentos no setor produtivo, eles eram apenas uma indústria subsidiária que fornecia matéria prima para a grande indústria.⁴⁷⁶ Marx apresenta uma visão bastante parecida. A agricultura intensiva de produtos de exportação depende sempre “de investimentos de capital, inteligência e dispêndio de trabalho”.⁴⁷⁷ Na falta desses elementos, que eram “contrários ao escravismo”,⁴⁷⁸ a atividade econômica do Sul só era lucrativa com a ampliação do aporte de escravos e com a expansão das plantações por novas terras.

No artigo *The civil war in the United States*, Marx e Engels procuraram descrever os detalhes da disputa territorial em diversos estados. Em Delaware, Maryland, Virgínia, Tennessee e Missouri, apesar de terem um número considerável de escravos, a maioria da população nos estados fronteiriços era de homens livres e, geralmente, favoráveis à União. O Novo México era um território inventado por Buchanan, “não é um Estado”,⁴⁷⁹ e estava sendo ocupado por aventureiros texanos. A Carolina do Sul, pelo contrário, tinha uma população de maioria escrava (402.541 escravos e 301.271 homens livres). O Mississippi (436.695 escravos e 435.132 homens livres) também seguia a configuração da Carolina do Sul. E o Alabama tinha uma imensa população escrava, mas o número de homens livres era maior (435.132 escravos e 529.164 homens livres).⁴⁸⁰

Para Marx e Engels, esses números demonstravam que a guerra da Confederação era uma guerra de conquista no sentido mais pleno, destinada a estender e perpetuar a escravidão. Ou seja, territórios inteiros estavam sendo transformados em fazendas com

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 26.

⁴⁷⁶ *Idem*, p. 29.

⁴⁷⁷ *The North American Civil War*, op. cit., p. 39.

⁴⁷⁸ *Idem*.

⁴⁷⁹ MARX, K. ENGELS, F. *The civil war in the United States*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, p. 47.

⁴⁸⁰ *Idem*, pp. 46-47.

trabalho escravo, mas isso não significava que a população livre desses territórios era contra a União. Apesar de muitos serem considerados estados do “Sul”, a população através das armas e das urnas demonstrava que essa divisão não era tão simples.

A maior parte dos Estados e territórios fronteiriços não se encontravam nas mãos da União, mesmo tendo tomado partido dela por meio das urnas e no jogo das armas. Sem embargo, a Confederação os incluiu no “Sul” e trata de arrancá-los da União pela força. Nos Estados fronteiriços ocupados pela Confederação, nas regiões montanhosas, favoráveis em grande parte ao modo de vida livre, a ordem se mantém por meio da lei marcial. No interior dos Estados escravistas propriamente ditos, suplantasse a democracia até aqui existente, instaurando-se o poder sem limites da oligarquia dos trezentos mil escravistas.⁴⁸¹

De acordo com a projeção de Marx e Engels, o Norte precisava barrar essa ofensiva, caso contrário entregaria sem resistência três quartos do território para a “república escravista”.⁴⁸² O Norte perderia o Golfo do México, o Oceano Atlântico, com exceção de uma estreita faixa em Delaware. Perderia também as saídas para o Oceano Pacífico. Controlando o Missouri, o Kansas, o Novo México, o Arkansas e o Texas, os sulistas se expandiriam mais:

levariam a Califórnia. (...) os grandes Estados agrícolas situados entre as Montanhas Rochosas e as Alleghanys, no vale do Mississipi, (...) se veriam obrigados por interesses econômicos a desgarrar-se do Norte e entrar na Confederação do Sul. Por sua vez, todos os Estados do Noroeste seriam arrastados na mesma onda de secessão, e todos os Estados no Norte situados a leste, com exceção talvez da Nova Inglaterra.⁴⁸³

Assim a vitória dos Confederados não significava a derrota e a dissolução da União, mas “sua reorganização sobre as bases da escravidão”⁴⁸⁴. Tendo isso em vista, Marx e Engels afirmaram que a luta entre o Sul e o Norte é um conflito “entre dois sistemas sociais”, entre o “sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre”.⁴⁸⁵ Pela característica expansiva do primeiro, esses dois sistemas não podiam mais conviver sobre o mesmo continente. Desse modo, a luta terminaria com a vitória de um ou de outro.

Essas análises de Marx e Engels permitem um interessante debate com a historiografia contemporânea que estuda a escravidão. Dale Tomich, por exemplo, para expli-

⁴⁸¹ *Idem*, p. 49.

⁴⁸² *Idem*.

⁴⁸³ *Idem*, pp. 49-50.

⁴⁸⁴ *Idem*, p. 50

⁴⁸⁵ *Idem*.

car o fenômeno da escravidão nos séculos XVIII e XIX inventou o conceito de “segunda escravidão”. Para Tomich, a escravidão desse período não pode ser analisada como uma simples continuidade da escravidão do século XVI. A revolução industrial sob a hegemonia da Grã-Bretanha modificou o cenário do mercado mundial. Com o desequilíbrio de preços dos produtos industrializados em relação aos produtos agrícolas, as áreas urbanas e industrializadas passaram a demandar cada vez mais produtos agrícolas como café, açúcar e algodão e, deste modo, países como Brasil, Estados Unidos e Cuba (Espanha) tiveram a oportunidade de expandir em escala crescente as áreas de produção.

Assim, a “segunda escravidão” se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução. Em outras palavras, desenvolve-se uma escravidão atrelada ao crescente mercado mundial aberto pela revolução industrial. E, de acordo com Tomich, esse desenvolvimento não pode ser entendido como um resquício da acumulação primitiva de capitais, como um elemento arcaico que com a industrialização e o advento do trabalho assalariado estaria fadada a desaparecer. “Por detrás da uniformidade da emancipação escrava no século XIX, encontramos caminhos e resultados complexos e diferenciados que se podem remontar à posição dos sistemas escravistas particulares na economia mundo”.⁴⁸⁶

Edward Baptist é outro historiador que trabalha com o conceito de segunda escravidão desenvolvido por Tomich. Para ele, a primeira escravidão foi um processo de migração transoceânica sem comparação, mas ela chegou ao fim. “Em torno dos anos 1780, surgiu um sentimento, em boa parte oriundo da própria burguesia, de que homens racionais ou pessoas evangelicamente morais não poderiam mais defender a escravidão”.⁴⁸⁷ E quando os fazendeiros começavam a emancipar os escravos, afirma o autor, aconteceu a revolução dos escravos de São Domingos, “as pessoas que eram supostamente incapazes de cidadania”⁴⁸⁸ resistiram a todos os exércitos (fazendeiros creoles, britânicos, espanhóis e franceses). Isso alertou a opinião pública a acelerar a proibição do tráfico, pois os revoltosos vinham da África. No entanto, “a emergência de um setor têxtil britânico, já evidente na crescente demanda por algodão na década de 1780, co-

⁴⁸⁶ TOMICH, D. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004, p. 57.

⁴⁸⁷ BAPTIST, Edward. *A segunda escravidão e a primeira república americana*. In: Almanack, n. 5, Guarulhos, 2013, p. 10.

⁴⁸⁸ *Idem*, p. 10

meçava a estabelecer os mercados que possibilitaram a segunda escravidão nos EUA”.⁴⁸⁹

Não foram apenas as transformações na produção têxtil ou no comportamento de seus vendedores e consumidores que controlaram a demanda. Igualmente central foi o fato de que empreendedores escravistas que tiravam vantagem da alavancagem financeira e utilizavam suas propriedades escravizadas como garantia, precisavam expandir a produção para poderem pagar seus novos credores. A exploração do trabalho na Segunda Escravidão combinada com a crescente capacidade de comunidades financeiras ocidentais de levantar fundos para os empreendedores das fronteiras conduziram a oferta de algodão, crédito e a intensidade da tortura extrativista em um gigantesco ciclo recíproco.⁴⁹⁰

Em resumo, de acordo com Baptist, de 1780 até o início da guerra civil, a escravidão se expandiu vertiginosamente na América. O número de cativos nos Estados Unidos cresceu de 800.000 para quase quatro milhões. A produtividade de cada escravo crescia a cada ano com a introdução de meios modernos de organização e exploração intensiva do trabalho. E a produção visava abastecer as indústrias inglesas com matéria prima (algodão, carvão, açúcar etc.). Além disso, havia os novos mecanismos financeiros de crédito que passaram a ditar as transformações nas fábricas e nos campos que utilizavam trabalho escravo.

Como vimos acima, Marx e Engels descreveram o processo de expansão da escravidão no século XIX com certo detalhe. Do ponto de vista político, eles narraram essa história através dos acordos e das leis que o Norte foi aceitando para salvar a unidade da nação. Mostraram como alguns territórios passaram a reproduzir escravos para o mercado interno. Marx e Engels também explicaram – a partir do exemplo do escravo Dred Scott – como os escravos libertos passaram a ser reescravizados no processo de expansão territorial do Sul. Se analisarmos os textos sobre a indústria têxtil inglesa, perceberemos também que Marx entendia bem os vínculos das fazendas de algodão americanas com as indústrias inglesas. No período da guerra civil americana, ele escreveu artigos como *The British Cotton Trade*, *The Crisis in England* e *British Commerce* demonstrando o vínculo estreito entre as fazendas na América e a produção industrial na Europa. No primeiro desses textos, Marx afirmou:

⁴⁸⁹ *Idem*, p 11.

⁴⁹⁰ *Idem*, p.16.

A indústria moderna da Inglaterra, em geral, repousava sobre dois eixos igualmente miseráveis. Um era a batata, que foi o meio exclusivo de alimentação da população irlandesa e de grande parte da classe trabalhadora inglesa. Este eixo foi varrido com a doença da batata e a subsequente catástrofe irlandesa. Tiveram então que adotar uma base maior para a reprodução e a manutenção dos milhões de trabalhadores. O segundo eixo da indústria inglesa era o algodão cultivado por escravos nos Estados Unidos. A atual crise americana força a indústria inglesa a estender seu campo de aprovisionamento e deixar o algodão das oligarquias produtoras e consumidoras de escravos. Mas por enquanto, os fabricantes ingleses de algodão dependem do algodão cultivado por escravos, podemos afirmar que, na verdade, eles se apoiam em uma dupla escravidão: a escravidão indireta do homem branco na Inglaterra e na escravidão direta do homem negro do outro lado do Atlântico.⁴⁹¹

Se pensarmos a forma como Marx caracteriza o trabalho escravo, encontraremos algumas divergências com a forma que alguns autores, que estamos chamando de “historiografia da segunda escravidão”, descrevem o mesmo fenômeno. Apesar de Marx ter percebido o avanço da escravidão e ter percebido o vínculo entre a *plantation* de algodão e a indústria têxtil na Inglaterra, para ele o sistema escravista apresentava limites claros, pois a natureza da escravidão é contrária às inversões de capitais. Edward Baptist – querendo negar o “dogma econômico” que afirma que o escravismo era algo estático – descreve como a produção de algodão nos Estados Unidos entre 1800 e 1860 cresceu enormemente (cerca de 400%), como o trabalho se intensificou com a utilização de máquinas modernas que descascavam o algodão, com reorganização dos métodos de trabalho etc. Ele também reconstrói a história das finanças nos Estados Unidos para indicar como a escravidão do século XIX estava vinculada aos modernos Bancos de crédito que surgiam no país. Assim, para ele, a guerra civil foi o evento que quebrou todo esse moderno mecanismo, ou seja, foi uma ruptura na história dos Estados Unidos.

A divergência não estaria somente na descrição histórica, mas no próprio objetivo da narrativa. De forma esquemática, podemos dizer que, por um lado, a historiografia da segunda escravidão tem como objetivo: a) descrever as novidades da escravidão moderna. b) afirmar o século XIX não como o século da emancipação da escravidão, mas sim como o século da intensificação desse tipo de trabalho. c) combater certa historiografia que pensava as questões nacionais e foi incapaz de enxergar uma dinâmica mais ampla, o comércio atlântico, por exemplo, e com isso perdeu de vista o momento de ruptura que moldou os países escravistas. Do outro lado, Marx tinha como objetivo:

⁴⁹¹ MARX, K. ENGELS, F. *The British Cotton Trade*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, pp. 19-20.

apontar para a causa principal da guerra civil americana, ou seja, para a necessidade de expansão do sistema escravista. Para ele essa necessidade passou a encontrar limites, pois paralelo à expansão da escravidão, tínhamos a expansão do trabalho assalariado.

Tendo esses objetivos em mente, para Marx a guerra civil americana só poderia ser entendida como um conflito entre dois sistemas de exploração do trabalho. Nesse conflito apenas um dos dois sistemas poderia permanecer como forma hegemônica de exploração do trabalho nos Estados Unidos. No nosso entendimento, a historiografia da segunda escravidão, ao querer enfatizar as novidades da escravidão moderna, escapa de uma pergunta central: A escravidão poderia conviver como sistema hegemônico *ad infinitum* tendo diante de si o trabalho livre que também se expandia?⁴⁹² Sem responder essa questão “clássica”, o fim da escravidão para essa historiografia só pode ser entendida como uma derrota política dos escravistas.

Não se trata aqui de querer definir se a escravidão enquanto sistema hegemônico de trabalho acabou por motivos econômicos ou políticos. Essa contraposição é importante para enfatizarmos a especificidade da apresentação da histórica de Marx e Engels. Como vimos, Marx admitia a possibilidade da escravidão se perpetuar nos Estados Unidos caso o Sul vencesse, pois ela se espalharia por mais de três quartos do território e tenderia a unificar o território. Engels também considerou essa possibilidade: “eu estou convencido da natureza burguesa dos plantadores, por isso, não duvido que chegado o momento se tornem fanáticos pró-união”.⁴⁹³ Tendo em vista as necessidades de expansão da escravidão e seus limites de sua reprodução, Marx e Engels caracterizaram a guerra civil americana como um conflito entre dois sistemas sociais, uma guerra que poderia ser adiada, mas que necessariamente teria que acontecer, dada a natureza expansiva do sistema escravista que se expandia para atender as demandas da indústria europeia. Os elementos políticos também eram centrais na explicação de Marx e Engels, mas, para além da contingência histórica do conflito bélico, temos uma explicação sobre os limites que cada modo de produção encontra na história.

⁴⁹² A historiografia clássica marxista diria que não, pois nas formações econômicas pré-capitalistas pode-se encontrar a reprodução em escala ampliada, a produção de mais produtos e o aumento de riqueza, mas esse processo não se apresentaria como acumulação de capital. Podemos lembrar-nos do exemplo de Marx: um senhor de escravo georgiano que se coloca no “doloroso dilema de dissipar em champanhe todo o mais-produto extraído a chicote dos escravos negros ou de retransformá-lo parcialmente em mais negros e terras”. Ver: MARX, K. *O Capital*, tomo I, vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 184, p. 177.

⁴⁹³ *Engels to Marx*, 23/05/1862. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1975, pp. 367-368.

Em resumo, Marx e Engels, ao narrarem os fatos, apresentam a história como um campo de experiência aberto. Apresentar a história como um campo experimental aberto é um esforço que visa apontar para os limites que os sistemas sociais manifestam em cada contexto histórico. No nosso entendimento, trata-se de um exercício fundamental para quem compreende a teoria como um esforço intelectual de pensar a emancipação social.

3.4. A revolução inacabada

Segundo o historiador Robin Blackburn, Abraham Lincoln cresceu em meio às tensões criadas pela escravidão nos territórios fronteiriços entre o Sul e o Norte (Kentucky e Illinois). Parentes próximos da família eram proprietários de escravos. Um *whig* moderado e mais tarde um republicano moderado, Lincoln, como advogado, estava pronto para defender os direitos legais e constitucionais dos senhores de escravos, mas também sentia profunda consternação em relação à violência que tomava conta da vida social americana.⁴⁹⁴ No discurso *On the Perpetuation of Our Political Institutions*, apresentado no Liceu de Springfield, Lincoln demonstrou que sentia um grande orgulho das instituições americanas. Diante do ataque violento da multidão contra o abolicionista Elijah Lovejoy, Lincoln consternado cita seu discurso e diz que a lei deveria ser a “religião política” de cada cidadão.⁴⁹⁵

Em janeiro de 1848, depois de eleito para a Câmara dos Representantes em Washington, Lincoln se posicionou contra a guerra do México. Para ele, tratava-se de “uma guerra desnecessária, inconstitucional, resultado das mentiras e agressões do presidente”.⁴⁹⁶ Em um discurso, ele defendeu o direito de autodeterminação como um caminho para o México lutar contra a Espanha e os Estados Unidos:

Qualquer pessoa em qualquer lugar tem o poder, tem o direito de se levantar e sacudir o governo existente e formar um novo que melhor convier. Este é o mais valioso, o mais sagrado dos direitos – o direito, que esperamos e acreditamos, de libertar o mundo. (...) Qualquer parte de um povo pode revolucionar e mudar com sua própria força o território que habita. (...) É uma qualidade das revoluções não ir por velhos caminhos, ou leis antigas.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ Marx and Lincoln: *An Unfinished Revolution*, op.cit. p. 13.

⁴⁹⁵ *Idem*.

⁴⁹⁶ *Idem*, p. 15.

⁴⁹⁷ Lincoln citado por Blackburn. *Marx and Lincoln: An Unfinished Revolution*, op.cit. p. 15.

Sobre a escravidão, afirma Blackburn, Lincoln discursava e se posicionava como um político. Discursos de duas ou três horas contemplavam as opiniões dos líderes do Sul, demonstravam os problemas da escravidão, mas sempre terminavam com uma posição moderada. Mesmo quando era candidato a presidente, Lincoln reiterou o respeito aos compromissos firmados na Constituição e aos acordos de 1820 e 1850. Reconhecia as leis relacionadas aos escravos fugidos, era a favor da emancipação gradual que compensasse as perdas dos proprietários. De acordo com Blackburn:

Que Lincoln detestava a escravidão fica claro nos seus discursos e escritos e não surpreende saber que ele esboçou uma meia dúzia de argumentos-chave sobre o tema em seus cadernos. (...) No entanto, como um líder nacional, ele não ofereceu um ataque à escravidão, mostrou apenas uma incapacidade de resistir à expansão territorial. O quebra-cabeça aqui só pode ser resolvido através da identificação de quais eram suas convicções mais profundas que contiveram sua sincera oposição à escravidão. A provável resposta está no seu apego profundo à Constituição e sua consciência de que pela Constituição seria extremamente difícil de alterar os compromissos firmados entre o Norte e o Sul, escravidão e liberdade.⁴⁹⁸

Essa descrição que o historiador Robin Blackburn fez do Lincoln é bastante próxima da visão que Marx tinha do presidente dos Estados Unidos. No entanto, as palavras de Marx são mais duras. Para ele, Lincoln era uma figura sem iniciativa, sem ímpeto idealista, sem altivez, sem roupagem histórica. Um presidente que hesitava em tomar as atitudes necessárias, que se comportava “como se tivesse que pedir perdão pelas circunstâncias que o forçaram ‘a ser um leão’”.⁴⁹⁹ Em *Comments on the North American Events*, Marx disse que “Lincoln não é produto de uma revolução popular”, ele era um plebeu que chegou ao cargo de Senador em Illinois. Sobre a proclamação da abolição da escravidão em 1º de janeiro de 1863, Marx ironizou:

Hegel observou que a comédia é de fato superior à tragédia e que o raciocínio cômico é superior ao raciocínio grandiloquente. Embora Lincoln não possua uma ação histórica grandiloquente, como um homem mediano entre as pessoas, ele tem humor. Ele declarou que a partir de 1º de janeiro de 1863 está abolida a escravidão na Confederação? No exato momento em que a Confederação, como estado independente, decidiu pela “negociação de paz” no Congresso de Richmond.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 18.

⁴⁹⁹ MARX, K. *Comments on the North America Events*. In: MARX, K; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, p. 250.

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 251.

Marx via essa hesitação de Lincoln da mesma forma que Blackburn, ou seja, via no presidente um homem “apegado à letra da Constituição”, “que se envergonha de todo passo que possa prejudicar os ‘leais’ senhores de escravos dos estados fronteiriços”. E Marx é bastante duro nas palavras, pois suas expectativas eram grandes em relação aos desdobramentos da guerra civil. Em janeiro de 1860, Marx viu com bastante entusiasmo o levante dos negros ocorrido após a execução de John Brown,⁵⁰¹ um abolicionista que lutou no Kansas contra as leis que ampliavam os territórios escravistas. Para Marx:

Em minha opinião, hoje a coisa mais importante que está acontecendo no mundo é o movimento dos escravos. – De um lado, na América isso se iniciou com a morte de Brown. Do outro, na Rússia. Você deve ter lido que a aristocracia russa se lançou numa agitação constitucional e mandou dois ou três membros de famílias líderes para o caminho da Sibéria. No mesmo momento Aleksandr desagradou os camponeses declarando que na emancipação os “PRINCÍPIOS COMUNISTAS” precisam ser abandonados. Assim, o movimento social foi iniciado no Ocidente e no Oriente. Juntamente temos movimentos de RUPTURA na Europa Central, isso promete grande coisa. Eu acabo de ver no Tribune que outra revolta de escravos foi derrubada no Missouri. Mas o sinal já foi dado. Se o negócio crescer passo a passo, o que será de Manchester?⁵⁰²

Em maio de 1861, nos primeiros meses da guerra, ele escreveu para Lion Phillips:

Eu não tenho dúvidas de que no início da luta o Sul saia favorecido, pois a classe de proprietários brancos aventureiros possui uma fonte de milícias marciais. Mas no longo prazo, o Norte sairá vitorioso e se necessário terá uma última carta na manga na forma de uma revolução escrava.⁵⁰³

Em 19 de novembro de 1861, o *Die Presse* publicou o artigo de Marx *The Dismissal of Frémont*. Nesse artigo, Marx protesta contra a demissão de Frémont que estava conduzindo a guerra no estado de Missouri. Frémont em sua campanha anunciou o confisco das propriedades de todos aqueles que apoiavam a Confederação e proclamou a emancipação dos escravos rebeldes. Washington não aprovou a radicalidade das a-

⁵⁰¹ BIANCHI, A. *Lincoln, Marx e a guerra civil*. In: Revista Outubro, n. 22, 2014, p. 212.

⁵⁰² *Marx to Engels (11/01/1860)*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1975, p. 277.

⁵⁰³ *Marx to Lion Phillips (6/5/1861)*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1975, p. 277.

ções, revogou as leis de Frémont e demitiu-o do comando.⁵⁰⁴ Ao contrário de Lincoln, Marx elogiava muito Frémont, que havia sido o primeiro candidato republicano.

Com o anúncio da abolição da escravidão, apesar de Marx ironizar Lincoln, dizendo que ele declarou a emancipação dos escravos da Confederação no momento em que ele não mandava mais nos estados Confederados, ele acreditava que a guerra entrava numa nova fase. Depois da fase constitucional da guerra, ela passaria para uma segunda fase, a revolucionária. Como bem destacou Álvaro Bianchi, Marx e Engels divergiam sobre o desenvolvimento progressivo do conflito. Para Marx, mesmo Lincoln não tomando uma posição radical, “haverá uma revolução”.⁵⁰⁵ Engels, 7 de agosto de 1862, respondeu para Marx: “Eu não compartilho muito tuas opiniões sobre a guerra americana, não acredito que seja só isso”.⁵⁰⁶ Em 10 de setembro de 1862, mandou outra carta para Marx: “A maneira em que o Norte está travando a guerra não é senão o que se poderia esperar de uma república burguesa, onde a farsa reinou suprema por tanto tempo”.⁵⁰⁷ Engels estava mais pessimista que Marx em relação ao conflito e para ele: “uma contrarrevolução democrática e uma paz vazia”⁵⁰⁸ era o mais provável de acontecer.

A revolução social não aconteceu como Marx esperava. Também não ocorreu uma contrarrevolução no sentido que Engels projetou, ou seja, uma negociação entre Norte e Sul em que a divisão entre dois sistemas fosse mantida. Em nossa opinião, os limites do conflito se encontravam na configuração da sociedade norte-americana. Os trabalhadores estavam envolvidos num conflito entre capitalistas. Os trabalhadores do Norte foram recrutados para salvar a União. Em nenhum momento tinham como tarefa central emancipar os escravos. Os trabalhadores brancos do Sul lutavam para defender um sistema que direta ou indiretamente também degradava suas vidas. E diante disso, só podemos afirmar que a experiência histórica até aquele momento dividia a classe trabalhadora em escravos, escravos libertos, emigrados europeus, *poor whites* etc. Mais do que inacabada, uma revolução diante dessa realidade talvez fosse impossível.

Enfim, terminado o conflito, Engels fez um prognóstico certo: “Uma vez que a escravidão – a maior trava para o desenvolvimento político e social dos Estados Uni-

⁵⁰⁴ MARX, K. *The Dismissal of Frémont*. In: MARX, K; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984, p. 86.

⁵⁰⁵ MARX, K. *apud*. BIANCHI, A. *Lincoln, Marx e a guerra civil*. In: Revista Outubro, n. 22, 2014, p. 215.

⁵⁰⁶ ENGELS, F. *apud*. BIANCHI, A. *Lincoln, Marx e a guerra civil*. In: Revista Outubro, n. 22, 2014, p. 215.

⁵⁰⁷ *Idem*, p. 216.

⁵⁰⁸ *Idem*.

dos – foi derrubada, o país está destinado a receber, no tempo mais breve possível, um impulso com o qual adquirirá uma posição bem diferente na história do mundo, e encontrará um uso para o exército e para a marinha que a guerra está proporcionando”.⁵⁰⁹ Marx, por sua vez, voltava para a redação de sua crítica da economia política. Depois da guerra civil, ele precisava inserir em seus resultados o novo papel que os Estados Unidos desempenhariam no mercado mundial. Ele voltou para o exercício do seu “método de investigação”.⁵¹⁰ Certamente esperando um novo dilúvio.

⁵⁰⁹ Engels, to Weydemeyer (24/11/1864). In: MARX, K; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 42, 1987, p. 37.

⁵¹⁰ GRESPAN, J. “O capital e seus escritos preparatórios”: sobre o lançamento do volume 4.3 da ME-GA. In: Crítica Marxista, n.37, 2013, p. 160.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre os escritos jornalísticos de Karl Marx e Friedrich Engels procurou demonstrar a importância das análises empíricas na formulação da crítica da economia política. Nesse sentido, a atividade jornalística da dupla é mais do que uma simples narrativa de assuntos aleatórios. É mais do que com conjunto de textos panfletários que buscam fazer propaganda de determinado partido. E não é uma mera atividade profissional ou trabalho alienado que impediu Marx de se dedicar integralmente a escrita d' *O Capital*.

Como Marx indicou na introdução de *Para a crítica da economia política*, a atividade jornalística, desde os anos 40 do século XIX, permitiu a ele: entrar em contato com os chamados interesses materiais; acertar a conta com sua antiga consciência filosófica; pensar nas tarefas de uma tendência política que busca compreender e influenciar nos acontecimentos políticos; criticar os fundamentos da política existente; e estudar assuntos que ficam fora do ramo das ciências econômicas.⁵¹¹

Em paralelo a essas experiências pessoais, procuramos descrever o desenvolvimento da profissão de jornalista, pois parece ser decisivo entender que os escritos obedecem a regras e a normas que escapam à vontade do autor. Por isso, embora as experiências no *Neue Rheinische Zeitung* e no *New York Daily Tribune* façam parte do percurso indicado por Marx e os textos estejam dentro de um mesmo gênero – o jornalístico – os resultados podem ser diferentes. Os artigos de cada experiência foram escritos em contextos históricos específicos e, portanto, foram produzidos, distribuídos e consumidos em escalas diferentes.⁵¹²

A partir do relato autobiográfico em que Marx afirmou que a atividade jornalística interagiu de modo decisivo no curso de seus estudos de economia, procuramos reconstruir os argumentos de dois acontecimentos históricos: a crise econômica de 1857-1858 e a guerra civil americana de 1861-1865. Esses dois períodos não foram escolhidos de maneira aleatória, muito pelo contrário, eles foram escolhidos porque foram dois momentos históricos decisivos para a formulação da crítica da economia política de Marx. A crise econômica que atingiu as principais economias capitalistas era um momento tão aguardado por Marx, que fez com que nos nove meses seguintes, ele escrevesse os manuscritos que hoje conhecemos como *Grundrisse*. E a entrada dos Estados

⁵¹¹ Ver: *Para a crítica da economia política*, op. cit.

⁵¹² Ver: *Karl Marx als politischer Journalist im 19. Jahrhundert*, op. cit.

Unidos no concorrido mercado mundial depois de terminada a guerra civil americana mostrou para ele a necessidade rever sua economia, pois esse acontecimento reconfigurava o jogo político do modo de produção capitalista.

Nos textos sobre a crise de 1857-1858, podemos entender como Marx, ao descrever os contornos da crise, foi percebendo a importância do sistema monetário e do sistema de crédito no desenvolvimento do capitalismo. Demonstramos isso a partir da análise desenvolvida por Marx sobre o banco francês *Crédit Mobilier*. Essa instituição permitiu que Luís Bonaparte desenvolvesse a economia francesa e reorganizasse o Estado de uma forma que ele fosse capaz de manter o compromisso entre todas as classes (burguesia, operários, camponeses e lumpemproletariado). O sucesso dessa engrenagem social estava na expansão do crédito e dos investimentos. A crise econômica era o momento em que o bonapartismo poderia perder sua base de sustentação, ou seja, a estabilidade financeira. Diante disso, Marx esperava que a crise fosse capaz de criar movimentos revolucionários de dimensões maiores que os de 1848.

Independente de o prognóstico estar certo ou errado, os estudos de Marx tinham o sentido de desenvolver sua economia para contribuir com o movimento social, acertar as contas com as utopias financeiras de socialistas, como as de Proudhon e Saint Simon, e repensar as teorias da revolução, que até então não iam além das derrotadas experiências de 1848. Para dar conta disso, descrevemos como Marx fez um estudo detalhado sobre o desenvolvimento econômico na França depois do golpe de estado de Napoleão III. Constatação que contraria as opiniões de importantes historiadores como François Furet e Maurice Agulhon, que sedimentaram a ideia de que Marx deixou de analisar o período de desenvolvimento econômico do Segundo Império prejudicando sua interpretação sobre a França.

Entender as análises históricas de Marx sobre a França, no contexto em que ele estava procurando o meio adequado de apresentar os resultados de sua crítica da economia política, permitiu também questionarmos interpretações totalizantes da obra de Marx, que procuram enquadrar o caráter fragmentário dos textos em explicações definitivas. Nesse sentido, tentamos demonstrar como a explicação de Pierre Dardot e Christian Laval reduz o alcance explicativo dos textos de Marx. A primeira falha dessa explicação – que afirma que Marx tem uma “lógica sistêmica” e uma “lógica estratégica” – está no alcance do material utilizado. Ou seja, os sociólogos franceses, para explicar a “lógica estratégica” de Marx, mencionam apenas os textos que fazem balanços das revoluções de 1848. Deixam de lado 460 artigos ou onze anos de análises em que Marx,

em parceria com Engels, revisou constantemente a possibilidade de ação da classe trabalhadora. Ou seja, para eles a explicação da estratégia vem antes da análise sistêmica. A segunda falha, decorrente da primeira, está na desconsideração da interação entre pesquisa e exposição, dois momentos do esforço intelectual que se retroalimentam na formulação da crítica da economia política.

Ainda nos textos sobre a crise, acompanhamos as interessantes argumentações do autonomista italiano Sergio Bologna. Diferente de Dardot e Laval, ele não ignorou as análises desenvolvidas para o *New York Daily Tribune*. No entanto, ao perceber que Marx esperava o estouro de uma revolução, não descrevendo a atividade autônoma da classe trabalhadora, mas sim apontando para o desenvolvimento do sistema de crédito, Sergio Bologna afirma que esta escolha empobreceu a teoria, a crítica da economia política de Marx. A leitura de Bologna aponta para um elemento importante, ou seja, uma teoria crítica, que vê na relação capital/trabalho a contradição principal da sociedade capitalista, não pode deixar de acompanhar a movimentação da classe trabalhadora. Mas sem considerar as intenções dos textos de Marx, Bologna apenas cria paradoxos sobre a movimentação da classe trabalhadora.

Marx e Engels nunca pretenderam fazer uma descrição da atividade criativa e independente da classe trabalhadora, tal como os autonomistas. Mesmo quando estavam engajados no movimento real de 1848, os dois nunca escreveram sobre a forma como os trabalhadores ou determinados setores da classe atuavam. Tampouco, eles desenvolveram estratégias para a prática da classe. Os textos escritos no calor dos acontecimentos, como os artigos para o *Neue Rheinische Zeitung* e o *New York Daily Tribune*, são textos que pretendem apresentar os acontecimentos de forma crítica. Buscam simplesmente informar a sociedade a partir de um ponto de vista diferente do senso comum burguês. Já os textos históricos clássicos de Marx – *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, *A luta de classes na França* e *A guerra civil na França* – são textos que fazem um balanço a *posteriori* da experiência da sociedade. Eles não buscam apontar se determinado setor da classe estava consciente ou não, mas sim apontam os elementos que bloqueiam o desenvolvimento dessa consciência de classe. Os textos sobre a crise também cumprem esse papel.

A crise de 1857-1858 não provocou revoluções maiores que as revoluções de 1848, como Marx e Engels esperavam. No entanto, logo após a crise, surgiu uma série de acontecimentos políticos que passaram a chamar a atenção de Marx e Engels. Na Rússia, colocou-se na ordem do dia a questão da abolição da servidão. Nos Estados U-

nidos, as divergências entre Norte e Sul colocaram em questão a abolição da escravidão. Somam-se a essas duas questões que, segundo Marx, eram “as maiores coisas que estão ocorrendo no mundo agora”, as negociações diplomáticas e os conflitos armados entre as nações europeias devido aos processos de Unificação italiana e alemã. Os problemas na Europa – formulavam Marx e Engels – colocariam em cheque os poderes contrarrevolucionários dos impérios russo, francês, austríaco e prussiano. E o problema na América arrastava a Inglaterra para o conflito, uma vez que sua indústria era dependente do algodão cultivado pelos escravos das fazendas americanas.

Tendo isso em vista, no terceiro capítulo, a discussão teórica que fizemos nos textos da crise é rediscutida, mas com outro enfoque. A partir dos artigos sobre a guerra civil americana, procuramos confrontar a forma como Marx e Engels entenderam o conflito em um diálogo com a forma por que a historiografia contemporânea, que inventou o conceito de “segunda escravidão”, explica a questão. Para Marx e Engels a guerra civil era um conflito entre dois sistemas sociais, ou seja, escravismo e trabalho assalariado. Esse embate entre dois sistemas explica a guerra civil, não porque a escravidão era um sistema arcaico, um resquício do passado que estava fadado a desaparecer com o desenvolvimento do trabalho assalariado. O convívio entre os dois sistemas era uma contradição que acompanhava a história americana. Mas devido à natureza expansiva do escravismo, cedo ou tarde, o Norte e o Sul do país entrariam numa guerra decisiva e um dos sistemas sairia de cena como forma de organização hegemônica.

Assim como a historiografia contemporânea, Marx e Engels demonstraram como a escravidão do XIX se expandia e criava uma dinâmica a partir das demandas da revolução industrial. Esse momento de confluência entre as análises de Marx e Engels de um lado, e da historiografia de outro, é importante em nosso trabalho, não para afirmarmos que Marx antecipou a ideia de “segunda escravidão”, mas para destacarmos a singularidade da análise de Marx. Diferente das narrativas históricas contemporâneas, Marx e Engels – ao abrir a história para virtualidades, ou ainda, ao narrar os fatos de uma forma aberta e imprevisível – não deixavam de apontar para os limites históricos dos sistemas sociais de exploração do trabalho. No nosso entendimento, trata-se de uma tarefa central para quem vê na teoria crítica um esforço intelectual de pensar a emancipação social.

Em resumo, a partir da interação entre as pesquisas no ramo das ciências econômicas para formulação da crítica da economia política e os estudos sobre os fatos particulares, Marx e Engels conseguiram desenvolver análises que revelam a estrutura

econômica da sociedade, sem deixar de lado as singularidades históricas concretas. Sem essa interação corremos o risco de cair num dogmatismo que transforma a história numa simples ordenação de fatos que podem ser “deduzidos” a partir da “lógica” de funcionamento das “estruturas”, ou então, num “historicismo de esquerda” que encerra a narrativa histórica depois de definir que os sujeitos são portadores de “interesses”. Afirmar a necessidade dessa interação, não significa afirmar que estamos diante de uma teoria capaz de explicar “tudo”, mas sim de uma teoria que expõe os seus próprios limites e que, para dar conta das exigências do presente, precisa ser constantemente revista.

ANEXO I

De acordo com Gisela e Manfred Neuhaus, as colaborações de Marx e Engels ao longo dos doze anos de contribuição para o *New York Daily Tribune* apresentam os seguintes números de envios e de publicações:

Textos escritos por Marx para o NYDT entre 1851-1862⁵¹³					
Ano	New York Daily Tribune	Artigos publicados como editorial	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune	Reproduzidos no Weekly Tribune	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune e no Weekly Tribune
1851	-	-	-	-	-
1852	14	-	8	5	5
1853	61	3	44	16	12
1854	46	5	40	25	22
1855	11	7	6	1	1
1856	20	11	3	4	1
1857	42	22	8	4	2
1858	55	21	19	6	6
1859	36	12	24	8	8
1860	24	2	2	1	1
1861	8	-	2	1	1
1862	2	-	-	-	-
Total	319	83	156	71	59

Textos escritos por Engels para o NYDT entre 1851-1862					
Ano	New York Daily Tribune	Artigos publicados como editorial	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune	Reproduzidos no Weekly Tribune	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune e no Weekly Tribune
1851	1	-	-	-	-
1852	1	-	1	-	-
1853	12	11	-	8	-
1854	25	22	15	16	11
1855	32	32	28	17	15
1856	2	2	1	1	1
1857	6	5	2	-	-
1858	14	11	5	2	2
1859	18	15	14	8	8
1860	14	10	6	1	1
1861	1	1	-	-	-
1862	-	-	-	-	-
Total	126	109	72	53	38

⁵¹³ Fonte: NEUHAUS, Manfred e Gisela. *Wirkungsgeschichtliche Anmerkungen zur New York Tribune Publizistik von Karl Marx und Friedrich Engels*. In: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung 3, 1978, pp. 52-53.

Textos escritos por Marx e Engels em conjunto para o NYDT entre 1851-1862					
Ano	New York Daily Tribune	Artigos publicados como editorial	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune	Reproduzidos no Weekly Tribune	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune e no Weekly Tribune
1851	-	-	-	-	-
1852	-	-	-	-	-
1853	2	-	2	1	1
1854	8	6	5	6	4
1855	3	3	3	-	-
1856	-	-	-	-	-
1857	-	-	-	-	-
1858	-	-	-	-	-
1859	2	-	2	1	1
1860	-	-	-	-	-
1861	-	-	-	-	-
1862	-	-	-	-	-
Total	15	9	12	8	6

Tabela das colaborações de Marx e Engels no NYDT entre 1851-1862					
Ano	New York Daily Tribune	Artigos publicados como editorial	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune	Reproduzidos no Weekly Tribune	Reproduzidos no Semi-Weekly Tribune e no Weekly Tribune
1851	1	-	-	-	-
1852	15	-	9	5	5
1853	75	14	46	25	13
1854	79	33	60	47	37
1855	46	42	37	18	16
1856	22	13	4	5	2
1857	48	27	10	4	2
1858	69	32	24	8	8
1859	56	27	40	17	17
1860	38	12	8	2	2
1861	9	1	2	1	1
1862	2	-	-	-	-
Total	460	206	240	132	103

BIBLIOGRAFIA

Obs: Optamos por traduzir todas as citações em língua estrangeira (inglês, francês e alemão). As traduções das citações são nossas. Exceto dos artigos: *A crise econômica na Europa*, *A crise econômica na França*, *A crise financeira na Europa*, *A crise monetária na Europa*, *A crise na Europa*, *A situação na Europa*, *As causas da crise monetária na Europa* e *O novo decreto do banco francês*. Optamos por utilizar as traduções de Paulo Barsotti. Esses artigos saíram na revista *Lutas sociais*. n. 23, 2009.

MARX, Karl

A nova 'Santa Aliança'. In: Nova Gazeta Renana, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

À redação de 'Otietchestvienniie Zapiski'. In: Dilemas do socialismo – A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Cartas dos anais franco-alemães (de Marx a Ruge). In: Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

Comments on the North America Events. In: MARX, K; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984.

Credit Mobilier. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

Letters: Marx to Cluss, 15/08/1853. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 39, 1983.

Letters: Marx to Engels 18/12/1857. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol.40, 1983.

Letters: Marx to Engels, 08/08/1852. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982.

Letters: Marx to Engels, 08/10/1858. In: MARX, K .; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.

Letters: Marx to Engels, 08/12/1857. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.

- Letters: Marx to Engels, 11/2/1851.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982.
- Letters: Marx to Engels, 26/9/1856.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.
- Letters: Marx to Lassalle, 28/04/1862.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1985.
- Letters: Marx to Lincoln, 7/01/1865 (Address of the international workingmen's association to Abraham Lincoln).* In: BLACKBURN, Robin. *An Unfinished revolution, Karl Marx and Abraham Lincoln*. London and New York: Verso, 2011.
- Letters: Marx to Lion Phillips (6/5/1861).* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1975, p. 277.
- Letters: Marx to Ruge, 25/01/1843.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 1, 1975.
- Letters: Marx to Weydemeyer, 1/02/1859.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.
- O 18 brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Boitempo, 2011.
- O movimento revolucionário.* In: Nova Gazeta Renana, apres. e trad. Lívia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.
- O' Capital: crítica da economia política.* Vol. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- O' Capital: crítica da economia política.* Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- O' Capital: crítica da economia política.* Vol. III. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- O' Capital: crítica da economia política.* Vol. III. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- Para a crítica da economia política.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue, n° 4, April.* In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 10, 1978.
- Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue: March – April.* In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 10, 1978.
- The American Question in England.* In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984.

The economic crisis in Europe. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

The financial crisis in Europe. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

The Financial State of France, In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

The French Crédit Mobilier I, In: Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx. London: Penguin Classic, 2007.

The French Crédit Mobilier II, In: Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx. London: Penguin Classic, 2007.

The French Crédit Mobilier III, In: Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx. London: Penguin Classic, 2007.

The French Credit Mobilier. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

The monetary crisis in Europe. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15, 1986.

ENGELS, Friedrich:

Karl Marx. In: RIAZANOV, D. Marx: o homem, o pensador, o revolucionário. São Paulo: Global, 1984.

Letters: Engels to Bloch 21/09/1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 49, 2001.

Letters: Engels to Marx, 12/06/1861. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1985, p. 294.

Letters: Engels to Marx, 13/08/1858. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.

Letters: Engels to Marx, 13/2/1851. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works.* Londres: Lawrence & Wishart, vol. 38, 1982.

Letters: Engels to Marx, 22/04/1857. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 40, 1983.

Letters: Engels to Schmidt 27/10/1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 49, 2001.

Letters: Engels, to Weydemeyer (24/11/1864). In: MARX, K; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 42, 1987.

Letters: Engels to Marx, 23/05/1862. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 41, 1975.

Prefácio [Ao As lutas de classes na França de 1848 a 1850, de Karl Marx (1895)], In: MARX, Karl. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. ENGELS, F.:

A ideologia alemã – crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.

The British Cotton Trade. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984.

The civil war in the United States. In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 19, 1984.

Bibliografia secundária

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção.* São Paulo: Boitempo, 2004.

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ANCEAU, Éric. *La France de 1848 à 1870 - Entre ordre et mouvement.* Paris: Librairie Générale Française, 2002.

ARNDT, Andreas. *Karl Marx – Versuch über den Zusammenhang seiner Theorie.* Bochum: Germinal-Verlag, 1985.

AYCARD, M. *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867.* Paris: Librairie internationale, 1867.

BAPTIST, Edward. *A segunda escravidão e a primeira república americana.* In: Almanack, n. 5, Guarulhos, 2013.

BARSOTTI, Paulo. *O jornalista Karl Marx e o II Império nas páginas do New York Daily Tribune.* In: Lutas Sociais, vol. 13 e 14. São Paulo, 2005.

BERGER, H. SPOERER, M. *Economic crises and the European Revolutions of 1848.* In: The Journal of Economic History, Vol. 61, No. 2, Junho de 2001.

- BIANCHI, A. *Lincoln, Marx e a guerra civil*. In: Revista Outubro, n. 22, 2014.
- BLACKBURN, Robin *An Unfinished Revolution*. London and New York: Verso, 2011.
- BOLOGNA, S. *Geld und Krise – Marx als Korrespondent der New York Daily Tribune*. In: Beilage zur Wildcat, n° 85, 2009.
- CHALABY, J. *Journalism as an anglo-american invention – A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism. 1830-1920*. In: European Journal of Communication, vol. 11, 1996.
- CORNU, Auguste, *Marx y Engels. Del idealismo al materialismo histórico*. Buenos Aires: Editorial Platina y Editorial Stilcograf, 1965.
- COTRIM, Livia. *A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana*. In: MARX, K. Nova Gazeta Renana, apres. e trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.
- DARDOT, P. LAVAL, C. *Marx, prénom: Karl*. Paris: Gallimard, 2012.
- DENIS, Henry. *O socialismo tecnocrático*. In: História do pensamento econômico. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- DOLLÉANS, Édouard. *Histoire du mouvement ouvrier*, tome I: 1830-1871. Paris: Librairie Armand Colin, 1948.
- DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America*. New York: Oxford, 2007.
- EMERY, Edwin. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Lido, 1965.
- FERNANDES, L. E; MORAIS, M. V. *A “casa dividida” e a Guerra de Secessão*. In: História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013.
- FLICKINGER, H. *Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social*. Porto Alegre: LPM, 1986.
- FULBROOK, Mary. *História concisa da Alemanha*; tradução Barbara Duarte. São Paulo: Edipro, 2012.
- FURET, François. *Marx y la Revolución francesa*. México: Fondo de cultura económica, 1992.
- GABRIEL, Mary. *Amor e Capital – A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GRESPLAN, J. *“O capital e seus escritos preparatórios”: sobre o lançamento do volume 4.3 da MEGA*. In: Crítica Marxista, n.37, 2013.

- _____, *A desmedida do capital*. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política, n° 13. São Paulo: Ed. Humanitas, 2008.
- _____, *A dialética do avesso*. In: Crítica Marxista, São Carlos, n. 14, p. 2002.
- HECKER, R. *Marx mit der MEGA neu lesen*. In: Die Tageszeitung junge Welt, 05 de maio de 2008.
- HENNIG, Eike. *Notas introdutórias à leitura dos escritos políticos de Marx e Engels*. In: A teoria do Estado, materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.
- HERRES, Jürgen. *Karl Marx als politischer Journalist im 19. Jahrhundert*. In: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Berlin: Neue Folge, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HUNT, Tristram. *Comunista de casaca – a vida revolucionária de Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- LEDBETTER, James. *Dispatches for the New York Tribune – Selected journalism of Karl Marx*. London: Penguin Books, 2007.
- LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LÖWY, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LUKACS, G. *O que é marxismo ortodoxo?* In: História e consciência de classe, estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARQUESE, R. PARRON, T. *A internacional escravista: a política da segunda escravidão*. In: Topoi, vol.12, n. 23, 2011.
- MCLELLAN, David. *Karl Marx – vida e pensamento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.
- MEHRING, F. *Karl Marx, a história de sua vida*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.
- MIHAILOVSKI, N. *O dilema do marxismo russo*. In: Dilemas do socialismo – A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MÜLLER, Marcos Lutz. *Exposição e método dialético em O' Capital*. In: Boletim SEAF. Belo Horizonte, n. 2, 1982.

- NEUHAUS, Manfred e Gisela. *Wirkungsgeschichtliche Anmerkungen zur New York Tribune Publizistik von Karl Marx und Friedrich Engels*. In: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung 3, 1978.
- NEUHAUS, Manfred. *Transatlantische Korrespondenzen von Marx e Engels*. Berlin: Sitzungsberichte der Leibniz-Sozietät, 2001.
- _____, NEUMANN, Claus Dieter. *Waren die Jahre 1854 bis 1856 verlorene Jahre für die Geschichte der marxistischen politischen Ökonomie?* In: Arbeitsblätter zur Marx-Engels-Forschung, Hilfe 6. Halle-Wittenberg: Martin Luther Universität, 1979.
- REICHELT, Helmut. *Sobre a teoria do estado nos primeiros escritos de Marx e Engels*. In: A teoria do Estado, materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.
- RIBAS, Pedro. *Estudio preliminar*. In: Escritos sobre España. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SCHUDSON, Michael. *News and democratic society*. In: Why Democracies Need an Unlovable Press. Cambridge: Polity, 2008.
- SCHULZE, Hagen. *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa, Editora Presença, 1997.
- SECCO, Lincoln. *O teatro da política - O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: Revista Mouro, n° 8, dez. 2013.
- SPERBER, Jonathan. *Karl Marx – A nineteenth century life*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2013.
- _____, Jonathan. *Europe, 1850-1914: progress, participation and apprehension*. London: Pearson Education Limited, 2009.
- SPONHOLZ, Liriam. *As ideias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha*. In: Comunicação e Política, Rio de Janeiro, 2004.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária, I A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2004.
- TOMICH, D. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004, p. 57.

TRIETSCH, James H. *The Printer and the Prince - a Study of the Influence of Horace Greeley upon Abraham Lincoln as Candidate and President.* New York: Exposition Press, 1955.